Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 4

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 19

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 20

3.2 - Medições não contábeis 21

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 23

3.4 - Política destinação de resultados 24

3.5 - Distribuição de dividendos 26

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 27

3.7 - Nível de endividamento 28

3.8 - Obrigações 29

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 30

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 31

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 40

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 44

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 62

4.5 - Processos sigilosos relevantes 63

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 64

4.7 - Outras contingências relevantes 68

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 69

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 70

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 72

5.3 - Descrição - Controles Internos 74

5.4 - Programa de Integridade 76

Índice

5.5 - Alterações significativas 80

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 81

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 82

6.3 - Breve histórico 83

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 86

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 87

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 88

7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 91

7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 92

7.3 - Produção/comercialização/mercados 96

7.4 - Principais clientes 117

7.5 - Efeitos da regulação estatal 118

7.6 - Receitas relevantes no exterior 123

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 124

7.8 - Políticas socioambientais 125

7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 127

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 131

8.2 - Alterações na condução de negócios 132

8.3 - Contratos relevantes 133

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 134

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 135

9.1.a - Ativos imobilizados 138

9.1.b - Ativos Intangíveis 139

9.1.c - Participação em sociedades 186

9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 188

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 192

10.2 - Resultado operacional e financeiro 218

Índice

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 221
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 222
10.5 - Políticas contábeis críticas 225
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 228
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 229
10.8 - Plano de Negócios 230
10.9 - Outros fatores com influência relevante 232

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 233
11.2 - Acompanhamento das projeções 234

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 235
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 243
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 246
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 247
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 248
12.7/8 - Composição dos comitês 257
12.9 - Relações familiares 269
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 271
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 302
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 303

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 305
13.2 - Remuneração total por órgão 309
13.3 - Remuneração variável 312
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 314
13.5 - Remuneração baseada em ações 315
13.6 - Opções em aberto 316
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 317
13.8 - Precificação das ações/opções 318
13.9 - Participações detidas por órgão 319

Índice

13.10 - Planos de previdência 320
13.11 - Remuneração máx, mín e média 321
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 322
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 323
13.14 - Remuneração - outras funções 324
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 325
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 326

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 327
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 330
14.3 - Política remuneração dos empregados 331
14.4 - Relações emissor / sindicatos 332
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 333

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 334
15.3 - Distribuição de capital 338
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 339
15.5 - Acordo de Acionistas 340
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 341
15.7 - Principais operações societárias 342
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 343

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 344
16.2 - Transações com partes relacionadas 345
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 354
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 357

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 358
17.2 - Aumentos do capital social 359
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 360
17.4 - Redução do capital social 361
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 362

Índice

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 363

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 364

18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 365

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 366

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 367

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 370

18.6 - Mercados de negociação no Brasil 371

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 372

18.8 - Títulos emitidos no exterior 373

18.9 - Ofertas públicas de distribuição 374

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 375

18.11 - Ofertas públicas de aquisição 376

18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 377

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 378

19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 379

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 381

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 382

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 383

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 384

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 388

21.3 - Responsáveis pela política 389

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 390

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gustavo Lopes Theodozio**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Diretor Presidente da M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos, declara que:

a) reviu o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;

c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Diretor Presidente

M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. De Alimentos

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Gustavo Lopes Theodozio, Diretor de Relações com Investidores da M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos, declara que:

a) reviu o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;

c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Gustavo Lopes Theodozio
Diretor de Relações com Investidores
M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. De Alimentos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	12/01/2018
Descrição do serviço contratado	a) Contratação do serviço: 12 de janeiro de 2018 e 29 de maio de 2018 a.1) Serviços Contratados: Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“a Companhia”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as demonstrações financeiras e intermediárias não auditadas da Companhia e suas controladas dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018. a.2). Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2018 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., exame do Balanço Patrimonial em 31 de maio de 2018 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. e Revisão da alocação do preço de compra da Piraquê, como parte do processo de auditoria externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria das Demonstrações financeiras de 2018: a) Honorários relativos a serviços de auditoria Externa (R$ 885 mil); Outros serviços de 2018:
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Brito Rego	12/01/2018	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	26/01/2018
Descrição do serviço contratado	b) Contratação do serviço: 26 de janeiro de 2018 b.1) Prestação de outros serviços: - Serviços de asseguração do relatório de sustentabilidade.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	b) asseguração limitada do relatório de sustentabilidade (R$ 86 mil)
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Brito Rego	26/01/2018	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	30/04/2018
Descrição do serviço contratado	d) Contratação do serviço: 30 de abril de 2018 d.1) revisão dos créditos tributários.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	d) revisão dos créditos tributários (R$ 51 mil)
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Vital Pessoa Monteiro Filho	30/04/2018	856.126.184-68	Rua Padre Carapuceiro, 733, 8º andar, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: jose.vital@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	05/05/2018
Descrição do serviço contratado	c) Contratação do serviço: 05 de maio de 2018 c.1) processo de “shadowing” sobre os procedimentos realizados pelo Comitê Independente de Investigação constituído pelo Conselho de Administração da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	c) processo de “shadowing” sobre os procedimentos realizados pelo Comitê Independente de Investigação constituído pelo Conselho de Administração da Companhia entre abril e dezembro de 2018 (R$ 1.851 mil)
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Vital Pessoa Monteiro Filho	05/05/2018	856.126.184-68	Rua Padre Carapuceiro, 733, 8º andar, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: jose.vital@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	26/09/2018
Descrição do serviço contratado	e) Contratação do serviço: 26 de setembro de 2018 e. 1) revisão do relatório PPA – Purchase Price Allocation emitido pela empresa KPMG - Corporate Finance Ltda sobre a aquisição da empresa Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (Piraquê).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	e) revisão do relatório PPA – Purchase Price Allocation emitido pela empresa KPMG Corporate Finance Ltda (R$ 64 mil).
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
ANIBAL MANOEL GONÇALVES DE OLIVEIRA	26/09/2018	851.939.507-44	Rua do Russel, 804, 6º e 7º Andar Ed. Ma, Glória, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22210-907, Telefone (021) 32326112, e-mail: anibal.oliveira@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	08/03/2019
Descrição do serviço contratado	a) Contratação do serviço: 08 de março de 2019 a.1) Serviços contratados: Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“a Companhia”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como fazer a revisão e emitir um relatório sobre as demonstrações financeiras e intermediárias não auditadas da Companhia e suas controladas dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019. a.2) Auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., como parte do processo de auditoria externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria das Demonstrações financeiras de 2019: a) Honorários relativos a serviços de auditoria externa (R$ 630 mil); Outros serviços de 2019
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Brito Rego	08/03/2020	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Cruzeiro do Sul, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0002-01
Período de prestação de serviço	30/05/2019
Descrição do serviço contratado	b) Contratação do serviço: 30 de maio de 2019 b.1) Retificação da ECD da controlada Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	b) Retificação da ECD da controlada Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (R$ 15 mil).
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Brito Rego	30/05/2019	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	14/06/2019
Descrição do serviço contratado	a) Contratação do serviço: 14 de junho de 2019 a.1) Revisão e avaliação do compliance com normas e regulamentos fiscais relacionadas aos procedimentos tocantes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. b) Contratação do serviço: 14 de junho de 2019 b.1) Revisão e avaliação do compliance com normas e regulamentos fiscais relacionadas aos procedimentos tocantes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	a) Revisão e avaliação do compliance com normas e regulamentos fiscais relacionadas aos procedimentos tocantes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (R$ 1.424 mil); b) Exercício 2020: Revisão e avaliação do compliance com normas e regulamentos fiscais relacionadas aos procedimentos tocantes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (R$ 728 mil).
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Augusto Autran Pedral Sampaio Filho	14/06/2019	509.189.075-00	Francisco Matarazzo,1400, Torre Torino, Água Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (011) 971501074, Fax (011) 971501074, e-mail: carlos.pedral@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	29/10/2019
Descrição do serviço contratado	a) Contratação do serviço: 29 de outubro de 2019 a.1) Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2019 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	a) Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2019 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A (R$ 52 mil).
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Brito Rego	29/10/2019	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	20/01/2020
Descrição do serviço contratado	b) Contratação do serviço: 20 de janeiro de 2020 b.1) Serviços contratados: Asseguração do relatório de sustentabilidade;
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	b) Asseguração limitada do relatório de sustentabilidade (R$ 50 mil)
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Brito Rego	20/01/2020	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	28/01/2020
Descrição do serviço contratado	a) Contratação do serviço: 28 de janeiro de 2020 a.1) Serviços contratados: Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“a Companhia”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria das Demonstrações financeiras de 2020: a) Honorários relativos a serviços de auditoria externa (R$ 500 mil); Outros serviços de 2020:
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Brito Rego	28/01/2020	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	08/03/2020
Descrição do serviço contratado	b) Contratação do serviço: 20 de janeiro de 2020 b.1) Serviços de asseguração do relatório de sustentabilidade.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	b) asseguração limitada do relatório de sustentabilidade (R$ 50 mil).
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Brito Rego	08/03/2020	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0013-64
Período de prestação de serviço	22/12/2020
Descrição do serviço contratado	c) Contratação do serviço: 22 de dezembro de 2020 c.1) Serviços contratados: Emissão das comfort letter sobre a distribuição de certificados de recebíveis do agronegócio.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	c) Emissão das comfort letter sobre a distribuição de certificados de recebíveis do agronegócio (R$ 373 mil).
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vinícius Ferreira Brito Rego	22/12/2020	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Assessores Ltda
CPF/CNPJ	05.490.840/0001-01
Período de prestação de serviço	16/03/2021
Descrição do serviço contratado	a) Contratação do serviço: 16 de março de 2021 a.1) Serviços contratados: Asseguração do relatório de sustentabilidade
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	a) Asseguração limitada do relatório de sustentabilidade (R$ 57 mil).
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Sebastian Yoshizato Soares	16/03/2021	170.190.678-32	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 - 7º Andar, Chácara Sto. Antôni, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 974673913, e-mail: ssoares@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0017-96
Período de prestação de serviço	05/04/2021
Descrição do serviço contratado	a) Contratação do serviço: 05 de abril de 2021 a.1) Serviços contratados: Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“a Companhia”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria das Demonstrações financeiras de 2021: a) Honorários relativos a serviços de auditoria externa (R$ 500 mil).
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Pereira Gonçalves	05/04/2021	200.314.278-98	Av.Desembargador Moreira, 1300, 10º andar, Aldeota, Fortaleza, CE, Brasil, CEP 60170-002, Telefone (085) 34579500, Fax (085) 34579500, e-mail: mpgonçalves@kpmg.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Como parte da política interna da Companhia, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pelo comitê de auditoria antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

As demais informações relevantes pertinentes a este item foram citadas nos itens anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	6.645.568.946,76	6.034.952.097,99	5.561.842.479,40
Ativo Total	9.729.859.384,63	8.101.030.882,59	7.807.466.363,95
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	7.252.523.724,74	6.103.608.464,53	6.025.053.178,29
Resultado Bruto	2.381.045.961,81	2.161.272.469,39	2.294.318.345,93
Resultado Líquido	763.844.430,22	556.883.657,46	723.497.297,49
Número de Ações, Ex-Tesouraria	339.000.000	339.000.000	339.000.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	19,603448	17,802219	16,406615
Resultado Básico por Ação	2,253228	1,642725	2,134210
Resultado Diluído por Ação	2,26	1,64	2,13

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

i. Ebitda

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	**31/12/2019**	**31/12/2020**
Ebitda	**933.119.494,55**	**772.054.785,35**	**974.270.231,11**

A Companhia também acompanha seu desempenho a partir do EBITDA, que nos termos da Instrução CVM nº 527/12, consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do EBITDA excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

ii. Dívida Líquida

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	**31/12/2019**	**31/12/2020**
Caixa Líquido (Dívida Líquida) (1)	**-767.465.221,85**	**-605.050.582,41**	**-350.622.568,84**

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo.

A Companhia calcula a dívida líquida com base na soma dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos, deduzindo dos valores de caixa e equivalentes de caixa e aplicações de curto prazo e longo prazo.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

i. Ebitda

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	**31/12/2019**	**31/12/2020**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**723.497.297,49**	**556.883.657,46**	**763.844.430,22**
Imposto de renda e contribuição social	73.570.781,23	12.095.591,51	31.787.680,94
Receitas financeiras	-233.107.076,07	-252.856.628,11	-335.296.535,30
Despesas financeiras	186.845.831,14	222.396.471,60	254.227.562,02
Despesa de Depreciação e Amortização sobre CPV	141.402.664,42	165.879.165,77	176.615.417,65
Despesa de Depreciação e Amortização sobre despesas operacionais	40.909.996,35	67.656.527,12	83.091.675,58
EBITDA	**933.119.494,55**	**772.054.785,35**	**974.270.231,11**
EBITDA Ajustado	**933.119.494,55**	**772.054.785,35**	**974.270.231,11**

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

ii. Caixa Dívida Líquida

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Endividamento	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2020**
Caixa (1)	464.053.469,52	368.551.130,13	1.232.726.787,00
Endividamento Total (2)	(1.252.785.949,42)	(979.677.165,23)	(1.589.017.475,42)
Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)	21.267.258,05	6.075.452,69	5.668.119,58
Caixa Líquido (Dívida Líquida)	**(767.465.221,85)**	**(605.050.582,41)**	**(350.622.568,84)**

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo.
(2) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos de curto e longo prazo.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em virtude do EBITDA ser um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no seu fluxo de caixa, como é o caso da depreciação, a Companhia acredita que o EBITDA é uma medição importante para a compreensão da sua solidez financeira e capacidade de geração de caixa, além de contribuir para a compreensão de seu desempenho operacional. Trata-se de uma informação adicional às suas demonstrações financeiras, sendo normalmente utilizada por investidores e analistas de mercado.

No entendimento da administração, a referida importância do EBITDA advém do fato de que é uma das medidas não contábeis mais apropriadas para revelar o potencial de geração de caixa da Companhia a partir de seus ativos operacionais, uma vez que excluem do resultado operacional contábil itens sem impacto no caixa do período, como a depreciação e amortização.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

A autorização para conclusão do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi dada pela diretoria, em reunião realizada em 26 de março de 2021.

Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com prazos de vencimentos em 13 de março de 2028 e 13 de março de 2031, respectivamente.

As debêntures foram emitidas em 15 de março de 2021 e serviram de lastro para emissão de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), no valor total de R$ 811.644. Em procedimento de bookbuilding realizado em 03 de março de 2021, foram fixadas as taxas de juros para cada série de emissão. As debêntures da primeira e segunda série farão jus ao pagamento semestral de juros remuneratórios de 3,7992% e 4,1369%, respectivamente, base 252 dias úteis, além de correção pelo IPCA (correção somente junto com a amortização).

Os recursos desta captação serão utilizados para promover e incentivar a agricultura sustentável dos fornecedores da empresa, garantindo a melhoria contínua da segurança alimentar e nutricional dos produtos ofertados aos consumidores. Esta iniciativa faz parte da estratégia de incentivar o fornecimento de matéria prima no longo prazo, comprometendo os fornecedores e a companhia com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), e reforça a posição da Companhia como referência em sustentabilidade no Brasil.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

ANO	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
a. Regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia previa que a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da fixação dos dividendos, a parcela restante do lucro será aplicada, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral, na constituição de reserva estatutária denominada "Reserva para Plano de Investimento". A Reserva para Plano de Investimento observará o limite de 95% do capital social e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18 de abril de 2019, foi deliberada a destinação do saldo do lucro remanescente para a Reserva para Plano de Investimento, após a destinação da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e da fixação dos juros sobre o capital próprio, os quais devem ser considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.	O Estatuto Social da Companhia previa que a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Após a constituição da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e da fixação dos dividendos, a parcela restante do lucro será aplicada, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral, na constituição de reserva estatutária denominada "Reserva para Plano de Investimento". A Reserva para Plano de Investimento observará o limite de 95% do capital social e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2020, foi deliberada a destinação do saldo do lucro remanescente para a Reserva para Plano de Investimento, após a destinação da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e da fixação dos juros sobre o capital próprio, os quais devem ser considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.	O Estatuto Social da Companhia previa que a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Após a constituição da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e da fixação dos dividendos, a parcela restante do lucro será aplicada, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral, na constituição de reserva estatutária denominada "Reserva para Plano de Investimento". A Reserva para Plano de Investimento observará o limite de 95% do capital social e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2021, foi deliberada a destinação do saldo do lucro remanescente para a Reserva para Plano de Investimento, após a destinação da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e da fixação dos juros sobre o capital próprio, os quais devem ser considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.
a. i. Valores das retenções de lucros	210.238.610,14	62.700.887,81	81.350.162,12
a. ii. Percentuais em relação ao lucro total declarado	29,1%	11,3%	10,7%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Segundo o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido foi ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado descontado dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais foi atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório.	Segundo o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido foi ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado descontado dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais foi atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório.	Segundo o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido foi ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado descontado dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais foi atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	Em relação ao exercício de 2018, a Companhia distribuiu resultado na forma de juros sobre o capital próprio, os quais foram considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. A remuneração total representou 39,80% do lucro líquido passível de distribuição em 2018.	Em relação ao exercício de 2019, a Companhia distribuiu resultado na forma de juros sobre o capital próprio, os quais foram considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. A remuneração total representou 57,55% do lucro líquido passível de distribuição em 2019.	Em relação ao exercício de 2020, a Companhia distribuiu resultado na forma de juros sobre o capital próprio, os quais foram considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. A remuneração total representou 65,51% do lucro líquido passível de distribuição em 2020.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos	Não houve eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial que seja aplicável à Companhia. A Companhia, inclusive, distribui um percentual de dividendos ou juros sobre capital próprio imputado aos dividendos, superior ao mínimo estabelecido no Estatuto Social (estabelecido em 25% do lucro líquido ajustado).	Não houve eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial que seja aplicável à Companhia. A Companhia, inclusive, distribui um percentual de dividendos ou juros sobre capital próprio imputado aos dividendos, superior ao mínimo estabelecido no Estatuto Social (estabelecido em 25% do lucro líquido ajustado).	Não houve eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial que seja aplicável à Companhia. A Companhia, inclusive, distribui um percentual de dividendos ou juros sobre capital próprio imputado aos dividendos, superior ao mínimo estabelecido no Estatuto Social (estabelecido em 25% do lucro líquido ajustado).

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado		235.893.988,43	147.700.887,82	349.238.610,14
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		65,514101	57,548740	39,800869
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		11,494041	39,513221	13,008231
Dividendo distribuído total		154.543.826,31	85.000.000,00	139.000.000,00
Lucro líquido retido		609.300.603,00	471.883.657,46	584.497.297,49
Data da aprovação da retenção		30/04/2021	09/04/2020	18/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			154.543.826,31	03/05/2021	85.000.000,00	30/04/2020	139.000.000,00	30/04/2019

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

A Companhia não distribuiu dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	3.084.290.437,91	Índice de Endividamento	46,41123225	
	0,00	Outros índices	0,35988225	Divida Líquida: R$ 350.622.568,84 / EBITDA dos últimos 12 meses: R$ 974.270.231,11 = 0,359882256. A Companhia analisa a sua situação financeira e endividamento pelo indicador da Dívida Líquida, que é composta pela soma dos empréstimos e financiamentos de instituições financeiras, financiamentos de impostos,financiamentos diretos, de curto e longo prazo, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo. A Companhia entende que o índice Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses pode contribuir para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia, pois reflete de forma apropriada o nível de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. Em virtude do EBITDA ser um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no seu fluxo de caixa, como é o caso de depreciação, a Companhia acredita que o EBITDA é uma medição importante para a compreensão da sua solidez financeira e capacidade de geração de caixa, além de contribuir para a compreensão de seu desempenho operacional. Para maiores detalhes,consultar o item 3.2 deste Formulário de Referência. Neste contexto, a capacidade do índice Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses de representar apropriadamente a capacidade de pagamento da Companhia advém da crença da administração de que o EBITDA reflete o resultado operacional contábil sem o efeito de itens não caixa relevantes (como a depreciação).

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		0,00	61.641.725,68	18.047.297,91	84.598,37	79.773.621,96
Financiamento	Garantia Real		407.306.619,02	98.724.877,64	0,00	0,00	506.031.496,66
Financiamento	Quirografárias		368.721.381,72	194.594.597,04	519.670.000,00	0,00	1.082.985.978,76
Títulos de dívida	Quirografárias		857.980.560,43	163.938.420,74	110.500.244,27	283.080.115,08	1.415.499.340,52
Total			1.634.008.561,17	518.899.621,10	648.217.542,18	283.164.713,45	3.084.290.437,90
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Nos contratos firmados pela Companhia, parte deles possui cláusulas restritivas (“covenants”), as quais estão abordadas no item i do tópico 10.1 deste formulário. Existem alguns contratos de FINAME, celebrados entre a M.DIAS BRANCO e algumas Instituições Financeiras com cláusulas de cross-default.

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderiam lhe afetar e/ou afetar suas controladas adversamente. Riscos adicionais, desconhecidos ou considerados menos relevantes pela Companhia neste momento, também poderão causar efeito adverso relevante em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção e da seção *4.2 – Riscos de Mercado*, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos seus negócios, condição financeira, liquidez, resultados de operações, futuros negócios e/ou valor das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive de suas controladas. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

a. Riscos relacionados aos seus clientes

Fator de risco operacional

A Companhia está sujeita a reclamações de consumidores e a recall de produtos, o que poderia afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto adverso relevante em seus custos, negócios e resultados.
Caso a Companhia venha a ser envolvida em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos de recall, de informações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações. Mesmo que a Companhia não seja responsabilizada em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação à qualidade de seus produtos poderia afetar adversamente sua reputação, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para seus negócios e resultados.

Fator de risco estratégico

Mudanças nas preferências do consumidor podem afetar a demanda por produtos da Companhia

Caso a Companhia não consiga ter êxito em antecipar, identificar ou reagir a mudanças nas tendências, exigências e preferências dos consumidores, poderá ocorrer uma redução na procura e nos preços de seus produtos, podendo ter um efeito adverso seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.

b. Riscos relacionados ao emissor

Fator de risco estratégico

A suspensão, o cancelamento ou a não obtenção de novos incentivos fiscais federais e estaduais de titularidade da Companhia podem afetar os seus resultados de forma adversa.
Desde o final da década de 80, a Companhia é titular de incentivos fiscais estaduais, tendo em 31 de dezembro de 2020, 8 (oito) de suas unidades contempladas com incentivos concedidos pelos estados do Ceará (3 unidades fabris), Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Desde a década de 90, a Companhia possui incentivos fiscais federais, tendo hoje 8 (oito) unidades industriais, todas sediadas no Nordeste do Brasil, com incentivos concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tais incentivos consistem na transferência de recursos a título de contrapartida dos governos para os investimentos da Companhia na construção, instalação e modernização de novas unidades industriais na região. A concessão de incentivos, especialmente federais, é realizada somente após a Companhia comprovar a realização dos investimentos previstos em projetos aprovados nos termos das leis.

Mesmo se tratando de incentivos fiscais concedidos em função do atendimento a determinadas condições e por prazo certo – os quais, segundo a legislação brasileira, não podem ser suprimidos unilateralmente pelos governos concedentes antes do transcurso do prazo de concessão – a Companhia poderá vir a sofrer a suspensão do direito ao recebimento dos incentivos, ou até seu cancelamento, caso descumpra algumas exigências que devem ser obedecidas durante seu prazo de fruição, tais como: (i) não distribuição aos seus acionistas do valor do incentivo fiscal recebido; (ii) manutenção de suas operações dentro da regularidade fiscal, especialmente pagando os tributos sem atrasos; e (iii) apresentação, anualmente, de certos documentos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

e relatórios às autoridades competentes, comprovando os investimentos realizados e o atendimento das demais condições. O não cumprimento de tais obrigações ou interpretação equivocada da aplicação de normas tributárias, podem resultar na suspensão ou no cancelamento de tais incentivos fiscais, podendo até obrigar a Companhia a devolver o valor dos incentivos recebidos, acrescido de encargos, o que pode vir a ter um efeito adverso para a Companhia.

A Companhia, considerando o atual cenário de projetos de lei objetivando ampla reforma tributária no país, não pode assegurar que continuará a obter novas subvenções para investimento depois de expirados os prazos de fruição das atuais, e, se conseguir, não pode assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente é titular. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não seja possível a renovação, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, a sua geração de caixa poderá sofrer efeito adverso.

Fator de risco de proteção aos dados

A Companhia está sujeita a sanções administrativas em razão do descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanções.

Se a Companhia não cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico poderão estar sujeitas às sanções previstas no artigo 52 da LGPD, quais sejam:

- advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- multa simples de até 2% (dois por cento) do faturamento da Companhia, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
- publicização da infração; bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;
- suspensão parcial do funcionamento do banco de dados;
- suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração; e proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Ademais, a Companhia, no caso de inobservância da LGPD, pode ser responsabilizada por danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos e responder inclusive solidariamente com outros agentes de tratamento, em decorrência de danos causados aos Titulares de Dados Pessoais.

Portanto, a falha em proteger dados pessoais tratados pela Companhia ou por suas controladas, bem como a ausência de adequação à legislação aplicável, poderá resultar em riscos jurídicos, operacionais e à imagem.

Assim, na ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais que acarretem dano relevante aos Titulares de Dados envolvidos, a Companhia bem como suas controladas poderão ser obrigadas a comunicar o evento à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e aos Titulares, tal qual divulgar o evento na imprensa, o que pode expor negativamente o grupo econômico e provocar um efeito adverso sobre a reputação, negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas e pode obter resultados desfavoráveis em alguns desses processos. As suas provisões para tais contingências poderão não ser suficientes para a satisfação do valor total que a Companhia poderá vir a ser exigida a pagar, visto que são provisionados valores estimados relacionados aos processos com perda provável. Decisões desfavoráveis em relação ao conjunto de processos judiciais ou administrativos poderão ter um efeito adverso para a Companhia.
Para mais informações sobre esses processos, os valores envolvidos, bem como os montantes provisionados, ver neste Formulário de Referência os itens *4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes a 4.7 – Outras contingências relevantes.*

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A precificação inadequada dos produtos pode afetar de forma adversa os resultados e o market share da Companhia.
Os crescimentos em market share e resultado financeiro da Companhia podem ser afetados de forma adversa à medida que os preços são reajustados em decorrência da elevação do custo das commodities e insumos. A Companhia ajusta os preços dos produtos baseada em diversas variáveis incluindo demanda, ambiente competitivo e mudanças nos custos das principais commodities, variação cambial e outros fatores.

A estratégia de crescimento da Companhia por meio de aquisições pode ter efeito adverso para a Companhia.
Parte da estratégia de crescimento futuro da Companhia pode envolver a aquisição de empresas ou outros ativos, caso surjam oportunidades nos mercados em que a Companhia atua ou em novos mercados. Qualquer aquisição de outras empresas ou ativos pode envolver riscos tais como:

- Dificuldades operacionais de integração dos novos colaboradores, dos sistemas de informação, dos produtos e da base de clientes aos seus negócios. Como resultado de qualquer aquisição, podem surgir demandas adicionais dos seus administradores seniores, dos seus sistemas de informação e de outras áreas da Companhia;
- As empresas adquiridas podem vir a apresentar obrigações e contingências não identificadas no processo de auditoria ou due diligence realizado quando da sua aquisição, ou para as quais a Companhia pode não obter indenização contratual do vendedor;
- Qualquer atraso no processo de integração pode causar um aumento inesperado das suas despesas operacionais;
- A diferença cultural entre as empresas pode ocasionar demissões em massa ou insatisfação dos colaboradores remanescentes, impactando o cronograma ou custo da integração;
- A emissão de ações ou de títulos de dívida como fonte de captação de recursos para novas aquisições pode diluir a participação dos seus acionistas no seu capital social ou sujeitar a Companhia a restrições ou obrigações que podem vir a impactar sua habilidade de colocar em prática outros elementos de sua estratégia;
- O processo de aquisição pode ser competitivo e pode elevar o valor da transação pretendida ou, ainda, inviabilizar a consumação da potencial aquisição;
- O resultado da aquisição de outros negócios pode, ainda, afetar adversamente a capacidade da Companhia de pagar dividendos aos seus acionistas; e
- Complexidades na formação do preço de aquisição ou dificuldades de obtenção de autorizações das autoridades públicas de defesa da concorrência, em tempo hábil, podem levar a Companhia a desistir da aquisição ou podem resultar na aquisição de empresas menos atrativas.

A Companhia pode não pagar dividendos aos titulares de ações de sua emissão.
De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25,0% do seu lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo obrigatório. Contudo, o lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Assim, a Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso seus administradores decidam que tal pagamento é desaconselhável diante de sua situação financeira e essa decisão venha a ser aprovada pela assembleia de acionistas. Ademais, a Companhia poderá mudar sua política de distribuição de dividendos a qualquer momento, observados os limites legais. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de suas ações podem não receber dividendos.

Fator de risco cibernético

Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação, poderiam prejudicar as operações da Companhia.
Como em qualquer ambiente informatizado, os sistemas de informação da Companhia poderão estar vulneráveis a interrupções em seu funcionamento devido a eventos internos, tais como: obsolescência de hardware e software, inconsistência ou ineficácia do plano de disaster recovery ou deficiências em segregação de funções e controles de perfis de acesso. Assim como também eventos externos ao ambiente da Companhia, como por exemplo, desastres naturais, falhas nas telecomunicações, vírus de computador, ataques de hackers, ou outras questões operacionais ou de segurança, podem causar interrupções no funcionamento dos seus sistemas informatizados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Fator de risco operacional

Perdas não cobertas pelas apólices de seguro contratadas ou que excedam os limites de indenizações contratados, podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.
A Companhia contratou diversas apólices de seguro junto a grandes seguradoras líderes em seus mercados de atuação com cobertura para parte de seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, a Companhia possui apólices de seguro contratadas com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte internacional de insumos, entre outros.

Não se pode assegurar que as coberturas por ela contratadas sejam suficientes para garantir todas as eventuais perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Assim, na hipótese do não cumprimento das condicionantes dos seguros ou da ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, a Companhia poderá incorrer em significativos custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios, o que poderá impactar adversamente nos seus resultados operacionais. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderá gerar impactos negativos nos seus resultados. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros de sinistros ocorridos que não estejam cobertos nas apólices de seguros contratadas.

Fator de risco estratégico

A Companhia pode vir a realizar captação de recurso no futuro, por meio da emissão de ações ou títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em ações de sua emissão.
A Companhia pode precisar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social poderão resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

Fator de risco de mercado

A Companhia pode estar sujeita a falta de liquidez para honrar as obrigações.
Em cenários em que o acesso a recursos é escasso e/ou torna-se muito custoso, e o acesso ao mercado de capitais não é possível ou é limitado, podemos nos encontrar na situação de termos que diminuir a margem financeira dos nossos produtos a fim de atrair mais clientes e/ou liquidar ativos não comprometidos e/ou potencialmente desvalorizados para assim sermos capazes de honrar nossas obrigações. Caso a liquidez do mercado seja reduzida, a pressão da demanda poderá ter impacto negativo sobre os preços, uma vez que os compradores naturais podem não estar disponíveis imediatamente. Nesse caso, poderemos registrar um deságio significativo sobre os ativos, o que impactará os resultados e a situação financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

c. Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da CompanhiaFator de risco de compliance

A administração, sob a influência do acionista controlador da Companhia, poderá tomar determinadas decisões em relação aos seus negócios que podem conflitar com o interesse dos acionistas minoritários e potenciais investidores da Companhia.
O acionista controlador poderá tomar medidas contrárias aos interesses dos investidores da Companhia, inclusive reorganizações societárias e política de dividendos. A decisão de seu acionista controlador quanto aos seus rumos pode divergir da decisão esperada pelos acionistas minoritários da Companhia.

d. Riscos relacionados aos seus fornecedores
Fator de risco operacional

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela Companhia é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para seus negócios.
As principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são o trigo, a farinha de trigo, o óleo vegetal, a gordura e o açúcar, que contribuíram com 60,1% dos seus custos dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tais matérias-primas e/ou seus componentes são *commodities* e, como tal, seus preços são fixados em Dólar ou definidos em Reais em função dos preços internacionais em Dólar. Os preços desses insumos oscilam de acordo com sua cotação no mercado internacional de *commodities*, o qual é afetado pela variação da oferta e demanda mundial. Historicamente, a cotação de tais *commodities* no mercado internacional sofreu flutuações devido a uma série de fatores. Em 2020, a Companhia aprovou no Conselho de Administração a Política de Hedge, que tem como missão assegurar o atendimento dos objetivos e das estratégias de negócio, identificando e comunicando tempestivamente a necessidade de adequação dos procedimentos operacionais e do nível de exposição aos riscos inerentes de variação cambial e de transações de commodities. Esta Política visa proteger e otimizar o resultado da Companhia em função das variações dos preços de moeda e commodities através de contratação de instrumentos financeiros no mercado futuro, a termo, de opções e swap.

As embalagens também são importantes componentes do seu processo produtivo, tendo representado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, aproximadamente, 9,1% de seus custos de produtos vendidos. O preço das embalagens sofre influência, direta ou indireta, de diversos fatores, entre eles os preços internacionais do petróleo, que são estabelecidos com base no Dólar. Historicamente, o preço das embalagens sofreu flutuações devido a uma série de fatores. A Companhia estuda a criação de controles sobre os fatores que afetam a flutuação do preço das embalagens.

Uma variação súbita ou inesperada dos preços de tais *commodities* e das embalagens decorrente de alterações resultantes de variações cambiais entre o Real em relação ao Dólar, e/ou mudanças na oferta ou demanda destes produtos, pode impactar diretamente o preço de suas matérias-primas e embalagens. Em caso de aumento de preços destes insumos, poderá não ser possível repassar integralmente, de forma imediata, tal aumento aos seus preços, o que poderá vir a diminuir suas margens e afetar a Companhia de forma adversa.

e. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

Fator de risco de mercado

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica do Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia e a negociação das ações de sua emissão.
No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito positivo sobre a economia brasileira, contudo, em virtude da incerteza econômica existente no Brasil e no exterior, há um aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária com baixas taxas de juros, ampliando assim a disponibilidade de crédito e visando impulsionar o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm reduzido de maneira significativa.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Contudo, o Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do governo sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia.

Além disso, se o Brasil experimentar taxas de inflação que reduzam significativamente o poder de compra do consumidor, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão vir a causar um efeito adverso para a Companhia e para o valor de mercado das ações de sua emissão.
O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas, normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e regulamentos. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas, normas e regulamentos, muitas vezes envolvem, entre outras medidas, redução das taxas de juros, mudanças das políticas fiscais, valorizações cambiais, controles de capital e limitações às importações. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais, bem como o preço de mercado das ações de sua emissão poderão ser adversamente afetados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- Política monetária, cambial e taxas de juros;
- Políticas de controle cambial e restrições sobre remessas ao exterior;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária;
- Desapropriação de propriedades privadas;
- Leis e regulamentos aplicáveis ao setor, inclusive ambientais e sanitários;
- Interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias;
- Racionamento de energia elétrica e água; e
- Outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades da Companhia e os seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de sua emissão.

A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para a Companhia e para as ações de sua emissão.
A moeda corrente brasileira desvalorizou-se várias vezes frente ao Dólar durante as últimas décadas. Durante este período, o Governo Federal implantou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, dentre as quais desvalorizações repentinas ou periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados de câmbio paralelos e o sistema do mercado de câmbio flutuante. De tempos em tempos, houve volatilidade significativa no valor do Real frente ao Dólar e a outras moedas.

Em 2018 o Real apresentou desvalorização de 17,1% e encerrou o ano em R$ 3,8748 por US$ 1,00. Em 2019 o Real apresentou uma nova desvalorização de 4,0% e encerrou o ano em R$ 4,0307 por US$ 1,00. Em 2020 o Real apresentou mais uma desvalorização de 28,9% e encerrou o ano em R$ 5,1967 por US$ 1,00. Avaliando a desvalorização dos últimos três anos, tivemos um acumulado de 57,1%.

Estas desvalorizações do Real face ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, através do aumento dos preços dos produtos importados ou cujo preço é atrelado ao Dólar, dentre os quais o trigo, os óleos vegetais, o açúcar e embalagens, que são as principais matérias-primas e insumos da Companhia, podendo acarretar a adoção de políticas recessivas por parte

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

do Governo Federal. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do País e da balança de pagamentos, bem como a uma desaceleração do crescimento baseado nas exportações, o que poderá, assim, afetar de maneira adversa os negócios da Companhia.

Um aumento na concentração do mercado varejista pode forçar uma redução nas margens praticadas pelas empresas do setor, podendo ter um efeito adverso para a Companhia.
Uma parcela representativa da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A possibilidade de concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, aumenta o poder de negociação dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, o fenômeno de concentração dos setores varejistas também pode provocar a diminuição da base de clientes da Companhia, elevando sua dependência dos grandes grupos de varejo acima dos patamares históricos, o que pode ter um efeito adverso.

A Companhia atua num segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, incluindo fabricantes de produtos substitutos dos seus, o que pode ter um efeito adverso para seus negócios.
O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso ao capital de algumas dessas companhias. A Companhia enfrenta, ainda, concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos mercados. Além disso, novas empresas também poderão vir a entrar nestes mercados. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas ou na redução de seus preços e margens.
A Companhia também está sujeita à concorrência de outras linhas de produtos do setor de alimentos, por parte de fabricantes de produtos que podem ser substitutos de alguns dos seus produtos, gerando uma ampliação do seu ambiente de concorrência.

Em níveis diferenciados, seus atuais e futuros concorrentes podem ser bem sucedidos em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter maiores recursos financeiros e melhores campanhas de *marketing*, de forma que a competição com tais concorrentes pode levar a Companhia a reduzir preços, aumentar os seus gastos com marketing, perder participação de mercado, ou, ainda, não ser bem sucedida no lançamento de novos produtos, sendo que qualquer desses acontecimentos pode ter um efeito adverso para seus negócios.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, nos Estados Unidos,na Zona do Euro e na China, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive da negociação das ações da Companhia, e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais e em sua condição financeira.
O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive de ações da Companhia. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da sua emissão.
No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil causando um impacto negativo no preço dos ativos negociados no país. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo ser incapazes ou não estar dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação de ações da Companhia, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Risco político, sanções comerciais e intervenções militares no mundo podem causar um efeito adverso para a Companhia, causando um impacto negativo nos seus resultados operacionais.
Instabilidade política regional, decisões sobre sanções comerciais e intervenções militares em diversas partes do mundo podem gerar instabilidade de preços de *commodities* e volatilidade no câmbio, afetando, assim, o preço das matérias-primas utilizadas pela Companhia em seu processo produtivo e, consequentemente, pressionando os seus custos de produção. De 2012 a 2014, por exemplo, o Governo Argentino limitou a exportação de trigo, limitando a oferta do grão em países na

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

América do Sul. Desde o segundo semestre de 2013 a Ucrânia, importante país produtor de trigo no mundo, vive uma crise política que pode afetar sua produção e, por conseguinte, gerar volatilidade no preço da *commodity*. Em 2014, tensões entre Ucrânia e Rússia fizeram com que a comunidade internacional impusesse sanções à Rússia como forma de retaliação, gerando incertezas quanto à oferta de trigo advinda deste país. Ainda no ano de 2014, a crise na Grécia com o risco do não pagamento da sua dívida e a possibilidade de sua saída da Zona do Euro gerou dúvidas quanto ao futuro da União Europeia e de seus países membros, causando um efeito adverso sobre o mercado de capitais mundial e brasileiro.

Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia pode ser impedida de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso.
As marcas, o *design* e a técnica utilizada na fabricação dos produtos da Companhia estão constantemente sujeitos à utilização indevida e/ou violação, por terceiros, de seus direitos de propriedade intelectual. A falsificação de produtos e a utilização indevida dos direitos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia podem, não apenas causar efeitos adversos nas vendas, como também comprometer os resultados finais da Companhia.

Para mais informações sobre as marcas e patentes detidas pela Companhia, veja o item *9.1.b – Ativos intangíveis* deste Formulário de Referência.

Riscos de eventos extremos no mundo podem afetar de forma adversa os resultados da Companhia.
Eventos extremos como pandemias, guerras, desastres naturais, dentre outros, ocorridos em diversas localidades do mundo, podem paralisar atividades econômicas e provocar abalos nos mercados globais, com impactos nas cadeias de suprimentos, nos preços das commodities, na variação cambial e no valor das ações da Companhia.

Estes eventos podem ocasionar medidas como confinamento da população, restrições comerciais, fechamento de fronteiras, rupturas de distribuição, genocídios, dentre outros, provocando recessões locais ou globais. Estas medidas podem reduzir o consumo e a produção industrial, gerando desabastecimento e aumento dos preços dos insumos.

f. Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

Fator de risco de compliance

A Companhia está sujeita a um rígido controle e extensa legislação ambiental e sanitária, o que pode implicar em um aumento de seus custos, provocando um efeito adverso relevante para suas atividades.
A Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias internacionais, federal, estaduais e municipais e à regulamentação do Ministério da Agricultura, referente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.
A inobservância das leis e regulamentos das autoridades sanitárias pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multas, suspensão parcial ou total das atividades, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso para sua operação.

Mudanças ou alterações nas atuais regulamentações sanitárias podem acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da regulamentação sanitária poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Não obstante, a existência de ingredientes alergênicos, ou traços destes ingredientes, em produtos da Companhia pode acarretar redução da demanda e busca de produtos substitutos pelo consumidor.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

g. Riscos relacionados a questões socioambientais

Fator de risco socioambiental

Riscos ambientais e climáticos podem prejudicar as atividades da Companhia e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais.
Problemas ambientais e climáticos em regiões produtoras das matérias-primas utilizadas no processo produtivo podem gerar volatilidade no preço das mesmas de forma a impactar os custos de produção da Companhia.

Além disso, a falta de recursos hídricos pode afetar não apenas o abastecimento da população e das indústrias como também a geração de energia por meio das usinas hidrelétricas. A escassez de água pode levar a um racionamento de recursos hídricos e de energia elétrica, ocasionando um impacto nos custos de aquisição destes recursos.

Com o intuito de minimizar alguns riscos ambientais a Companhia possui uma Agenda Estratégica de Sustentabilidade, que prioriza temas capazes de gerar e proteger o valor para todos stakeholders ao longo do tempo. A gestão da sustentabilidade ocorre por meio de Grupos de Trabalho (GT) com objetivo de tornar os aspectos sociais e ambientais parte da cultura de negócio.

A Companhia está sujeita a um rígido controle e extensa legislação ambiental, o que pode implicar em um aumento de seus custos, provocando um efeito adverso relevante para suas atividades.
As atividades da Companhia estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multas, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais podem acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

h. Riscos relacionados aos seus acionistas
A Administração não vislumbra nenhum risco relevante que possa advir de seus acionistas, que sejam capazes de influenciar, de modo relevante, a decisão de investimento.

i. Riscos relacionados às suas controladas e coligadas
Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.
Não é possível assegurar que a Companhia terá sucesso em implementar sua estratégia e obter sinergia com as integrações de suas controladas e coligadas, o que pode causar efeito adverso nos resultados da Companhia.

j. Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue
Não aplicável, pois a Companhia não possui unidades ou filiais atuando em outros países.
Informações sobre outros riscos relacionados à Companhia, que foram informados tempestivamente, a fim de manter o mercado informado acerca da situação, foram divulgados nos fatos relevantes publicados e arquivados na CVM. Adicionalmente, detalhamos sobre alguns desses riscos na sessão *4.7 Outras Contingências Relevantes*, deste formulário.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Para os fins desta seção e da seção 5 – Gerenciamento de riscos e controles internos, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos negócios da Companhia, condição financeira, liquidez, resultados de operações, futuros negócios e/ou valor das ações ordinárias de sua emissão. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

A seguir são apresentados os riscos de mercado que, atualmente, a Companhia acredita que podem lhe afetar adversamente. Riscos de mercado adicionais desconhecidos pela Companhia ou que pareçam menos relevantes neste momento também poderão causar efeito adverso em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

Risco de recessão econômica nacional.
Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições políticas e econômicas brasileiras, podendo resultar em maior volatilidade nos mercados e contribuir com perdas líquidas para os resultados da Companhia.

A instabilidade política nacional, bem como a desaceleração econômica global e a volatilidade do sistema financeiro podem depreciar o crescimento econômico do país. Essa eventual recessão econômica, reduz a disponibilidade de crédito e, consequentemente, de investimentos para expansão das operações da Companhia.

A incerteza sobre a implementação, por parte do governo brasileiro, de mudanças significativas nas políticas públicas, em especial reformas tributárias e administrativas, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros no curto prazo, e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Consequentemente, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que poderia ter um efeito adverso sobre as operações e resultados financeiros da Companhia.

Flutuações nos preços de certos insumos e/ou matérias-primas utilizados no processo produtivo podem afetar adversamente os resultados da Companhia.
Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Como política de prevenção de oscilações de curto prazo, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques de trigo (incluindo contratos negociados para entrega futura), principal matéria prima, que pode variar de 2 a 4 meses de consumo dependendo da época do ano e da sazonalidade de cultivo. Esse procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, a Companhia acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações online com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, avalia o momento mais oportuno para compra dessas commodities, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, fixando ou não o preço da commodity, colocando, assim, a Companhia sujeita ao risco de variação da commodity ou de variação cambial ou a ambos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura, no montante de 290.066 toneladas (437.506 toneladas em 31 de dezembro de 2019), onde 92.000 toneladas de óleo estavam com o preço a fixar. Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US$ 43.035 de trigo e US$ 99.125 de óleo (US$ 39.445 de óleo e US$ 76.149 de trigo em 31 de dezembro de 2019).

Diante do risco de variação no preço de trigo e óleo, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade para o montante, cujo preço não estava fixado, de óleo (92.000 toneladas), levando em consideração a possibilidade de três cenários de variação no preço da commodity, com respectivos resultados futuros que seriam gerados. O cenário provável considerou os preços do óleo em US$ 915,91, no mesmo patamar do valor de mercado em 30 de dezembro de 2020. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento no preço das commodities em 25% e 50% respectivamente.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Descrição	Posição em risco (toneladas)	Risco	Cenário provável	Cenário possível (US$) (1)	Cenário remoto (US$) (1)
Contratos de aquisição de óleo (preço a fixar)	92.000	Alta da commodity	-	(21.066)	(42.132)

(1) Valor em US$ mil.

Por fim, seguindo a política de hedge aprovada, a Companhia iniciou a contratação de operações futuros para o óleo de palma através da bolsa de Bursa (Malásia). Os instrumentos firmados apresentam vencimentos até novembro de 2021, com valor justo a receber em 31 de dezembro de 2020 de R$ 773.

Descrição	Objeto de proteção	Indexador	Quantidade (em ton)	Valor justo
Compra Futuro + Opções Compra de Put	Preço da commodity	Óleo de Palma - Bolsa de Bursa (Malásia)	2.700	773

Variações cambiais podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou seu fluxo de caixa e receita futuros.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, em especial, sobre os passivos atrelados a moeda estrangeira dólar e euro, decorrentes de importações das principais matérias primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, além de capital de giro.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía dezessete contratos vigentes de operações de swap para proteção dos financiamentos de importação de trigo (FINIMP) e de capital de giro, com diversos vencimentos, até 22 de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais 2,4624% e na ponta passiva paga, em média, 176,16% do CDI. Os valores de referência (nocional) totalizaram R$ 818.738 e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2020 totalizava R$ 14.022.

Contratos de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Posição ativa						
Moeda estrangeira (USD)	**818.738**	339.803	**856.128**	365.232	**877.164**	364.794
Moeda estrangeira (EUR)	-	130.000	-	133.943	-	133.165
Posição passiva						
CDI	**818.738**	469.803	**827.955**	489.710	**863.142**	489.779
Resultado	-	-	**28.173**	9.465	**14.022**	8.180

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	**856.128**	499.191	**856.128**	499.191
Contratos de swap (b)	**(856.128)**	(499.175)	**(856.128)**	(499.175)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	**(7)**	(6)
Superávit apurado (a-b)	-	16	**(7)**	10

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia implementou a política de hedge e passou a contratar operações baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de forecasts intermediários, mediante contratação de operações a termo ("Non Deliverable Forward - NDF") e opções.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cinquenta e cinco contratos de operações a termo com vencimentos até 01/07/2021 e trinta e oito contratos de opções com vencimento até 03/05/2021, bem como valor de referência (nocional) e valor justo, conforme segue:

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência (notional)	Valor de referência (notional)	Valor justo a receber (a pagar)
NDF - US$ /R$	Moeda	US$	119.819	(3.449)
Opções - US$ /R$	Moeda	US$	49.621	(1.530)
Total			169.440	(4.979)

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros de óleo e trigo que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R$ 5,1967 no mesmo patamar de fechamento em 31 de dezembro de 2020. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R$ 6,4959) e 50% (R$ 7,7951), respectivamente.

Descrição	Posição em risco (USD)	Risco	Cenário provável	Cenário possível (R$)	Cenário remoto (R$)
Contratos de aquisição de trigo	142.160	Alta do dólar	-	(184.691)	(369.381)

Oscilações nas taxas de juros podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou o fluxo de caixa e receita futuros.

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	**1.228.073**	365.284	**1.228.199**	365.284
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI	**(856.128)**	(499.191)	**(856.128)**	(499.191)
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	**(579.936)**	(267.770)	**(579.936)**	(267.770)
Ativos – Passivos	**(207.991)**	(401.677)	**(207.865)**	(401.677)

A análise de cenário abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI e à TJLP em R$ 207.865.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivos líquidos	(207.865)	Aumento do CDI	-	(987)	(1.975)

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2020 em 1,90% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (2,38% a.a.) e 50% (2,85% a.a.), respectivamente.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2021, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte ativa ou passiva, em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Em 31 de dezembro de 2020, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 7,86% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 92,14% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme cada caso. Já em relação aos processos de natureza tributária, 50,75% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 49,25% estão sendo discutidos em âmbito judicial, também em instâncias inferiores e superiores, dependendo do caso.

A Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Desses processos somente são provisionados aqueles em que a Companhia é parte passiva e cujas chances de perda são prováveis. Os valores são suficientes para garantir as perdas estimadas. Assim, as provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos envolvidos.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia é parte e que são relevantes individualmente.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como ré em 2.898 processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, perfazendo o valor total envolvido de, aproximadamente, R$ 338 milhões. Referidas ações versam basicamente sobre hora extra e seus reflexos, reconhecimento de vínculo empregatício, indenização por acidente de trabalho e doença ocupacional, responsabilidade subsidiária, indenização por danos morais e materiais, equiparação salarial, desvio ou acúmulo de funções, dentre outras matérias.

A Companhia não é parte em ação trabalhista que, individualmente, possa lhe acarretar impacto relevante.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020, a M Dias Branco litigava em 597 ações tributárias. Destacamos abaixo os processos não sigilosos considerados como relevantes.

Subvenção para Investimentos

A M Dias Branco é parte em seis processos administrativos, e em 31 de dezembro de 2020 o valor total atualizado destes processos era de R$ 368,3 milhões, cujo mérito principal refere-se à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre as subvenções para investimentos estaduais, sendo eles: PROVIN/CE, PROADI/RN, FAIN/PB e DESENVOLVE/BA.

Os autos de infração 10380-730.014/2014-91, 10380.723251/2012-34, 10380.009929/2004-62 e 10380.009701/2004-72 referentes aos anos fiscais de 1999 a 2003, 2008 e 2014, tramitam perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), e as decisões finais proferidas por esse Órgão podem ser contestadas judicialmente, caso desfavoráveis à Companhia. Já os processos administrativos 10380.009928/2004-18 e 10380.009930/2004-97, referentes aos anos fiscais de 1999 a 2003, tramitam na 33ª Vara Federal do Ceará e Tribunal Regional Federal da 5ª Região respectivamente.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Ressaltamos que, com o advento da Lei Complementar nº 160/2017, a discussão relacionada ao tema subvenção para investimento deverá ser encerrada, pois, essa introduziu os parágrafos 4º e 5º no artigo 30 da Lei 12.973/14, dispondo que os incentivos e benefícios fiscais previstos na Constituição Federal, concedidos pelos Estados e Distrito Federal, são considerados subvenções para investimentos e que tal dispositivo aplica-se aos processos administrativos e judiciais ainda em tramitação.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dos autos é remota.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

	PROCESSO Nº 10380-730.014/2014-91
Juízo	Delegacia de Julgamento – DRJ
Instância	DEL REC FED JULGAMENTO-RIBEIRAO PRETO-SP
Data de instauração	17/12/2014
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 158.914.961,76
Principais fatos	O Auto de Infração lavrado em 17/12/2014 versa sobre o tratamento tributável, para fins de IRPJ e CSLL, de subvenções recebidas pela Companhia nos anos-calendário de 2009 e 2010 dos seguintes programas: Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial do Ceará ("PROVIN/CE"), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Rio Grande do Norte ("PROADI/RN"), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba ("FAIN/PB") e o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia ("DESENVOLVE"). As autoridades fiscais concluíram que a Companhia teria deixado de observar regras fiscais pertinentes à tributação de subvenções, o que implicou na exigência de IRPJ e CSLL, acrescidos de juros de mora, multa de ofício. A Companhia foi intimada para demonstrar a adoção, pelos Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, das providências estabelecidas nas cláusulas do Convênio ICMS 190/17. Aguardando decisão.
A chance de perda é:	Remoto.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 10380.009929/2004-62
Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza-CE
Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Data de instauração	29/10/2004
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 128.656.668,15
Principais fatos	Em 29/10/2004, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para exigência de COFINS referente aos anos de 1999 a 2003, em decorrência de: (i) divergência entre valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não ter incluído na base de cálculo valores escriturados de subvenções auferidas a título de incentivo fiscal dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Apresentada Impugnação. O lançamento foi julgado parcialmente procedente pela Delegacia de Julgamento – DRJ, alterando os valores da Cofins, relativos aos fatos geradores de Abr/2003 e Mai/2003. Interposto Recurso Voluntário pela Companhia. Proferido Acórdão pela 4ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes do CARF julgando parcialmente procedente o Recurso Voluntário da Companhia afastando as receitas oriundas das variações cambiais e das subvenções para custeio e investimento da base de cálculo da COFINS. Porém, mantendo no cálculo da exação o valor do ICMS-ST. Interposto Recurso Especial pela União e opostos Embargos de Declaração pela Companhia. Embargos de Declaração acolhidos em parte para reconhecer a decadência das competências de janeiro a abril e setembro de 1999. Em 22/08/2019, a Companhia interpôs Recurso Especial, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Remota

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 0800433-12.2018.4.05.8100 antigo 10380.009928/2004-18
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	33ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	18/01/2018
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 37.213.703,31
Principais fatos	Em 17/12/2003, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para exigência de PIS, relativo aos anos-calendários de 1999 a 2003, pelas supostas irregularidades: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo dos valores escriturados de subvenções auferidas a título de incentivo fiscal dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. O lançamento foi mantido parcialmente na esfera administrativa. A Companhia ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, em 29/11/2017, registrada sob o nº 0815072-69.2017.4.05.8100. Antes da aceitação dos bens imóveis ofertados para suspender a exigibilidade do crédito tributário, a União, através da Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, ajuizou Execução Fiscal, em 18/01/2018, autuada sob o nº 0800433-12.2018.4.05.8100, sendo apresentado seguro garantia pela Companhia. Ação aguardando julgamento.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 10380.009701/2004-72
Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza-CE
Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Data de instauração	22/10/2004
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 26.923.005,93
Principais fatos	A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para exigência de IRPJ (outubro/99) e CSLL (janeiro a outubro/99) pelas seguintes irregularidades: (i) falta de adição, para fins de determinação do lucro real (IRPJ e CSLL), de rendimentos auferidos a título de subvenção para capital de giro (PROVIN), não incluídos na apuração do Lucro líquido; (ii) ausência de adição da CSLL ao lucro líquido, do período relativo ao evento da CISÃO, na determinação do lucro real (CSLL) e (iii) redução indevida do valor do IRPJ a pagar, haja vista ter pleiteado valor de isenção/redução maior que o benefício que lhe foi concedido. Julgado procedente o auto de infração pela Delegacia de Julgamento - DRJ. Interposto Recurso Voluntário pela Companhia. Proferido acórdão pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF que cancelou as exigências referente à subvenção para investimentos e às exclusões da CSLL no lucro da exploração. Desse julgado a União interpôs Recurso Especial e a Companhia opôs Embargos de Declaração. Em 08/06/2016, os Embargos de Declaração foram acolhidos, com efeitos infringentes, para dar inteiro provimento ao Recurso Voluntário da Companhia. O Recurso Especial da União ainda não foi julgado.
A chance de perda é:	Remota.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 0811727-95.2017.4.05.8100 antigo 10380.009930/2004-97
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	8ª Vara da Seção Judiciária do Ceará

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Data de instauração	04/09/2017
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 14.785.513,57
Principais fatos	Em 29/10/2004, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de Infração para exigência de multa isolada pelas seguintes irregularidades: (i) escrituração de incentivos fiscais do PROVIN (Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas) com recursos originários do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará) e do PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte), como subvenção para investimento, deixando de inseri-los no lucro líquido para fins de cálculo e apuração da CSLL, e (ii) escrituração do ganho proveniente do subsídio fiscal no momento da liquidação do financiamento do ICMS e não na ocasião do financiamento propriamente dito. O lançamento foi mantido parcialmente na esfera administrativa. A Companhia impetrou Mandado de Segurança, em 04/09/2017, registrado sob o nº 0811727-95.2017.4.05.8100, visando a obtenção de provimento jurisdicional que reconheça a inexigibilidade da multa isolada de CSLL, relativa ao ano calendário de 2003. Em 16/03/2018, a segurança foi concedida para anular as exigências. Sentença sujeita ao duplo grau obrigatório. Processo remetido ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região para julgamento da apelação da União Federal.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 10380.723251/2012-34
Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza-CE
Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Data de instauração	15/03/2012
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 1.843.435,36
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado, após ter sido realizado um Procedimento Fiscal, para exigências de PIS e COFINS, nos períodos de 01/2008 a 12/2008, e de IRPJ e CSLL, no período 12/2008. Foram apresentadas duas impugnações. Uma para PIS/COFINS e outra para IRPJ/CSLL, as quais foram julgadas parcialmente procedentes. Houve a manutenção da exigência do IRPJ/locação de aeronave e PIS/Cofins/Creditamento-Combustíveis. Tendo sido exonerado os lançamentos relativos ao IRPJ e CSLL relacionados ao valor das subvenções para investimento. Interpostos recursos ao CARF pela Companhia e Fazenda Nacional. Com a reedição do parcelamento previsto na Lei 11.941/99, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento e quitou os débitos de PIS/COFINS (despesas de combustíveis). Restando em discussão o tema subvenção para investimento e glosa de despesas com aeronave. A Companhia foi intimada para demonstrar a adoção, pelos Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, das providências estabelecidas nas cláusulas do Convênio ICMS 190/17. Após cumprimento da determinação, foi proferida decisão de segunda instância administrativa que deu parcial provimento para o Recurso Voluntário interposto pela Sociedade, no sentido de (i) cancelar as exigências fiscais por entender que os valores foram corretamente tratados pela Companhia como subvenção para investimento e (ii) manter a exigência referente ao aluguel de aeronaves. No que tange à subvenção para investimento, não foi interposto nenhum recurso pela PGFN, logo os débitos dessa seara, no montante de R$ 70.198.773,20, foram cancelados, restando-se em discussão somente os débitos sobre as despesas com locação de aeronave no total de R$ 1.843.435,36. A companhia interpôs Recurso Especial, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

Crédito Outorgado de ICMS

A Companhia é parte em quatro autos de infração lavrados para exigência de ICMS, sob a motivação de que a empresa usou crédito outorgado concedido pelo Estado cumulativamente com outros créditos na entrada dos produtos. Aduz a autoridade fazendária que a Companhia creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", quando já teria escriturado os créditos pelas entradas, tanto dos produtos para revenda como dos insumos utilizados para fabricação dos produtos, ou seja, teria se creditado duas vezes.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido nestes autos era de R$ 335,9 milhões.

Os autos de infrações nº 4.045.881-7, 4.017.564-9, 4.047698-4 foram julgados desfavoráveis em 1ª instância administrativa e a Companhia interpôs Recurso Ordinário ao Tribunal de Impostos e Taxas (TIT). Em segunda instância, o julgamento foi convertido em diligência. Acrescentamos que, em março de 2019, foi lavrado novo auto de infração registrado sob o nº 4.116.234-1 no valor atualizado de R$ 102,4 milhões. Apresentada impugnação administrativa, que foi julgada improcedente. Dessa forma, a Companhia interpôs Recurso Ordinário.

Na opinião dos nossos advogados, o risco de perda desses processos é considerado possível na esfera administrativa. As decisões finais proferidas por esse Órgão podem ser contestadas judicialmente, quando desfavoráveis à Companhia.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

	PROCESSO Nº 4.017.564-9
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Tribunal de Impostos e Taxas
Data de instauração	25/03/2013
Partes no processo	Polo Ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 196.373.532,23
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: I- creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos. Os créditos outorgados lançados são ilegítimos, nos períodos de abril de 2008 a novembro de 2009 e de dezembro de 2009 a dezembro de 2011. A Companhia apresentou defesa ao auto de infração junto à Delegacia Tributária de Julgamento de Guarulhos. O julgamento foi convertido em diligência. Em resposta à diligência, a Companhia acostou parecer técnico. O auto foi julgado procedente, ratificando a multa e o imposto. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia. No dia 27/01/2014, o julgamento foi convertido novamente em diligência para apuração dos estornos, ou seja, comprovação de que não houve aproveitamento em duplicidade de créditos. Em maio de 2019, foi proferida decisão de segunda instância administrativa que conheceu e deu provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Empresa, cancelando, portanto, o AIIM. A Fazenda interpôs Recurso Especial. A Empresa foi intimidada para apresentar contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda. A Empresa apresentou contrarrazões e aguarda-se julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 4.116.234
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	18/03/2019
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 102.492.914,12
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: (i) creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos; (ii) deixou de pagar o ICMS

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	em virtude da diferença encontrada entre a quantidade de mercadorias remetidas para depósito em armazém geral e a quantidade de mercadorias retornadas quando comparadas com os estoques informados nos registros de inventário e (iii) deixou de escriturar, no Registro de Entrada da Escrituração Fiscal Digital – EFD notas fiscais eletrônicas. Referente ao período de janeiro a dezembro de 2015 a 2016. Apresentada impugnação administrativa relativo ao tema crédito outorgado e omissão de saídas. Efetuado o pagamento da infração pela falta de escrituração. A impugnação foi julgada improcedente. Dessa forma, a Companhia interpôs Recurso Ordinário, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 4.045.881-7
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Tribunal de Impostos e Taxas
Data de instauração	10/09/2014
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 28.372.592,78
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: I- creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos. Os créditos outorgados lançados são ilegítimos. Referente ao período de abril a dezembro de 2012. Protocolada defesa administrativa. Em 1ª Instância, a Delegacia de Julgamento julgou procedente o lançamento mantendo a multa e o imposto. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia. O julgamento foi convertido em diligência para apuração dos estornos, ou seja, comprovação de que não houve aproveitamento em duplicidade de créditos. Aguarda-se a decisão de segunda instância administrativa.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 4.047698-4
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	07/11/2014
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 8.722.076,66
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: I- creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos. Os créditos outorgados lançados são ilegítimos. Referente ao período de janeiro a março de 2012. Apresentada impugnação. Em 1ª instância a Delegacia de Julgamento converteu o julgamento em diligência. Em seguida, o auto foi julgado procedente. Interposto Recurso Ordinário o qual foi negado provimento. A Companhia interpôs Recurso Especial que foi negado provimento. A Companhia apresentou pedido de retificação de julgado contra a referida decisão, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

ICMS – Margem de Valor Agregado – Protocolo ICMS 46

O Estado do Piauí ajuizou execução fiscal para exigência de crédito tributário referente a ICMS, lançado por meio dos AI's n. 45601, 45602, 45603, 45604 e 45605 por suposto recolhimento a menor desse imposto no período de 05 a 12 de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da Margem de Valor Agregado.

Os autos de infração foram lavrados sob o fundamento de que a Companhia teria deixado de "recolher parcela do ICMS, relativo à aquisição de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, visto que, segundo a fiscalização, o contribuinte teria apurado o imposto devido de forma incorreta, utilizando percentual de agregação de 15% (quinze por cento) uniformemente sobre o valor da nota fiscal, quando o Decreto nº 10.500/01 determina a aplicação de percentuais de agregação de 20% (vinte por cento) para massas alimentícias e de 30% (trinta por cento) para biscoitos e bolachas, deixando, ainda, de observar os valores mínimos estabelecidos em Atos Normativos expedidos pela Secretaria da Fazenda". Contudo, a fiscalização desconsiderou que nas operações realizadas pela Companhia, desde o ano de 2001, a incidência do ICMS deverá observar as regras previstas no Protocolo ICMS 46/2000, que versa sobre a sistemática de tributação no setor, especialmente por meio da instituição do regime de substituição tributária progressiva.

Por virtude desse regime, o momento da cobrança do imposto foi dissociado do momento da efetiva ocorrência do fato gerador, de sorte que o ICMS devido pelas futuras e presumidas operações com farinha de trigo e derivados passou a ser recolhido de modo antecipado, por ocasião da importação do trigo. As operações subsequentes, inclusive as realizadas por estabelecimentos filiais, ficam dispensadas de novo recolhimento do ICMS, eis que o tributo já foi integralmente pago por antecipação.

Após garantia do juízo, por meio de carta fiança, a Companhia apresentou embargos à execução fiscal pendentes de julgamento ainda em primeira instância.

Na opinião de nossos advogados, o processo judicial apresenta risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total envolvido era de R$ 35 milhões.
Segue o detalhamento do respectivo processo:

	PROCESSO Nº 129482010
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Instância	4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Teresina
Data de instauração	03/09/2010
Partes no processo	Polo ativo: Estado do Piauí
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 35.010.837,29
Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Piauí para exigência dos créditos tributários lançados nos AI's n. 45601, 45602, 45603, 45604 e 45605, por suposto recolhimento a menor de ICMS do período de 05 a 12 de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da margem de valor agregado. A Companhia opôs Embargos à Execução após aceitação da carta fiança de nº 2.046.674-P no valor de R$23.650.000,00. Posteriormente, a empresa requereu a substituição da garantia apresentada nos autos (fiança bancária) por seguro garantia. Intimado, o Estado do Piauí se manifestou informando que não se opõe à substituição. Processo concluso em 12/11/2019. Execução aguardando julgamento de mérito.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

IPI – Alíquota Zero

A União Federal, por meio da Procuradoria da Fazenda Nacional, moveu contra a Companhia quatro execuções fiscais para cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que foram compensados com crédito de IPI reconhecido por meio da ação judicial 1999.16984-0 e confirmado após ajuizamento de ação rescisória da Fazenda Nacional.

Em 1999, a Companhia impetrou mandado de segurança visando a utilização do saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, anterior a janeiro de 1999, decorrente de aquisição de insumos (matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem), aplicados na industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, com o IPI devido na saída de outros produtos, nos termos da Lei nº 9.779/99, sem as limitações da IN/SRF nº 33/99, por ser esse efeito do Princípio Constitucional da Não-Cumulatividade, legislação ordinária pátria (Lei nºs 8.383/91, 9.430/96 e 9.779/99). Após a concessão da segurança, por permissão legal, a Companhia apurou os valores pagos a maior e compensou com os impostos devidos de IRPJ, CSLL e COFINS. Contudo, embora a sentença tenha transitado em julgado favorável à Companhia, com confirmação em sede de Ação Rescisória (AR/5059), a União Federal executou os créditos compensados, por entender que, embora tenha sido reconhecido o direito ao crédito, a Companhia não teria escriturado os créditos no livro registro de apuração do IPI.

A execução fiscal 0816616-29.2016.4.05.8100 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.6.10.002446-50; 30.6.10.002458-93; 30.6.10.002459-74; 30.6.10.002545-31; e 30.7.10.000523-08 está tramitando na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará e a execução fiscal 0000833-37.2015.4.05.8109 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.10.000756-89, nº 30.6.10.002413-91, nº 30.6.10.002454-60 e nº 30.6.10.002546-12 está tramitando na 34ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. Ambas as execuções foram ajuizadas contra a M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos.

Já a execução fiscal nº 0816408-45.2016.4.05.8100 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.16.001655-57 e nº 30.6.16.005596-00 está tramitando na 33ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará e a execução n° 0000162-48.2014.4.05.8109 decorrente da Certidão de Dívida n°30.7.13.000097-00 está tramitando na 34ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. As execuções foram ajuizadas contra a Pelágio Oliveira S/A, empresa incorporada pela Companhia. Na opinião de nossos advogados, as execuções apresentam risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido era de R$ 144,1 milhões.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

	PROCESSO Nº 0816616-29.2016.4.05.8100
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	20ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	27/12/2016
Partes no processo	Polo ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 109.344.852,39
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R$ 97.533.355,66, decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.6.10.002446-50; 30.6.10.002458-93; 30.6.10.002459-74; 30.6.10.002545-31; e 30.7.10.000523-08, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Protocolada petição oferecendo bem em garantia do valor exigido, que aguarda apreciação. Processo concluso para julgamento.
A chance de perda é:	Possível

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

	PROCESSO Nº 0816408-45.2016.4.05.8100
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	33ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	21/12/2016
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 16.811.208,70
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R$ 15.075.504,93, decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.2.16.001655-57 e 36.6.16.005596-00, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Execução suspensa aguardando a decisão final da ação anulatória de débito fiscal nº 0803683-74.2016.4.05.0000 ajuizada pela Companhia em 05/06/2016. Oferecido imóvel como garantia da dívida. A ação anulatória foi julgada improcedente e foi interposto recurso de apelação o qual aguarda julgamento. A Companhia foi intimada para apresentar nova apólice de seguro em agosto de 2019. Foi oferecido seguro garantia em outubro de 2019. A Fazenda Nacional concordou com o seguro. Apresentado embargos à execução fiscal, que se encontra suspenso, aguardando o julgamento da ação anulatória de débito fiscal n° 0803683-74.2016.4.05.0000.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

	PROCESSO Nº 0000833-37.2015.4.05.8109
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	34ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	17/03/2015
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado: R$ 16.001.585,16
Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada a partir das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.10.000756-89, nº 30.6.10.002413-91, nº 30.6.10.002454-60 e nº 30.6.10.002546-12, tendo como objetivo a cobrança da importância de R$ 14.356.783,08, referente às compensações de débitos de IRPJ realizadas com créditos decorrente da decisão judicial transitada em julgado na ação judicial nº 0016984-67.1999.4.05.8100 (IPI). Realizada penhora nas contas da Companhia – BACENJUD no valor executado. A Companhia requereu a substituição dos valores bloqueados por bens imóveis, porém o pedido foi indeferido. Interposto Agravo de Instrumento autuado sob o n° 2017.8423.002544-5. Em 30/08/2017 foi proferido despacho na execução determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do agravo de instrumento interposto. Em 02/10/2019 houve um despacho, informando o inteiro teor do acórdão proferido no referido agravo de instrumento. Aguardando a reativação do processo e análise do mérito.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

	PROCESSO Nº 0000162-48.2014.4.05.8109
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	34ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	21/10/2014
Partes no processo	Polo ativo: União Federal

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 1.954.122,42
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R$ 1.583.479,83 decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.7.13.000097-00, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Realizada penhora nas contas da Companhia – BACENJUD no valor executado. A Companhia requereu a substituição dos valores bloqueados por bens imóveis, porém o pedido foi indeferido. Interposto Agravo de Instrumento autuado sob o n° 2017.8423.002541-0. Em 3/10/2017 foi proferido despacho na execução determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do agravo de instrumento interposto. Em 25/11/2019 houve um despacho, informando o inteiro teor do acórdão proferido no referido agravo de instrumento. A execução foi suspensa até que haja o julgamento do Recurso Especial de nº. 1.670.405 pelo Superior Tribunal de Justiça. Após o julgamento do Recurso Especial, a execução será reativada e haverá a análise do mérito.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

Exclusão ICMS na Base de Cálculo do PIS/COFINS

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Representativo de Controvérsia (RE 574.706/PR) de relatoria da ministra Cármen Lúcia, pacificou o entendimento de que o valor arrecadado a título de ICMS não se incorpora ao patrimônio do contribuinte e, dessa forma, não pode integrar a base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS), que são destinadas ao financiamento da seguridade social, ou seja, o ICMS, por não compor faturamento ou receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

No tocante a essa matéria, a Companhia possui 10 (dez) ações judiciais, das quais 3 (três) foram ajuizadas por M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e 7 (sete) foram apresentadas por empresas já incorporadas.

As ações judicias 2000.81.00.010313-1, 0007508-19.2010.4.05.8100 e 0803798.-11.2017.4.05.8100 foram ajuizadas pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos e as demais foram interpostas por empresas incorporadas pela Companhia, quais sejam: 0014056-09.1987.4.03.6100 - Zabet S/A Indústria e Comércio, 2006.61.00.026027-0 - Adria Alimentos do Brasil Ltda, 2007.83.00.000169-2 - Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda, 2008.81.00.004326-1 - Moinho Santas Lúcia, 2007.83.00.014726-1 - NPAP Alimentos S/A, 0011868-02.2007.4.05.8100 - Pelágio Oliveira S/A. e 0019578-67.2006.4.02. - Industria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.

Das ações mencionadas acima, 9 (nove) já transitaram em julgado no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019. Somente o processo judicial n°0014056-09.1987.4.03.6100, ajuizado pela Zabet S/A Indústria e Comércio, encontra-se em andamento e, na opinião do consultor jurídico, apresenta risco de perda possível.

Em 2019, a Companhia iniciou o procedimento para mensuração e reconhecimento dos respectivos créditos e destacou, em suas demonstrações financeiras, as dificuldades no processo de levantamento de informações, em especial, quanto aos períodos anteriores a 2004, visto que ainda não havia identificado a documentação física que suportasse tal levantamento em sua plenitude, em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos, mas que estaria buscando mecanismos alternativos para mensuração dos valores em tais períodos, baseado no

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

levantamento e inspeção de documentações físicas. Além disso, destacou a existência de diversos eventos societários (incorporação das empresas Adria, Vitarella, Pelágio, Santa Lúcia e Piraquê) e alterações significativas da legislação relacionada às suas operações (Atos COTEPE n.º 28/11, 53,11, Protocolos ICMS n.º 184/09, 81/10, 86/10, dentre outros), fatores que demandariam análises mais complexas para a apuração total dos valores.

Nesse contexto, a Companhia reconheceu, preliminarmente, no ano de 2019, o montante de R$ 174.351 atualizados pela Selic, com base no ICMS efetivamente recolhido, por entender que, até aquele momento, considerando a documentação disponível que possuía, esse era o valor passível de recuperação com base na sua melhor estimativa. Na oportunidade, informou, em suas demonstrações financeiras daquele ano, que seguiria com o processo de levantamento dos créditos de acordo com a metodologia estabelecida no julgamento do leading case pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, em 2020, a Companhia concluiu o processo de refinamento da metodologia e de levantamento de créditos adicionais de acordo com as premissas do Supremo Tribunal Federal e reconheceu o montante de R$ 368.833, atualizado pela Selic. Restam, ainda, períodos pendentes de reconhecimento em razão de não ter sido possível localizar, na integralidade, a documentação física que suporte o levantamento ou em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos, principalmente em relação ao período anterior a 2004. Entretanto, a Companhia segue em busca de mecanismos alternativos para mensuração completa dos valores envolvidos.

	PROCESSO Nº 2000.81.00.010313-1
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5 Região
Data de instauração	19/05/2000
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
	Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	A Companhia ajuizou ação ordinária visando a declaração de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Ação foi julgada parcialmente procedente em primeira instância para reconhecer tão somente a exclusão do ICMS-ST da base de cálculo da COFINS. Interposta apelação pela Companhia, a qual foi negada provimento. Interposto Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acordão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessa contribuição (COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração contra o referido acórdão, o qual não foi conhecido. A ação transitou em julgado em 18.12.2018, declarando a inexistência de relação tributária que obrigue a Companhia ao recolhimento da COFINS com a inclusão do ICMS em sua base de cálculo, reconhecendo o direito de proceder à compensação, após trânsito em julgado, com qualquer tributo arrecadado pela Receita Federal, exceto as contribuições referidas no art. 11, parágrafo único, alíneas "a", "b" e "c" da lei 8.212/91, observando a prescrição decenal.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	PROCESSO Nº 0007508-19.2010.4.05.8100
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5 Região
Data de instauração	08/06/2010
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	A Companhia impetrou mandado de segurança visando a declaração de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Negada a segurança. Interposta apelação pela Companhia, a qual foi negada provimento. Interposto Recurso Extraordinário. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal e a Companhia opuseram embargos de declaração contra o referido acórdão, tendo sido acolhido os embargos da Companhia permitindo-se a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal. A União Federal interpôs recurso extraordinário, porém este não foi provido. A ação transitou em julgado em 08.3.2019, reconhecendo a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, permitindo o direito de compensar, através de procedimento administrativo próprio, os valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos anteriores à propositura da ação.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	PROCESSO Nº 0014056-09.1987.4.03.6100
Juízo	Justiça Federal de São Paulo -JF/SP
Instância	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Data de instauração	21/09/1987
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Zabet S/A Indústria e Comércio).
	Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	A Zabet S/A Indústria e Comércio empresa incorporada pela Adria Alimentos do Brasil Ltda ,e, posteriormente incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos ajuizou ação declaratória que objetiva o reconhecimento de inexistência de relação jurídica que a obrigue ao recolhimento da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Fundo de Investimento Social- FINSOCIAL sobre a parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, com pedido cumulativo para que seja excluído também da base de cálculo daquelas exações o valor das vendas canceladas, mercadorias recebidas em devolução descontos e abatimentos incondicionados. Sentença proferida para declarar a exigibilidade da contribuição ao PIS e ao FINSOCIAL incluindo-se na base de cálculo a parcela referente ao ICM, e excluindo-se o montante referente ao valor das vendas canceladas, mercadorias recebidas em devolução, descontos e abatimentos incondicionados. A União Federal e a Companhia interpuseram Recurso de Apelação. Foi negado provimento à apelação da Companhia e dado provimento à apelação da União Federal e à remessa oficial. Foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. Posteriormente, a União interpôs Recurso Especial, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	PROCESSO Nº 2007.83.00.000169-2
Juízo	Justiça Federal de Pernambuco -JF/PE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	08/01/2007
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.)
	Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. empresa incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança concedida. A União Federal interpôs Recurso de Apelação, este provido para retificar o julgado. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acordão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interposto Recurso extraordinário pela União Federal o qual foi negado provimento. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável à Companhia em 13/02/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

	PROCESSO Nº 2008.81.00.004326-1
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	28/03/2008
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Moinho Santa Lúcia Ltda.)
	Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	Moinho Santa Lúcia Ltda. empresa incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança não concedida. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que por sua vez foi negado provimento. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acordão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interposto Recurso extraordinário pela União Federal, o qual foi negado provimento. Processo transitado em julgado favorável à Companhia em 05/02/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	PROCESSO Nº 2007.83.00.014726-1
Juízo	Justiça Federal de Pernambuco -JF/PE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	10/08/2007
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de NPAP Alimentos S/A.)
	Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	NPAP Alimentos S/A. empresa incorporada pela Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda., e, posteriormente incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança não concedida. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que por sua vez foi negado provimento. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acordão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interposto Recurso extraordinário pela União Federal o qual foi negado provimento. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável à Companhia em 07/11/2018.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

	PROCESSO Nº 0011868-02.2007.4.05.8100
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	17/07/2007
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Pelágio Oliveira S/A)
	Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	Pelágio Oliveira S/A. incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança não concedida. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que por sua vez foi negado provimento. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acordão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interposto Recurso extraordinário pela União Federal o qual foi negado provimento. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável à Companhia em 19/02/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	PROCESSO Nº 2006.61.00.026027-0
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	17/07/2007
Partes do Processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Pelágio Oliveira S/A)
	Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais Fatores	Adria Alimentos do Brasil Ltda. incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos ajuizou ação declaratória visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Ação julgada improcedente. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que por sua vez foi negado provimento. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acordão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interpostos recursos pela União Federal. Recurso extraordinário não conhecido e Recurso Especial não provido. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável à Companhia em 16/10/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

	PROCESSO Nº 0019578-67.2006.4.02.5101
Juízo	Justiça Federal do Rio de Janeiro -JF/RJ
Instância	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Data de instauração	10/10/2007
Partes do Processo	Polo ativo: Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê
	Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais Fatores	Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê controlada por M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança não concedida. Após interposição de recurso de apelação o Tribunal Regional da 2ª Região reconheceu o direito da empresa não computar na base de cálculo do PIS e da COFINS o valor do ICMS recolhido na qualidade de substituto tributário. Contudo, não reconheceu o direito de excluir o ICMS recolhido da base de cálculo do PIS e da COFINS no regime normal. Interpostos recursos Extraordinário e Especial pela empresa, os quais foram providos para declarar inconstitucional a inclusão dos valores referente ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável em 25/11/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Cível

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era ré em 459 processos judiciais e administrativos de natureza cível, totalizando aproximadamente R$ 45 milhões. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia figura como ré envolve questões rotineiras de seus negócios, tais como alegações de descumprimento contratual, alegações de cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, indenizações por danos decorrentes de acidentes de trânsito, alegações de presença de corpos estranhos em produtos, dentre outras. A Companhia entende que não existe um processo cível que individualmente seja relevante, exceto o processo administrativo de cunho ambiental abaixo descrito.

Dentre as ações de natureza cível, a Companhia destaca: (a) processo administrativo em curso perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica– CADE, com base em inquérito administrativo movido por este mesmo órgão, no bojo do qual a Companhia apresentou, tempestivamente, sua defesa e manifestações e aguarda julgamento pelo órgão; e, (b) um auto de infração de cunho ambiental, relacionado à fábrica de margarinas em gorduras, instalada no município de Fortaleza, no Estado do Ceará, que foram considerados relevantes em função dos critérios: i) possível dano à imagem da Companhia perante a sociedade, em relação a um suposto descumprimento de normas anticoncorrenciais e ambientais; e/ou ii) um possível dano financeiro com pagamento de multas.

Processo Administrativo n.º 08012.009957/2008-50	
Juízo	Superintendência Geral do CADE
Instância	1ª administrativa
Data de instauração	Outubro/2008
Partes no processo	Pólo ativo: Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE
	Pólo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Processo administrativo instaurado pela Superintendência Geral do CADE para apuração de suposto cartel no “mercado de farinha de trigo nas regiões Norte e Nordeste Brasileira.
Principais fatos	Em 12 de novembro de 2008, Secretaria de Direito Econômico instaura Averiguação Preliminar, após receber denúncia realizada ao Ministério Público Federal. Em 09 de abril de 2013, CADE propôs busca e apreensão contra M. DIAS BRANCO, e outras empresas moageiras. Em 07 de janeiro de 2014, a Superintendência suspendeu o andamento da averiguação preliminar, em razão de liminar obtida pela M Dias Branco impedindo acesso do CADE aos documentos apreendidos. Em 04 de dezembro de 2015, o andamento da investigação foi retomado. Em 22 de janeiro de 2016, a Superintendência instaurou o processo administrativo. Entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, os Representados apresentaram sua defesa. Em 10 de fevereiro de 2017 foi editada nota Técnica de Saneamento, que rejeitou as questões preliminares. Em 24 de fevereiro de 2017 foram protocolados pedidos de reconsideração pelos representados. Em dezembro de 2019, foi exarado parecer pelo MPF, opinando pela condenação da companhia. Atualmente, o processo encontra-se suspenso por força de decisão judicial obtida por um dos corréus, nos autos do Agravo de Instrumento nº 1039698-64.2019.4.01.0000, em trâmite perante a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Nada obstante a instauração do processo administrativo pelo Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, (a) eventual aplicação de qualquer penalidade ainda depende de investigação e demonstração de infração; e (b) a aplicação de qualquer penalidade pode ser questionada judicialmente.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Auto de Infração n.º 9078653 (Processo Administrativo)
Juízo	DIRETOR(A) DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IBAMA EM FORTALEZA/CE
Instância	1ª Administrativa
Data de instauração	24/04/2015
Partes no processo	Pólo ativo: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
	Pólo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. - GME
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aplicação de multa no valor R$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais)
Principais fatos	A Companhia foi autuada pelo IBAMA, por, no dia 07 de abril de 2015, por ocasião de um incidente na tubulação de transferência de gordura vegetal, ter lançado este produto no mar, vindo o mesmo a alcançar a região da praia e do beach rock mais próximos ao local do acidente (Região do Mucuripe, Fortaleza/CE). O órgão fundamentou a aplicação da multa em parecer técnico, no qual afirma ser possível que o derramamento de gordura vegetal tenha interferido na biota do local, bem como tenha causado prejuízos socioeconômicos na região. A companhia apresentou defesa, tempestivamente, afirmando que o produto não era capaz de causar danos à biota, bem como demonstrando que não houve impacto socioeconômico na região. Questionamos, ainda, a composição do valor da multa, o qual desconsiderou aspectos legais. **Atualmente, aguardamos a decisão da primeira instância administrativa.**
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo como base os elementos decorrentes da dilação probatória, considera-se possível o risco de manutenção da multa aplicada.

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha provisão para perdas prováveis em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível no montante aproximado de R$ 115 milhões, e em virtude da combinação de negócios com a Piraquê, há provisões nos processos trabalhistas e cíveis com riscos de perdas possível e remota, no valor de R$ 14,7 milhões. Com relação aos processos tributários, a Companhia mantinha provisão para perdas prováveis em R$ 83,6 milhões, mais R$ 19,4 milhões referentes aos honorários advocatícios de êxito.

Para mais detalhes sobre os processos provisionados pela Companhia veja a seção 4.6 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam ou tenham sido administradores ou partes relacionadas do emissor.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não era parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos nas seções 4.3 acima.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Trabalhista
As principais matérias discutidas nos processos provisionados são: hora extra e seus reflexos, acidente de trabalho e doença ocupacional, responsabilidade subsidiária, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, comissões sobre vendas, equiparação salarial, desvio ou acúmulo de função, indenização por dano material dentre outras matérias.

a. valores envolvidos

Provisão de Processos Trabalhistas Divididos por Causas Semelhantes	
	Valor
Matérias	
	(Em Reais)
Horas extras e reflexos	28.894.636,70
Acidente de trabalho e doença ocupacional	7.047.629,92
Adicional de insalubridade ou periculosidade	4.707.206,32
Responsabilidade subsidiária	3.708.612,69
Comissões sobre vendas	1.897.510,61
Reconhecimento de vínculo empregatício	1.604.093,44
Equiparação salarial, desvio ou acúmulo de função	951.614,18
Outras matérias não especificadas	55.433.411,50

A companhia provisiona a totalidade dos valores discutidos desses processos.

b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Horas extras e reflexos

A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho supostamente pagas de forma indevida pela Companhia, em especial por ex-colaboradores que realizavam serviços fora das instalações da Companhia, tais como vendedores e promotores de vendas externos. É comum no judiciário trabalhista que ex-empregados, com o testemunho de outros ex-empregados, sustentem várias acusações contra as empresas, sem que as mesmas correspondam necessariamente à verdade. A Companhia tem por prática pagar horas extras dentro das regras legais, inclusive adotando controle de ponto eletrônico para os empregados que exercem as atividades internamente, não havendo práticas específicas da Companhia que sejam causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 28,8 milhões.

Adicional de insalubridade ou periculosidade

A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de adicional de insalubridade ou de periculosidade, que seriam decorrentes da realização de atividades supostamente insalubres ou perigosas, respectivamente. Para a legislação trabalhista, consideram-se atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. Consideram-se atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. A Companhia tem a prática de adotar todas as medidas de segurança do trabalho e para garantir um meio ambiente de trabalho sadio, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou comportamento determinado da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria na esfera trabalhista, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 4,7 milhões.

Responsabilidade subsidiária

A Companhia figura como ré em diversos processos que tratam de questões de responsabilidade subsidiária da Companhia. A responsabilidade subsidiária trabalhista representa o estabelecimento de um traço de responsabilidade do tomador de serviços em relação ao trabalhador empregado da empresa prestadora de serviços, a efetiva empregadora. Pela responsabilidade subsidiária trabalhista atribui-se ao tomador de serviços a condição de garantidor do adimplemento dos créditos trabalhistas devidos pela empresa prestadora de serviços ao empregado, quando esta última não os honra. Tais contingências tiveram origem no fato de os controles internos adotados no passado pela Companhia não terem sido plenamente suficientes para acompanhar cuidadosamente a documentação das empresas contratadas que comprovam os pagamentos destas aos seus empregados. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 3,7 milhões.

Reconhecimento de vínculo empregatício

A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o reconhecimento de vínculo empregatício de empregados de empresas contratadas pela Companhia, em especial representantes comerciais, bem como de trabalhadores autônomos. Tais processos tiveram origem no fato de a Companhia não ter adotado, no passado, os cuidados necessários para a não configuração do vínculo empregatício destes terceiros e autônomos para com ela (principalmente a mais clara caracterização da subordinação direta do colaborador a empresa contratada, e não à Companhia, no caso das empresas terceirizadas). Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 1,6 milhões.

Comissões sobre vendas

A Companhia figura como ré em alguns processos trabalhistas em que ex-colaboradores, especialmente aqueles que exerciam funções de vendedores, alegam ter direito a diferenças de comissões sobre vendas realizadas e supostamente não pagas pela Companhia. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 1,8 milhões.

Equiparação salarial, acúmulo ou desvio de função

A Companhia figura como ré em processos que tratam de equiparação salarial, acúmulo ou desvio de função. A equiparação salarial é requerida quando o reclamante e o colaborador cujo salário será considerado como paradigma para equiparação exercem as mesmas funções, com igual produtividade e perfeição técnica, e a diferença de tempo no exercício da função é inferior a dois anos. O acúmulo de função ocorre quando o empregado, além das atividades habituais de seu cargo, passa a assumir responsabilidades parciais ou integrais de outro cargo existente nos quadros da empresa. No acúmulo, o empregado já exerce uma função com tarefas específicas, e a partir de determinado momento, ou até mesmo pela ocorrência de evento específico, como redução de quadro, começa a receber responsabilidades extras de outro cargo específico. Por sua vez, o desvio de função caracteriza-se quando o trabalhador exerce atividades que correspondem a um outro cargo, diferente ao que foi pactuado, contratualmente, e de forma habitual, ou seja, ocorre quando ele é contratado para exercer determinada função e acaba por realizar atividades de outra. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação trabalhista, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou comportamento da gestão da Companhia que possa ser

associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 951 mil.

Outras matérias não especificadas

A Companhia figura como ré em processos trabalhistas que têm como objeto de discussão, além das causas acima mencionadas, diversas outras, tais como falta de pagamento de diárias para viagens a trabalho (pagamento de estadia e alimentação durante as viagens a trabalho), domingos e feriados em dobro (suposta não concessão, pela Companhia, do descanso semanal remunerado previsto na legislação trabalhista, o que geraria a obrigação de o empregador realizar o pagamento do valor correspondente em dobro), diferenças salariais, honorários advocatícios, um terço de férias, dentre outras. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação trabalhista, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou prática da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 55 milhões, sendo 14 milhões relativos à combinação de negócio-Piraquê.

Tributário

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados no item 4.3.

Cível

As principais matérias discutidas nos processos cíveis provisionados são alegações de descumprimento contratual, alegações de cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, indenizações por danos decorrentes de acidentes de trânsito, alegações de presença de corpos estranhos em produtos, dentre outras.

a. valores envolvidos

Provisão de Processos Cíveis Divididos por Causas Semelhantes	
Matérias	**Valor** ***(Em Reais)***
Descumprimento contratual / indenização por rescisão de contratos de representação ou de distribuição	1.880.890,74
Acidentes de trânsito	442.101,24
Corpo estranho em produtos	247.962,95
Cobrança indevida / protesto indevido	223.886,96
Outras matérias não especificadas	8.943.594,44

A companhia provisiona a totalidade dos valores discutidos desses processos

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Descumprimento Contratual / Indenização por Rescisão de Contratos de Representação ou de Distribuição

A Companhia figura como ré em alguns processos tendo como objeto a alegação de descumprimento contratual por parte da Companhia, em relação a obrigações contratualmente previstas, especialmente em contratos de prestação de serviços e de representação ou de distribuição comercial, tais como o descumprimento de regras de exclusividade no território de atuação, vendas diretas realizadas pela Companhia, dentre outras questões. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 1,8 milhões.

Acidentes de Trânsito

A Companhia figura como ré em alguns processos cíveis tendo como objeto requerimento de indenização por danos morais, estéticos e materiais em decorrência de acidentes de trânsito que teriam sido causados por prepostos da Companhia. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor aproximado de R$ 442 mil.

Corpo estranho em produtos

A Companhia figura como ré em processos cíveis em que consumidores alegam ter encontrado corpos estranhos em produtos industrializados e comercializados pela Companhia, especialmente insetos e objetos metálicos, o que lhes teriam causado danos de ordem moral e material. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 247mil.

Cobrança Indevida / Protesto Indevido

A Companhia figura como ré em processos cíveis que discutem danos decorrentes de cobranças e protestos realizados pela Companhia de forma supostamente indevida. Grande parte destas reclamações teve origem quando da mudança do sistema operacional realizada pela Companhia. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 223mil.

Outras matérias não especificadas

A Companhia figura como ré em processos cíveis que têm como objeto de discussão, além das causas acima mencionadas, outros pontuais, tais como discussões sobre marcas e patentes, cobranças de valores supostamente não pagos, informações ao consumidor dentre outras. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação pátria, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou prática da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 8,9 milhões.

4.6.1. Valor total provisionado

Em relação aos processos divulgados no item 4.6 o valor total provisionado foi de R$ 104,2 milhões de processos de natureza trabalhista e R$11,7 milhões relacionados a processos de natureza cível.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as contingências relevantes, referentes ao exercício de 2020, que a Companhia é parte foram descritas nos itens 4.3 a 4.6 acima.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, pois a Companhia é uma empresa de origem nacional e todos os valores mobiliários por ela emitidos estão custodiados no mercado brasileiro.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos formalizada, a qual foi revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2019.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da política de gerenciamento de riscos é estabelecer definições, diretrizes, critérios de avaliação, apetite a risco e responsabilidade sobre o processo de gerenciamento de riscos corporativos, a fim de assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades da Companhia sejam identificados, avaliados e minimizados em um nível aceitável face à sua perpetuação.
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos identificados, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias.
- Sejam identificadas as operações com potenciais conflitos de interesse e os Riscos associados sejam minimizados a partir da implementação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades.
- Todos os colaboradores compreendam claramente os objetivos da gestão de riscos e os papéis, as funções e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da Companhia.
- A Companhia atenda os critérios regulamentares vigentes.
- Os objetivos estratégicos da Companhia sejam plenamente atendidos.

A estratégia da política de gerenciamento de riscos concentra-se basicamente na redução das incertezas que poderiam afetar o retorno aos acionistas e o valor econômico da Companhia no longo prazo.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia possui uma estrutura de controles internos que é continuamente revisada e um sistema que auxilia nessa gestão. Nesse sentido, a partir da avaliação quantitativa e qualitativa de mensuração dos riscos, busca-se proteção para aqueles que representam maior potencial de afetar de maneira adversa os resultados do negócio As avaliações e as respostas de todos os Riscos devem ser levadas pela Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*, com supervisão do Comitê de Auditoria, para discussão com as alçadas hierárquicas conforme definido na política de gerenciamento de riscos. A eventual aceitação de riscos também deve respeitar a mesma governança. Os riscos extremos deverão ser reportados pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração de forma tempestiva, à medida de sua identificação. Tais riscos também deverão ser incluídos no relatório anual do Comitê de Auditoria.
A política de gerenciamento de riscos classifica os principais riscos em: estratégicos, operacionais, de reporte, de Compliance, cibernéticos, proteção de dados, de mercado e socioambientais.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos adotados pela Companhia consistem no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos devidamente monitorado, testado e atualizado, objetivando endereçar a cada risco identificado pelo menos um controle interno capaz de mitigá-lo.
Outros instrumentos consideram a transferência dos riscos por meio da contratação de seguros. A cobertura leva em consideração o cálculo do impacto, controles internos e coberturas existentes para os riscos reportados.

A Companhia utiliza software GRC (*Governance, Risk and Compliance*) para gestão eletrônica das matrizes de riscos e controles internos, rotinas de testes de auditoria interna e monitoramento dos planos de ação corretiva.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia possui Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, com gerências específicas para cada área, e com reporte direto ao Comitê de Auditoria. Este, por sua vez, é um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Conselho) da M. Dias Branco S.A. (Companhia) composto no período por quatro membros independentes, sendo um deles também membro independente do Conselho. A responsabilidade do Comitê está alinhada com as instruções iCVM 509 e 552, abrangendo atividades de suporte ao Conselho em temas como:

- qualidade e integridade das informações financeiras reportadas ao Conselho, acionistas, mercado e partes interessadas;
- eficiência e eficácia do processo de gestão de riscos e dos sistemas de controles internos;
- contratação, direcionamento, revisão e avaliação das atividades da Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, e da Auditoria Independente;
- aderência a exigências legais de reporte financeiro, tributário e contábil;
- avaliação e monitoramento do cumprimento pela Administração da Companhia (Administração) das recomendações feitas em Relatórios de Auditoria e pelos órgãos regulatórios;
- monitoramento de conflitos de interesse em potencial e à observância do código de ética da Companhia;
- incentivo, desenvolvimento e sustentabilidade de boas práticas de governança corporativa.

Neste sentido, o Comitê realizou reuniões ordinárias mensais durante o mandato de maio de 2020 a abril de 2021, nas quais emitiu opiniões e recomendações à Administração e ao Conselho por meio da formalização e envio de atas.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Audit*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), assim como as normas emanadas da CVM e B3.
Em paralelo à gestão da Companhia, anualmente o Comitê de Auditoria avalia a adequação da estrutura operacional de governança, aprovando recursos orçamentários considerados suficientes para o adequado funcionamento do próprio Comitê e da Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*.
Faz parte das atribuições do Comitê de Auditoria monitorar a devida disciplina na execução e implantação dos planos de ação corretiva originados nos trabalhos das áreas de governança da Companhia, incluindo aqueles advindos do Auditor Independente e de outros prestadores de serviços relacionados a melhorias do ambiente de controles internos. A posição destes planos de ação é também monitorada mensalmente pela Diretoria Estatutária e Comitê Executivo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Adicionalmente à Política de Gestão de Riscos, a Companhia possui Política de Hedge formalizada, a qual foi revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 10/07/2020. Tal documento, estabelece as principais diretrizes para monitoramento do risco de mercado frente a variação da taxa de câmbio e preço das commodities.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção
A Companhia busca proteção quanto ao risco de variação da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do Dólar, bem como, proteção quanto ao risco de variação dos preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo, ambos decorrentes em grande parte da importação de trigo em grão e óleo vegetal de palma.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)
A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos de swap para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamento (trigo e óleo) e capital de giro. Além disso, iniciou operações de compra de moeda a termo (NDF – Non Deliverable Forward), opções cambiais e de commodities e contratos futuros, com o objetivo exclusivo de proteção ao risco de variação cambial nas operações de aquisição de insumos.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
O hedge de proteção quanto à variação cambial é feito em operações tradicionais de troca de indexadores (operação de swap) para os financiamentos de importações de insumos e capital de giro, além de operações de compra de moeda a termo (NDF – Non Deliverable Forward), opções cambiais e contratos futuros para proteção ao risco de variação cambial na aquisição dos insumos.

O hedge de proteção quanto à variação do preço das commodities é feito em operações de opções de commodities e contratos futuros.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
Além da análise de descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos sensíveis a determinados fatores de riscos, bem como, no caso da variação cambial, as expectativas quanto à oscilação da taxa de câmbio em relação ao Real, a Companhia realiza, trimestralmente, se relevante, análise de sensibilidade de seus passivos financeiros à variação do Dólar, de forma a atender à Instrução CVM nº 475/08.

A Companhia acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações online com as principais bolsas de mercadorias do mundo.

Todas as estratégias de proteção discutidas e deliberadas no comitê de hedge são formalizadas por atas elaboradas pela Gerência de Riscos. Ademais, a Política de Hedge da Companhia estabelece limites mínimos e máximos para execução das proteções, que variam conforme o histórico de preços do câmbio ou commodity e o vencimento da operação, além de usar o orçamento e forecast da Companhia como fator restritivo.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado
A Companhia possui Política de Hedge, definindo os papéis e responsabilidades para o gerenciamento de risco de mercado, bem como destacando os agentes envolvidos. Segue abaixo resumo das principais atribuições contidas na Política:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Comitê de Hedge:
  - Definir, validar e revisar a Política de Hedge;
  - Definir e validar o Planejamento Estratégico de Precificação;
  - Definir e validar os riscos tolerados em relação as operações de Câmbio e Commodities;
  - Definir e validar os indicadores de desempenho a serem utilizados na gestão de risco de mercado;
  - Patrocinar e disseminar a cultura de gestão de riscos de mercado na Companhia.

- Gerência de Suprimentos:
  - Determinar quais as categorias de insumos que são objeto de análise do Comitê de Hedge;
  - Elaborar e recomendar o Planejamento Estratégico de Precificação de commodities;
  - Documentar o processo operacional de negociação das operações de Commodities;
  - Elaborar, executar e formalizar os controles internos recomendados nos Planejamentos Estratégicos de Precificações de commodities.

- Gerência de Investimentos:
  - Executar e contratar as operações de Hedge com bancos e corretoras, seguindo as diretrizes aprovadas pelo Comitê de Hedge;
  - Elaborar e recomendar o Planejamento Estratégico de Precificação cambial;
  - Ajustar as operações conforme os limites de risco estipulados;
  - Elaborar, executar e formalizar os controles internos recomendados nos Planejamentos Estratégicos de Precificações cambiais.

- Gerência de Riscos:
  - Supervisionar o processo de gestão de Risco de Mercado, reportando ao Comitê de Hedge os eventuais desvios e exceções à Política de Hedge;
  - Assessorar o Comitê de Hedge, exercendo a secretaria e sendo responsável pelos registros das reuniões, formalizando as decisões e monitorando seu adequado cumprimento;
  - Apoiar a Companhia na disseminação da cultura de gestão de riscos de mercado.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Gerência de Riscos é parte integrante da Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, que por sua vez, reporta-se funcionalmente ao Comitê de Auditoria. Como parte de suas atribuições, assessora as áreas de gerências de Suprimentos, Investimentos e Controladoria, na identificação de riscos de mercado, assim como na elevação da maturidade do ambiente de controle relacionado. Ainda como parte de seu escopo de atuação estão incluídos, quando necessários, testes independentes de cobertura, stress, sensibilidade, VAR, efetividade, dentre outros.

Apesar de não ser membro votante do Comitê de Hedge, a Gerência de Riscos desempenha a função de secretaria deste Comitê, participando de suas reuniões e acompanhando tempestivamente a aderência à Política de Hedge.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Assim como para o gerenciamento de riscos, também no que tange o sistema de controles internos, a Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Auditors*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

A Companhia utiliza software GRC (*Governance, Risk and Compliance*) para gestão eletrônica das matrizes de riscos e controles internos, rotinas de testes de auditoria interna, gestão dos comunicados recebidos pelo Canal Ético e monitoramento dos planos de ação corretiva. Nesta ferramenta de gestão, os controles são especificados de acordo com critérios previamente definidos pela Companhia. Tais critérios levam em consideração o tipo de controle, a forma de execução, sua relevância no contexto organizacional, a frequência de execução, se o controle é chave e a qual classe o controle pertence.

De acordo com o planejamento anual da Diretoria de Auditoria, Gestão de Riscos e *Compliance*, o ambiente de controle é avaliado em duas perspectivas: se o desenho do controle interno atende às expectativas da Companhia; e se os controles operam de acordo com os critérios previamente definidos e mitigam os riscos correspondentes.

Em relação aos controles para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras de forma confiável, além dos aspectos já mencionados, as atividades realizadas pelos colaboradores são dirigidas por procedimentos operacionais, macro fluxos e demais documentos normativos aprovados e divulgados em canais acessíveis aos colaboradores. O ambiente de controles internos observa os princípios de segregação de função, sendo a concessão de acessos aos usuários do sistema integrado de informações (ERP) subordinada a um processo de avaliação e aprovação. Além disso, a Companhia definiu fluxos de trabalhos que respeitam os limites de alçadas necessários para registro de informações, revisões e aprovações das atividades realizadas pelos os usuários envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras. Por fim, foram definidas rotinas de conciliação para assegurar a integridade e o registro acurado das informações financeiras no sistema da Companhia. Assim, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, mesmo considerando possíveis limitações de tais controles para prevenir ou detectar erros.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada área da Companhia possui responsabilidade pelo desenho e operação de procedimentos e controles de suas atividades, entretanto a Auditoria Interna é responsável pela avaliação do ambiente de controles internos da Companhia.

No que concerne à elaboração das demonstrações financeiras, a Gerência de Controladoria Societária é a área responsável por sua elaboração e conta com envolvimento das áreas de Planejamento e Contencioso Tributário, Jurídica e Financeira, a partir do fornecimento de informações através dos sistemas HFM – *Hyperion Financial Management* e CDM – *Cognos Disclosure Management*, ferramentas que permitem um maior acompanhamento e controle do processo de divulgação das informações.

c. se e como os trabalhos de controles internos são supervisionados pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

É de responsabilidade de cada Gestor e Diretor da Companhia instituir os controles internos de sua área, entretanto é de responsabilidade da Gerência de Riscos avaliar e manter atualizados na ferramenta GRC da Companhia os controles internos frente aos processos definidos no planejamento anual da Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance. Periodicamente, a Auditoria Interna realiza avaliações dos controles internos da Companhia de forma independente. Os resultados destas avaliações são apresentados aos gestores e diretores de cada área, os quais possuem a responsabilidade sobre o tratamento das deficiências, e são reportados para acompanhamento pela Administração e Comitê de Auditoria.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Um dos procedimentos adotados pelo Auditor Independente em seu exame das demonstrações financeiras é o entendimento do ambiente de controles internos da Companhia, para avaliação de riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por eventual fraude ou por erro. Nesta avaliação, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, classificando-os como "deficiências significativas" ou "outras deficiências", com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias. A deficiência significativa que o Auditor Independente apresentou à Administração, com recomendações para o aprimoramento dos controles internos está relacionada à ausência de procedimento de revisão periódica de perfis de acesso em sistemas de informação.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia possui uma ferramenta informatizada para controlar as solicitações e concessões de acesso aos seus sistemas de informação. Atualmente, as revisões tanto de perfil de acesso quanto de acessos concedidos são feitas de maneira pontual e, conforme recomendação, concordamos que uma forma de mitigar os riscos associados é a existência de uma rotina que periodicamente revise tanto os perfis de acesso quanto os acessos já concedidos. Portanto, existem discussões na Companhia para a elaboração de um processo e política específicos para revisão periódica de perfis e acessos aos sistemas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

Em 2020 entraram em vigor políticas aprovadas pelo Conselho de Administração em 2019 referentes a Anticorrupção; Brindes, Presentes, Entretenimentos e Hospitalidades; Doações e Patrocínios; Partes Relacionadas e Conflito de Interesses; Gerenciamento de Riscos; Indicação de Administradores e Membros dos Comitês; Remuneração dos Administradores. Também entraram em vigor o novo Código de Ética, a Política de Consequências, e o Protocolo de Investigação Interna e Canal de Denúncias. Em 2020, o Conselho de Administração aprovou as novas Políticas de Boas Práticas Concorrenciais, de Hedge, de Contratação de Serviços Extra-Auditoria, de Remuneração aos Acionistas, e de Compras e Suprimentos.

A Companhia adota uma política de gerenciamento de riscos, revisada pelos Comitês de Auditoria e de Governança, e aprovada pelo Conselho de Administração. O seu objetivo é estabelecer definições, diretrizes, critérios de avaliação, apetite a risco e responsabilidade sobre o processo de gerenciamento de riscos corporativos, a fim de assegurar sua identificação, avaliação e minimização em um nível aceitável, por meio de uma estrutura de controles internos continuamente aprimorada. Anualmente, serão revisadas as matrizes de riscos, bem como a proposta do apetite e tolerância a risco da Companhia pelo Comitê de Auditoria.

A referida política classifica os principais riscos estratégicos, operacionais, de reporte, cibernéticos, de mercado, socioambientais e de compliance, incluindo os relacionados a corrupção, com abordagens qualitativas e quantitativas. A partir da avaliação e mensuração dos riscos, busca-se proteção para aqueles que representam maior potencial de afetar os resultados.

Tanto para o gerenciamento de riscos, quanto para o sistema de controles internos, adotamos como referencial as orientações das principais entidades nessas áreas, tais como o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), o *Institute of Internal Auditors* (IIA) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Além da manutenção do monitoramento sobre operações mais expostas a riscos de corrupção, lavagem de dinheiro e transações com partes relacionadas, em 2020, otimizamos as atividades de checagem reputacional de parceiros comerciais por meio da utilização de sistemas de mineração de dados em fontes públicas e privadas. Realizamos também um levantamento de eventuais conflitos de interesses por meio de formulários respondidos pelos gestores da Companhia.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

A Companhia possui Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, com gerências específicas para cada área, e com reporte administrativo ao Presidente e funcional ao Comitê de Auditoria, que conta exclusivamente com membros independentes e suporta o Conselho de Administração em atividades relacionadas à integridade das informações financeiras, ao processo de gestão de riscos, à avaliação do sistema de controles internos, regulatórios e legais, e ao monitoramento da observância do Código de Ética, dentre outras atividades.

Em 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Mandato da Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, Anexo II da Política Anticorrupção, onde estão contemplados os seguintes aspectos desta Diretoria: (i) papel; (ii) autoridade; (iii) organização; (iv) independência e objetividade; (v) responsabilidade; (vi) plano anual de auditoria, riscos e compliance; (vii) reporte e monitoramento; (viii) certificação de qualidade e programa de melhoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia conta também com um Comitê de Ética, formado pelos Diretores de Auditoria, Riscos e Compliance, do Jurídico e de Desenvolvimento Organizacional, que visa assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão da aplicação do Código de Ética, bem como acompanhar as ocorrências relatadas no Canal Ético.

Em 2019, foi criado o Comitê de Governança Corporativa, que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no aprimoramento do ambiente de governança corporativa, em consonância com a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como uma de suas atividades, estruturar o Programa de Compliance. Neste mesmo ano, também foi criada a Secretaria de Governança Corporativa, que tem como propósito dar apoio e suporte ao Conselho de Administração, seus Comitês de assessoramento e Diretoria Estatutária.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

O Código de Ética é uma publicação que dissemina os princípios e valores da Companhia, suas controladas e coligadas, orientando a conduta de todos os colaboradores, administradores, representantes legais e terceiros, tornando explícito o padrão de comportamento esperado na relação com os *stakeholders*.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

Ao longo de 2020, foram treinados 743 profissionais entre diretores, gerentes e colaboradores de áreas específicas, sendo abordadas as Políticas Anticorrupção, de Doações e Patrocínios, de Gerenciamento de Riscos, e de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses; além do Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético. Em dezembro de 2020, no evento online Líder em Foco, do Programa de Desenvolvimento de Líderes – PDL, membros do Comitê de Auditoria realizaram palestra sobre Anticorrupção aos gestores da Companhia, reforçando a importância dos valores éticos no ambiente corporativo. As comunicações sobre o Código de Ética e as políticas dele derivadas foram realizadas no decorrer do ano, sistematicamente, como reforço dos principais temas nos veículos internos de comunicação. Para os recém-admitidos, estes temas estão inseridos no processo de integração.

As ações de comunicação e treinamento de compliance deverão observar as diretrizes gerais estabelecidas no Anexo III da Política Anticorrupção. A Companhia deverá manter um plano de treinamento periódico e constante para seus Colaboradores e Terceiros (conforme aplicável).

A periodicidade dos treinamentos, que, sob qualquer hipótese, não poderá ser superior a 3 (três) anos, dependerá, dentre outros fatores, do nível de exposição a riscos, de modo que as áreas da Companhia mais expostas a riscos de integridade deverão receber treinamentos em maior frequência que as demais.

Ocorrendo alteração/atualização relevante do Código de Ética e/ou das políticas que compõem o Programa de Integridade da Companhia, a Companhia deverá convocar treinamentos de reciclagem de modo que os Colaboradores e/ou Terceiros afetados sejam atualizados sobre tais mudanças em até 6 (seis) meses da referida alteração/atualização.

A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, a Diretoria Jurídica e a Diretoria de Desenvolvimento Organizacional, em conjunto, elaborarão e implementarão anualmente o programa de treinamento em matéria de compliance, que deverá definir, necessariamente, os seguintes aspectos: (i) Público-alvo; (ii) Objetivos; (iii) Conteúdo programático; (iv) Formatação dos treinamentos; (v) Periodicidade; e, (vi) Gestores responsáveis pela elaboração, execução e acompanhamento dos treinamentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.

Conforme previsto no Código de Ética e na Política de Consequências da Companhia, em casos de violações ao Código de Ética, ao Programa de Compliance e/ou às demais políticas ou procedimentos internos e leis aplicáveis, os responsáveis estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares: (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão sem justa causa; (v) demissão por justa causa; (vi) aplicação de penalidade prevista em contrato e/ou rescisão contratual (em caso de Terceiro contratado), observadas as proteções conferidas pela legislação trabalhista vigente e a proporcionalidade entre a gravidade da conduta e a graduação da sanção.

Além das medidas acima, os Colaboradores (e/ou Terceiros, conforme o caso) poderão estar sujeitos a responsabilização pessoal, incluindo eventual indenização pelos danos causados por sua conduta.

Caso estas violações apontem indícios de algum ilícito civil, administrativo ou penal, poderão ser levadas aos órgãos reguladores e às Autoridades Governamentais competentes para que sejam adotadas as medidas cabíveis, sem prejuízo da aplicação de sanções pela Companhia, nos termos aqui dispostos.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Código de Ética e as políticas anteriormente mencionadas ficam disponíveis para consulta na intranet e no site da Companhia. Estes documentos poderão ser revisados pelo Conselho de Administração da Companhia, a qualquer tempo, especialmente para mantê-los constantemente atualizados com as melhores práticas de governança corporativa.

Em casos de dúvidas, sugestões ou solicitação de orientações relacionadas ao Código de Ética, além do Canal Ético, a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e a Diretoria Jurídica também são consultadas diretamente.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé.

Disponibilizamos aos colaboradores e a quaisquer outras partes interessadas o Canal Ético, instrumento de recepção de comunicados relacionados a condutas contrárias ao nosso Código de Ética e demais políticas internas. Este canal é independente, especializado e seguro, acessível por telefone, e-mail ou internet, e garante o anonimato e a proteção aos comunicantes.

Conforme previsto no Código de Ética, a Companhia não tolera qualquer ato de ameaça, intimidação ou retaliação contra qualquer pessoa que (i) apresente uma denúncia de boa-fé ou a queixa de violação a este Código de Ética, ao Programa de Integridade e/ou às demais políticas ou procedimentos internos e leis aplicáveis, ou (ii) manifeste suas dúvidas, suspeitas ou preocupações em relação a esse assunto.

Em 2020 foram recebidos 992 relatos por meio do Canal Ético, representando um acréscimo de 13% quando comparado ao ano anterior. Do total, 66% foram recebidos por meio de website, 73% criados por colaboradores e 78% realizados de forma anônima. Estão distribuídos nas categorias “comportamento inadequado” (40%), “dúvidas, críticas, elogios e sugestões”

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(20%), “insatisfação com políticas de recursos humanos” (12%), “descumprimento de normativos internos” (5%), “fraudes” (5%), “conflito de interesses” (5%) e “demais naturezas” (13%). Foram apurados 956 relatos (96%), sendo que 51% destes foram considerados procedentes ou parcialmente procedentes. Em 54% dos casos apurados foram adotadas ações administrativas, em 10% aplicadas medidas disciplinares e em 36% não foram necessárias adoção de quaisquer providências.

Nenhuma denúncia de corrupção envolvendo agentes públicos e autoridades governamentais foi registrada no Canal Ético da Companhia em 2020. Também não recebemos sanções administrativas ou judiciais por atos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Anticorrupção.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

O Protocolo de Investigação Interna e Canal de Denúncias tem como propósito estabelecer as regras, diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia na (i) condução de investigações internas de Comunicados realizados no âmbito de suas operações; e (ii) gestão e funcionamento do Canal Ético da Companhia.

A definição do órgão de governança responsável por coordenar a investigação ocorre a partir da identificação do objeto da denúncia, conforme previsto na seção Procedimentos de Investigação do referido Protocolo. O Órgão Coordenador da Investigação deve sempre atuar com objetividade e independência, garantindo suficiente competência técnica e conhecimento das operações em questão.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

A realização, pela Companhia, de operações de reorganização societária, de fusões e aquisições (M&A) ou constituição de joint ventures e consórcios deverá ser precedida de análise que comprove a idoneidade e conformidade legal da empresa-alvo, antes da conclusão do fechamento do negócio, de modo a evitar risco de sucessão por passivos decorrentes de quaisquer infrações à Lei Anticorrupção eventualmente cometidas pela empresa-alvo, conforme estabelecido na seção Joint Ventures, Consórcios, Fusões e Aquisições da Política Anticorrupção.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido” (NR).

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A Companhia está sujeita a sanções administrativas em razão do descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanções.

Se a Companhia não cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico poderão estar sujeitas às sanções previstas no artigo 52 da LGPD, quais sejam:

- advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- multa simples de até 2% (dois por cento) do faturamento da Companhia, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
- publicização da infração; bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;
- suspensão parcial do funcionamento do banco de dados;
- suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração; e proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Ademais, a Companhia, no caso de inobservância da LGPD, pode ser responsabilizada por danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos e responder inclusive solidariamente com outros agentes de tratamento, em decorrência de danos causados aos Titulares de Dados Pessoais.

Portanto, a falha em proteger dados pessoais tratados pela Companhia ou por suas controladas, bem como a ausência de adequação à legislação aplicável, poderá resultar em riscos jurídicos, operacionais e à imagem.

Assim, na ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais que acarretem dano relevante aos Titulares de Dados envolvidos, a Companhia bem como suas controladas poderão ser obrigadas a comunicar o evento à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e aos Titulares, tal qual divulgar o evento na imprensa, o que pode expor negativamente o grupo econômico e provocar um efeito adverso sobre a reputação, negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Desde o início de março, a Companhia constituiu um comitê de crise formado por gestores das mais variadas áreas para, de forma mais ágil, tratar e encaminhar as ações que estão sendo tomadas, relacionadas à pandemia de covid-19, tendo como principais frentes:

- Gestão de pessoas.
- Gestão de clientes e marcas.
- Gestão da cadeia de suprimentos.
- Gestão financeira.

Os comitês seguem monitorando os desdobramentos da pandemia no Brasil e mapeando seus reflexos nos negócios. Ao longo de 2020, conseguimos manter o desenvolvimento de nossas atividades de produção e distribuição de alimentos, garantindo as condições necessárias para a preservação da saúde dos nossos profissionais, pautando-nos, sobretudo, nas orientações da Organização Mundial da Saúde e nas determinações dos órgãos governamentais. As ações já adotadas, aliadas à determinação do Poder Público em garantir o funcionamento das empresas do ramo alimentício, têm sido decisivas para manter o curso regular das atividades e garantir o abastecimento de nossos produtos no mercado.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	21/05/1951
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/10/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, iniciou suas atividades em outubro de 1961, mas desde a década de 40, o idealizador da Companhia, o Sr. Manuel Dias Branco, já explorava, no Estado do Ceará, atividades ligadas à panificação e à fabricação de biscoitos, utilizando técnicas artesanais, tendo criado, em 21 de maio de 1951 a sociedade M. Dias Branco & Cia Ltda. para conduzir esses negócios.

A partir de 1953, com a entrada de seu filho, o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco na sociedade, até então conhecida como M. Dias Branco & Cia. Ltda., novas diretrizes foram adotadas nos negócios, especialmente no que se refere aos investimentos, que passaram a ser concentrados na produção industrial, em larga escala, dos biscoitos e massas então comercializados.

No início da década de 60, a Companhia começou a desenvolver seu atual modelo de distribuição pulverizado, voltado a atender principalmente o micro, pequeno e médio varejista, com um sistema de vendas porta-a-porta e de visitas pelo menos semanais a seus clientes, que permitia verificar *in loco* quais produtos e preços os seus clientes compravam e vendiam, viabilizando o permanente ajuste de seu posicionamento de mercado, estratégia de comercialização e relacionamento.

O desenvolvimento do modelo de distribuição, associado à produção em larga escala, possibilitou a enorme expansão das vendas da então única unidade industrial, inicialmente no Estado do Ceará, e em seguida para estados vizinhos. Esse crescimento motivou a transferência do então complexo industrial e comercial, localizado em Fortaleza, para o município do Eusébio, distante cerca de 25 km da antiga sede, processo integralmente concluído em 1980. Nesse período, a Companhia já possuía a marca Fortaleza, originária da década de 50, bastante consolidada, e trabalhava na inserção e consolidação da marca Richester, surgida em 1978, nos seus mercados de atuação.

Por ocasião da desregulamentação do setor de trigo no Brasil, ocorrida em 1990, iniciou-se um novo ciclo de crescimento dos negócios da Companhia. Em 1992, foi inaugurada, no Estado do Ceará, sua primeira unidade de moagem de trigo e iniciado o processo de verticalização da produção de biscoitos e massas, uma vez que a nova unidade lhe permitiu produzir a principal matéria-prima dos seus produtos. Na mesma época, a Companhia também ingressou no competitivo mercado de farinhas e farelo de trigo.

No ano de 2000, dando continuidade ao projeto de expansão da Companhia, foi inaugurado o segundo moinho de trigo, no Estado do Rio Grande do Norte, instalando, no mesmo complexo industrial e com atuação integrada, a sua segunda fábrica de massas alimentícias. Nesse complexo foi iniciado o modelo de eliminação de custos de transporte da farinha de trigo para a fabricação de massas.

Em meados de 2002, buscando maior verticalização de seus insumos e ingresso em novos segmentos, foi inaugurada, no Estado do Ceará, uma unidade de produção de gorduras, margarinas e cremes vegetais. Em consequência, a Companhia passou a produzir internamente parte de sua segunda principal matéria-prima para fabricação de biscoitos – a gordura vegetal, além de iniciar sua atuação na atividade de produção e comercialização de margarinas e gorduras vegetais.

No ano de 2003, foi inaugurado, no Estado da Bahia, o terceiro moinho de trigo e foi adquirido o controle total do capital da Adria, tradicional fabricante de biscoitos e massas, líder nas regiões Sudeste e Sul do País (segundo dados da AC Nielsen), o que proporcionou à Companhia, maior presença em tais regiões e a conquista da liderança no mercado nacional de massas e biscoitos, segundo dados da AC Nielsen. Com a aquisição da Adria, as marcas Adria, Basilar, Isabela e Zabet somaram-se às suas marcas Richester e Fortaleza, passando a atingir um leque ainda maior de consumidores em todo o País. Além disso, seu potencial produtivo tornou-se ainda maior, tendo em vista que a Adria possuía três unidades industriais no Estado de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul, incluindo três fábricas de massas e duas de biscoitos.

No ano de 2005, dentro do modelo de integrar, em uma mesma unidade de produção, moinhos de trigo com fábricas de massas e biscoitos, foi inaugurada, no Estado da Bahia, a sua quarta fábrica de biscoitos e sexta fábrica de massas alimentícias, ambas integradas ao Moinho de trigo instalado em 2003. Nessa unidade da Bahia: (i) foi adotado o modelo de eliminação de custos de transporte da farinha de trigo para a fabricação de biscoitos e massas; (ii) foram empregados não apenas as tecnologias mais modernas no mundo em moagem e em fabricação de massas e biscoitos, mas também tecnologias que permitissem à Companhia produzir novos produtos; (iii) foram criadas as bases de produção para atender o seu projeto de expansão para o Sudeste e Sul do Brasil, considerando a posição estratégica da Bahia para tanto e a proximidade das fábricas da Adria no Estado de São Paulo; e (iv) a integração desse complexo com um moderno porto privado de uso misto,

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

mediante o qual a Companhia passou a importar o trigo em grão com custos muito menores quando comparados com portos públicos.

No mesmo ano foi inaugurado, no Estado da Paraíba, o seu quarto moinho de trigo, e a sua sétima fábrica de massas alimentícias, seguindo o modelo de total integração com o moinho, de modo a eliminar os custos de transporte da farinha de trigo.

Em todas essas realizações, a Companhia empreendeu idêntica expansão de seu modelo de distribuição pulverizado, voltado para o micro, pequeno e médio varejo, inclusive no Sudeste e no Sul do País, áreas cobertas principalmente pelas marcas e estrutura de vendas da controlada Adria.

Em abril de 2006, a Companhia passou a ter a denominação atual e no mês de outubro de 2006 realizou sua abertura de capital negociando suas ações no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o ticker “MDIA3”.

Em abril de 2008, dentro de sua estratégia de crescimento por aquisições, foi adquirida a Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda., conhecida como Vitarella, empresa do setor de biscoitos e massas com sede no Estado de Pernambuco e forte atuação no Nordeste, especialmente em estados onde a Companhia não possuía participação majoritária. A operação contribuiu para a ampliação da liderança nacional nas vendas de biscoitos e massas, além da sua consolidação no Nordeste, região que historicamente apresentou expressivo crescimento econômico quando comparado com a média do País.

Em abril de 2011, dando continuidade à sua estratégia de crescimento por aquisições, a Companhia, através da controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella), adquiriu a NPAP Alimentos S.A., empresa que industrializa e comercializa os biscoitos e massas da marca “PILAR”, sediada no Estado de Pernambuco.

Em dezembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e da Pelágio Participações S.A., empresa que detém a totalidade das ações da Pelágio Oliveira S.A., ambas localizadas no Estado do Ceará. As referidas empresas, que até então eram controladas pelo mesmo grupo econômico, atuam sob o nome fantasia “Estrela”, comercializando biscoitos, massas, bolos e snacks nas regiões Norte e Nordeste do País, com as marcas “Estrela”, “Pelaggio” e “Salsito”.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em janeiro de 2012, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, a qual foi emitida em fevereiro de 2012 e liquidada em 22 de novembro de 2013.

Em maio de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social do Moinho Santa Lúcia Ltda., empresa com sede no Estado do Ceará que atua na atividade de moagem de trigo e fabricação de seus derivados, além da industrialização e comercialização de biscoitos e massas alimentícias em geral, com as marcas “Predilleto” e “Bonsabor”.

Nos anos 2012 e 2013, com o intuito de simplificar a sua estrutura societária, as empresas adquiridas foram incorporadas pela Companhia e se extinguiram juridicamente, passando a M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos a absorver todos os seus direitos e obrigações.

O ano de 2014 foi marcado pela intensificação dos investimentos, tanto em expansão de linhas de produção de biscoitos e massas como entrada de novas linhas de produtos (mistura para bolos e torradas). Também foi iniciada a construção de um novo moinho de trigo no Estado do Ceará para integrar o processo produtivo. A Companhia realizou ainda a compra, por intermédio de leilão público, de uma unidade de moagem de trigo localizada no Estado do Paraná, com o intuito de acelerar o processo de verticalização de suas unidades na região Sudeste.

Em 2015, entraram em operação dois novos moinhos de trigo: um moinho localizado na cidade de Rolândia/PR e outro localizado na cidade de Eusébio/CE, sendo este último integrado com uma planta de massas, biscoitos e torradas. Isso tem contribuído para o aumento da verticalização das nossas unidades, principalmente as localizadas no Estado de São Paulo e na cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE. A Companhia também segue com a construção de um novo moinho de trigo em Bento Gonçalves/RS integrado à planta de massas e biscoitos.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

O ano de 2016 foi marcado por diversos avanços e aprendizados na Companhia. Nosso time conseguiu avançar, em meio aos desafios do cenário econômico do país, na busca constante de soluções para viabilizar o alcance dos objetivos planejados para o negócio, diante do comprometimento com a geração de resultados satisfatórios para os nossos diversos stakeholders, no curto e longo prazo. Contudo, nenhum fato em 2016 foi mais marcante que a partida do Sr. Ivens Dias Branco, idealizador desta Companhia, que construiu a partir de uma padaria, com muita dedicação e trabalho, a empresa que hoje destaca-se como um dos grandes players globais em biscoitos e massas, líder destes segmentos no Brasil em volume de vendas. Seu exemplo despertou em todos nós o desejo de honrar o seu legado, de fazer da M. Dias Branco uma empresa ainda maior e melhor.

Dentre as iniciativas importantes que tivemos em 2016, destacamos a implantação do Projeto de Gestão Multimarcas (PGM), que unificou as forças de vendas, a reestruturação das áreas de marketing e exportação, que já obteve os primeiros resultados satisfatórios e promissores para os planos de longo prazo, e a Campanha de vendas Honra ao Legado, realizada logo após o falecimento do Sr. Ivens Dias Branco, relembrando os sonhos e valores que impulsionaram sua obra e que serão fonte de inspiração para manter o time unido e focado em preservar as bases do sucesso da empresa.

Em 2017, em linha com a sua estratégia, a Companhia expandiu os seus investimentos em marketing, promovendo diversas campanhas institucionais para alavancar volumes e reforçar o posicionamento das suas marcas, atualizou as embalagens de alguns produtos, além de criar incentivos para a equipe de merchandising, com foco na conquista de pontos extras em grandes clientes e ampliação do quadro de degustadoras fixas para aumentar a experimentação dos produtos no varejo. Além disso, em 2017 ocorreu o lançamento da linha de biscoitos integrais Adria Plus Life, que engloba biscoitos doces e salgados, cookies e uma inovação criada pela Companhia: os bits de cereais. Outro destaque foi a implantação de melhorias na cadeia de suprimentos da Companhia, que já começaram a refletir em uma maior assertividade da previsão das vendas, aumento do nível de serviço e ganhos de produtividade na separação e expedição dos produtos. Também é importante mencionar a aquisição de um novo desodorizador para a unidade de margarinas e gorduras em Fortaleza (CE), que, após sua completa instalação, irá contribuir para abastecer todas as unidades da Companhia, bem como a constituição de um consórcio em parceria com a Bunge Alimentos S.A. para arrendamento de área e infraestrutura pública, destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ.

No ano de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., empresa líder no mercado de biscoitos no estado do Rio de Janeiro, com produtos de alto valor agregado, em linha com a estratégia de expansão da Companhia no Sudeste.

Em adição, iniciamos os estudos para a reavaliação de nossa malha logística, realizamos a primeira rodada de conexão com startups (Projeto Germinar), aprimoramos nosso modelo de precificação, permitindo que as decisões de ajustes aconteçam a partir de informações mais granulares, ampliamos nossas exportações para 37 países, inclusive com produtos específicos para esta vertente do negócio, e lançamos itens com alto potencial de crescimento, como o biscoito Delicitá Cristal, que representou uma inovação relevante na categoria de Crackers. Destacamos também a realização do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa, o mapeamento nutricional de todo nosso portfólio de produtos e o trabalho contínuo com as instituições sociais localizadas próximas às nossas indústrias.

Em 2019, houve uma reorganização na estrutura comercial. De modo a aproveitarmos as melhores oportunidades de crescimento, aperfeiçoamos nossa modelagem de precificação, foi implantado um modelo go-to-market mais amplo e com foco no aumento da base de clientes. Foi ampliada a verticalização e a presença no mercado Sul e Sudeste de farinha com o início das operações da sétima unidade de moagem de trigo, localizada na unidade Bento Gonçalves/RS. O novo moinho reforça a estratégia de alcance de 100% de verticalização em farinhas de trigo.
Também em 2019, foram criados o Comitê de Governança Corporativa e a Secretaria de Governança Corporativa, este último tem por objetivo dar apoio e suporte ao Conselho de Administração, seus Comitês de assessoramento e Diretoria Estatutária.

A Companhia é desde 2003 uma empresa com cobertura nacional, líder de mercado nas linhas de biscoitos e massas, com processo produtivo verticalizado, marcas fortes, sistema de distribuição com grande penetração no micro e pequeno varejo, flexibilidade de produção, certificações que asseguram a qualidade de processos e produtos, além de uma equipe de executivos experiente e alinhada com os interesses de seus acionistas.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

A Companhia nunca passou por processo de falência, ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico já foram mencionadas anteriormente.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Companhia está presente no mercado alimentício brasileiro há mais de 60 anos e atua nas linhas de produtos de: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, misturas para bolos, margarinas e gorduras vegetais, bolos, snacks de milho e de trigo, e torradas, tendo como objeto social as seguintes atividades:

- industrialização e/ou comércio de produtos alimentícios, especialmente biscoitos, bolachas, massas, farinha de trigo, bolos, snacks, mistura para bolos e torradas;
- fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas, óleos vegetais, sua importação e exportação;
- importação, industrialização e comércio de trigo, de milho, de ração animal, de outros cereais e de mercadorias relacionadas às anteriores para revenda;
- importação de matérias primas, materiais secundários e de materiais de embalagem;
- importação de máquinas, equipamentos, peças sobressalentes e de outros bens, destinados a uso próprio, bem como para venda, locação ou arrendamento; e
- participação no capital de outras sociedades, no país ou no exterior, em empresas coligadas, controladas ou subsidiárias.

A Companhia é líder nacional nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, com participação de mercado em volume de vendas, no ano de 2020, de 33,9% em biscoitos (33,7% em 2019 varejo + *cash & carry*, 34% em 2018 varejo + *cash & carry*) e 33,7% em massas (34,7 % em 2019 varejo + cash & carry, 36,0 % em 2018 varejo + cash & carry), conforme dados divulgados pela Nielsen. Sua atuação no mercado consiste em produzir e/ou comercializar e distribuir produtos alimentícios, em nove linhas de produtos: (i) biscoitos; (ii) massas; (iii) farinha e farelo de trigo; (iv) margarinas e gorduras vegetais; (v) bolos; (vi) snacks; (vii) mistura para bolos, (viii) torradas e (ix) refrescos. O Brasil é o seu principal mercado, e foi responsável por 97,4% da sua receita líquida de descontos no ano de 2020.

Embora a região Nordeste concentre 59,3% da receita da Companhia – onde desfruta de uma posição de liderança de mercado em volume, com share volume de 57,8% em biscoitos e 59,3% em massas, de acordo com os dados divulgados pela Nielsen no acumulado de 2020 – a Companhia também é líder em volume de vendas em Biscoitos nas regiões Norte, Sudeste e Sul, e Centro-Oeste. Além disso, a Companhia lidera em volume de vendas no segmento de massas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste segundo a pesquisa da Nielsen.

E essa ampla liderança de mercado está também ancorada no fato de que a Companhia possui extensa presença nacional, com a alta proximidade com o mercado consumidor, por meio de 15 unidades industriais, estrategicamente localizadas em nove estados do País, as quais, além de utilizarem as mais modernas tecnologias disponíveis para a produção dos produtos, conferem relevante flexibilidade na definição do local e tipo de produto a ser fabricado, a depender da melhor combinação entre a distância do mercado consumidor a ser atendido, dos custos logísticos, dos custos de produção e dos ônus fiscais aplicáveis a cada unidade industrial. Como resultado, pode-se fornecer ao mercado amplo portfólio de produtos, desde os mais populares até os de maior valor agregado, em qualquer que seja a região do País.

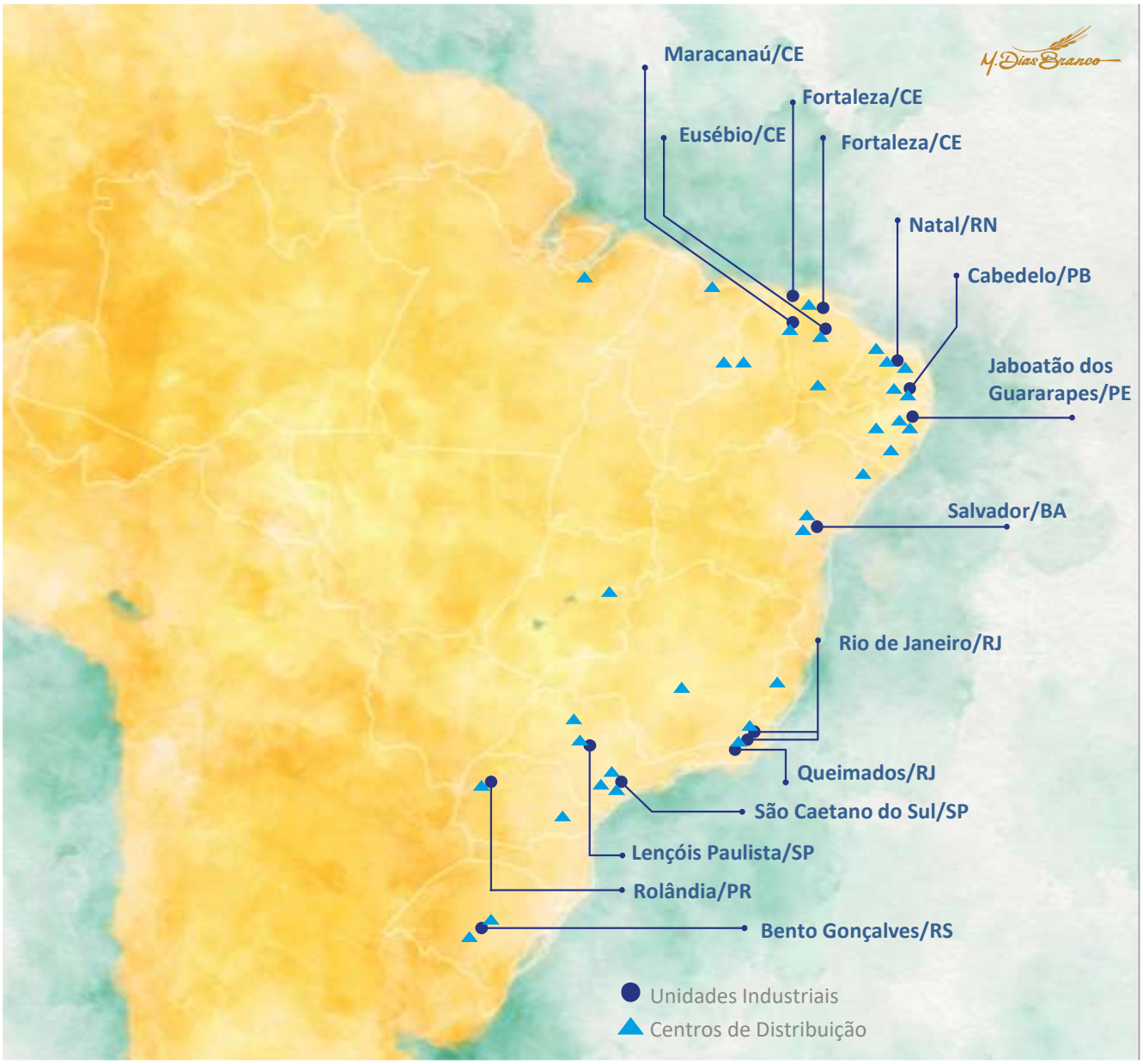
Uma característica importante da Companhia, com reflexos relevantes em sua condição financeira e patrimonial, reside no fato de ser verticalizada, isto é, produzir a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos biscoitos, massas, bolos, mistura para bolos, snacks e torradas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No ano de 2020, **98,5%** de toda a farinha de trigo **e 99,3%** de toda a gordura vegetal utilizadas no processo produtivo foram fabricadas internamente. A cadeia produtiva integrada também proporciona condições à Companhia para um melhor planejamento de sua produção, buscando: (i) maior qualidade de seus produtos; (ii) maior eficiência de consumo dos principais insumos; (iii) preços mais competitivos para os produtos; e (iv) melhor controle dos custos de produção.

Um outro aspecto importante para a condição financeira e patrimonial da Companhia está no fato de que, ao longo de mais de 60 anos, desenvolveu e consolidou um modelo de distribuição pulverizado, o qual, sem prejuízo do atendimento personalizado aos grandes clientes, é estruturado para atender principalmente ao micro, pequeno e médio varejos, com um sistema de vendas porta-a-porta, com visitas semanais aos clientes.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Os esforços de construção de sólido relacionamento de negócios com os clientes, aliados à pulverização da base de clientes, tem permitido realizar vendas a prazo para os clientes com um nível de inadimplência que se acredita ser pouco significativo.

No mapa abaixo apresentamos as unidades industriais e os centros de distribuição da Companhia:



Nos últimos 10 anos (2010 a 2020), em decorrência da ampliação de sua capacidade produtiva e das aquisições realizadas, a Companhia obteve um crescimento expressivo nos volumes de produção, crescendo a uma taxa composta anual de 6,3%. Além disso, se destaca que as linhas de produtos de biscoitos, margarinas e gorduras vegetais e massas cresceram, nesse mesmo período, a taxas compostas de **4,4%, 10,0% e 6,5%,** respectivamente**.**

Em relação as empresas controladas:

M. Dias Branco International Trading LLC

Sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa forma, a Companhia pretende iniciar o procedimento de encerramento dessa subsidiária.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.

Sediada no Uruguai, é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa maneira, a Companhia iniciou o procedimento de encerramento da entidade.

M. Dias Branco Argentina S. A.

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, com o objetivo principal de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Contudo, a sociedade não chegou a operar e a Companhia decidiu por não dar continuidade ao processo, iniciando os procedimentos de fechamento da entidade.

Em relação as empresas com operação em conjunto:

Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda (“Tergran”)

A Companhia possui o controle compartilhado com as Companhias Moinho Cearense S.A e J. Macêdo S.A, as quais possuem participação equivalente de 33,33% do seu capital e que nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. A Companhia considera o investimento como joint operation, ou operação em conjunto, e seus ativos, seus passivos, suas receitas e despesas são reconhecidos, em relação à sua participação, somente nas demonstrações consolidadas, haja vista que a Tergran possui personalidade jurídica própria, e, dessa forma, o investimento é reconhecido nas demonstrações individuais pelo método de equivalência patrimonial.

A Tergran é uma empresa que possui como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando prestação de serviços de descarga e de armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos no descarregamento dos navios cargueiros de trigo para seus três sócios.

Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.

A Companhia possui participação societária no empreendimento controlado em conjunto com a Companhia Bunge Alimentos S.A (Bunge), as quais possuem participação equivalente de 50% do seu capital. O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. figura como arrendatária no contrato celebrado em 21 de setembro de 2017 com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que versa sobre arrendamento da área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ. A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas informações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

A participação da Companhia nesse negócio insere-se na sua estratégia de aprimoramento logístico para abastecimento de insumos destinados às suas unidades industriais instaladas na região Sudeste.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Não se aplica à Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

A Companhia atua no segmento alimentício nas linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos, *snacks*, mistura para bolo e torradas. Tais linhas de produtos são geridas de forma integrada.

Sua estrutura de produção é verticalizada. Assim, parte da produção de farinha de trigo e gordura vegetal é destinada ao processo produtivo das linhas de produtos. Ademais, a Companhia possui unidades industriais em vários estados do Brasil, o que lhe permite ter uma flexibilidade na produção de suas diversas marcas, diminuindo os seus custos logísticos e aumentando a sua eficiência de distribuição.

Além dos produtos já desenvolvidos pela Companhia, foram agregados ao seu portfólio os produtos de empresas adquiridas (Adria em 2003, Vitarella em 2008, Pilar e Estrela em 2011, Moinho Santa Lúcia em 2012 e Piraquê em 2018). Essas aquisições também permitiram a geração de sinergias operacionais, de distribuição e de receitas, em função da venda de produtos que não existiam nos portfólios das marcas adquiridas.

Linha de Produtos e Marcas

A Companhia oferece uma grande variedade de produtos, tendo como marcas: Vitarella, Adria, Finna, Piraquê, Fortaleza, Pilar, Richester, Estrela, Pelaggio, Bonsabor, Zabet, Basilar, Predilleto, Isabela, Puro Sabor, Adorita, Medalha de Ouro, Amorela, Delicitos e Salsitos. A Companhia opta por manter diversas marcas para muitos produtos idênticos em virtude de sua reputação e notoriedade, que têm por alvo atender aos mais diferentes perfis de consumidores, de classes A/B/C/D/E, abrangendo, desta forma, diversas regiões do território brasileiro. Para melhor compreensão da sua área de atuação, as informações são apresentadas por linha de produtos.

A linha de produto mais representativa, em termos de receita, é a de biscoitos, seguida de massas. A tabela abaixo indica os valores, em milhões de reais, da sua receita operacional líquida decorrente das vendas de biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais e outras linhas de produtos, assim como o percentual representativo de cada uma das linhas de produtos em relação ao valor total de receita líquida, em cada um dos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018	%AV	2019	%AV	2020	%AV
Biscoitos	3.327,7	55,2	3.287,0	53,9	3.702,2	51,0
Massas	1.274,1	21,1	1.318,2	21,6	1.687,9	23,3
Farinha e farelo	953,1	15,8	1.025,7	16,8	1.297,0	17,9
Margarinas e gorduras	318,9	5,3	334,5	5,5	420,6	5,8
Outras linhas de produtos (1)	150,5	2,5	138,2	2,3	144,8	2,0
Diversos	0,8	0,0	-	-	-	-

(1) Bolos, *snacks*, mistura para bolos, refrescos e torradas.

Em linha com os conceitos modernos, a Companhia segue desenvolvendo novos produtos e estendendo o seu portfólio atual.

No período de 2018 a 2020, a Companhia lançou 186 novos produtos no mercado que obtiveram R$ 204,9 milhões de receita bruta no período.

Em 2018, foram lançados: (i) biscoitos recheado chocolate branco Treloso, baunilha Treloso Power e chocolate Treloso clubinho recheado quadrado da marca Vitarella; (ii) biscoitos Antenados da marca Estrela; (iii) biscoitos recheado quadrado toons chocolate e morango da marca Isabela; (iv) biscoitos *wafer* de chocolate, morango e limão da Adria; (v) biscoito tradicional, integral e cristal Delicitá da marca Vitarella; (vi) creme vegetal Adorita Tropical, exclusivo para exportação; (vii) biscoitos *cookies*, mini roladinho de goiaba, mini maizena, recheado brigadeiro e *newafer* brigadeiro, massas mini pena e parafuso ovos, e torradas da marca Piraquê.

Em 2019, foram lançados: (i) farinha de trigo da marca Finna, na embalagem de 5 Kg, para pastel, pizza e Tipo 1; (ii) biscoito wafer coberto com chocolate Pirachoko da marca Piraquê; (iii) bolinho Toons da marca Isabela; (iv) massas Adria

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Grano Duro Integral; (v) biscoitos e bolinhos sem glúten nos sabores cacau e baunilha da marca Adria Plus Life; (vi) biscoitos Maria e Maizena Integrais da marca Vitarella; e (vii) creme Vegetal Bel Campo, criado para exportação.

Em 2020, foram lançados: (i) farinha de trigo da marca Isabela, nas embalagens de 1 e 5 Kg; (ii) cream cracker tostadinha para as marcas Vitarella e Fortaleza; (iii) biscoito de leite maltado coberto com chocolate e tortinhas da marca Piraquê; (iv) rosquinhas no sabor coco da marca Fortaleza; (v) biscoito wafer chocks coberto com chocolate da marca Isabela e wafer chocomax da marca Vitarella; (vi) massa comum espaguete da marca Bonsabor; e (vii) farinha de trigo da marca Bonsabor, na embalagem de 1kg, destinada à exportação.

Biscoitos e Massas

A produção de biscoitos engloba os tipos: água e sal/cream cracker, amanteigados, barrinhas, cobertos, doces, maria, maizena, mousse, recheados, roscas, salgados, tortinhas e wafers. Com relação às massas, a Companhia tem participação nas famílias de massa comum, grano duro, sêmola, sêmola com ovos, lasanha, massa para micro-ondas e macarrão instantâneo.

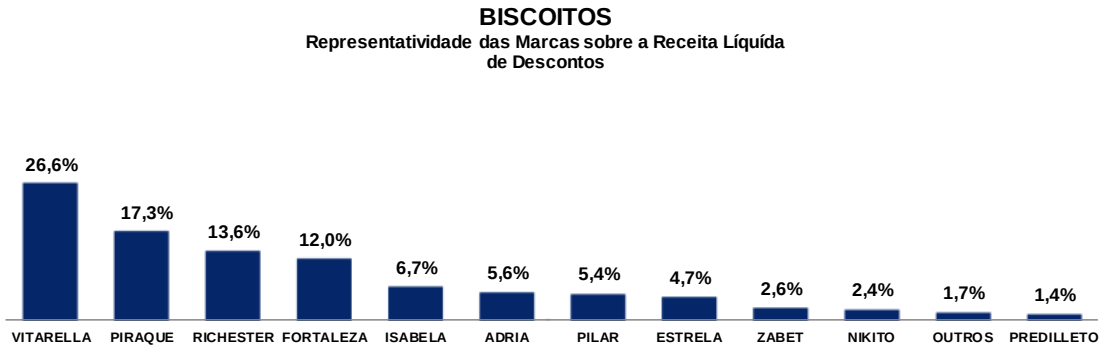
Suas principais marcas de biscoitos e massas são Vitarella, Piraquê, Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Estrela, Pilar, Bonsabor, Imperador, Zabet e Basilar. A Companhia tem a liderança nacional nas linhas de produtos de biscoitos e massas, com 34,0% e 33,3% de participação no mercado, respectivamente, em termos de volume de vendas, e 29,0% e 30,5%, respectivamente, em termos de faturamento, segundo pesquisa da Nielsen para o ano de 2020.

A marca Fortaleza, pioneira no portfólio da Companhia, tem como produtos mais relevantes biscoitos água e sal/cream cracker e maria/maizena e massa sêmola. A marca Vitarella, líder de vendas na região Nordeste, tem como produtos mais relevantes os biscoitos água e sal/cream cracker, maria/maizena e recheados.

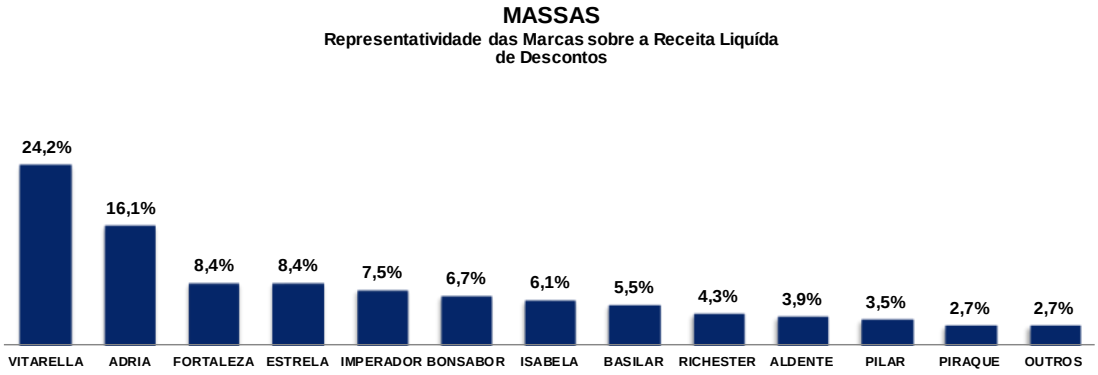
A marca Richester, por sua vez, tem a percepção de marca moderna, jovem, divertida e figura no rol de marcas Premium com amplo portfólio de biscoitos.

A marca Piraquê destaca-se no mercado da Região Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro, com amplo portfólio de biscoitos e massas de alto valor agregado.

Os gráficos abaixo demonstram a representatividade das marcas de biscoitos e massas sobre a receita líquida de descontos no ano de 2020:



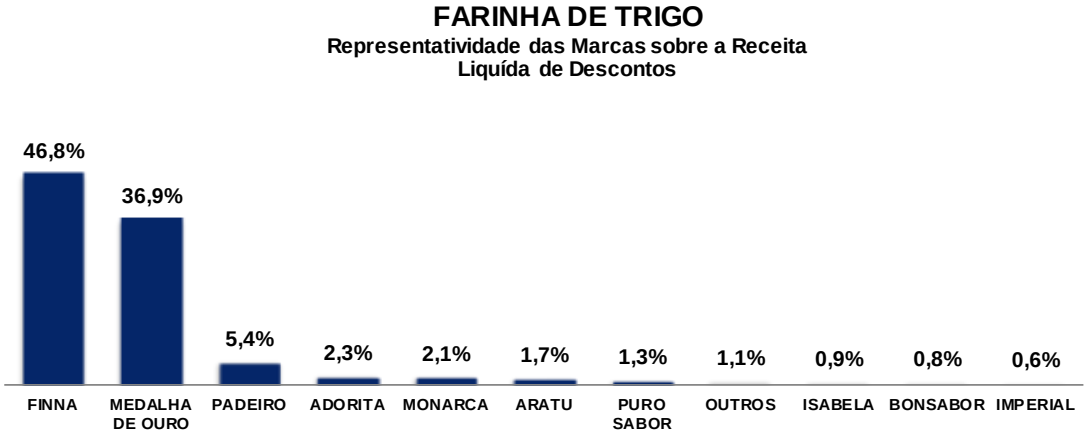
7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais



Farinha e Farelo de Trigo

A produção de farinha de trigo e farelo engloba farinha do tipo doméstica e industrial e farelo do tipo grosso, fino e remoído.

As suas principais marcas de farinha de trigo são Finna, com foco no consumidor final, voltada para os mercados das classes de A a E, e Medalha de Ouro, destinada ao segmento de panificação. O gráfico abaixo demonstra a representatividade das marcas de farinha sobre a receita líquida de descontos no ano de 2020:



Dentre estas marcas, a marca Finna, caracterizada como farinha doméstica, é a mais relevante, tendo atingido, no ano de 2020, 46,8% da receita líquida de descontos na linha de produto de farinha de trigo, seguida da marca Medalha de Ouro, utilizada para o setor de panificação, que atingiu 36,9% de representatividade no mesmo período.

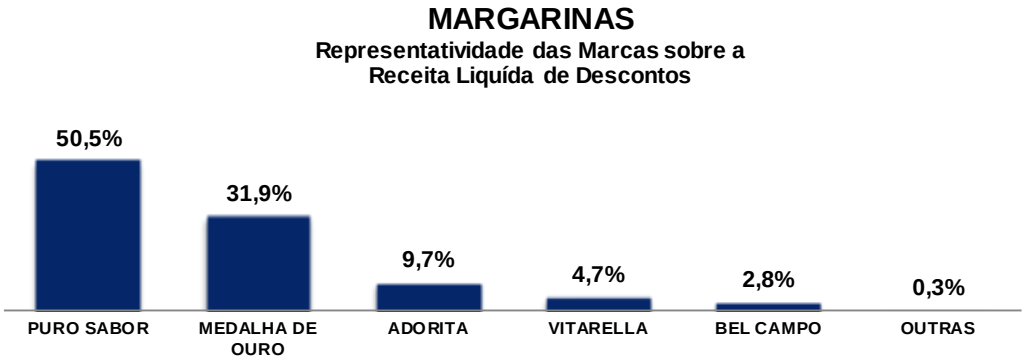
Margarinas e Gorduras

A produção da Companhia engloba margarinas do tipo doméstica e industrial e gorduras para diversas aplicações, tais como frituras de imersão, sorvete, cobertura, recheio e *spray*.

Suas principais marcas são Puro Sabor, Adorita e Vitarella, que atendem aos mercados das classes B/C/D, e Medalha de Ouro, destinada à *food service*.

Dentre as marcas de margarina, destaca-se a Puro Sabor, que representou, no ano de 2020, 50,5% da receita líquida de descontos, seguida da marca Medalha de Ouro, que atingiu no mesmo período 31,9% da receita líquida de descontos.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais



b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Toda a receita líquida da Companhia é proveniente do segmento de produtos alimentícios, que nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, foi de R$ 6.025,1 milhões, R$ 6.103,6 milhões e R$ 7.252,5 milhões, respectivamente.

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A totalidade do resultado da Companhia advém do segmento de produtos alimentícios, que nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 atingiu R$ 723,5 milhões, R$ 556,9 milhões e R$ 763,8 milhões, respectivamente.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a. Características do processo de produção

A Companhia conta com um moderno parque industrial estrategicamente localizado nos principais mercados onde atua, com equipamentos de última geração, atendendo aos mais rigorosos padrões de qualidade.

A tabela abaixo relaciona as plantas industriais da Companhia em 31 de dezembro de 2020:

Unidade	Localização	Área do Terreno (em m²)	Área Construída (em m²)	Titularidade da Planta
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas	Eusébio - CE	697.725,66	210.496,00	Companhia
Fábrica de Gorduras e Margarinas	Fortaleza - CE	53.332,48	24.596,00	Companhia
Moinho de Trigo	Fortaleza - CE	38.963,80	38.963,80	Companhia (arrendatária)
Fábrica de Biscoitos, Massas, Bolos e *Snacks*	Maracanaú-CE	148.716,00	52.210,21	Companhia
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas	Natal - RN	9.809,28	24.925,78	Companhia (arrendatária)
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Mistura para bolos	Salvador - BA	243.884,94	123.479,00	Companhia
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas	Cabedelo - PB	37.992,00	26.438,38	Companhia (arrendatária)
Fábrica de Massas	São Caetano do Sul - SP	9.777,00	12.941,39	Companhia
Moinho de Trigo	Rolândia - PR	138.105,46	17.123,75	Companhia
Fábrica de Biscoitos	Lençóis Paulista - SP	9.600,00	10.427,60	Companhia
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos e Massas	Bento Gonçalves - RS	123.293,00	94.265,44	Companhia
Fábrica de Biscoitos e Massas	Jaboatão dos Guararapes - PE	268.673,90	126.836,00	Companhia
Fábrica de Biscoitos e Massas	Rio de Janeiro – RJ	31.047,00	30.079,00	Companhia
Fábrica de Gorduras e Margarinas	Rio de Janeiro – RJ	6.945,00	18.583,00	Companhia
Fábrica de Biscoitos	Queimados – RJ	39.709,62	41.713,43	Companhia

O processo de produção da Companhia não depende significativamente de nenhum dos seus equipamentos considerados individualmente.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

No quadro abaixo, são apresentados os principais detentores da tecnologia utilizada no seu processo industrial:

Linha de Produto	Principais Fornecedores de Equipamentos
Biscoitos	Haas do Brasil, H. Tech Ind. e Com. de Máquinas Ltda, Bühler, Robert Bosch, Gonçalo Gonzaga Fabricação e Montagen Industriais EIRELI, Imaforni Intl S.P.A, CAMA 1 S.P.A, Peerless – Peters – Fedco, Sermotec Ltda, Varpe Brasil Tecnologi em Inspeção e Pesagem, Gotesp, Vantecis Industrial Service Ltda, Mettler – Toledo Safeline e Ramontec Ltda – EPP, Atlas Copco Brasil Ltda, Beheng Máquinas e Equipamentos Ltda, Cavanna Máquinas e Sistemas para Embalagens Ltda, Copp Industrial Ltda, Flexlink Systems Ltda, Forttress Technology Sistemas de Inspeção Ltda, GEA Imaforni S.P.A, AERZEN d Brasil Ltda, LITEQ Indústria e Comércio Ltda, Rital Brasil Ltda, DANFOSS, Allen Bradley Automação, Dematic Bras Ltda, Toledo do Brasil, FAVA S.P.A, TroCalor Indústria Mecânica ltda, Ricefer Equipamentos Inox Ltda, Otis Elevadore Europromec S.R.L.
Massas	FAVA S.P.A, Gonçalo Gonzaga Fabricação e Montagens Industriais EIRELI, Landucci S.R.L, AET Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas S.A, Forteserv Peças e Serviços Industriais Ltda – ME, Masipack Ind. e Com. de Máquinas Automáticas S.A, T. Freemantle Limited, Sangati Berga S.A e Robert Bosch, Forteusi Maq Alimenticias Ltda EPP, Weishaupt do Brasil Ind e Com Ltda, Baker Perkins, Bühler, AltoPack S.P.A, Dematic Brasil Ltda, Alfa Laval Ltda, Martini SRL Packaging Machines, Demag Cranes &Componentes Ltda, Pavan S.P.A, Alpina Equipmentos, Sabroe Do Brasil Ltda.
Farinha e Farelo	Sangati Berga S.A, Bühler, AET Engenharia e Soluções Teconológicas Avançadas S.A, MRP International Group LLC, Haver & Boecker Latino Americana Máquinas Limitada e Ramontec Ltda – EPP, ABB Ltda, Brabender GMBH & CO KG, Granolab do Brasil SA Tecnologia para a Ind. Alimentícia, Vazflux Sopradores, Vacuo e Dosadoras Ltda, Fawema GMBH, Aerzen do Brasil, Bmont engenharia Eireli.
Margarinas e Gorduras	FTA Serviços em Máq.Industriais Ltda, Hollbras Filtros e Equip Industriais Ltda, TCA Tubos e Conexões de Aço Ltda, Varpe Brasil Tecnologia em Inspeção e Pesagem, Hiper Centrifugation Ltda, Springer Carrier, JAV Distribuição de Materiais Elétricos e Automação Ltda, Isotermas Ltda – ME, Endress + Hauser Controle e Automação Ltda, VTR Vettor Equip. Industriais Ltda e Mettler – Toledo Safeline, DE Smet do Brasil Comércio e Indústria Ltda, Alfa Laval Ltda, HOLSTEIN KAPPERT S.A, Otis elevadores, Weg S.A, Alpina Equipamentos, Grundfos do Brasil Ltda, Siemens Brasil Ltda.

As manutenções dos equipamentos utilizados no processo de produção são realizadas de forma sistemática e preventiva, de acordo com um calendário desenhado pela área de engenharia de manutenção, considerando as especificações de cada fornecedor. Antes ou quando necessário, durante as substituições dos elementos que constituem as máquinas, os manuais de manutenção do fabricante sempre são consultados. Os intervalos de substituição dos elementos que constituem as máquinas são efetuados por técnicos de manutenção qualificados ou por técnicos do próprio fabricante. Os programas de manutenção são preparados de forma a restringir ao máximo o tempo de paradas dos equipamentos.

A Companhia mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza	300.000	04/12/20 a 04/12/21
Queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou especiais	300.000	04/12/20 a 04/12/21
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e fumaça	20.000	04/12/20 a 04/12/21
Desmoronamento	10.000	04/12/20 a 04/12/21
Tumultos, greves e *lock-out*	5.000	04/12/20 a 04/12/21
Quebra de máquinas	4.500	04/12/20 a 04/12/21
Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) e rede de hidrantes	2.000	04/12/20 a 04/12/21
Fermentação própria e combustão espontânea	2.000	04/12/20 a 04/12/21

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Ao longo de sua história, a Companhia nunca passou por grandes paralisações do seu processo produtivo, seja por problemas com equipamentos ou por greve dos seus funcionários. Para maiores informações sobre o relacionamento com os sindicatos de empregados, veja o item 14.4 - *Descrever as relações entre o emissor e sindicatos* deste documento.

A tabela abaixo mostra a capacidade de produção, a produção anual total, em mil toneladas, e o nível de utilização em cada uma das unidades industriais da Companhia, nos períodos indicados:

Capacidade Produtiva / Produção Efetiva	Biscoitos		Massas		Farinha de Trigo e Farelo		Margarinas e Gorduras		Outras linhas de produtos		Total	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoito, Massas e Mistura para bolos (Salvador - BA)	93,0	104,5	52,2	63,6	498,3	498,3	-	-	10,8	10,8	654,3	677,2
Moinho de Trigo (Fortaleza - CE)	-	-	-	-	440,6	440,6	-	-	-	-	440,6	440,6
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas (Cabedelo - PB)	-	-	46,6	51,0	288,7	288,7	-	-	-	-	335,3	339,7
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas (Eusébio - CE)	167,4	178,0	72,1	77,6	203,8	203,8	-	-	12,3	12,3	455,6	471,7
Fábrica de Biscoitos e Massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	273,3	276,3	89,1	98,5	-	-	-	-	-	-	362,4	374,8
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas (Natal - RN)	-	-	26,1	26,7	354,8	354,8	-	-	-	-	380,9	381,5
Fábrica de Gorduras e Margarinas (Fortaleza - CE)	-	-	-	-	-	-	360,0	360,0	-	-	360,0	360,0
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos e Massas (Bento Gonçalves - RS)	71,9	76,4	38,6	41,6	50,9	407,6	-	-	-	-	161,4	525,7
Fábrica de Massas (São Caetano do Sul - SP)	-	-	102,2	95,2	-	-	-	-	-	-	102,2	95,2
Fábrica de Biscoitos (Lençóis Paulista - SP)	39,0	39,8	-	-	-	-	-	-	-	-	39,0	39,8
Fábrica de Biscoitos, Massas, Bolos e *Snacks* (Maracanaú - CE)	92,2	100,5	49,7	50,7	-	-	-	-	16,4	15,6	158,3	166,8
Moinho de Trigo (Rolândia - PR)	-	-	-	-	125,8	125,8	-	-	-	-	125,8	125,8
Fábrica de Biscoitos e Massas (Rio de Janeiro-RJ)	96,8	90,9	80,0	75,8	-	-	-	-	-	-	176,8	166,7
Fábrica de Gorduras e Margarinas (Rio de Janeiro - RJ)	-	-	-	-	-	-	41,3	25,7	-	-	41,3	25,7
Fábrica de Biscoitos (Queimados - RJ)	35,0	29,7	-	-	-	-	-	-	-	-	35,0	29,7
Capacidade Total de Produção	**868,6**	**896,1**	**556,6**	**580,8**	**1.962,9**	**2.319,6**	**401,3**	**385,7**	**39,5**	**38,7**	**3.828,9**	**4.220,9**
Produção Total	**550,8**	**598,4**	**391,0**	**462,0**	**1.503,5**	**1.765,1**	**185,2**	**192,1**	**15,2**	**17,0**	**2.645,7**	**3.034,6**
Nível de Utilização da Capacidade	**63,4%**	**66,8%**	**70,2%**	**79,5%**	**76,6%**	**76,1%**	**46,2%**	**49,8%**	**38,5%**	**43,9%**	**69,1%**	**71,9%**

No desenvolvimento e na execução de suas atividades industriais, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental disponíveis. Atualmente, suas unidades operacionais encontram-se em operação com as devidas licenças ambientais em vigor ou em processo de renovação.

Processo Produtivo

Para melhor compreensão do processo de produção da Companhia as informações são detalhadas por linha de produtos.

Biscoitos

A principal linha de produtos na geração de receitas para a Companhia é o Biscoito. Dentre um universo diversificado de produtos, os biscoitos são agrupados da seguinte forma: secos, doces, salgados, *crackers*, recheados, cobertos e *wafers*.

O processo de produção do biscoito varia quanto aos grupos acima mencionados, e estando assim dividido: recepção e estocagem de matérias-primas, ingredientes e material de embalagem, moagem e peneiração de açúcar, Inversão de açúcar, preparação de cobertura, dosagem de matérias-primas e ingredientes, mistura dos ingredientes, fermentação, adição de farofa, laminação / estampagem / corte, moldagem, deposição, e corte por arame, forneamento, adição de spray óleo,

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

adição de recheio, resfriamento natural, adição de cobertura, resfriamento forçado, empilhamento, empacotamento, encaixotamento, paletização, estocagem e distribuição.

O início do supracitado processo se dá com a pesagem dos ingredientes e preparação das massas, de acordo com as formulações e especificações técnicas referentes a cada tipo de produto. Nesta etapa os ingredientes utilizados são divididos em três categorias, a saber:

- Microingredientes, que são aqueles utilizados em pequena quantidade, até aproximadamente 3 kg, com exceção de alguns ingredientes que compõem as soluções, estes podem chegar até 8 kg;
- Ingredientes intermediários, que são aqueles dosados em médias quantidades, acima de 3 kg até 45 kg;
- Macroingredientes, que são os ingredientes utilizados em grandes quantidades, controlados e dosados de forma automatizada.

Após o fracionamento dos ingredientes, estes são misturados e homogeneizados por mixers (masseira). A massa proveniente desta mistura é acondicionada em carros/cubas de aço inox e seguem para a etapa de fermentação ou tombamento.

Para os biscoitos fermentados, a etapa de preparação de massas é dividida em duas fases de processo: a primeira fase é denominada de esponja e a segunda fase reforço de acordo com o tipo de biscoito fermentado a ser produzido podendo ser produzido em uma única fase.

O processo de fermentação é biológico, realizado por microrganismos, que com a presença de açucares e farinha, transformam amidos e açúcares em álcool e ácido, na primeira fase. Na fase reforço, se dar a estruturação destas reações, tendo como pontos fundamentais o controle do pH com a adição do bicarbonato de sódio. O tempo de fermentação é um fator importante para determinação do sabor e aeração do produto final, este tempo pode variar de acordo com a formulação.

Após o término da mistura ou da fermentação, a massa que está em um carro de aço inox é levada ao alimentador do tombador, que consiste em dois garfos que elevam o carrinho, tombando-o para dentro de um reservatório com saída para um sistema automático de lonas alimentadoras, seguindo daí para a etapa de laminação ou estampagem dependendo do tipo de biscoito a ser produzido.

Na laminação, a massa é trabalhada por banco de cilindros que tem a função de laminar o lençol de massa (formação de lâminas) para obter a espessura desejada para a formação da peça (biscoito cru). Para cada tipo de produto, pode ser aplicada uma camada de farofa entre as camadas de massa. Para os folhados, há sobreposição de camadas de massa (até 10 camadas) e esta etapa é de suma importância para conferir a textura e aspecto de folheado (ex.: Crackers)

Ao atingir a espessura padrão final, a massa passa por um sistema com rolos cortadores e marcadores correspondentes a cada produto que conferem o formato da peça. Neste ponto tem-se rígido controle de processo (peso) para que o produto tenha suas características definidas e padronizadas. Seguindo, então, para o forno, resfriamento natural e embalagem.

A moldagem caracteriza o formato que é dado para os biscoitos rotativos, como biscoitos amanteigados e recheados. Funciona através de um conjunto de três cilindros: Rolo Estriado (rolo de força), molde (estampo formador) e extração (rolo de borracha) o conjunto utiliza uma faca para retirar o excesso de massa no estampo formador. A massa é pressionada nas cavidades do molde para formar as peças individuais. No caso do biscoito *wafer*, a massa de consistência bem líquida, sai do misturador e é bombeada e depositada por meio de uma tubulação com alguns pontos com abertura para alimentação da massa fluida, diretamente sobre as placas de cozimento do forno.

Passado o processo de laminação, corte, ou moldagem, os biscoitos, caso faça parte de sua especificação, podem receber aplicação de granulados (sal, açúcar, confeitos), posteriormente seguem para o processo de forneamento, onde é realizado o seu cozimento seguindo uma curva de cozimento padrão, obedecendo aos padrões de qualidade preestabelecidos, em

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

conformidade com cada linha de produção e produto. Dependendo do tipo de produto, após esta etapa as peças recebem a adição de creme vegetal em spray por meio de pulverização/ aspersão em sua superfície. O biscoito já cozido passa por um processo de resfriamento.

Para produto recheado é usado o resfriamento natural podendo ser utilizado também o forçado. Isto se faz necessário pois para o processo de aplicação do recheio tem-se temperaturas indicadas para a peça (base) (temperatura ideal para o processo). Os demais produtos possuem um sistema de resfriamento natural que é feito através de troca de calor do produto com o ar ambiente.

Os produtos do tipo recheado recebem após o forneamento e resfriamento uma quantidade de recheio entre as bases, formando um produto do tipo sanduíche. A alimentação de creme nas recheadoras é feita automaticamente através de bombas dosadoras. Após formação do sanduiche o produto segue através de lonas transportadoras por túnel de resfriamento (resfriamento forçado) onde ocorre a cristalização do recheio.

Os produtos cobertos de chocolate são alimentados em cobrideiras recebendo uma cobertura de chocolate previamente aquecida, passando aí por uma “cortina de chocolate” (totalmente coberto) ou por uma “superfície” de chocolate (parcialmente cobertos).

Depois do resfriamento, os biscoitos (exceto biscoitos à granel) seguem para o processo de empilhamento por meio de calhas que funcionam como guias, para em seguida serem conduzidos ao setor de embalagem. Ressaltamos que no decorrer de todo o processo de produção, os biscoitos passam por detectores de metais, com vista a garantir a segurança do produto que chega ao consumidor, como também utilizamos *checkweight* para garantir o controle de peso conforme a legislação.

O processo de empacotamento do biscoito é todo automatizado. As empacotadoras trabalham com velocidade e temperatura adequadas para atender toda a produção gerada na linha. O produto já embalado segue para o processo de encaixotamento/enfardamento manual ou automático depois são organizados em *“pallets”* em quantidades definidas para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First off).

Para os wafers, após mistura, a massa é bombeada por tubulações até a aplicação sobre as placas do forno (depósito). Antes da deposição, realizada através do bico aplicador, a massa passa por uma boia que evita a formação de bolhas. Após assada, a placa (casquinha) equaliza a temperatura e umidade em torre de resfriamento natural para facilitar a aplicação de recheio. O bloco (casquinhas mais camadas de recheio) são resfriados em túnel de resfriamento (forçado) para cristalização do recheio e encaminhados para corte, onde a peça tem seu formato definido. Posteriormente segue para o processo de embalagem.

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação. Há registros de controles de processos, bem como do controle de qualidade dos insumos e produtos acabados.

Massas

A Companhia produz diversos produtos à base de 05 (cinco) tipos de massas: Massas Farinha de Trigo Durum, Massa de Sêmola ou Farinha de trigo comum, Massa de Sêmola com Corantes naturais e Massa de Sêmola com Ovo em Pó e Corantes Naturais e Massa de Sêmola instantânea (Lámen).

O processo produtivo das referidas massas é o mesmo, diferenciando-se, somente, pelos ingredientes adicionados.

O supracitado processo de produção é iniciado com o transporte (por sistema pneumático) da farinha de trigo dos silos de estocagem para os mini-silos, que são depósitos entre os silos e as masseiras, já localizados na área de produção.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Em outra etapa do processo, no misturador de “pré-mix” ou micro dosadoras, são dosados e misturados ingredientes como o ovo em pó e/ou os corantes naturais, farinha de trigo e micro-ingredientes. Essa mistura ou micro-ingredientes, são transportados para mini-silos onde fica até ser misturada à farinha de trigo. A quantidade de micro-ingredientes a ser misturado à farinha, é controlada por um equipamento chamado dosador ou micro dosadoras.

Posteriormente, um sistema pneumático transfere a farinha e o micro-ingrediente para o dosador das masseiras. Nesse dosador, a farinha já misturada aos micro-ingredientes e a água são dosados em quantidades pré-determinadas e proporcionais para seguirem para a próxima etapa do processo.

Na masseira ocorre a mistura e homogeneização dos ingredientes com a água. Através da rosca de extrusão a massa segue para trafila (molde). O sistema a vácuo permite a retirada de ar, com a finalidade de se prevenir a oxidação, o aspecto áspero e a coloração não característica da massa depois de processada, além de interferir na qualidade durante o cozimento. No caso do lámen a massa é homogeneizada e depositada em uma esteira de maturação.

Ocorrendo a mistura e extrusão da massa, onde a mesma é prensada, seguindo então para a “trafila” que possui certo número de pastilhas que definem o formato do produto. Antes de passar pela trafila, a massa passa pelo pré-molde e por uma tela (filtro) para não danificar as pastilhas e reter possíveis contaminantes físicos. No caso do lámen, a massa segue para laminação e corte.

Uma vez extrusados nas trafilas, o macarrão é recebido por canas/varas e cortado. Então segue para a etapa de pré-secagem, que é a primeira etapa de secagem do macarrão, onde a massa tomará sua forma definitiva sofrendo uma forte ventilação acompanhada de calor para que não colem entre si, ficando adequada para a secagem final que se dá na “Galeria de secagem”, que também se dá com forte ventilação e calor. No caso do lámen, a massa segue para o corte e dobra e depois para o cozimento.

A próxima etapa do processo é o resfriamento para ter sua temperatura equiparada com a externa, evitando choque térmico ao entrar em contato com o ambiente. As condições de secagem variam para os diferentes tipos de massa alimentícia e conforme velocidade da máquina.

Após o resfriamento, as massas longas passam por uma serra de corte para que fique no tamanho ideal para ser embalada, no caso das massas curtas o produto é adicionado em silos de estocagem para concluir o processo de estabilização de secagem. As sobras que são geradas no processo de corte da massa são levadas para um moinho e voltam para o processo de produção.

O processo de embalagem é automático, sendo realizado em “empacotadeiras”. Neste processo, os pacotes devidamente pesados e checados automaticamente são submetidos a detectores de metais, utilizados para detectar possíveis partículas metálicas no produto, realizando a rejeição do mesmo, atendendo assim às normas de Segurança de Alimentos. Em seguida, os pacotes passam pelas “enfardadeiras”, onde serão agrupados em fardos e depois colocados em “pallets” que são conduzidos ao setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, Firts off).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação e o sistema HACCP e FSSC2200. Há registros de controles de processos, bem como de controle de qualidade dos insumos e produto acabado.

Farinha de Trigo

O processo de produção da Farinha de Trigo está divido nas seguintes fases: Recepção do Trigo, Preparação do Trigo para Moagem, Moagem do Trigo e Produtos Acabados.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O trigo é recebido por via marítima e é transferido para os silos de armazenagem do moinho, sendo esta operação realizada por descarregadores mecânicos (Portalino). Trata-se de um equipamento de concepção moderna, composto de uma torre que se movimenta no sentido longitudinal do cais, operacionalizado em uma cabine de comando, composto também, por um transportador de corrente móvel para movimentação nos porões do navio e sistema próprio de aspiração, filtragem e recolhimento de resíduos, possuindo ainda uma cabine acústica que abriga o compressor e o sistema hidráulico, para a minimização dos ruídos.

Após a descarga do navio, o trigo passa por uma pré-limpeza. Nesta fase, são retiradas impurezas com dimensões maiores e menores que o trigo, materiais ferrosos e impurezas mais leves que o grão, constituídas basicamente de pó e palha que são adicionadas ao Farelo (subproduto do trigo). Este então será armazenado em silos e entre silos de concreto.

Os silos possuem instalações de transporte e válvulas pneumáticas que permitem operações de transilagem entre os mesmos, gerando uma otimização da capacidade de armazenamento e a aeração dos lotes armazenados por mais tempo.

Todos os processos de movimentação do trigo são submetidos a sistemas de aspiração, compostos de dutos de diâmetros diversos, filtros de manga, ventiladores de média e alta pressão, que recolhem e filtram partículas, o que garante retorno de ar limpo à atmosfera. Vale ressaltar ainda que, o produto aspirado é decantado no filtro e dosado por uma esclusa no silo de resíduo, para que seja adicionado ao farelo.

Antecedendo a moagem, o trigo passa por um processo de “preparação” composto por duas etapas de limpeza, intercalado por uma etapa de umidificação e descanso. A fase de preparação irá garantir a qualidade e um melhor aproveitamento do trigo no processo de moagem.

A moagem de trigo é um processo físico de redução gradual e seletiva que tem como objetivo principal separar a parte interna do grão do trigo, denominada endosperma, da sua casca, reduzindo os produtos intermediários até a obtenção da farinha, que é o produto, e do farelo que é um subproduto do trigo.

O supracitado processo consiste em submeter o trigo e seus produtos intermediários às sucessivas etapas de fragmentação, intercaladas por fases de peneiração e classificação granulométrica e dessimétrica, até a redução das sêmolas em granulometria de farinha.

Nas diferentes passagens de peneiração, ocorridas no processo de moagem, são produzidas farinhas de características qualitativas distintas. Através de transportadores helicoidais, as referidas farinhas são mescladas, resultando em dois tipos de farinhas intermediárias, denominadas “F1” e “F2”. A primeira farinha é mais clara, com baixo teor de matéria mineral retirada da parte mais interna do grão. A segunda farinha, mais escura, tem maior teor de matéria mineral, sendo composta de farinhas retiradas da parte do endosperma mais próxima da casca.

Ambas são transportadas até os silos de farinha através de transportes pneumáticos à pressão, e serão matérias-primas para a mistura e produção de farinhas finais. Ressaltamos que todas as movimentações de farinha são controladas por balanças eletrônicas de fluxo, que em conjunto com as demais balanças de trigo e farelo, são integradas em um sistema on-line de controle de rendimento do processo.

Em um momento seguinte as farinhas “F1” e “F2” são misturadas em diferentes proporções, em conjunto com microingredientes corretores de farinha e complexos de vitaminas. Todas as misturas são comandadas e monitoradas via computador que, em conjunto com um moderno sistema de automação e de balanças eletrônicas, garantem alta precisão e confiabilidade na dosagem, tornando-se um dos grandes diferenciais da farinha produzida pela M. Dias Branco.

Das linhas de mistura, as farinhas seguem para os silos de produto acabado onde serão envasados em diferentes cortes de produção, seguindo então para a expedição.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O processo produtivo da farinha de trigo gera um subproduto, denominado de farelo. Os farelos produzidos no moinho são: Farelo Grosso e Farelo Fino. Os farelos produzidos possuem linhas de transporte independentes e podem ser armazenados em silos. Como no armazenamento do trigo, as instalações permitem uma transilagem contínua do farelo, garantindo assim a sua movimentação contínua, o que evita a sua estagnação no silo.

O ensacamento do farelo pode ser efetuado em linhas distintas, em sacos de 30 ou 40 kg, que podem ser expedidos diretamente aos caminhões ou estocados em área exclusiva para este fim.

Margarinas e Gorduras Vegetais

No processo de produção das gorduras, a matéria-prima básica utilizada é o óleo vegetal. Os mais comumente utilizados são os óleos de soja - obtido através do esmagamento dos grãos de soja –, o de palma – extraído da polpa da palma – e o de algodão – extraído do caroço deste. Adquirimos estes óleos no mercado nacional e internacional. A soja é normalmente adquirida no mercado nacional, podendo ser importada algumas vezes. O óleo de palma normalmente é adquirido no Brasil ou importado da Colômbia, Venezuela e Ásia. O óleo de algodão é adquirido no mercado nacional.

A primeira etapa do referido processo é constituída pelo refino do óleo bruto, compreendendo as operações de: neutralização, branqueamento, hidrogenação, interesterificação e desodorização. A neutralização consiste na remoção da acidez livre do óleo bruto, através de procedimentos químicos e mecânicos de centrifugação. No branqueamento, é feita a remoção de impurezas indesejáveis e de pigmentos para clarificar o produto.

Em um momento seguinte, o óleo irá para o processo de hidrogenação que consiste na injeção de gás hidrogênio num reator, em condições determinadas e na presença de um catalisador. Outro processo utilizado é a interesterificação. Neste processo são misturados gorduras totalmente ou parcialmente hidrogenadas com óleos líquidos e com a adição de um catalisador se obtém a reação. O produto final deste processo é conhecido como gordura zero trans. Obtemos assim as gorduras hidrogenadas e/ou interesterificadas (zero trans) que são as bases para a produção das gorduras vegetais.

Na fase de desodorização é feita a remoção de ácidos graxos residuais, responsáveis pelo odor e paladar próprios dos óleos e/ou gorduras, por meio de um processo de destilação com a injeção direta de vapor. Obtém-se, assim, as gorduras vegetais desodorizadas, que são a base para a fabricação das gorduras vegetais para usos industriais diversos como panificação, fabricação de biscoitos, bolos, sorvetes, chocolates e para a fabricação das margarinas.

As gorduras vegetais para uso industrial podem ter diferentes especificações, de acordo com a sua utilização final e às especificações de clientes que precisam de um produto diferenciado.

A margarina é um produto elaborado a partir de óleos e gorduras desodorizados, de origem vegetal, e outros ingredientes tais como: sal, leite, aromas, corantes naturais, estabilizantes, emulsificantes, vitaminas e água. Cada um dos ingredientes é pesado em tanques-balança, sendo adicionados na quantidade correta de acordo com a fórmula do produto, para a obtenção da emulsão.

A mencionada emulsão é composta de uma fase aquosa, com ingredientes hidrossolúveis (sal e conservantes) e uma fase oleosa, constituída de óleo vegetal e/ou gordura vegetal hidrogenada e/ou interesterificada (zero trans), com os ingredientes lipossolúveis (emulsificantes, aromas etc.). Esta emulsão é direcionada para o processo de cristalização e homogeneização, do qual surgirá a margarina. Em seguida, a margarina segue para o acondicionamento, que pode ser em potes ou baldes no caso de consumo doméstico, ou em caixas, no caso de utilização industrial ou institucional.

Após o acondicionamento, a margarina deverá ser estocada em câmaras frias à temperatura entre 8°C e 16°C, dependendo do produto e sua destinação, por no mínimo, 24 horas para sua devida estabilização.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Bolos

O processo produtivo ocorre em diversas etapas, sendo estas: Pesagem de Ingredientes, Preparação da Massa, Dosagem de Massa em Formas, Forneamento, Resfriamento, Injeção de recheio, Empacotamento, Encaixotamento, Paletização, Expedição/Estocagem/Distribuição.

A primeira etapa ocorre com a pesagem de todos os ingredientes de acordo com a receita padrão.
A etapa de preparação da massa se dá com a adição de ingredientes no pré-mixer. O pré-mixer tem a função de homogeneizar os ingredientes. Após a homogeneização a massa segue refrigerada para o turbo mixer que transforma a massa em uma emulsão. A emulsão é transportada automaticamente para o dosador de massa.

O dosador é um sistema eletrônico de dosagem de massa com ajuste do peso do produto automático. O controle de peso cru do produto é feito nesta etapa de forma manual por amostragem.

Após a dosagem, as assadeiras seguem em transportadores automáticos para o forneamento, etapa em que o produto é cozido, obedecendo a padrões de temperatura e tempo pré-estabelecidos. O bolo já cozido passa pelo processo de resfriamento natural, na torre de resfriamento, o produto troca calor com o ar ambiente enquanto segue em transportadores automáticos.

Depois do resfriamento, o produto é recheado automaticamente, ou seja, recebe a quantidade de recheio específico para cada produto por um sistema de agulhas. Após injeção do recheio, os bolos são retirados das assadeiras por um processo automático e segue em lonas até o processo de embalagem. Antes de embalar, o produto passa por um detector de metais, a fim de se garantir a segurança do alimento e em seguida recebe o conservante (anti-mofo), para garantir o shelf-life desejado do produto.

Depois de embalados os produtos (40g) são acondicionados em displays com doze unidades e posteriormente em caixas de papelão com seis displays e organizados em pallets para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados.

Atualmente são produzidas as marcas Antenados, Adria, Vitarella, Richester e Isabela.

Snacks

Snacks de milho

Os snacks de milho são embalados com gramatura 32g e 25g.

O processo ocorre através de extrusão da farinha de milho, onde esta é colocada em um misturador com ingredientes específicos para cada produto até obter uma mistura homogênea. Na sequência, é transportada até um dosador. Nele a farinha de milho é misturada com água e conduzida por um sistema de roscas a altas pressões e temperaturas por um equipamento chamado de extrusora. É nessa etapa que os snacks ficam leves e aerados, em consequência da diferença de temperatura e pressão de dentro da extrusora para o meio ambiente. A massa cozida de farinha de milho é expandida pela diferença de pressão do equipamento com o meio exterior. No ato da expansão, o formato é dado por uma peça localizada na extrusora chamada matriz e facas rotativas.

Após a extrusão, o produto é transportado por uma tubulação pneumática até a esteira secadora, a fim de se retirar umidade do produto e deixá-lo crocante. Após a secagem, o produto passa por um túnel misturador, onde aroma, sal e gordura são adicionados a fim de conferir sabor ao produto. A quantidade de cada ingrediente é específica para cada produto.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Durante o processo, os produtos são inspecionados por colaboradores treinados, que realizam análises de controle de qualidade, como: umidade, análise sensorial e quantidade de aroma adquirido no processo. Todos esses aspectos são padronizados para cada produto.

O produto agora é transportado para o empacotamento por canecas elevatórias e, em seguida, empacotado automaticamente por balanças dotadas com detectores de metais. Após o empacotamento, os produtos são enfardados através de enfardadeiras automáticas e agrupados em fardos maiores manualmente. Em seguida os fardos são palletizados e conduzidos ao setor de expedição de produtos acabados.

Snacks de trigo

A linha de snacks de trigo produz salgadinhos com o mesmo padrão de massa, diferindo apenas o sabor, ou seja, o aroma adicionado ao produto.

O processo ocorre da seguinte forma: inicialmente a massa é preparada, adicionando os ingredientes de forma manual, com exceção da água, de acordo com as especificações técnicas; em uma batedeira com tempo e rotação determinados, eles são homogeneizados; logo após, a massa segue para a etapa de fermentação.

O processo de fermentação ocorre em temperatura ambiente, com controle de tempo. Decorrido o tempo ideal de fermentação, a massa é cortada manualmente e levada para laminadores, passando por um sistema de laminação com rolos e cortador ao fim da laminação, onde o produto é cortado de acordo com o padrão preestabelecido.

Após laminação, o produto entra em uma câmara de descanso, para posteriormente ser mergulhado em gordura aquecida à temperatura estabelecida. Após a fritura, o produto passa por exaustores para retirar o excesso de gordura.
Logo após, o produto entra em um túnel aromatizador e recebe a quantidade específica de aroma para cada produto. Nessa etapa, há um colaborador treinado para fazer a inspeção do produto em processo e que fará a liberação destes para o empacotamento.

O empacotamento é feito em balanças automáticas com detectores de metais, e os produtos são acondicionados em caixas de papelão de forma manual por colaboradores treinados, que verificam conformidades na selagem dos produtos antes do encaixotamento. Em seguida, as caixas devidamente seladas e datadas são organizadas em pallets para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados.

Mistura para Bolos

Na fábrica de mistura para bolos são produzidos sete tipos de produtos, sendo os sete de Misturas Finna - linha tradicional (Laranja, Chocolate, Baunilha, Milho cremoso, Brownie, Festa e Coco).

O processo de produção tem como ponto de partida o transporte da farinha de trigo do moinho para o silo de armazenamento na fábrica de misturas para bolo. Em seguida, os outros macro-ingredientes também são transportados para seus respectivos silos, através do sistema de transporte automatizado que fica na expedição do moinho.

Em outra etapa do processo, já na Fábrica de Mistura para Bolo, no misturador são dosados e misturados os diversos ingredientes micros,médios e gordura que atendem a cada tipo de mistura para bolo. Exemplo: aromas, fermentos, amido de milho, emulsificantes, açúcar, creme de milho, cacau em pó, farinha de trigo e gordura.

Após todos os ingredientes passarem por um tempo de mistura, obtém-se o pó da mistura pronta que logo em seguida é despejada em uma moega e transportada para os carrinhos e levada até as máquinas do empacotamento. Nesta etapa é retirada uma amostra para análise laboratorial de liberação (performance) e monitoramento.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

No empacotamento, o envaze é feito através de um processo automático por máquinas “empacotadeiras”, sendo cada pacote pesado e checado automaticamente por detectores de metais, utilizados para detectar possíveis partículas metálicas no produto ou fora do peso desejado, realizando a rejeição do mesmo se necessário, atendendo assim, as normas de Segurança Alimentar. Em seguida, os pacotes passam pelas “encaixotadoras”, onde serão agrupadas doze unidades por caixa e montados em “pallets”. Em seguida são transferidos para o armazenamento para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First out).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação. Há registros de controles de processos, bem como de controle de qualidade dos insumos e produto acabado.
Torradas

O processo de produção de Torradas é assim dividido: Recepção e estocagem de matérias-primas, ingredientes e material de embalagem, Dosagem de matérias-primas e ingredientes, Mistura dos ingredientes, Laminação, Fermentação, Forno de Cozimento, Câmara de Climatização, Fatiadeira, Forno de Tostagem, Resfriamento, Empacotamento, Encaixotamento, Paletização, Estocagem e Distribuição.

O início do supracitado processo se dá com a pesagem dos ingredientes e preparação das massas, de acordo com as formulações e especificações técnicas referentes a cada tipo de produto. Os ingredientes utilizados são dosados de forma automatizada nas Masseiras, onde os ingredientes são misturados e homogeneizados, a massa segue para a etapa de laminação.

A laminação é iniciada pela formação de camadas de massa. Essas camadas passam por cilindros, resultando em uma espessura padrão final, passando por um sistema de enrolamento da massa e colocado de forma automática nas formas que seguem para fermentação.

O processo de fermentação é realizado por microorganismos que vai gerar volume na massa para a próxima etapa do processo.

Após a fermentação, a massa vai para o forno de cozimento onde é realizado o cozimento da massa com uma curva de cozimento padrão, obedecendo aos padrões de qualidade preestabelecidos, nesta etapa ocorre o processo de assar o pão que depois e retirado das formas e segue para câmara de climatização.

Na câmara de climatização o pão vai estabilizar, sua temperatura e umidade são controlados obedecendo padrões de qualidade preestabelecidos.

Após a estabilização, o pão vai ser fatiado seguindo padrões de qualidade preestabelecidos para seguir para o Forno de Tostagem.

Após a Tostagem das fatias as torradas seguem para o processo de empilhamento por meio de esteiras, para serem conduzidas as embaladoras no setor de embalagem.

O processo de empacotamento da Torrada é todo automatizado. As embaladoras trabalham com velocidade e temperatura adequadas para atender toda a produção gerada na linha. O produto já embalado segue para o processo de encaixotamento onde são organizados em ‘pallets’ em quantidades definidas para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First off).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação. Há registros de controles de processos, bem como do controle de qualidade dos insumos e produtos acabados. Ressaltamos que no decorrer de todo o processo de produção, as Torradas passam por detectores de metais e RX com vista a garantir a segurança do produto que chega ao consumidor.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

b. Características do processo de distribuição

As vendas da Companhia são preponderantemente efetuadas no Brasil. Nos anos de 2018, 2019 e 2020, 99,4%, 99,2% e 97,4%, respectivamente, da sua receita operacional advieram de vendas realizadas no território nacional.

No Brasil, suas vendas são realizadas por meio da combinação de canais de vendas diretos e indiretos. Vendas diretas compreendem as vendas realizadas por meio de seus representantes comerciais, do sistema de pronta-entrega e também por meio da equipe de pré-venda. As vendas indiretas compreendem as vendas realizadas por distribuidores e atacados. A Companhia possui 34 centros de distribuição estrategicamente instalados em diferentes estados, os quais são responsáveis pela comercialização e distribuição de todos os produtos. Não existe comercialização dos produtos da Companhia por empresas de propriedade do acionista controlador.

Nesse contexto, a tabela a seguir apresenta o mix de faturamento líquido de descontos da Companhia relativo às vendas diretas a consumidores e às vendas a intermediários:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
Tipo de canal de vendas	**2018**	**2019**	**2020**
Vendas diretas	49,3%	51,6%	49,7%
Vendas a intermediários	50,7%	48,4%	50,3%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

O aumento das vendas para Distribuidores, importante canal para o crescimento nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em linha com a estratégia de expansão da Companhia, influenciou para o crescimento da representatividade das vendas a intermediários em 2020 em relação a 2019 e consequente redução da representatividade das vendas diretas.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

A Indústria de Trigo e de Moagem de Trigo no Brasil

Breve Histórico da Indústria de Trigo e Moagem de Trigo no Brasil

Em 22 de novembro de 1990, entrou em vigor a Lei 8.096, que revogou o Decreto-Lei 210/1967. A Lei 8.096/90 declarou livres, em todo território nacional, a comercialização e a industrialização do trigo de qualquer procedência, liberando, como consequência, a comercialização e a industrialização do trigo no Brasil, sem os agentes econômicos estarem mais presos a limites, cotas e controles do governo, inclusive para a importação do grão. Em razão dessa mudança sensível, o setor passou por intensa transformação como resultado da abrupta desregulamentação e abertura ao comércio exterior, notadamente à Argentina, cujos custos de produção eram inferiores aos verificados no Brasil e, por consequência, produzia trigo a preços mais competitivos que o Brasil.

Aspectos mais Recentes da Indústria de Moagem de Trigo no Brasil

Atualmente, o Governo adota medidas intervencionistas direcionadas ao setor, seja por meio de Empréstimos do Governo Federal (EGF), da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), do Prêmio de Escoamento da Produção (PEP). Na prática, o PEP representa um subsídio nas duas pontas. Na do produtor, onde cobre a diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, e na das empresas, com o subsídio no transporte do trigo da região produtora até o moinho.

A produtividade da triticultura nacional, apesar de ter apresentado considerável evolução nos últimos anos ainda é baixa em relação aos principais produtores mundiais de trigo. As desvantagens envolvem condições climáticas desfavoráveis à cultura de inverno na maior parte do território nacional o que, associado às características do solo, influencia a qualidade do trigo brasileiro e/ou os custos de produção do grão.

Apesar do esforço do Estado em garantir a renda do produtor, os fornecedores, em especial a Argentina, conseguem desembarcar o grão a custos inferiores aos custos nacionais e/ou em padrões da qualidade superiores.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A tabela a seguir apresenta o consumo brasileiro de trigo nos últimos 5 períodos:

Produção, Importação e Consumo de Trigo no Brasil

	Produção	Var (%)	Importação	Var (%)	Consumo	Var (%)
2016/17	6.730	21,48%	7.788	31,51%	12.200	9,91%
2017/18	4.264	-36,64%	6.702	-13,94%	12.000	-1,64%
2018/19	5.428	27,30%	7.442	11,04%	12.100	0,83%
2019/20	5.200	-4,20%	7.179	-3,53%	12.100	0,00%
2020/21	6.250	20,19%	6.700	-6,67%	12.200	0,83%

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA

A produção doméstica continua sendo insuficiente para suprir o consumo. Desta forma, o Brasil ainda é extremamente dependente da importação de trigo em grão, principalmente, da Argentina. A necessidade de importação imputa aos moinhos uma forte vulnerabilidade quanto às oscilações dos preços internacionais da *commodity*, que absorve a influência de fatores externos, inclusive movimentos expeculativos. Atualmente, as importações correspondem a cerca de metade do consumo nacional.

Aspectos Gerais da Concorrência da Indústria de Moagem de Trigo

De acordo com o USDA (*United States Department of Agriculture*), a produção mundial de trigo referente à safra 2020/21 foi estimada em 776,49 milhões de toneladas, quantidade 1,65% maior que no período de 2019/20. Destacam-se como grandes produtores de trigo, a China, a União Européia, a Índia, a Rússia e os Estados Unidos, sendo a Rússia e a União Européia os maiores exportadores do mundo. O Brasil é classificado entre os 5 maiores importadores do mundo.

Em 2020 a Argentina, com base nos dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Trigo – Abitrigo, foi responsável em fornecer a maior parte da demanda de trigo importada pelos moinhos brasileiros

As tabelas abaixo mostram os maiores produtores, consumidores e exportadores mundiais de trigo, bem como a produção e consumo do Brasil:

Maiores Produtores Mundiais de Trigo

Ano	União Europeia	China	Índia	Estados Unidos	Rússia	Produção Mundial
			(Em Mil Toneladas)			
2016/17	145.369	133.271	87.000	62.832	72.529	756.225
2017/18	151.125	134.334	98.510	47.380	85.167	762.777
2018/19	136.579	131.430	99.870	51.306	71.685	730.998
2019/20	154.341	133.590	103.600	52.581	73.610	763.855
2020/21	135.600	134.250	107.860	49.691	85.354	776.492

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Spply and Distribution – PSD)

Maiores Consumidores Mundiais de Trigo

Ano	União Europeia	China	Índia	Rússia	Estados Unidos	Consumo Mundial
			(Em Mil Toneladas)			
2016/17	128.000	119.000	97.234	40.000	31.865	734.170
2017/18	130.400	121.000	95.677	43.000	29.246	741.444
2018/19	121.050	125.000	95.629	40.500	29.989	732.397
2019/20	122.500	126.000	95.403	40.000	30.564	741.079
2020/21	117.500	150.000	103.085	41.500	30.686	773.943

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Spply and Distribution – PSD)

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Maiores Exportadores Mundiais de Trigo

Ano	Estados Unidos	União Europeia	Canadá	Rússia	Ucrânia	Exportação Mundial
			(Em Mil Toneladas)			
2016/17	29.318	27.439	20.297	27.815	18.107	182.581
2017/18	23.230	23.383	22.019	41.447	17.775	184.317
2018/19	26.093	23.310	24.452	35.863	16.019	175.504
2019/20	26.300	38.429	23.478	34.485	21.013	191.408
2020/21	27.000	27.500	27.000	39.500	17.500	196.305

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Spply and Distribution – PSD)

Conforme dados da ABITRIGO, dados atualizados até o fevereiro de 2019, havia, no Brasil, 165 moinhos de trigo em atividade. Boa parte encontra-se concentrada nas regiões Sul e Sudeste do País (e, assim, próximas aos principais fornecedores da matéria-prima).

Perspectivas para a Indústria de Moagem de Trigo

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra de 2020 encerrou o ano com uma produção de 6,8 milhões de toneladas, 2,2 % acima comparado com o periodo de 2019. Já em relação a área plantada em 2020 houve aumento de 14,1 % frente a 2019 situando-se em 2,33 milhões de hectares.

De acordo com a previsão apontada no 7º Levantamento de Safra de Grãos 2020/21, a estimativa de produção realizada em Maio para 2021 é de 6,37 milhões de toneladas.

O trigo brasileiro sofre concorrência dos subsídios concedidos pela União Europeia, Estados Unidos e Canadá. Na ausência de subsídios, o Brasil seria competitivo neste setor, pois apesar de sofrer com aspectos climáticos, que são menos favoráveis que o clima de outros países, e preços mais caros para alguns insumos, possui mão-de-obra relativamente barata e pode contar com duas safras anuais.

Breve Descrição do Setor de Massas no Brasil

O ano de 2020 foi de crescimento para o mercado, influenciado, principalmente, pelo segmento de massas comuns, injetando um volume adicional de 25.655 toneladas, se comparado ao ano anterior. O segmento sêmola com ovos também apresentou crescimento de 5,1%.

O segmento total de massas alimentícias teve um crescimento de 53.265 toneladas, representando um crescimento de 3,6% comparando 2020 x 2019.

O volume total de vendas de massas alimentícias seca no Brasil ficou em torno de 0,9 milhão de toneladas no ano de 2020, aumento de 2,18%, conforme Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados – ABIMAPI, ficando em 4º lugar no ranking global, ficando atrás apenas da Itália, Russia e Estados Unidos.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Venda Mundial de Massas Secas (Milhões Ton)

	Países	2018	2019	2020
1°	Itália	1,338	1,329	1,398
2°	Estados Unidos	1,02	1,019	1,185
3°	Rússia	1,054	1,063	1,133
4°	**Brasil**	**0,859**	**0,87**	**0,889**
5°	Turquia	0,671	0,717	0,792
6°	Alemanha	0,623	0,624	0,612
7°	Egito	0,556	0,591	0,589
8°	Irã	0,501	0,524	0,54
9°	França	0,487	0,494	0,517
10°	México	0,372	0,379	0,4

Fonte: Abimapi

O processo produtivo das massas permite ao produtor de um tipo de massa produzir qualquer outro tipo, com apenas pequenas adaptações no processo produtivo e baixos investimentos. A flexibilidade da indústria na adaptação do processo produtivo com necessidade de baixos investimentos, permite ao produtor a oferta de uma grande variedade de massas alimentícias. Assim, a indústria de massas apresenta uma baixa barreira de entrada em termos de diversidade de produto.

A massa é um produto de baixo valor agregado, e o frete tem peso significativo em seu preço final, justificando, desta forma, o estabelecimento de núcleos regionais de produção, consumo e distribuição.

Desempenho Recente do Setor de Massas no Brasil

O processo de abertura econômica vivenciado pelo país, a partir dos anos 90, introduziu novos desafios no mercado brasileiro de bens de consumo e resultou em mudanças estruturais na indústria.

No setor de massas alimentícias, este processo assumiu contornos decisivos em termos de consolidação mercadológica e impulsionou as empresas a investir em tecnologia, equipamentos de última geração e capacitação de seus profissionais. O resultado destes investimentos é um parque industrial entre os mais modernos do mundo e perfeitamente apto a fornecer produtos de qualidade.

As massas alimentícias secas, no Brasil, são produzidas, em quase sua totalidade, a partir de trigo soft e estão segmentadas em: massa de sêmola com ovos, massa de sêmola, massa comum e massa tipo caseira. A designação "macarrão" é popularmente utilizada, inclusive nas embalagens, como sinônimo de "massa alimentícia".

Muitas empresas do setor possuem processo integrado com moinho de trigo e, em geral, possuem um amplo portfólio com outros produtos derivados do trigo, como farinha, mistura para bolo, biscoitos, bolo pronto, etc. O macarrão instantâneo é um dos produtos oferecidos pelas empresas, com possibilidade de adequação de sabores ao mercado alvo.

As massas secas têm atualmente a maior representatividade do setor de massas alimentícias, com 48,9% do volume de venda de toda a categoria de massas em 2020, de acordo com dados da AC Nielsen, publicados na ABIMAPI. Conforme dados da AC Nielsen, as vendas em volume de massas secas, em 2020, subdividiram-se em: (i) 34,5% do tipo sêmola sem ovos; (ii) 34,8% sêmola com ovos; (iii) 27,9% do comum; e (iv) 2,7% do grano duro.

Até 1997, o mercado brasileiro de massas era bastante disperso, sendo que as duas principais representantes do setor, a então Adria Alimentos do Brasil (adquirida pela M Dias Branco em 2003) e a Santista Alimentos, detinham respectivamente 6,8% e 6,7% do consumo. Este setor se tornou mais concentrado com a intensificação das fusões e aquisições. Atualmente, mais da metade do mercado, em termos de volume vendido, é dominado por seis empresas: M. Dias Branco, J. Macedo, Selmi, Santa Amália e Vilma. A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de massas alimentícias nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado:

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Setor de Massas
Participação de mercado em termos de Volume vendido

	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	33,7%	59,3%	25,7%
J. Macedo	12,9%	16,8%	15,2%
Selmi	9,2%	1,9%	10,8%
Santa Amália	7,2%	0,3%	15,1%
Vilma	4,3%	2,2%	7,8%
Outros	32,7%	19,5%	25,4%

Fonte: AC Nielsen (Ano de 2020)

Setor de Massas
Participação de mercado em termos de Faturamento

	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	31,2%	59,8%	24,1%
J. Macedo	11,2%	14,6%	13,2%
Selmi	10,8%	3,0%	11,6%
Santa Amália	8,3%	0,3%	16,3%
Vilma	4,8%	2,8%	8,0%
Outros	33,7%	19,5%	26,8%

Fonte: AC Nielsen (Ano de 2020)

A Indústria de Biscoitos no Brasil

Breve Descrição do Setor de Biscoitos no Brasil

Os biscoitos são segmentados em Recheados, Crackers e Água e Sal, Wafers, Maria e Maisena, Secos e Doces, Amanteigados, Salgados, Rosquinhas e outros. Em consumo per capita, atualmente (2020) o Brasil consome cerca de 7,211 kg por habitante ao ano conforme dados da Nielsen & IBGE – Elaborados e divulgados pela ABIMAPI.

Em 2020, de acordo com dados da AC Nielsen, o Sudeste foi responsável pelo maior volume de vendas de biscoitos no Brasil, cerca de 46,09%, já que possui a maior renda *per capita* do país e que o consumo destes produtos são fortemente influenciados pelo poder aquisitivo das famílias.

O Brasil ocupa a posição de 3º maior vendedor mundial de biscoitos em toneladas, com registro de 1,53 (milhões de ton), comercializadas em 2020, segundo os dados da ABIMAPI e Euromonitor.

Venda Mundial de Biscoito (milhões ton)

	Países	2018	2019	2020
1º	Estados Unidos	2,62	2,66	2,68
2º	Índia	2,57	2,64	2,65
3º	**Brasil**	**1,50**	**1,49**	**1,53**
4º	*China*	*1,38*	*1,38*	*1,31*
5º	Rússia	1,08	1,08	1,11
6º	México	0,71	0,73	0,76
7º	Itália	0,70	0,71	0,71
8º	Reino Unido	0,65	0,64	0,65
9º	Alemanha	0,51	0,53	0,53
10º	Argentina	0,55	0,52	0,52

Fonte: Abimap

Até o início do Plano Real (implementado em meados de 1994), o setor era caracterizado como sendo predominantemente de capital nacional e dirigido por empresas familiares. O setor passou por um acentuado crescimento, levando ao início de um processo de compra das empresas menores pelas grandes marcas internacionais. Em 2003, com o controle da Adria passando para a Companhia (que a incorporou posteriormente), a liderança do mercado brasileiro voltou a pertencer a uma

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

empresa de capital nacional. Atualmente, a Bauducco encontra-se em segundo lugar com participação de 8,7%, a Nestle ocupa o terceiro lugar com participação de 8,5%, e assim sucessivamente com Mondelez (8,4%), Marilan (8,1%), e Pepsico (4,5%), enquanto que a M. Dias Branco lidera o mercado, com 29,0%, de acordo com dados da Nielsen do acumulado do ano de 2020. O restante do mercado encontra-se fragmentado entre um grande número de empresas.

Performance Recente do Setor de Biscoitos no Brasil

A ascensão social da população está incentivando o consumo de biscoitos, inclusive com maior valor agregado. Os biscoitos tidos como saudáveis também estão apresentando taxas de crescimento bastante expressivas, evidenciando uma oportunidade de expansão da produção.

A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de biscoitos nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado, em termos de volume e faturamento:

Setor de Biscoitos

Participação de mercado em termos de Volume vendido

	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	33,9%	57,8%	23,6%
Marilan	8,8%	5,9%	11,1%
Nestlé	7,1%	4,1%	8,6%
Bauducco	6,7%	3,5%	8,6%
Pepsico	3,9%	1,4%	4,9%
Mondelez	4,5%	2,0%	5,9%
Outros	35,1%	25,3%	37,3%

Fonte: AC Nielsen (Varejo + Cash & Carry: 2020)

Setor de Biscoitos

Participação de mercado em termos de Faturamento

	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	29,0%	51,4%	22,8%
Marilan	8,1%	5,9%	9,7%
Nestlé	8,5%	5,0%	9,6%
Bauducco	8,7%	5,6%	10,4%
Pepsico	4,5%	2,1%	5,2%
Mondelez	8,4%	5,0%	9,7%
Outros	32,8%	25%	32,6%

Fonte: AC Nielsen (Varejo + Cash & Carry: 2020)

Participação em cada um dos mercados

A tabela abaixo apresenta o *mix* de receita operacional líquida de descontos da Companhia por linha de produto e por região nos períodos indicados:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de					
	2018	%	2019	%	2020	%
Biscoitos	**4.237,7**	**100,0**	**4.108,8**	**100,0**	**4559,6**	**100**
Nordeste	2.392,7	56,5	2.143,0	52,1	2302,8	50,5
Sudeste	1.154,8	27,3	1.290,8	31,4	1513,0	33,2
Sul	310,1	7,3	299,1	7,3	329,7	7,2
Norte	171,3	4,0	161,5	3,9	177,2	3,9
Centro-Oeste	180,1	4,2	176,1	4,3	180,7	3,9
Exportação	28,7	0,7	38,3	0,9	56,7	1,2

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Massas	**1.448,2**	**100,0**	**1.460,5**	**100,0**	**1828,8**	**100.0**
Nordeste	846,3	58,4	841,0	57,6	1074,9	58,8
Sudeste	419,4	29,0	444,9	30,5	506,0	27,7
Sul	113,5	7,8	119,1	8,1	122,4	6,7
Norte	43,7	3,0	30,5	2,1	50,6	2,8
Centro-Oeste	18,4	1,3	19,0	1,3	17,8	1,0
Exportação	6,9	0,5	6,1	0,4	57,1	3,1
Farinha e farelo	**1.111,0**	**100,0**	**1.204,5**	**100,0**	**1474,8**	**100,0**
Nordeste	992,7	89,3	1.071,2	89,6	1.181,1	80,1
Sudeste	68,5	6,2	69,5	5,8	115,3	7,8
Norte	22,5	2,0	23,6	2,0	27,0	1,8
Centro-Oeste	14,4	1,3	13,1	1,1	11,2	0,8
Sul	12,9	1,2	17,1	1,4	84,6	5,7
Exportação	0,0	0,0	1,4	0,1	55,6	3,8
Margarinas e gorduras	**381,1**	**100,0**	**387,3**	**100,0**	**470,2**	**100,0**
Nordeste	347,5	91,2	347,3	89,7	386,5	82,2
Norte	28,0	7,3	27,9	7,2	33,6	7,1
Exportação	4,9	1,3	10,1	2,6	2,2	10,2
Sudeste	0,7	0,2	2,0	0,5	48,0	0,5
Outras linhas de produtos	**199,2**	**100,0**	**174,8**	**100,0**	**182,5**	**100,0**
Nordeste	116,6	58,5	101,7	58,2	107,4	58,9
Sudeste	51,6	25,9	45,3	25,9	46,7	25,6
Sul	20,9	10,5	18,1	10,4	19,0	10,4
Centro-Oeste	5,2	2,6	4,4	2,5	2,6	1,4
Norte	4,0	2,0	2,7	1,6	2,9	1,6
Exportação	0,9	0,5	2,6	1,5	3,8	2,1
Consolidado	**7.377,2**	**100,0**	**7.327,5**	**100,0**	**8515,9**	**100,0**
Nordeste	4.695,8	63,7	4.504,2	61,5	5052,7	59,3
Sudeste	1.695,0	22,9	1.852,5	25,3	2183,2	25,6
Sul	457,4	6,2	453,5	6,2	555,8	6,5
Norte	269,5	3,7	246,3	3,4	291,2	3,4
Centro-Oeste	218,1	2,9	212,0	2,9	212,3	2,5
Exportação	41,4	0,6	58,4	0,8/	220,7	2,6

Os volumes de vendas da Companhia são apresentados na tabela abaixo, para os períodos indicados, por linha de produto e por região:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de					
	2018	%	**2019**	%	**2020**	%
Biscoitos	**563,2**	**100,0**	**522,9**	**100,0**	**586,4**	**100,0**
Nordeste	333,3	59,2	295,1	56,4	311,0	53,0
Sudeste	131,8	23,4	134,2	25,7	170,4	29,1
Sul	39,7	7,0	37,8	7,2	41,1	7,0
Norte	26,9	4,8	24,3	4,6	26,6	4,5

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Centro-Oeste	25,7	4,6	24,3	4,6	28,7	4,9
Exportação	5,8	1,0	7,2	1,4	8,6	1,5
Massas	**394,6**	**100,0**	**375,9**	**100,0**	**459,0**	**100,0**
Nordeste	234,2	59,3	220,9	58,8	266,2	58,0
Sudeste	109,9	27,9	110,6	29,4	125,9	27,4
Sul	30,2	7,7	30,2	8,0	31,2	6,8
Norte	13,0	3,3	8,1	2,2	14,0	3,1
Centro-Oeste	4,0	1,0	3,9	1,0	3,8	0,8
Exportação	3,3	0,8	2,2	0,6	17,9	3,9
Farinha e farelo	**784,6**	**100,0**	**792,9**	**100,0**	**859,5**	**100,0**
Nordeste	694,2	88,5	699,6	88,2	664,4	77,3
Sudeste	53,1	6,7	51,0	6,4	71,4	8,3
Sul	14,0	1,8	19,0	2,4	79,7	9,3
Norte	12,3	1,6	12,7	1,6	12,3	1,4
Centro-Oeste	11,0	1,4	9,9	1,2	8,2	1,0
Exportação	0,0	0,0	0,7	0,1	23,5	2,7
Margarinas e gorduras	**80,6**	**100,0**	**84,9**	**100,0**	**91,5**	**100,0**
Nordeste	73,4	91,1	75,8	89,3	75,4	82,4
Sudeste	0,1	0,1	0,5	0,6	0,4	0,4
Norte	6,0	7,4	6,1	7,2	6,2	6,8
Exportação	1,1	1,4	2,5	2,9	9,5	10,4
Outras linhas de produtos	**17,1**	**100,0**	**15,0**	**100,0**	**16,2**	**100,0**
Nordeste	9,9	57,9	8,5	56,7	9,5	58,7
Sudeste	4,4	25,7	3,9	26,0	4,3	26,5
Sul	1,9	11,1	1,7	11,3	1,6	9,9
Norte	0,3	1,8	0,2	1,3	0,2	1,2
Centro-Oeste	0,5	2,9	0,4	2,7	0,2	1,2
Exportação	0,1	0,6	0,3	2,0	0,4	2,5
Consolidado	**1.840,1**	**100,0**	**1.791,6**	**100,0**	**2.012,6**	**100,0**
Nordeste	1.345,0	73,1	1.299,9	72,6	1.326,5	66,0
Sudeste	299,3	16,3	300,2	16,8	372,4	18,5
Sul	85,8	4,7	88,7	5,0	153,6	7,6
Norte	58,5	3,2	51,4	2,9	59,3	2,9
Centro-Oeste	41,2	2,2	38,5	2,1	40,9	2,0
Exportação	10,3	0,5	12,9	0,7	59,9	3,0

ii. Condições de competição nos mercados

Concorrência

A M. Dias Branco atua no mercado em categorias bastante competitivas e com a presença de outras empresas tradicionais, nacionais e multinacionais, tais como Nestlé, J. Macedo, Mondelez, Bunge, Bauducco e Marilan, dentre outras. A Companhia enfrenta, também, concorrência de pequenos fabricantes locais que possuem boa aceitação em certos mercados em vários segmentos. Para o melhor entendimento sobre o mercado de atuação da M. Dias Branco, apresentamos seus principais concorrentes nas categorias mais importantes:

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- Biscoitos: Marilan, Nestlé, Mondelez, Bauducco, Bagley, Pepsico;
- Massas: Selmi, J. Macedo, Santa Amália, Vilma, Barilla e Tondo;
- Farinha de trigo: Bunge, J. Macedo, Moinhos Cruzeiro do Sul, Moinho Cearense e Grupo Motrisa;
- Margarinas e gorduras vegetais: Bunge, BRF, JBS e Unilever;
- Bolos: Bauducco e Bimbo;
- Snacks: Pepsico e São Braz;
- Mistura para bolo: Dona Benta, Fleishmann, Renata, Sarandir e Vitamilho; e
- Torradas: Bauducco, Wickbold, Marilan e Visconti.

d. Eventual sazonalidade

De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

As principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são o trigo, a farinha de trigo, o óleo vegetal, a gordura e o açúcar, que contribuíram no ano de 2020 com 60,1% dos seus custos dos produtos vendidos. Vale destacar também a importância das embalagens no processo produtivo da Companhia, que representaram 9,1% dos custos dos produtos vendidos no ano de 2020.

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia não mantém contratos de exclusividade com fornecedores dessas matérias primas. No entanto muitos de seus fornecedores têm relacionamento de longo prazo com a mesma.

A M Dias iniciou em 2020 um amplo movimento de extensão em seu prazo médio de pagamento. Alcançando a média anual de Matérias-primas e Embalagem de 33 dias (excluindo trigo), tendo finalizado dezembro 2020 com 57 dias para Matérias-primas (excluindo trigo) e 87 dias para Embalagens. No que se refere à aquisição de trigo em grão, para cuja aquisição é realizada à vista ou através de financiamento com prazo de pagamento de até 360 dias. Já para óleo vegetal nacional, a média de 2020 foi de 7 dias chegando a 24 em dezembro de 2020.

No ano de 2020, 74,91% do volume do trigo comprado pela Companhia foi pago à vista enquanto, no caso do óleo vegetal 82,64 % do volume foi comprado à vista.

As relações entre a Companhia e seus fornecedores não estão sujeitas a controles ou regulamentações governamentais.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não é dependente de qualquer fornecedor específico.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

O trigo, o óleo vegetal e o açúcar são considerados *commodities* e seu valor varia de acordo com os preços internacionais de mercado, que oscilam de acordo com a oferta e demanda, condições climáticas, etc. Desta forma, a Companhia não controla os seus preços.

O preço das embalagens é relativamente volátil, uma vez que tende a acompanhar o preço do petróleo que, historicamente, sofreu grandes flutuações.

A oscilação nos preços do trigo e do óleo vegetal (de soja ou de palma), nos mercados interno e externo, afeta significativamente os custos de produtos vendidos da Companhia, uma vez que são as principais matérias-primas utilizadas no seu negócio.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Ademais, dentre as principais matérias-primas da Companhia, parte do trigo e do óleo vegetal são comprados de fornecedores no exterior, o que expõe os seus preços a variação cambial. Em 2020, 85,6% do trigo e 80,3% do óleo consumido na Companhia foram adquiridos através de importações.

As relações entre a Companhia e seus fornecedores não estão sujeitas a controles ou regulamentações governamentais. Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia busca evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de *swap*.

Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia implementou a política de hedge e passou a contratar operações baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de *forecasts* intermediários, mediante contratação de operações a termo ("*Non Deliverable Forward* - NDF") e opções.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

A tabela abaixo indica a representatividade de seus clientes em relação à receita bruta deduzida de descontos:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2020
1 Maior	11,0%	10,8%	10,5%
10 Maiores (1)	25,6%	25,3%	25,3%
50 Maiores (2)	38,5%	37,7%	38,4%
100 Maiores (3)	45,8%	45,0%	46,0%
Demais	54,2%	55,0%	54,0%
Total (4)	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

(1) Inclui o Maior;
(2) Inclui os 10 Maiores;
(3) Inclui os 50 Maiores;
(4) Soma dos 100 Maiores com os Demais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com, aproximadamente, 94 mil clientes ativos dos mais diversos ramos de atividades, predominantemente, empresas de médio e pequeno porte.

A dispersão da sua base de clientes tem colaborado para minimizar a sua exposição ao risco de impacto de redução de receita em razão de eventual perda de um ou alguns dos seus maiores clientes. Em 2020, seus 10 maiores clientes representaram, aproximadamente, 25,3% do total de sua receita líquida de descontos e seu maior cliente representou 10,5% do total da sua receita líquida de descontos.

A tabela abaixo demonstra a representatividade, em termos de receita bruta deduzida de descontos, dos principais clientes da Companhia, agrupados conforme seu segmento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2020
Varejo	27,2%	29,8%	26,8%
Atacado	25,3%	24,2%	22,4%
Key Account/Rede Regional	21,0%	20,6%	20,8%
Cash & Carry	19,4%	18,9%	18,2%
Distribuidores	5,5%	4,5%	7,3%
Indústria	0,9%	0,9%	1,0%
Outros	0,7%	1,1%	3,5%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Em 2020, 10,5% da receita líquida foi originada do maior cliente da Companhia cujo valor total foi R$ 910,0 milhões.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A origem da receita do maior cliente foi decorrente da venda de todas as linhas produtos da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação – a exemplo da ausência de licença ambiental para operação de atividade potencialmente poluidora - tais como a aplicação de multas de até R$50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades.

Violações à Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) podem, ainda, caracterizar crime ambiental, resultando na aplicação de sanções penais, tais como: a suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento; a perda de benefícios, tais como suspensão de financiamentos e não habilitação para certificação e concorrência, e incentivos fiscais.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia, e que concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos a ela, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Ressalte-se que as sanções administrativas e penais serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados, haja vista que as três esferas de responsabilidade ambiental – administrativa, criminal e civil - são diversas e independentes.

Na esfera civil, os danos ambientais podem implicar responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações da Companhia, como, por exemplo, a disposição final de resíduos, não exime sua responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente e suas condicionantes atendidas.

A ausência de licença ambiental, independentemente, de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R$10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

Ademais, é importante ressaltar que a Resolução nº 237/97 do CONAMA prevê que a solicitação de renovação de uma LO deve ser realizada em até 120 (cento e vinte) dias antes do prazo de validade, para que a validade da licença seja prorrogada automaticamente até que o órgão ambiental se manifeste acerca da renovação.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

A Companhia executa todas as suas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes, e mantém sistema de controle de legislação ambiental implantado em suas Unidades.

Todas as suas unidades operacionais foram submetidas a processo de licenciamento ambiental e encontram-se em operação com as devidas licenças ambientais em vigor ou em processo de renovação. A tratativa das demandas relacionadas aos órgãos ambientais, ocorre de forma respeitosa e transparente.

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No desenvolvimento e na execução de suas atividades industriais, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental.

A conservação do meio ambiente sempre esteve presente em sua filosofia empresarial, direcionando muitas de suas ações, especialmente na tentativa de equilibrar o crescimento socioeconômico com a conservação ambiental, com vista à materialização de um efetivo desenvolvimento sustentável. Em 2020, a Companhia investiu R$ 7,5 milhões para o cumprimento da regulação ambiental e em ações voltadas para a conservação e gestão ambiental.

Vale destacar que as unidades da Companhia localizadas no Eusébio (CE) e em Jaboatão dos Guararapes (PE) possuem Sistema de Gestão Ambiental certificado conforme NBR ISO 14001:2015. A Companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

Em suas atividades, a Companhia utiliza recursos hídricos provenientes de captação superficial, subterrânea, captação pluvial ou, ainda, de abastecimento público por empresas concessionárias. A Companhia dispõe de outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando aplicáveis, para todas as captações de água superficial e subterrânea que realiza em seus empreendimentos.

Algumas unidades da Companhia dispõem de Estação de Tratamento de Efluentes em função de sua localização e tipo de efluente gerado. Outras unidades localizadas em áreas urbanas ou industriais que dispõem de rede pública coletora de esgotos, e lançam seus efluentes nestas. A Companhia busca, com isso, observar os padrões de emissão estabelecidos na legislação aplicável.

As atividades industriais da Companhia geram resíduos sólidos que são gerenciados, segundo a legislação ambiental aplicável, desde seu armazenamento temporário, até sua destinação final. Tais resíduos incluem materiais recicláveis como papel e papelão, plásticos, metais ferrosos e não ferrosos, e ainda lodos de estações de tratamento de efluentes, produtos fora dos padrões de qualidade da Companhia ou com prazo de validade vencido e embalagens vazias, entre outros.

Dependendo do tipo de resíduo, a Companhia os envia para o tratamento mais adequado, dentre estes, coprocessamento, incineração, reutilização, descontaminação, devolução ao fornecedor, reciclagem ou para aterros sanitários devidamente licenciados. A empresa implantou procedimento de qualificação de destinadores de resíduos, a fim de minimizar riscos relacionados a essa atividade.

Ademais, apesar de remota, a Companhia não descarta a eventual possibilidade de a Companhia ser responsabilizada solidariamente por danos ocasionados pelas empresas terceirizadas para gerenciamento de seus resíduos sólidos. Ver a seção “4.1 “h” Fatores de riscos inerentes á regulação dos setores em que o emissor atue”.

Produtos controlados

Em suas atividades industriais, a Companhia utiliza produtos controlados pela Polícia Federal, como, hidróxido de sódio, entre outros, que são empregados no processo de tratamento de seus efluentes. Para o uso de tais produtos, a Companhia mantém as licenças exigidas pela legislação aplicável e protocola mensalmente a demanda utilizada.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Regulação de Vigilância Sanitária

A Companhia desenvolve atividades relacionadas à produção, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos, estando, portanto, sujeita à regulação e fiscalização do Poder Público, em especial da MS - ANVISA e do MAPA.

A Companhia também está sujeita às leis trabalhistas, ambientais, comerciais, tributárias e outras leis no curso normal de seu negócio.

Visando fornecer os elementos necessários à compreensão das suas atividades, apresentamos, a seguir, os principais aspectos da atual regulamentação a que se sujeitam os produtores e comercializadores, em relação aos seguintes produtos alimentícios: (i) farinha de trigo e farelo; (ii) bolachas/biscoitos; (iii) massas; (iv) margarinas; e (v) cremes, gorduras e óleos vegetais, (vi) bolos e mistura para bolos, (vii) snacks (salgadinhos de milho, salgadinhos de trigo e batatas fritas), (viii) cereal bits e (ix) preparado sólido para refrescos.

A Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que criou a ANVISA, define entre as suas competências a regulamentação, o controle e a fiscalização de produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, sendo que entre os bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária temos os alimentos, inclusive bebidas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares e contaminantes.

A Resolução ANVISA nº 23/00, posteriormente complementada pela Resolução RDC ANVISA nº 240/18, elenca os produtos alimentícios que devem ser registrados perante a ANVISA e aqueles que são dispensados da obrigatoriedade de registro. De forma geral, os produtos destinados a segmentos especiais, tais como: alimentos com alegação de propriedade funcional e ou de saúde, alimentos para nutrição enteral, alimentos infantis, novos alimentos e novos ingredientes, embalagens novas tecnologias (recicladas), substâncias bioativas e probióticos isolados com alegação de propriedades funcional e ou de saúde dependem obrigatoriamente de registro perante a ANVISA para início da sua produção e comercialização. Os demais produtos alimentícios são isentos de registro sanitário sendo necessário somente realizar o Comunicado de Início de Fabricação.

Independentemente da obrigatoriedade, ou não, de registro do produto perante a ANVISA ou MAPA, as empresas produtoras e comercializadoras de produtos alimentícios devem observar a regulamentação específica relacionada aos requisitos técnicos para a produção e embalagem de cada produto, adotando as práticas constantes do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Programa de Pré Requisitos e Manual de Diretrizes de Segurança de Alimentos, bem como a manutenção de informações atualizadas referentes às fórmulas dos produtos dispensados de registro, que deverão estar disponíveis para análise da autoridade sanitária, sempre que solicitado.

Adicionalmente, as empresas produtoras e comercializadoras de alimentos devem observar a regulamentação referente à rotulagem de produtos, tanto com relação aos aspectos técnicos, definidos pelo ministério da saúde - Anvisa, MAPA, Inmetro, Ministério da Justiça, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 986/69, quanto com relação à defesa do consumidor, nos termos da Lei nº 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.

Vale ressaltar, ainda, que as empresas que desenvolvem atividades relacionadas à produção, industrialização, distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos, previamente ao início de suas atividades, deverão estar devidamente licenciadas pela autoridade sanitária estadual ou municipal competente, nos termos da legislação aplicável, que expedirá Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou ainda registradas perante ao MAPA com a expedição do Registro de Estabelecimento. As fábricas e estabelecimentos da Companhia relacionados à produção, armazenamento, distribuição, manipulação e transporte de alimentos observam as regras de licenciamento impostas pelas autoridades locais competentes.

Ainda, de acordo com a legislação sanitária, e sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a não observância da legislação sanitária, em especial a operação de unidades sem o devido licenciamento sanitário e a comercialização de produtos sem os respectivos registros ou notificações poderão ser consideradas infrações puníveis, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de advertência, multa, apreensão de produto, inutilização de produto, interdição de produto, suspensão de vendas e/ou fabricação de produto, cancelamento de registro de produto, interdição parcial ou total

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

do estabelecimento, proibição de propaganda, cancelamento de autorização para funcionamento de empresa, e/ou cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento, nos termos da Lei nº 6.437/77, garantidos os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório em regular processo administrativo a ser instaurado pela autoridade competente.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 75 pedidos e 1.670 registros de marcas no Brasil e 113 pedidos e 184 registros de marcas no exterior. As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de atuação da Companhia, sendo elas: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso, Pilar, Estrela, Pellagio, Piraquê, Salsitos, Delicitos, Predilleto, Bonsabor, Finna, Puro Sabor e Amorela.

Em adição, a Companhia possui diversos pedidos de registro de marcas secundárias em análise perante o INPI, que garantem à Companhia o lançamento e divulgação de novos produtos ou novas marcas no mercado. Desta forma, a Companhia atinge os diferentes perfis de consumidores, abrangendo todas as regiões e camadas sociais da população brasileira e, consequentemente, aumenta o faturamento da Companhia, razão pela qual as marcas e os pedidos de registro de marcas são fundamentais para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Além de buscar a proteção das marcas no Brasil, a Companhia busca proteger suas principais marcas em outros países, como a Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Panamá, Peru, Uruguai, Austrália e outros. As principais marcas registradas no exterior são Adria, Basilar, Elaine, Isabela, Piraquê, Nikito, Zabet, dentre outras.

Para maiores informações sobre as marcas da Companhia veja a seção 9.1.b deste Formulário de Referência.

Patentes

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 1 (um) pedido de patente relacionado ao processo de "método de preparação de uma emulsão múltipla óleo-em-água-em-óleo e seus usos", depositado perante o INPI e 1 (uma) patente concedido relacionado ao processo de "base comestível para preparação de guloseimas". Para maiores informações sobre as marcas da Companhia veja a seção 9.1.b deste Formulário de Referência.

Desenhos industriais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um conjunto de, aproximadamente, 62 registros de desenhos industriais concedidos pelo INPI, que visam proteger a forma dos seus produtos. Dentre os desenhos industriais, destacam-se diferentes tipos de configurações aplicadas em biscoitos e salgadinhos, essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da Companhia e para a proteção da identidade dos produtos por ela fabricados e comercializados.

Licenças de uso de software

A Companhia possui licenças de uso de software adquiridos no mercado e usualmente utilizados pela maior parte das empresas do país, como Microsoft e Oracle, além de possuir as licenças de uso dos softwares de prateleira. Por meio da funcionalidade das licenças de uso de software adquiridos no mercado, a Companhia dispõe de ferramentas necessárias para a gestão das suas atividades diárias.

Domínios

A Companhia é titular de, aproximadamente, 200 domínios registrados no Brasil e 5 no exterior, sendo os mais relevantes: (i) “www.mdiasbranco.com.br”; (ii) “www.adria.com.br”; (iii) “www.vitarella.com.br”; (iv) “www.treloso.com.br”; (v) “www.pilar.ind.br”; (vi) “www.fabricaestrela.com.br;”” e (vii) “www.piraque.com.br”. Os nomes de domínio consistem em

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

um mecanismo que facilita a memorização e a utilização dos endereços na Internet, proporcionando, desta forma, mais exposição e notoriedade para os produtos fabricados pela Companhia.

Direitos autorais

A Companhia é titular de, aproximadamente, 147 registros de direitos autorais junto à Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que visam proteger, principalmente, figuras (desenhos) que se destacam nas embalagens de seus produtos e que também são utilizados como marcas figurativas ou mistas perante o INPI. Referidos registros de direitos autorais são essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da Companhia em razão dos referidos desenhos serem utilizados nas embalagens dos produtos da Companhia, criando, desta maneira, uma identidade visual, permitindo aos consumidores diferenciar os produtos da Companhia dos demais produtos expostos nas prateleiras dos supermercados do país. A Companhia é titular também de 5 (cinco) registros de músicas junto a Biblioteca Nacional.

Concessões

Não aplicável, pois a Companhia não depende de concessões para o desenvolvimento das suas atividades.

Franquias

Não aplicável, pois a Companhia não se utiliza de franquias para o desenvolvimento das suas atividades.

Contratos de Royalties

A Companhia possui um contrato de royalties para a utilização de imagens de personagens da Disney nas embalagens de alguns produtos da marca Pelaggio durante o ano de 2020, acumulando valores de R$ 93.458,90 e com a empresa Saborelle, que acumulou R$ 14.078,59 em pagamento de royalties durante o ano.

Para mais informações relacionadas às marcas, patentes, desenhos industriais, domínios, direitos autorais e licenças de uso de software relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia, veja o item 9.1.”b” deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de					
	2018		2019		2020	
	R$ milhões	%	R$ milhões	%	R$ milhões	%
Receita líquida de descontos dos clientes atribuídos ao país sede do emissor	7.332,9	99,4%	7.381,4	99,2%	8.448,9	97,4%

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Nos anos de 2018, 2019 e 2020, as vendas nos países estrangeiros representaram 0,6%, 0,8% e 2,6%, respectivamente, da receita operacional líquida de descontos. O crescimento em 2020 é reflexo da estratégia de expansão da Companhia, através do fortalecimento da presença nas regiões onde já atua e da entrada em novas regiões, comercializando marcas próprias ou produzindo as marcas dos clientes (*private label*). Contudo, as vendas nos países estrangeiros ainda não representam receitas relevantes ao negócio da Companhia.

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme mencionada no item acima, as receitas provenientes dos países estrangeiros não são relevantes para a Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Não aplicável, pois a Companhia não possui receitas relevantes de países estrangeiros, conforme mencionado no item 7.6.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia possui vários projetos no âmbito da responsabilidade social e ambiental, com foco tanto em públicos internos quanto externos. Pelo 7º ano consecutivo a M. Dias Branco apresenta o seu Relatório Anual, e desde 2014, considera a divulgação unificada das nossas realizações nos aspectos ESG (do inglês, environmental, social and governance, que significa ambiental, social e governança). O relatório reflete a decisão da M. Dias Branco de definir e divulgar sua Agenda Estratégica de Sustentabilidade, elaborada com a participação do corpo diretivo e gerencial, a partir da análise de macrotendências globais que impactam o setor de alimentos, bem como do estudo setorial.

Em adição, a Companhia possui um Comitê de Sustentabilidade, que acompanha a implantação e disseminação da cultura de sustentabilidade e as iniciativas dos Grupos de Trabalho (GTs) relacionados aos temas estratégicos de sustentabilidade.

Ao longo de 2020, divulgamos nossa Política de Sustentabilidade para os stakeholders e reforçamos nossos esforços para fazer cumprir os princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.
No mês de março 2020 foi publicado o Relatório Anual da Companhia referente ao exercício de 2019. O reconhecimento do nosso compromisso se comprova no ingresso de carteiras que são referências, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambas da B3.

b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Companhia elabora o seu Relatório Anual, com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI STANDARDS).

Em 2020, divulgamos comunicados para nossos stakeholders com a nossa Política de Sustentabilidade, alinhada aos princípios do Pacto Global, aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Os ODS são compostos por 17 objetivos, sendo que em 2020, realizamos uma revisão da materialidade de cada ODS para o nosso negócio, e confirmamos que as iniciativas internas e externas endereçam 14 deles. Os detalhes sobre as iniciativas realizadas são descritos ao longo do Relatório Anual. Abaixo são descritos os 17 ODS.

ODS 01. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
ODS 02. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
ODS 03. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
ODS 04. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
ODS 05. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
ODS 06. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos;
ODS 07. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
ODS 08. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
ODS 09. Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
ODS 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
ODS 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
ODS 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
ODS 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
ODS 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
ODS 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

As informações sobre sustentabilidade constantes no Relatório Anual Integrado 2020, são asseguradas conforme Carta de Asseguração emitida pela KPMG Auditores Independentes.

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As informações relativas às ações e estratégias de sustentabilidade realizadas pela Companhia estão disponíveis no site http://www.mdiasbranco.com.br/ri/ na seção “A Companhia | Sustentabilidade” e na seção “Destaques | Relatório Anual” ou no site http://www.mdiasbranco.com.br na seção “Sustentabilidade | Cultura de Sustentabilidade”.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Os principais pontos fortes e vantagens competitivas da Companhia incluem:

Liderança nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil e posição relevante no mercado nacional de farinha de trigo. Desde 2003, a Companhia é líder nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil, tanto em volume (medido em toneladas), como em valor de vendas, com base na pesquisa de *market share* realizada pela Nielsen. A Companhia apresentou um crescimento consistente nessa liderança no Brasil em termos de *market share* em volume de vendas, passando de 13,5% para 34,0% em biscoitos, e de 17,8% para 33,3% em massas, conforme dados divulgados pela Nielsen para os anos de 2003 e 2020, respectivamente. Importante mencionar que até o ano de 2016, os dados de *market share* da Nielsen consideravam os estabelecimentos varejistas, e a partir de 2017, passaram a considerar os estabelecimentos varejistas mais o *cash&carry.* A Companhia acredita que essa liderança e posição relevante nas linhas de produtos em que atua, estão associadas, principalmente: (i) à força de seu portfólio de marcas, que é reconhecido junto ao seu público consumidor, tais como Vitarella, Fortaleza, Richester, Pilar e Estrela, ocupando posições de destaque no Norte e Nordeste do Brasil, e Adria, Isabela, Zabet e Piraquê, com destaque no Sudeste e Sul, em volumes vendidos, de acordo com a Nielsen; (ii) à alta qualidade de seus produtos, juntamente com sua abrangência para atender os mais diferentes mercados (de populares a *premium*); (iii) ao seu modelo de distribuição – que permite uma grande abrangência especialmente no pequeno e médio varejo; e (iv) à logística de produção de âmbito nacional.

Alto nível de integração do processo produtivo.
A Companhia produz a maior parte de duas das suas principais matérias primas para a produção de seus produtos: farinha de trigo e gorduras vegetais. Em 2020, a Companhia produziu 98,5% do total de farinha de trigo e 99,3% de toda a gordura vegetal fabricada internamente. A Companhia acredita que tal nível de verticalização não encontra paralelo entre quaisquer de seus concorrentes no Brasil. Além disso, algumas de suas plantas possuem moinho no mesmo complexo, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção. Sua cadeia produtiva integrada também lhe proporciona condições para um melhor planejamento de sua produção, da maior qualidade de seus produtos (incluindo saudabilidade), da utilização de seus principais insumos, da prática de preços mais competitivos para seus produtos e da melhor administração dos seus custos de produção.

Portfólio de marcas fortes com abrangência nacional e distribuição pulverizada.
Por meio de suas principais marcas, altamente reconhecidas junto a seus consumidores, a Companhia atua em todo país, tanto com marcas nacionais (como Vitarella, Adria e Piraquê), como com marcas regionais (como Fortaleza, Richester, Isabela, Pilar e Estrela), as quais ocupam posição de liderança de mercado. Sua distribuição permite uma grande penetração no pequeno varejo, seja por meio do seu sistema de distribuição direta, seja por meio de distribuidores e atacadistas, contribuindo substancialmente para a baixa dependência das grandes redes de supermercados. Em 2020, considerando a receita líquida de descontos, a Companhia realizou suas vendas conforme o seguinte agrupamento de seus clientes:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	**2019**	**2020**
Varejo	27,2%	29,8%	26,8%
Atacado	25,3%	24,2%	22,4%
Key Account/Rede Regional	21,0%	20,6%	20,8%
Cash & Carry	19,4%	18,9%	18,2%
Distribuidores	5,5%	4,5%	7,3%
Indústria	0,9%	0,9%	1,0%
Outros	0,7%	1,1%	3,5%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

A Companhia acredita que, desta forma, é possível chegar aos consumidores de diferentes perfis, inclusive nas mais distantes localidades do Brasil, proporcionando os mesmos diferenciais de atendimento aos seus clientes em localidades onde não possui plantas industriais. No mesmo período, a Companhia vendeu para aproximadamente 94 mil clientes ativos, sendo que seu maior cliente representou, no ano de 2020, 10,5% da sua receita líquida de descontos, enquanto que os cinquenta maiores representaram 38,4%.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Moderno parque de produção, com plantas estrategicamente localizadas.
A Companhia possui atualmente 14 unidades industriais, dotadas do que há de mais moderno em tecnologia de produção de produtos alimentícios no mundo. Todas as plantas estão estrategicamente localizadas e próximas de seus principais mercados de atuação (oito no Nordeste, cinco no Sudeste e duas no Sul). Tal estrutura de produção permite ampla flexibilidade na escolha da melhor planta de produção para atender cada mercado que a Companhia atende, além de contribuir para: (i) a redução de custos de transporte até seus clientes; (ii) a agilidade na entrega; (iii) o maior conhecimento e abastecimento regular dos mercados locais; e (iv) maior amplitude do portfólio de produtos.
A Companhia tem realizado expansões estratégicas ao longo dos anos, por meio da construção programada de novas unidades industriais e comerciais espalhadas por todo o país. Em 2018, os investimentos totalizaram R$ 301,1 milhões (incluindo licença de uso de *softwares*, marcas e patentes), com destaque para a construção em curso da nova unidade moageira em Bento Gonçalves (RS), modernização dos silos na unidade de Cabedelo (PB) e ampliação da capacidade de armazenagem do centro de distribuição da unidade de Maracanaú (CE). Em 2019, os investimentos totalizaram R$ 321,3 milhões, com destaque para a finalização da construção da nova unidade moageira, construção do centro de distribuição e compra de equipamentos em Bento Gonçalves (RS), redesenho logístico compreendendo novos centros de distribuição, ampliação de capacidade dos silos metálicos (PR) e atualização tecnológica do nosso datacenter (CE). Em 2020, os investimentos totalizaram R$ 221,8 milhões, distribuídos entre expansão e manutenção, com destaque para aquisição de equipamentos e expansão da unidade de moagem em Bento Gonçalves (RS), construção de bolsão para caminhões de trigo em Bento Gonçalves (RS), adequação do CD da unidade do Rio de Janeiro, adequação e nova linha de massa longa para a unidade Piraquê, estação de tratamento de efluentes para a unidade de Maracanaú e reestruturação da unidade de São Caetano do Sul (SP).

Solidez financeira e forte geração de caixa para sustentar estratégia de crescimento.
O EBITDA da Companhia atingiu R$ 974,3 milhões em 2020, 5,4% de CAGR quando comparado com 2013. Ao final de 2020, a Companhia possuía uma relação dívida líquida/EBITDA igual a 0,4. A Companhia acredita que a expansão orgânica e as aquisições lhe possibilitarão prosseguir com sua estratégia de crescimento e lhe qualifica como importante candidato para consolidação do mercado nacional de biscoitos e massas.

Linhas de produção predominantemente localizadas em regiões de incentivo fiscal.
As unidades industriais localizadas no Nordeste do Brasil são contempladas com incentivos fiscais estaduais e incentivos fiscais federais, uma vez que tais unidades foram construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados ou, no caso federal, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no âmbito das políticas públicas estaduais ou federais de fomento ao desenvolvimento. Tais incentivos, concedidos como subvenções para investimento, nos garantem recursos de capital para investimento na expansão e na modernização de nossos negócios. Os incentivos e benefícios fiscais concedidos proporcionaram à Companhia uma geração adicional de caixa no valor aproximado de R$ 338,1 milhões, R$ 401,4 milhões e R$ 515,5 milhões, nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Equipe experiente de administradores e quadro qualificado de colaboradores.
Sua equipe de administradores possui ampla e sedimentada experiência nos setores em que atua, o que a Companhia acredita ter contribuído para o consistente crescimento de sua liderança de mercado, suas receitas e resultados, a despeito de condições econômicas instáveis e ocasionalmente adversas. A Companhia acredita que o crescimento histórico das suas receitas e a expansão bem sucedida dos negócios é resultado direto de estratégias executadas por sua experiente equipe de administradores. Adicionalmente, a Companhia conta com um quadro de colaboradores formado por mais de 17 mil profissionais, com base em dezembro de 2020, treinados, motivados e envolvidos num plano de participação nos resultados, conforme alcancem metas específicas, alinhadas ao seu plano estratégico e orçamentário.

Planejamento Estratégico

Crescimento com Lucratividade através da:

Expansão do negócio atual.
A Companhia está comprometida em expandir e fortalecer sua posição de liderança nos mercados onde atua e em aumentar sua rentabilidade e lucratividade. Para isso, pretende: (i) aumentar a sua presença em regiões onde possui baixa representatividade (região de Ataque: Sul, Sudeste e Centro Oeste), e fortalecer e preservar a presença nas regiões onde já

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

possui presença relevante (região de Defesa: Norte e Nordeste). (ii) aumentar a base de clientes e, concomitantemente, diversificá-la mediante a entrada em novos canais como o e-commerce, e a aplicação dos canais de distribuição e food service (restaurantes, hotéis, bares, hospitais, clubes, confeitarias e padarias); (iii) prosseguir com o processo de fortalecimento de suas marcas, por meio de investimento em marketing na mídia e esforço institucional em pontos de venda; (iv) fortalecer sua estrutura de vendas a pequenos comércios, visando o crescimento da pulverização da base de clientes e a venda de novos produtos mediante uma identificação com os seus produtos líderes de mercado; e (v) lançamento de novos produtos e produtos complementares às linhas existentes que possuam alto valor agregado.

Ampliação das exportações.
A Companhia está comprometida em expandir as exportações, por meio de (i) lançamentos de produtos e embalagens produtos específicos para as necessidades dos consumidores dos mercados externos, combinando qualidade e características valorizadas regionalmente, assim como adequação regulatória das embalagens; (ii) fortalecimento da presença em regiões onde já atuamos e entrada em novas regiões, comercializando as nossas marcas próprias ou produzindo as marcas dos clientes (*private label*).

Entrada em novas categorias.
A estratégia de entrada em novas categorias, possibilita a Companhia diversificar o seu portfólio atual, trazendo produtos de maior valor agregado e que possuem menor dependência do trigo. A entrada em novas categorias poderá ser realizada por meio de processo orgânico com criação e produção internamente de novas categorias através do seu processo de P&D, ou entrada por intermédio de novas aquisições. Em relação às aquisições, a Companhia continua atenta às oportunidades, sejam elas nas linhas de produtos atuais ou outros correlatos, com características tais como: marcas fortes em suas regiões de atuação e ou presença em regiões onde a Companhia não atua; e que possibilitem o aproveitamento de sinergias operacionais e de distribuição.

Melhoria da eficiência operacional e Controle de Custos.
A Companhia está comprometida em melhorar a eficiência de seus processos a fim de agregar maiores margens. Para isso, pretende aumentar sua produtividade mediante: (i) a otimização do uso de sua infraestrutura; (ii) a otimização da flexibilização de sua cadeia produtiva; (iii) a manutenção de um parque industrial moderno com tecnologias; e (iv) o aumento da eficiência de sua rede de distribuição. Além disso, a Companhia continuará a implementar controles de custos cada vez mais rígidos e modernos, visando aumentar sua lucratividade, inclusive pelo fortalecimento de programas voltados à otimização do consumo de energia e do tempo de estocagem de insumos pelo uso ainda mais intenso das ferramentas de planejamento de compras e de produção.

Incentivos Fiscais Federais
A Companhia é beneficiária de subvenções para investimentos equivalentes a 75,0% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais sediadas no Nordeste do Brasil, conforme detalhado na tabela a seguir:

Unidades industriais	Índice de redução do IRPJ (%)	Período de validade
Moinho de trigo, fábrica de biscoitos e massas (Eusébio – CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fábrica de torradas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Moinho de trigo (Natal - RN)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas (Natal - RN)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Moinho de trigo e Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo e mistura pronta para bolo (Salvador - BA)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Fabricação de massas e biscoitos (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fabricação de biscoitos, bolos e *snacks* (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fabricação de massas (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023

Incentivos Fiscais Estaduais

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

As subvenções para investimento estaduais de que a Companhia usufrui podem ser descritos conforme tabela a seguir:

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
DESENVOLVE - Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	Até 81%	Jun/2025
PROVIN – Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	Nov/2024
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	Jul/2025
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	Nov/2024
PROEDI – Rio Grande do Norte: crédito presumido sobre o saldo devedor de ICMS mensal		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	Até 79%	Jun/2032
FAIN – Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	Dez/2032
PRODEPE – Pernambuco: aplicação de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido, pela indústria em equivalente de farinha de trigo, além de 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75% ou 85%	Mar/2024
Tratamento Tributário Especial - Rio de Janeiro (Unidade Piraquê) - Redução do imposto de forma que a carga tributária resulte em percentual igual a 3% do valor das saídas de produção própria em operações internas e interestaduais, por venda e transferência.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Queimados-RJ)	75% ou 85%	Set/2038

No caso do estado do Rio de Janeiro (Unidade Piraquê), que apresenta prazo de fruição até setembro de 2038, considerando o Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, que estabelece o prazo de fruição dos incentivos fiscais limitados a dezembro de 2032, o benefício somente terá validade até referida data. A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes. Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em seus negócios nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não existem contratos relevantes celebrados entre a Companhia e suas Controladas com terceiros que não estejam relacionados com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido comentadas nos demais itens dessa seção, relativas aos três últimos exercícios sociais.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Desenhos industriais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um conjunto de, aproximadamente, 62 registros de desenhos industriais concedidos pelo INPI, que visam proteger a forma dos seus produtos. Dentre os desenhos industriais, destacam-se diferentes tipos de configurações aplicadas em biscoitos e salgadinhos, essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da Companhia e para a proteção da identidade dos produtos por ela fabricados e comercializados.

i. Duração

De acordo com a legislação brasileira, o registro de Desenho Industrial vigora por 10 anos contados da data do depósito, prorrogáveis por mais 03 períodos sucessivos de 05 anos, até atingir o prazo máximo de 25 anos contados da data do depósito.

ii. Território atingido

Os registros de desenhos industriais no Brasil asseguram à Companhia a proteção dos desenhos industriais e uso exclusivo em todo o território nacional.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

A extinção do registro dos desenhos industriais é causada pela: (i) expiração do prazo de vigência; (ii) pela renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; ou (iii) pela falta de pagamento da retribuição prevista.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

O desenho industrial proporciona um resultado novo e original na configuração externa dos produtos em que são aplicados. A perda da proteção dos desenhos industriais conferida pelos registros perante o INPI acarreta na possibilidade de terceiros produzir, usar, colocar a venda ou vender produtos com a mesma forma ornamental dos produtos fabricados pela Companhia. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os concorrentes da Companhia poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso nos resultados financeiros da Companhia.

Domínios

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era titular de, aproximadamente, 200 domínios registrados no Brasil e 5 no exterior, sendo os mais relevantes: (i)“www.mdiasbranco.com.br”; (ii) “www.adria.com.br”; (iii)“www.vitarella.com.br”; (iv) “www.treloso.com.br”; (v) “www.pilar.ind.br”; (vi) www.fabricaestrela.com.br, (vii) “www.isabela.com.br e (viii) www.piraque.com.br.

Duração

O prazo de vigência dos registros de domínios no Brasil pode ser contratado pelo período de um, três, quatro ou dez anos mediante o pagamento da retribuição correspondente, podendo ser indefinidamente renovados por qualquer dos prazos acima descritos.

i. Território atingido

Os registros de domínios no Brasil asseguram à Companhia a proteção dos domínios e uso exclusivo em todo o território nacional, com efeitos no mundo inteiro, salvo países com restrição de conteúdo, onde houver acesso à Internet. Com relação aos registros dos domínios no exterior, a extensão de sua proteção é determinada de acordo com as normas do país ou região em que os domínios se encontram registrados, embora possam ser acessados no mundo inteiro, salvo países com restrição de conteúdo.

ii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Os domínios da Companhia registrados no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) estão inseridos na categoria “com.br” e “net.br”, utilizados para fins comerciais. Não podem ser registrados nomes de domínio que (i)

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

desrespeitem a legislação em vigor; (ii) induzam terceiros a erro; (iii) violem direitos de terceiros; (iv) representem conceitos predefinidos na rede Internet; (v) conceituem palavras de baixo calão ou abusivas; (vi) que simbolize siglas de Estados, Ministérios, dentre outras vedações.

A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.

iii. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

Os nomes de domínio consistem em um mecanismo que facilita a memorização e a utilização dos endereços na Internet. Consequentemente, duas pessoas interessadas em registrar o mesmo nome para permitir que usuários da Internet possam lhes visitar as páginas na rede poderão entrar em uma potencial disputa.

Não obstante, o registro de nomes de domínio que refletem, de forma direta ou indireta, pedidos de registro de marcas ou marcas registradas por terceiros tornou-se conduta reiterada na Internet. Essa situação foi proporcionada pelo sistema adotado para o registro de nomes de domínio. Por meio deste sistema, o indivíduo que primeiro apresentar o requerimento para registro do nome de domínio será, salvo algumas exceções, o seu titular. Em uma disputa, no entanto, o detentor do pedido de registro de marca ou da marca registrada tem preferência no registro do domínio. Desta forma, a Companhia pode não obter o registro de novos nomes de domínios relacionados aos novos produtos a serem lançados no mercado, na hipótese destes nomes dos domínios já estarem registrados no NIC.br, pois é vedada a solicitação de registro do domínio já registrado por terceiros, salvo se for detentora de pedidos de registro de marcas ou de marcas registradas correspondentes a esses domínios.

Direitos autorais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era titular de, aproximadamente, 147 registros de direitos autorais junto à Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que visam proteger, principalmente, figuras (desenhos) que se destacam nas embalagens de seus produtos e que também são utilizados como marcas figurativas ou mistas perante o INPI. A Companhia é titular também de 5 (cinco) registros de músicas junto a Biblioteca Nacional.

i. Duração

Em regra, a duração dos direitos patrimoniais do autor perdura por 70 anos contados de 1° de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. Após esse período, a obra cai em domínio público. A cessão dos direitos patrimoniais das obras de direitos autorais à Companhia vigora por prazo indeterminado.

ii. Território atingido

Os registros de obras de direitos autorais no Brasil asseguram à Companhia a sua proteção em todo o território nacional. Estas obras também podem ser utilizadas em embalagens, anúncios e demais materiais de natureza promocional de produtos alimentícios fabricados e/ou comercializados pela Companhia destinados à exportação.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

O registro das obras de direitos autorais permite o reconhecimento de sua autoria, especifica direitos morais e patrimoniais e estabelece prazos de proteção, tanto para o titular quanto para seus sucessores. A exploração dos direitos de autor poderá ser total ou parcialmente transferida a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito. Em regra, as hipóteses de descumprimento contratual e a utilização das obras de direitos autorais sem

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

a anuência do autor, ferem os direitos de terceiros e ensejam na perda dos direitos relativos a tais ativos, com o possível pagamento de indenização por perdas e danos.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

Os desenhos obtidos por meio da cessão dos direitos autorais à Companhia são utilizados em embalagens, anúncios e demais materiais de natureza promocional de produtos alimentícios fabricados e/ou comercializados pela Companhia, e que também são utilizados como marcas figurativas ou mistas perante o INPI. Dessa forma, estes desenhos criam uma identidade visual aos produtos da Companhia. Na hipótese da Companhia utilizar estes desenhos sem a autorização do seu criador, isso poderá causar um efeito adverso para a Companhia, podendo, inclusive, a Companhia figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas	Brasil	CE	Eusébio	Própria
Fábricas de Gorduras e Margarinas	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Moinho de Trigo	Brasil	CE	Fortaleza	Arrendada
Fábrica de Biscoitos,Massas, Snacks e Bolos	Brasil	CE	Maracanaú	Própria
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas	Brasil	RN	Natal	Própria
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos,Massas e Mistura para Bolos	Brasil	BA	Salvador	Própria
Moinho de Trigo e Fábricas de Massas	Brasil	PB	Cabedelo	Arrendada
Fábrica de Biscoitos e Massas	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Própria
Fábrica de Massas	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Própria
Fábrica de Biscoitos	Brasil	SP	LENÇÓIS PAULISTAS	Própria
Fábrica de Biscoitos e Massas	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Moinho de Trigo	Brasil	PR	Rolândia	Própria
Fábricas de Gorduras e Margarinas	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Fábrica de Biscoitos e Massas	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Fábrica de Biscoitos	Brasil	RJ	Queimados	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Adria/Território atingido -Japão	até 14/01/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Elaine Maria/ Território atingido -Brasil	até 18/05/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pelaggio/ Território atingido -Brasil	até 13/10/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto Pilar/ Território atingido - Brasil	até 10/11/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ZABET /Território atingido -Bolívia	até 10/08/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Fortaleza/ Território atingido - Uruguai	até 12/05/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto Pilar/Território atingido - Brasil	até 10/11/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Marca Richester/ Território atingido - Brasil	até 04/09/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Fábrica Fortaleza / Território atingido - Brasil	até 10/07/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Fortinho/ Território atingido -Brasil	até 25/01/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Richester/ Território atingido - Argentina	até 27/12/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Nominativo da Adria/ Território atingido -Brasil	até 04/04/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria / Território atingido - Brasil	até 13/07/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Isabela/ Território atingido - Brasil	até 01/08/2020	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Brasil	Até 27/03/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Zabet/ Território atingido -Brasil	até 02/01/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Basilar/ Território atingido -Brasil	até 02/10/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto Treloso/ Território atingido - Brasil	até 31/10/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Nominativo treloso/ Território atingido -Brasil	até 09/11/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Predilleto/ Território atingido -Brasil	até 01/06/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Amori/ Território atingido -Brasil	até 26/08/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Escureto/ Território atingido -Brasil	até 14/10/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Puro Sabor/Território atingido -Colômbia	até 30/10/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Adria/ Território atingido -Bolívia	até 14/06/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Canadá	até 14/06/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Richester/ Território atingido - Paraguai	Até 26/05/2023	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NIKITO/ Território atingido -Uruguay	Até 18/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Zabet/ Território atingido -Costa Rica	até 23/03/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Equador	até 12/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Isabela/ Território atingido -Moçambique	até 07/07/2025	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Basilar/ Território atingido -México	até 19/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Nova Zelândia	até 23/07/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido - Panamá	até 19/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Isabela/ Território atingido -Brasil	até 13/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Zabet / Território atingido -Paraguai	até 28/11/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Republica Dominicana	até 01/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Isabela /Território atingido - Uruguai	até 10/03/2025	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/Território atingido - Zambia	até 01/06/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Zabet/Território atingido -Uruguai	até 12/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Zabet/ Território atingido -EUA	até 29/08/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/Território atingido -Paraguai	até 12/11/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Isabela/Território atingido -Bolívia	Até 23/04/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Basilar/Território atingido -Uruguai	até 12/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Basilar/Território atingido -Republica Dominicana	até 01/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/Território atingido -Chile	até 03/02/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Zabet/Território atingido -Chile	até 24/01/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Isabela/Território atingido -Barbados	até 28/09/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Zabet/Território atingido -Barbados	até 26/10/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Finna/ Território atingido -Brasil	até 18/12/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Medalha de Ouro/ Território atingido - Brasil	até 06/09/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Nominativo da Isabela/Território atingido -Chile	até 28/08/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Isabela/Território atingido -México	até 19/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Isabela/Território atingido -OAPI	até 03/06/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Adria-Chef/ Território atingido -Brasil	até 26/10/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Basilar / Território atingido - Paraguai	até 22/11/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Estrela/ Território atingido -Brasil	até 12/06/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Salsito/ Território atingido -Brasil	até 01/03/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Elaine /Território atingido -Paraguai	até 06/12/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/Território atingido -Costa Rica	até 10/06/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Nominativo Pilar/ Território atingido -Brasil	até 25/05/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nikito/Território atingido -Uruguai	até 13/06/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Medalha de Ouro/Território atingido -Bolívia	até 22/02/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Puro Sabor/Território atingido -OAPI	até 12/06/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Bonsabor/ Território atingido -Brasil	até 22/11/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ADRIA/Território atingido -Moçambique	Até 07/07/2025	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	ZABET NIKITO/Território atingido -Paraguai	Até 26/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ADRIA/Território atingido -Porto Rico	Até 26/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	ZABET NIKITO/Território atingido -Porto Rico	Até 26/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ZABET NIKITO/Território atingido -Chile	Até 02/06/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	ZABET NIKITO/Território atingido -Republica Dominicana	Até 01/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Símbolo da Fábrica Fortaleza-Atual / Território atingido - Brasil	até 25/09/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Fortaleza/ Território atingido - Brasil	até 22/06/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Fortaleza/ Território atingido - Uruguai	até 12/05/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Medalha de Ouro/ Território atingido - Chile	até 17/04/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Isabela/ Território atingido -Australia	até 09/02/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Piraque / Territorio atingido - Brasil	até 12/03/2025	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Simbolo Piraque / Territorio atingido - Brasil	até 20/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Argentina	até 12/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Paraguai	até 03/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Rep. Dominicana	até 30/09/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Reino Unido	até 10/11/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Portugal	até 10/11/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Chile	até 17/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Bolívia	até 16/01/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Peru	até 21/02/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - EUA	até 04/07/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Colômbia	até 17/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Basilar / Território atingido - Brasil	até 08/12/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Zabet/ Território atingido -Brasil	até 06/03/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Vitarella/ Território atingido - Brasil	até 19/01/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Trinidad e Tobago	até 17/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Richester / Território atingido - Brasil	até 18/12/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Isabela/ Território atingido -Brasil	até 09/02/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Vitarella/ Território atingido -Brasil	até 19/01/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - “Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
M.Dias Branco Argentina S.A		-	Controlada	Argentina			Aquisição de moagem de trigo e comercialização ou exportação ou exportação de farinha de trigo em grão e seus derivados	98,330000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	791,98		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Otimizar o processo de aquisição da compra de trigo importado através da intermediação.								
M.Dias Branco International Trading LLC		-	Controlada	Estados Unidos			Comercialização de Trigo em Grão	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	169.162,06		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Otimizar o processo de aquisição da compra de trigo importado através da intermediação								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	01.591.524/0001-67	-	Coligada	Brasil	CE	Fortaleza	Operadora Portuária, podendo, para tanto, arrendar e explorar instalações portuárias especializadas, atuar como agente de navegação e realizar operações portuárias previstas em lei e mais especificamente,o trânsito intermodal, transporte de cargas em geral, representações e armazéns gerais, importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos em geral.	33,330000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,400000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	2.412.294,68		
31/12/2019	-10,830000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-4,940000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Redução de custos por compartilhamento de serviço de descarga de trigo.

Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S. A	18.245.532/0001-54	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Atividades de Operador Portuário	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	-10,740000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	46.400.777,81		
31/12/2019	-2,620000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-11,400000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Aprimoramento logístico para abastecimento de insumos destinados às unidades industriais.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Outras informações relevantes patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 14 unidades industriais e 34 centros de distribuição, onde parte deles são integrados às unidades industriais. O ativo imobilizado de todas as unidades industriais e centros de distribuição da Companhia estão apresentados na tabela

				2020	2019	2018
Descrição	**Taxa (*) depreciação**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Imobilizado Líquido**	**Imobilizado Líquido**	**Imobilizado Líquido**
Imobilizado Operacional		**5.334.826**	**(2.292.886)**	**3.041.940**	**3.010.589**	**2.659.065**
Edificações	1,8	1.391.344	(290.740)	1.100.604	1.092.892	816.030
Máquinas e equipamentos	6,14	2.999.704	(1.570.544)	1.429.160	1.409.834	1.351.869
Móveis e utensílios	9,57	108.643	(74.818)	33.825	35.197	30.532
Veículos	6,88	115.279	(67.253)	48.026	44.766	20.043
Instalações	5,47	412.672	(181.885)	230.787	229.738	218.281
Outros	4,98	307.184	(107.646)	199.538	198.162	222.310
Imobilização em Andamento		**377.454**	**0**	**377.454**	**341.021**	**531.423**
Imobilizado Total		**5.712.280**	**(2.292.886)**	**3.419.394**	**3.351.610**	**3.190.488**

** Taxa média anual de depreciação atual (% a.a).*

Abaixo apresentamos a distribuição do imobilizado por localização:

		Distribuição por Estado (%)												
Período	**Valor líquido (em R$ mil)**	**AL**	**BA**	**CE**	**MA**	**MG**	**PB**	**PE**	**PI**	**PR**	**RJ**	**RN**	**RS**	**SP**
Edificações														
2018	816.030	0,2	13,5	29,9	0,2	-	-	16,8	-	4,1	30,8	1,1	1,1	2,2
2019	852.207	0,2	14,1	34,2	0,2	0,0	1,4	16,7	0,5	4,0	0,0	1,1	23,2	4,3
2020	1.100.601	0,2	11,3	26,3	0,2	0,0	1,1	12,9	0,4	3,1	21,4	1,6	18,1	3,4
Máquinas e Equipamentos														
2018	1.351.869	-	8,4	30,9	-	-	2,8	22,5	0,1	4,2	16,9	4,1	6,2	3,9
2019	1.409.835	0,0	7,8	30,2	0,0	0,0	3,0	22,5	0,1	4,4	13,9	3,8	10,7	3,6
2020	1.429.159	0,1	8,1	29,6	0,1	0,0	2,9	21,8	0,2	4,1	13	3,6	11,7	4,8
Instalações														
2018	218.281	0,2	9,5	42,9	-	-	2,6	27,0	0,3	1,8	6,0	7,2	0,9	1,6
2019	229.733	0,1	9,1	43,0	0,0	0,0	3,3	27,6	0,2	1,6	5,3	7,0	1,1	1,5
2020	230.787	0,1	8,3	43,5	0,0	0,0	3,0	26,5	0,2	1,4	6,3	6,3	2,5	1,8
Imobilização em Andamento														
2018	531.423	-	2,7	31,7	-	2,6	11,5	-	1,5	1,4	0,6	46,6	1,5	-
2019	341.020	0,2	5,4	40,8	0,0	0,0	0,0	17,2	0,0	0,0	11,4	1,3	17,3	-
2020	377.455	0,1	5,5	39,6	0,1	0,0	0,4	17,8	0,0	0,7	11,4	2,6	17,0	4,8
Outras imobilizações														
2018	272.886	-	2,6	31,0	-	8,8	16,8	0,5	2,9	32,6	1,7	0,1	2,9	
2019	278.127	0,0	2,9	28,1	0,0	0,0	8,0	11,1	0,4	4,5	38,4	1,8	0,7	2,9
2020	281.389	0,0	3,1	29,3	0,0	0,0	7,0	11,0	0,4	4,3	38,2	1,7	1,3	2,8

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Marcas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 75 pedidos e 1.670 registros de marcas no Brasil e 113 pedidos e 184 registros de marcas no exterior. As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de atuação da Companhia, sendo elas: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso, Pilar, Estrela, Pellagio, Piraquê, Salsitos, Delicitos, Predilleto, Bonsabor, Finna, Puro Sabor e Amorela.

A Companhia opta por manter diversas marcas para muitos produtos idênticos em virtude de sua reputação e notoriedade, que têm por alvo atender os diferentes perfis de consumidores, abrangendo todas as camadas sociais da população brasileira. Isto permite que a Companhia atue em todo país, sendo reconhecida tanto pelas marcas nacionais (como a Adria, Vitarella, Finna e Piraquê), quanto pelas marcas regionais (como Fortaleza, Richester, Isabela, Pilar, Estrela, Predilleto e Bonsabor).

Além disso, as marcas de titularidade da Companhia são altamente reconhecidas junto a seus consumidores, razão pela qual a Companhia adota uma forte política de proteção das marcas de sua titularidade. Nesse sentido, a proteção das marcas não se limita, apenas, a assegurar os direitos e interesses da Companhia, mas também a do público consumidor, que poderá associar a qualidade dos produtos fabricados às marcas da Companhia, diferenciando os seus produtos daqueles comercializados e fabricados pelas empresas concorrentes.

Além de buscar a proteção das marcas no Brasil, a Companhia busca proteger suas principais marcas em outros países, como a Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Panamá, Peru, Uruguai, Austrália e outros. As principais marcas registradas no exterior são Adria, Basilar, Elaine, Isabela, Piraquê, Nikito, Zabet, dentre outras.

i. Duração

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marca no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que as marcas encontram-se registradas.

ii. Território atingido

Os registros de marcas no Brasil asseguram à Companhia a proteção das marcas e uso exclusivo em todo o território nacional. Os registros de marca no exterior têm a extensão de sua proteção determinada de acordo com as normas do país ou região em que a marca encontra-se registrada.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

De acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), o direito sobre a marca decorre da concessão do registro validamente expedido, que pode ser extinto (i) pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (iii) pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (iv) ou utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro.

Em sede administrativa, o INPI ex officio ou terceiros legitimamente interessados podem instaurar procedimento administrativo de nulidade contra o registro, no prazo de até 180 dias contados da data da concessão do registro.

Na esfera judicial, o INPI ou terceiros interessados podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação pleiteando a abstenção de uso de uma marca, que, em que pese não anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular, o impede de usar a marca no território nacional, podendo, inclusive, requerer indenização decorrente do uso indevido de marca.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Ressalta-se que os pedidos de registro de marca em análise perante o INPI não garantem a seu titular o direito de uso exclusivo no Brasil e podem, inclusive, ao final do procedimento de exame ser indeferidos pela autoridade marcária. Da mesma forma, não garantem que terceiros não possam se opor a utilização da marca, sob alegação de violar seus supostos direitos anteriores.

Não obstante, as marcas e pedidos de registro de marcas da Companhia estão sujeitas a pedidos de oposição formulada por terceiros, pedidos administrativos de nulidade de marca e, na esfera judicial, a demandas pleiteando a nulidade do registro de marca e a abstenção de sua utilização, em razão da Companhia possuir uma vasta gama de registros e pedidos de registro de marcas perante o INPI. Porém, a Companhia acredita nunca ter violado marcas de titularidade de terceiros.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

A Companhia acredita nunca ter violado marcas de titularidade de terceiros, razão pela qual acredita que não sofrerá nenhum efeito adverso decorrente de questionamentos de propriedade intelectual. Em contrapartida, em razão do grande número de marcas registradas e de pedidos de registro de marcas detidas, a Companhia não pode assegurar que não está sujeita a figurar no pólo passivo de processos de oposição e pedidos de nulidade de marca e/ou abstenção da utilização da marca, tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. Nessa hipótese, caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas.

Para mais informações relacionadas a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item *4.1. - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso"* deste Formulário de Referência.

Patentes

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 1 (um) pedido de patente relacionado ao processo de "Método de preparação de uma emulsão múltipla óleo-em-água-em-óleo e seus usos", depositado perante o INPI e 1 (uma) patente concedido relacionado ao processo de "ase comestível para preparação de guloseimas". Para maiores informações sobre as marcas da Companhia veja a seção 9.1.b deste Formulário de Referência.

Duração

No Brasil, as patentes de invenção possuem prazo de vigência de 20 anos contados da data de depósito. A legislação brasileira determina que o prazo de vigência não será inferior a 10 anos para a patente de invenção, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior. Após este período, a patente cai em domínio público, não sendo possível a obtenção de nova proteção.

i. Território atingido

Os registros de patentes no Brasil asseguram à Companhia a proteção das marcas e uso exclusivo em todo o território nacional.

ii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

A concessão da carta-patente é a afirmação de que o pedido de registro de patente cumpriu todas as exigências e requisitos legais. O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido da patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a apresentação deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos.

iii. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

A proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI. Portanto, a Companhia somente sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros. Ainda que tais biscoitos patenteados deixassem de ser vendidos não traria um efeito adverso relevante para a Companhia.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Licenças de uso de software

A Companhia possui licenças de uso de software adquiridos no mercado e usualmente utilizados pela maior parte das empresas do país, como Microsoft e Oracle, além de possuir as licenças de uso de software de prateleira. Por meio da funcionalidade dos *softwares* adquiridos no mercado, a Companhia dispõe de ferramentas necessárias para a gestão das suas atividades diárias.

Neste sentido, a política adotada pela Companhia não fere os direitos autorais de terceiros. Ainda nesta linha, a Companhia implementa a política de não reproduzir, instalar, utilizar e/ou distribuir cópias não autorizadas de *software* ou programas aplicativos, produtos, informações, e *e-mails* a pessoas não autorizadas bem como a instalação, uso e/ou manuseio de *software* não homologado pela área de Tecnologia da Informação nos servidores e estações de trabalho da Companhia.

i. Duração

A duração das licenças de uso dos *softwares* depende dos aspectos gerais de cada licença de uso de *software* contratada. Desta forma, as principais licenças de uso de programas de computador da Companhia, vigoram, em geral, entre 12 e 36 meses, com possibilidade de renovação. Não obstante, algumas licenças de uso de softwares vigoram por prazo indeterminado.

ii. Território atingido

A abrangência territorial das licenças dos programas de computador é limitada na forma específica de cada licença concedida à Companhia. Algumas licenças de programas de computador são destinadas à uma quantidade limitada de usuários ou de máquinas em que serão instaladas.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

A perda do direito sobre as licenças de uso dos softwares dependerá dos aspectos gerais de cada licença correspondente. Em regra, as hipóteses de descumprimento contratual e utilização dos *softwares* sem a aquisição das respectivas licenças ou fora dos seus parâmetros, ferem os direitos de terceiros, ensejam a interrupção do uso desses ativos e o pagamento de indenização por perdas e danos.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

A perda do direito sobre as licenças dos programas de computador principais da Companhia implica na impossibilidade de utilização dos referidos programas nas atividades da Companhia e na possível necessidade de substituição dos mesmos. Existe ainda, a possibilidade do usuário do programa de computador com licença de uso expirada ou que o utilize fora dos parâmetros especificados na licença de uso sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2020 transformou o mundo e as relações sociais. Em meio a 366 dias inéditos na história recente da humanidade, que proporcionaram uma elevada demanda no setor alimentício, ocasionada por uma momentânea euforia de consumo e, consequentemente, uma crescente acentuada dos custos das commodities agrícolas, atrelada a uma evolução cambial do dólar, a Companhia utilizou sua experiência adquirida em quase 70 anos de história para traçar estratégias sólidas, fortalecendo o caixa e reforçando a geração do mesmo através de uma forte política comercial pautada, inclusive, na ampliação de suas exportações. Também foi um ano em que a Companhia realizou o maior investimento em Marketing da história.

Importante ressaltar a implantação de um Programa de Produtividade e Eficiência (Projeto Multiplique) em que foram capturados ganhos em várias áreas da Companhia. Além disso, houve o lançamento da política de hedge visando mitigar os risco de variação cambial e de preços de commodities e, face ao contexto do ano 2020 completamente atípico e mirando um futuro/presente cada vez mais latente na vida de clientes e consumidores, a Companhia avançou fortemente no mercado virtual, o e-commerce, com a venda de produtos diretamente na casa do consumidor, por meio de parcerias com aplicativos de entrega, conectando-nos com o processo de transformação digital do mercado, que vem alterando o hábito de consumo.

No contexto da pandemia, de imediato, tendo em vista a necessidade de manter as unidades industriais em operação, por tratar-se de um setor essencial, foi criado um Comitê de Crise, que teve a missão de rever toda a operação, de norte a sul do País, de modo a garantir a saúde e a segurança dos mais de 17 mil colaboradores, bem como de seus familiares. Os que tinham condições de realizar suas atividades em suas residências, passaram a adotar o regime de home office. Aos que necessitavam permanecer nas indústrias e no mercado, passaram a seguir rígidos protocolos de segurança, com base nas orientações dos órgãos de saúde competentes e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Nesse cenário, a M. Dias Branco manteve a posição de liderança nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, cuja participação de mercado em volume de vendas no ano de 2020 foi de 34,0% em biscoitos (33,7% em 2019 e 34,0% em 2018) e 33,3% em massas (34,7% em 2019 e 36,0% em 2018), conforme dados divulgados pela Nielsen para o período acumulado, contemplando Piraquê a partir de maio de 2018.

Uma característica geral importante, com reflexos relevantes na condição financeira e patrimonial da Companhia, reside no fato de ser verticalizada, isto é, produzir a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No ano de 2020, a Companhia fabricou 98,5% de toda a farinha de trigo e 99,3% de toda a gordura vegetal utilizadas no seu processo produtivo. Nesse sentido, destaca-se o início das operações do moinho de Bento Gonçalves (RS) em 2019, que passou a abastecer as regiões Sul e Sudeste.

A receita líquida da Companhia atingiu R$ 7,3 bilhões em 2020, tendo o Brasil como principal mercado, responsável por 97,4% da receita líquida de descontos no ano. Ademais, 26,8% das vendas foram destinadas ao varejo e 29,7% a atacadistas e distribuidores, enquanto 20,8% foram para grandes redes e redes regionais. De um universo de, aproximadamente, 94,0 mil clientes ativos, o maior cliente da Companhia no ano de 2020 representou 10,5% da receita líquida de descontos, enquanto os cinquenta maiores representaram 38,4%.

Para a operação de seus negócios, desenvolvimento e lançamento de novos produtos, bem como a expansão de suas atividades, as principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

A Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. No sentido de refletir tais condições financeiras, a Companhia destaca alguns indicadores baseados em índices de liquidez, os quais revelam capacidade satisfatória de saldar as suas obrigações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Índices de liquidez	**2018**	**2019**	**2020**
Liquidez geral	1,27	1,41	1,46
Liquidez corrente	1,91	2,01	2,37
Liquidez seca	1,31	1,32	1,62
Liquidez imediata	0,35	0,30	0,74

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R$ 6.645,6 milhões frente a R$ 6.034,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando um acréscimo de 10,1%. Deste aumento, R$ 609,3 milhões foram provenientes do lucro do exercício deduzido dos proventos distribuídos. Nesta mesma data, a Companhia tinha caixa e equivalentes de caixa no valor de R$ 1.213,0 milhões e aplicações de curto e longo prazo no total de R$ 19,7 milhões. No final do período, a dívida líquida foi de R$ 350,7 milhões frente a R$ 605,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de 42,0%, principalmente pelo fortalecimento do caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R$ 6.034,9 milhões frente a R$ 5.561,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um acréscimo de 8,5%. Deste aumento, R$ 471,9 milhões foram provenientes do lucro do exercício deduzido dos dividendos distribuídos. Nesta mesma data, a Companhia tinha caixa e equivalentes de caixa no valor de R$ 348,4 milhões e aplicações de curto e longo prazo no total de R$ 20,2 milhões. No final do período, a dívida líquida foi de R$ 605,0 milhões frente a R$ 767,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de 21,2%, principalmente pela redução do endividamento da Companhia.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Ebitda em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 974,3 milhões, 26,2% maior do que o Ebitda de 31 de dezembro de 2019, e os juros e variações cambiais e swap pagos foram de R$ 51,3 milhões em 2020. Desta forma, o Ebitda apresentou índice de cobertura de 19,0 vezes dos juros, variações cambiais e swap pagos pela devedora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

O Ebitda em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 772,1 milhões, 17,2% menor do que o Ebitda de 31 de dezembro de 2018, e os juros e variações cambiais e swap pagos foram de R$ 56,4 milhões em 2019. Desta forma, o Ebitda apresentou índice de cobertura de 13,68 vezes dos juros, variações cambiais e swap pagos pela devedora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta a dívida líquida da Companhia e a sua relação com o Ebitda dos últimos 3 exercícios:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Endividamento	**2018**	**2019**	**2020**	**2019/2018 %)**	**2020/2019 (%)**
Endividamento Total (1)	(1.252,8)	(979,7)	(1.589,1)	**(21,8)**	**62,2**
Caixa (2)	464,1	368,6	1.232,7	**(20,6)**	**n/a**
Instrumentos financeiros (3)	21,2	6,1	5,7	**(71,2)**	**(6,6)**
Caixa Líquido (Dívida Líquida)	**(767,5)**	**(605,0)**	**(350,7)**	**(21,2)**	**(42,0)**
Ebitda	**933,1**	**772,1**	**974,3**	**(17,3)**	**26,2**
Caixa (Dívida) Líquido / Ebitda dos últimos 12 meses (4)	**(0,8)**	**(0,8)**	**(0,4)**	**(0,0)**	**(50,0)**

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
(1) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos e financiamentos diretos.
(2) Contempla o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo e longo prazo.
(3) Contempla os instrumentos financeiros do ativo circulante e não circulante.
(4) Conforme a Instrução CVM nº 527/12, o Lajida/Ebitda consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

também que a companhia pode optar por divulgar os valores do Lajida e do Lajir excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Considerando o seu perfil de endividamento, com base no índice Dívida Líquida/Ebitda, o fluxo de caixa significativo gerado pelas atividades operacionais e a posição de liquidez corrente e geral, a Diretoria acredita que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, mas diante das incertezas do ano de 2020, decidiu, no início do ano, realizar algumas captações, com prazo de até 360 dias, para fortalecer o caixa. Aproximando-se dos vencimentos dessas captações, a Companhia decidiu reperfilar sua dívida, alongando prazo e reduzindo custo. Essas captações são destinadas as aquisições de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo esse superior àqueles concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos por eles adquiridos. A administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Durante o ano de 2019, a Companhia optou por financiamentos de capital de giro e financiamentos de importação de matéria-prima. Essa decisão foi tomada para recompor o caixa da Companhia, após a liquidação de alguns financiamentos adquiridos em 2018, após a aquisição da Piraquê.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados estão destinados para a cobertura de investimentos e não para a cobertura de deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como empréstimo em moeda estrangeira (Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962), Capital de Giro, Finimp (Financiamento de Importações), captações através de emissões de título ou outros, por elas apresentadas.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo demonstra a composição do endividamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020:

	Indexador	2018	2019	2020	
		R$	R$	Juros (a.a.)	R$
		(Em milhões de Reais)			
Moeda nacional					
BNDES-FINAME	TJLP	24,5	18,3	2,17%	14,2
BNDES-PSI	R$	236,1	105,6	2,98%	73,6
BNDES-PSI	URTJLP	0,1	-	-	-
Financiamentos de Tributos Estaduais (RN)	TR	0,1	-	-	-
Financiamentos de Tributos Estaduais (CE)	TJLP	9,4	10,1	-	9,9
Financiamentos de Tributos Estaduais (BA)	TJLP	-	0,6	-	-
BNB – FNE	-	35,1	-	-	-
FINIMP	100% CDI	-	-	3,8%	138,1
Capital de Giro - Lei 4.131	100% CDI	-	-	1,30%	200,8
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	3,3	2,2	-	2,1
Instrumento de Cessão de Ações da Estrela	100% CDI	8,3	5,1	-	8,4
Instrumento de Cessão de Quotas do Moinho Santa Lúcia	100% CDI	4,9	-	-	0,7
Instrumento de Cessão de Quotas da Piraquê	-	224,6	231,5	-	205,8
BNDES-FINEM	IPCA	59,2	49,4	8,63%	39,2
BNDES-PROGEREN	IPCA	78,7	57,7	6,28%	40,2
		684,3	**480,5**		**733,0**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Moeda estrangeira					
Financiamentos de importação de insumos	USD	347,9	365,3	2,09%	856,1
Capital de Giro (Lei nº 4.131)	USD	220,6	133,9	-	-
		568,5	**499,2**		**856,1**
		1,252,8	**979,7**		**1.589,1**
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante		**(697,0)**	**(608,2)**		**(776,1)**
Passivo não circulante		**555,8**	**371,5**		**813,0**

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento da Companhia totalizava R$ 1.589,1 milhão (48,8% no curto prazo e 51,2% no longo prazo), 62,2% maior que o saldo registrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente pelas aquisições de financiamentos de insumos e capital de giro para fortalecer o caixa.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamento das obrigações de longo prazo contratadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2020
		(Em milhões de reais)	
Vencimento			
2020	99,3	-	-
2021	137,6	120,9	-
2022	124,8	113,7	116,8
2023	82,7	75,7	74,7
2024	111,4	61,2	101,8
2025	-	-	519,7
Total	**555,8**	**371,5**	**813,3**

g. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

1. Com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos financeiros em moeda nacional e estrangeira, que totalizavam R$ 1.362,2 bilhões. Dentre esses, 26 contratos são considerados, no montante, relevantes, e representam o total de R$ 1.294,6 bilhões. Esses contratos foram celebrados com diversas instituições financeiras, tais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Itaú BBA, The Bank of Nova Scotia e Banco Santander Brasil. A maioria de seus contratos a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora em conjunto com alguns dos diretores estatutários.

A tabela abaixo indica detalhes dos 26 contratos financeiros, que podemos destacar com maiores saldos vigentes, em 31 de dezembro de 2020, mantidos pela Companhia:

Contrato	Instituição Financeira	Valor da Contratação (em milhões de RS)	Juros	Data da Contratação	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2020 (em milhões de R$)
4131 – Capital de giro	The Bank of Nova Scotia	510,0	1,6554%a.a	15/12/2020	22/12/2025	519,92
101120050000900	Banco Itau BBA.	200,0	CDI+1,30% a.a.	17/11/2020	17/11/2021	200,78
17.02.0401.1	BNDES	70,0	6,28% a.a.	02/10/2017	15/10/2022	40,18
4135744	Banco Santander Brasil S.A	37,1	CDI+3,80% a.a.	25/03/2020	22/03/2021	38,82
4136804	Banco Santander Brasil S.A	37,2	2,92%a.a	14/04/2020	12/04/2021	37,69

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

4137004	Banco Santander Brasil S.A	34,9	3,08%a.a	15/04/2020	14/04/2021	35,25
4136815	Banco Santander Brasil S.A	33,7	CDI+3,80%a.a	26/03/2020	29/03/2021	35,23
4137002	Banco Santander Brasil S.A	35,5	3,08%a.a	15/04/2020	15/04/2021	35,21
DC/30007/MDB/0177	The Bank of Nova Scotia	33,9	3,3008%a.a	03/04/2020	29/03/2021	34;88
14.2.1298.1 A e B	BNDES	68,0	8,47% a.a.	10/02/2015	17/06/2024	34,73
4135819	Banco Santander Brasil S.A	30,9	CDI+3,80%a.a	26/03/2020	01/04/2021	32,30
4135821	Banco Santander Brasil S.A	30,4	CDI+3,80%a.a.	26/03/2020	01/04/2021	31,72
DC/30007/MDB/0166	The Bank of Nova Scotia	19.3	2,29275% a.a.	14/02/2020	05/02/2021	23,36
DC/30007/MDB/0176	The Bank of Nova Scotia	21.6	3,1990% a.a.	31/03/2020	24/03/2021	22,05
DC/30007/MDB/0168	The Bank of Nova Scotia	18.1	1,8815% a.a.	27/02/2020	19/02/2021	21,33
DC/30007/MDB/0162	The Bank of Nova Scotia	15.8	2,33725% a.a.	29/01/2020	15/01/2021	20,04
DC/30007/MDB/0165	The Bank of Nova Scotia	15.6	2,34263% a.a.	06/02/2020	29/01/2021	19,22
DC/30007/MDB/0178	The Bank of Nova Scotia	18,9	3,17588%a.a	08/04/2020	26/03/2021	19;20
DC/30007/MDB/0179	The Bank of Nova Scotia	15,7	3,17588%a.a	08/04/2020	26/03/2021	16;00
DC/30007/MDB/0164	The Bank of Nova Scotia	11.5	2,34263% a.a.	06/02/2020	29/01/2021	14,16
14.2.1298.1 C	BNDES	28,5	2,17% a.a.	10/02/2015	17/06/2024	12,87
DC/30007/MDB/0169	The Bank of Nova Scotia	10.3	1,8815% a.a.	27/02/2020	19/02/2021	12,20
DC/30007/MDB/0167	The Bank of Nova Scotia	8.4	2,29275% a.a.	14/02/2020	05/02/2021	10,15
DC/30007/MDB/0163	The Bank of Nova Scotia	7.9	2,33725% a.a.	23/01/2020	15/01/2021	10,02
000050003557100 (PSI)	Banco Itau BBA.	15,6	3,50%a.a.	23/12/2013	15/01/2024	6,04
4137006	Banco Santander Brasil S.A	5,4	3,08%a.a	15/04/2020	14/04/2021	5,46
15.2.0531.1 A e B	BNDES	7,0	9,84%a.a.	10/02/2015	15/08/2024	4,47
15.2.0531.1 C	BNDES	2,9	2,17%a.a.	10/02/2015	15/08/2024	1,36

A seguir, encontram-se descritos os contratos celebrados pela Companhia com seus principais credores.

Banco Itaú BBA

Em 31 de dezembro de 2020, estavam vigentes 72 contratos com o Banco Itaú BBA, totalizando R$ 245,3 milhões, com vencimentos até janeiro de 2024. Desses contratos, 2 são considerados relevantes, um adquirido para Capital de Giro, com vencimento em novembro de 2021, com taxa média de CDI +1,30% a.a e o outro contrato para inovação e ampliação dos parques industriais com vencimento em janeiro de 2024 e taxa média de 3,50% a.a. O restante dos financiamentos, foram adquiridos através de linhas de repasses do BNDES, na modalidade FINAME PSI com taxa média de 2,91% a.a, sendo contraídos para inovação e ampliação dos parques industriais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco do Brasil

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha 11 contratos vigentes com o Banco do Brasil, que totalizam R$ 10,4 milhões, com vencimentos até julho de 2023. Esses financiamentos são através de linhas de repasses do BNDES, na modalidade FINAME PSI, com taxa média de 2,94% a.a.. Esses financiamentos foram contraídos para a renovação e ampliação de nosso parque industrial. No que tange à prestação de garantias em alguns contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora em conjunto com alguns dos diretores estatutários. Há também como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

Banco Bradesco

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha 15 contratos vigentes com essa instituição, totalizando R$ 12,4 milhões. Esses financiamentos foram adquiridos através do BNDES, na modalidade FINAME PSI, para a renovação e ampliação de nosso parque industrial, com taxa média de 3,05% a.a. Como garantia, há a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

Banco Santander Brasil

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha 16 contratos vigentes com essa instituição, totalizando R$ 256,3 milhões. Desses contratos, 08 são considerados relevantes sendo que 04 foram refinanciados com vencimentos até abril de 2021 com indexador CDI e taxa média de 3,80%a.a e 01 contrato foi refinanciado com taxa média de 2,92%a.a mais variação cambial, totalizando 138,1 milhões, enquanto 03 foram adquiridos para financiamentos de insumos importados, totalizando R$ 75,9 milhões, vencimentos até abril de 2021 e taxa média de 3,08% a.a. mais variação cambial. O restante foi financiado através do BNDES, na modalidade FINAME PSI, com taxa média de 2,98% a.a. No que tange à prestação de garantias, em alguns contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora em conjunto com alguns dos diretores estatutários. Há também como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

The bank of Nova Scotia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha 13 contratos vigentes e considerados relevantes com essa instituição, totalizando R$ 742,5 milhões. 01 contrato foi adquirido para Capital de Giro com vencimento até dezembro de 2025 e taxa média de 1,6554% a.a mais variação cambial e o restante dos contratos foram adquiridos para financiamentos de insumos importados, com vencimentos até março de 2021 e taxa média de 2,63% a.a. mais variação cambial.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha 3 contratos vigentes e relevantes com o BNDES, que totalizam R$ 93,6 milhões, com vencimentos até agosto de 2024. Esses financiamentos são através de linhas de repasses do BNDES, nas modalidades PROGEREN, com indexador IPCA, taxa média de 6,28% a.a.. e FINEM, com indexador IPCA, taxa média de 8,63%a.a. e indexador TJLP, taxa média de 2,17%a.a.. Esses financiamentos foram contraídos pela empresa Piraquê S.A. para a Implantação de Unidade Industrial e Capital de Giro. No que tange à prestação de garantias, existe hipoteca dos bens descritos nos respectivos contratos e uma Fiança bancária.

2. Outros endividamentos relevantes

Financiamentos diretos - Aquisição de Quotas/Ações do capital das controladas NPAP Alimentos, Pelágio Oliveira, J. Brandão, Moinho Santa Lúcia e Industria de Produtos Alimentícios Piraquê S. A.

A Companhia possui endividamento em decorrência de operações de aquisição de empresas com antigos quotistas/acionistas detentores de 100% do capital adquirido, dentre os quais destaca-se como mais relevante o da aquisição da Piraquê, no valor de R$ 205,8 milhões, composto por parcela retida do preço de aquisição vinculada às garantias das contingências que porventura venham a surgir, atualizados pela taxa equivalente a 100% da variação do CDI, e pela parcela do preço contingente na aquisição da Piraquê, conforme segue:

i) parcela retida do preço no montante de R$ 139,7 milhões que será liquidada em 4 parcelas, com vencimentos em 05/2021, 05/2022, 05/2023 e 12/2023, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii) parcela contingente do preço de aquisição, na ordem de R$ 66,0 milhões, decorrente da expectativa de realização de créditos tributários passíveis de reembolso aos vendedores, que serão pagos à medida que forem convertidos em renda em favor da Piraquê ou compensados. Durante o exercício de 2018 e 2019, do total reconhecido de preço contingente (R$ 75,1 milhões) foi liquidado R$ 9,1 milhões.

i. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
As relações de longo prazo com instituições financeiras já foram comentadas em outras seções do documento.

ii. Grau de subordinação entre as dívidas
Nossos contratos de financiamentos, quando garantidos, utilizamos alguns instrumentos como alienação fiduciária, notas promissórias, Standby Letter of Credit, garantia hipotecária e aval prestado pela presidente do conselho de administração, Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2020
			(Em milhões de reais)
Obrigações com garantia quirografárias	1.809,7	1.828,5	2.498,5
Obrigações com garantia real	435,9	237,6	585,8
Total do passivo circulante e não circulante	**2.245,6**	**2.066,1**	**3.084,3**

iii. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de financiamento de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE, contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações sofram vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais; bem como exigem que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras e pelo Finame. No caso mais específico dos contratos firmados pela empresa incorporada Piraquê, além das cláusulas supracitadas, deve-se (i) manter durante a vigência do contrato determinados percentuais dos índices: Dívida Líquida / Ebitda e Patrimônio Líquido/Passivo Total e (ii) manutenção de quadro de pessoal apresentado em projeto de liberação de financiamento e ainda, há o compromisso da companhia em (i) não utilizar recursos obtidos em determinadas operações financeiras em transações que envolvam, com seu conhecimento, atividades terroristas ou que resultem em violação de quaisquer leis anticorrupção ou leis antiterrorismo aplicáveis; e, (ii) fazer com que cada uma de suas Afiliadas, Subsidiárias e todas as Pessoas que atuam em nome ou sob a direção da Companhia ou de qualquer uma de suas Subsidiárias, atue de acordo com todas as Leis Anticorrupção aplicáveis nas jurisdições em quais a companhia ou qualquer uma de suas Afiliadas ou Subsidiárias faz negócios.

Atualmente, a Companhia não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

Conclusivamente, a Companhia, ainda que se utilize de recursos de terceiros, não tem dependência de contratos financeiros relevantes para a realização de suas atividades operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2020, todos os recursos das operações já contratadas com instituições financeiras através de linha de crédito do BNDES - PSI, para ampliação e renovação do seu parque industrial foram liberados.

i. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os resumos das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 que serão apresentados a seguir, foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações foram preparadas em conformidade com o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Princípios Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e auditadas pelos Auditores Independentes, de acordo com as normas internacionais de auditoria e normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e que refletem adequadamente o resultado das operações e da situação patrimonial e financeira da Companhia nos respectivos exercícios.

As tabelas abaixo apresentam um sumário do balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, demonstração dos fluxos de caixa e outras informações financeiras para os períodos indicados, inclusive os percentuais de variação entre os períodos para cada item das respectivas demonstrações, bem como a representatividade de cada item, seja em relação ao ativo total no balanço patrimonial, seja em relação à receita líquida na demonstração de resultados:

Análise da demonstração do resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Demonstração do resultado	2019	*AV%*	2020	*AV%*	2020/ 2019 (%)
			(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Receita operacional líquida	**6.103,6**	**100,0**	**7.252,5**	**100,0**	**18,8**
Custos dos produtos vendidos	(4.250,5)	(69,6)	(5.263,3)	(72,6)	23,8
Subvenções para investimentos estaduais	308,2	5,0	391,8	5,4	27,1
Lucro bruto	**2.161,3**	**35,4**	**2.381,0**	**32,8**	**10,2**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	(1.333,9)	(21,9)	(1.552,0)	(21,4)	16,4
Despesas administrativas	(293,3)	(4,8)	(312,3)	(4,3)	6,5
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5,3	0,1	203,4	2,8	n/a
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**539,4**	**8,8**	**720,1**	**9,9**	**33,5**
Receitas financeiras	252,9	4,1	335,2	4,6	32,5
Despesas financeiras	(222,4)	(3,6)	(254,2)	(3,5)	14,3
Resultado operacional - após resultado financeiro	**569,9**	**9,3**	**801,1**	**11,0**	**40,6**
Resultado da equivalência patrimonial	(0,9)	0,0	(5,5)	(0,1)	n/a
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**569,0**	**9,3**	**795,6**	**11,0**	**39,8**
Imposto de renda e contribuição social	(12,1)	(0,2)	(31,8)	(0,4)	162,8
Lucro líquido do exercício	**556,9**	**9,1**	**763,8**	**10,5**	**37,2**
Conciliação para o *EBITDA*					
Lucro líquido do exercício	**556,9**	**9,1**	**763,8**	**10,5**	**37,2**
Imposto de renda e contribuição social	12,1	0,2	31,8	0,4	162,8
Receitas financeiras	(252,9)	(4,1)	(335,2)	(4,6)	32,5
Despesas financeiras	222,4	3,6	254,2	3,5	14,3
Depreciação e amortização incluídas no CPV	165,9	2,7	176,6	2,4	6,4
Depreciação e amortização incluídas em despesas administrativas e comerciais	67,7	1,1	83,1	1,1	22,7
EBITDA (1)	**772,1**	**12,6**	**974,3**	**13,4**	**26,2**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre a receita líquida.

(1) Conforme a Instrução CVM nº 527/12, o LAJIDA/EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Balanço patrimonial	2019	AV%	2020	AV%	2020/2019 (%)
			(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Ativo circulante	**2.321,7**	**28,7**	**3.870,6**	**39,8**	**66,7**
Caixa e equivalentes de caixa	348,4	4,3	1.213,0	12,5	248,2
Contas a receber de clientes	957,5	11,8	960,1	9,9	0,3
Estoques	799,1	9,9	1.216,1	12,5	52,2
Tributos a recuperar	162,5	2,0	398,9	4,1	145,6
Aplicações financeiras	16,4	0,2	16,4	0,2	n/a
Instrumentos financeiros derivativos	8,0	0,1	23,8	0,2	197,5
Outros créditos	22,1	0,3	32,0	0,3	44,8
Despesas antecipadas	7,7	0,1	10,3	0,1	33,8
Ativo não circulante	**5.779,3**	**71,3**	**5.859,3**	**60,2**	**1,4**
Realizável a longo prazo	**597,2**	**7,4**	**618,6**	**6,4**	**3,6**
Aplicações financeiras	3,8	0,0	3,3	0,0	(13,2)
Depósitos judiciais	257,4	3,2	263,8	2,7	2,5
Tributos a recuperar	273,9	3,4	293,0	3,0	7,0
Contas a receber de clientes	0,3	0,0	0,0	0,0	(100,0)
Incentivos fiscais/outros créditos	4,0	0,0	6,8	0,1	70,0
Ativos de indenização	57,8	0,7	51,7	0,5	(10,6)
Investimentos	**52,9**	**0,7**	**47,3**	**0,5**	**(10,6)**
Propriedade para investimento	**55,2**	**0,7**	**54,6**	**0,6**	**(1,1)**
Imobilizado	**3.351,6**	**41,4**	**3.419,4**	**35,1**	**2,0**
Intangível	**1.722,4**	**21,3**	**1.719,4**	**17,7**	**(0,2)**
Ativo total	**8.101,0**	**100,0**	**9.729,9**	**100,0**	**20,1**
Passivo circulante	**1.153,6**	**14,2**	**1.634,0**	**16,8**	**41,6**
Fornecedores	149,0	1,8	361,7	3,7	142,8
Financiamentos e emprést. c/ instit. financ.	568,7	7,0	743,8	7,6	30,8
Financiamento de impostos	5,3	0,1	3,3	0,0	(37,7)
Financiamentos diretos	34,2	0,4	29,0	0,3	(15,2)
Arrendamento mercantil	15,1	0,2	41,1	0,4	172,2
Obrigações sociais e trabalhistas	167,4	2,1	176,6	1,8	5,5
Obrigações fiscais	83,8	1,0	55,6	0,6	(33,7)
Adiantamentos de clientes	10,2	0,1	11,1	0,1	8,8
Instrumentos financeiros derivativos	1,9	0,0	18,1	0,2	852,6
Outras contas a pagar	76,3	0,9	122,3	1,3	60,3
Dividendos	36,9	0,5	59,0	0,6	59,9
Subvenções governamentais	4,8	0,1	12,4	0,1	158,3
Passivo não circulante	**912,5**	**11,3**	**1.450,3**	**14,9**	**58,9**
Exigível a longo prazo	**912,5**	**11,3**	**1.450,3**	**14,9**	**58,9**
Financiamentos e emprést. c/ instit. financeiras	161,5	2,0	618,4	6,4	282,9
Financiamento de impostos	5,3	0,1	6,6	0,1	24,5
Financiamentos diretos	204,7	2,5	188,0	1,9	(8,2)
Arrendamento mercantil	86,9	1,1	153,9	1,6	77,1
Obrigações fiscais	1,0	0,0	0,0	0,0	(100,0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	205,2	2,5	226,6	2,3	10,4
Outras contas a pagar	34,4	0,4	37,7	0,4	9,6
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	213,5	2,6	219,1	2,3	2,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio líquido	**6.034,9**	**74,5**	**6.645,6**	**68,3**	**10,1**
Capital social	2.508,4	31,0	2.567,9	26,4	2,4
Reservas de capital	26,3	0,3	27,6	0,3	4,9
Ajustes acumulados de conversão	0,1	0,0	0,2	0,0	100,0
Ajustes de avaliação patrimonial	0,0	0,0	(7,5)	(0,1)	(100,0)
Reservas de lucros	3.452,0	42,6	4.001,4	41,1	15,9
(-) Ações em tesouraria	0,0	0,0	(39,6)	(0,4)	(100,0)
Dividendos adicionais	48,1	0,6	95,6	1,0	98,8
Passivo total e patrimônio líquido	**8.101,0**	**100,0**	**9.729,9**	**100,0**	**20,1**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre o ativo total.

Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto	2019	2020	2020/ 2019(%)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	569,0	795,6	39,8
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	233,5	259,7	11,2
Custo na venda de ativos permanentes	7,4	1,8	(75,7)
Equivalência patrimonial	0,9	5,6	n/a
Atualização dos financiamentos e das aplicações financeiras, variações cambiais ativas e passivas	79,4	218,5	n/a
Créditos tributários e atualizações	(285,0)	(533,9)	87,3
Atualização de depósitos judiciais	(8,3)	(4,2)	(49,4)
Atualização provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	23,8	9,0	(62,2)
Atualização de arrendamento mercantil	8,3	17,4	n/a
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável de tributos	0,0	0,8	n/a
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	44,2	44,7	1,1
Ações outorgadas reconhecidas	4,8	6,6	37,5
Provisão / perda do valor recuperável de clientes	30,6	23,0	(24,8)
Provisão de IR sobre financiamentos	3,1	3,3	6,5
Provisão(Reversão) do valor recuperável dos estoques	6,5	8,4	29,2
Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos	(12,5)	(159,8)	n/a
Reversão de provisão para redução do valor recuperável de ativos	0,0	(7,7)	n/a
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	57,3	(25,2)	n/a
(Aumento) nos estoques	(27,9)	(430,9)	n/a
(Aumento) nas aplicações financeiras	(16,4)	-	(100,0)
Redução nos impostos a recuperar	73,0	345,3	n/a
(Aumento) em outros créditos	(3,3)	(11,1)	n/a
Aumento (Redução) em fornecedores	(3,3)	212,7	n/a
(Redução) nos impostos e contribuições	(5,9)	(18,2)	n/a
Aumento (redução) nas subvenções governamentais	(8,7)	7,6	n/a
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	13,4	9,8	(26,9)
Juros pagos	(45,3)	(42,7)	(5,7)
Variações cambiais pagas	(36,4)	(122,7)	n/a
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45,4)	(53,5)	17,8
Recebimentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	25,3	133,3	n/a
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**682,1**	**693,2**	**1,6**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(319,6)	(215,9)	(32,4)
Amortização de dívida da aquisição de empresas	(6,8)	(22,9)	n/a
Aplicação financeira a longo prazo	(6,2)	-	(100,0)
Resgate de aplicação financeira a longo prazo	9,6	0,5	(94,8)
Aplicações em investimentos	(38,0)	-	(100,0)
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos	**(361,0)**	**(238,3)**	**(34,0)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre capital próprio pagos	(139,0)	(85,0)	(38,8)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiamentos tomados	401,5	1.822,0	n/a
Aquisição de ações de emissão da própria companhia	0,0	(43,8)	n/a
Pagamentos de financiamentos	(663,5)	(1.246,2)	87,8
Pagamentos de arrendamento mercantil	(22,7)	(37,3)	64,3
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	**(423,7)**	**409,7**	**n/a**
Demonstrações do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(102,6)**	**864,6**	**n/a**
No início do período	451,0	348,4	(22,7)
No final do período	348,4	1.213,0	**n/a**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(102,6)**	**864,6**	**n/a**

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Principais itens de resultados auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Receita líquida

No comparativo 2020 vs 2019, a receita líquida cresceu 18,8%, em função do aumento dos volumes de 12,1% e do preço médio de 6,1%.

As receitas de biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais e outras linhas de produtos representaram 51,0%, 23,3%, 17,9%, 5,8% e 2,0%, respectivamente, da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparada com 53,8%, 21,6%, 16,8%, 5,5% e 2,3%, respectivamente, da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A contribuição de cada uma das linhas de produtos: (i) biscoitos; (ii) massas; (iii) farinha e farelo; (iv) margarinas e gorduras vegetais; e (v) outras linhas de produtos, para a formação e o crescimento da receita operacional líquida se deu conforme o quadro abaixo e comentários que se seguem.

Linhas de Produto	2019			2020			2020/2019 (%)		
	Receita líquida*	Peso*	Preço Médio*	Receita líquida *	Peso*	Preço Médio*	Receita líquida*	Peso*	Preço Médio*
Biscoitos	3.287,0	514,5	6,39	3.702,2	574,6	6,44	12,6	11,7	0,8
Massas	1.318,2	369,7	3,57	1.687,9	451,1	3,74	28,0	22,0	4,8
Farinha e Farelo	1.025,7	789,0	1,30	1.297,0	855,3	1,52	26,5	8,4	16,9
Margarinas e Gorduras	334,5	84,1	3,98	420,6	90,1	4,67	25,7	7,1	17,3
Outras linhas de produtos**	138,2	14,5	9,53	144,8	15,8	9,16	4,8	9,0	(3,9)
TOTAL	**6.103,6**	**1.771,8**	**3,44**	**7.252,5**	**1.986,9**	**3,65**	**18,8**	**12,1**	**6,1**

* Receita líquida em R$ milhões, Peso em mil toneladas e o Preço Médio em R$/kg.

** Bolos, *Snacks*, Mistura para Bolos, Refrescos e Torradas.

Biscoitos

A receita líquida de biscoitos cresceu 12,6% em 2020 frente a 2019, resultado do aumento dos volumes de 11,7% e do preço médio em 0,8%.

O aumento em volumes ocorreu em todas as regiões estratégicas, com destaque para a região de Ataque (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e para as exportações. O aumento de preço médio, por sua vez, é resultado de reajustes implementados de forma diferenciada entre regiões, subcategorias e marcas ao longo de 2020.

Dentre as subcategorias, destaque para o crescimento, tanto em receita líquida quanto em volumes, de Maria/Maizena, Água e Sal/Cream Cracker e, também, Recheados, todos com crescimento de dois dígitos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Massas

Em 2020, a receita líquida de massas aumentou 28,0% frente a 2019, com aumento dos volumes de 22,0% e do preço médio em 4,8%.

O crescimento dos volumes foi impactado pelo maior consumo dentro dos lares, em função do fechamento de bares e restaurantes ocasionados pelo isolamento social em função da pandemia instaurada pela COVID-19. Já o aumento do preço médio foi influenciado por repasses diferenciados de preços entre as regiões, subcategorias e marcas ao longo de 2020, assim como em biscoitos.

Destaque para o crescimento de volumes no Nordeste, Sudeste e nas Exportações. O aumento ocorreu principalmente nas subcategorias de massas instantâneas, sêmola e comum.

Farinha e farelo

Em 2020, a receita líquida de farinha e farelo apresentou crescimento de 26,5% vs 2019, impulsionado pelo aumento dos volumes de 8,4% e pelo aumento de preço médio de 16,9%.

Destacamos o crescimento dos volumes de farinha doméstica, que compensaram a retração em farinha industrial.

Observando as regiões, o crescimento ocorreu principalmente no Sul, Sudeste e Exportações, especialmente com a marca Finna, e com a ampliação do portfólio com o lançamento da farinha de trigo da marca Isabela na tradicional embalagem de papel, nas versões de 1 Kg e de 5 Kg.

Margarinas e gorduras

A receita líquida de margarinas e gorduras, no ano de 2020, cresceu 25,7% em comparação a 2019, com aumento de 7,1% nos volumes e 17,3% no preço médio.

Ressalta-se o aumento de volume nas exportações, com destaque para a subcategoria doméstica com a marca Adorita, e na região Nordeste, na subcategoria industrial com a marca Puro Sabor.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos apresentou um crescimento de 23,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e um aumento de 3,0 pontos percentuais na representatividade sobre a receita operacional líquida. Isto decorreu principalmente em função da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 14,3% no custo médio do trigo consumido (BRL); (ii) aumento de 48,9% no custo médio do óleo consumido (BRL); (iii) aumento de 17,3% no custo médio do açúcar consumido (BRL); (iv) maior diluição dos custos fixos em função do aumento de 14,7% nos volumes produzidos; (v) ganhos com otimização e eficiência advindos do nosso Programa de Produtividade e Eficiência (Multiplique); e (vi) aumento da verticalização de farinha de trigo.

A tabela abaixo apresenta a composição do custo dos produtos vendidos nos períodos indicados:

	2019	AV%	2020	AV%	2020/2019 (%)
			(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Matéria-prima	**2.688,9**	**44,1**	**3.532,2**	**48,7**	**31,4**
Trigo	1.729,2	28,3	2.371,1	32,7	37,1
Óleo	380,3	6,2	588,1	8,1	54,6
Açúcar	147,5	2,4	182,6	2,5	23,8
Farinha de terceiros	139,9	2,3	16,3	0,2	(88,3)
Gordura de terceiros	5,0	0,1	2,9	0,0	(42,0)
Outros insumos	287,0	4,7	371,2	5,1	29,3
Embalagens	**414,4**	**6,8**	**478,3**	**6,6**	**15,4**
Mão de obra	**568,1**	**9,3**	**623,6**	**8,6**	**9,8**
Gastos gerais de fabricação	**412,2**	**6,8**	**452,6**	**6,2**	**9,8**
Depreciação e amortização	**165,9**	**2,7**	**176,6**	**2,4**	**6,4**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo das mercadorias vendidas	**1,0**	**0,0**	**-**	**-**	**(100,0)**
CPV total	**4.250,5**	**69,6**	**5.263,3**	**72,6**	**23,8**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida.

Subvenções estaduais para investimentos

As subvenções para investimentos estaduais passaram de R$ 308,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 391,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 27,1%, em decorrência, principalmente, do aumento do custo de aquisição do trigo.

Lucro operacional bruto

A Companhia atingiu um lucro bruto de R$ 2.381,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, registrando aumento em relação a 2019 de 10,2% em valores nominais e redução da margem bruta em 2,6 pontos percentuais, em decorrência, principalmente, dos efeitos do custo do trigo e do óleo, em função da desvalorização do Real frente ao Dólar.

Despesas operacionais

Despesas de vendas e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas com vendas e administrativas cresceram 15,6% e 2,1%, em valores absolutos, respectivamente, e diminuíram 0,6 ponto percentual na representatividade sobre a receita líquida cada. A queda em representatividade decorreu, principalmente, da maior diluição das despesas fixas face ao crescimento dos volumes vendidos, além dos ganhos de eficiência e produtividade advindos do Projeto Multiplique.

Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

As outras despesas (receitas) operacionais passaram de uma receita de R$ 56,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para uma receita de R$ 239,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, com aumento de 2,4 pontos percentuais de representatividade sobre a receita líquida. O aumento foi influenciado pelo reconhecimento de créditos tributários extemporâneos no valor de R$ 348,5 milhões (R$ 191,0 milhões em 2019), em virtude, principalmente, da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

Resultado financeiro

Em 2020, a Companhia registrou resultado financeiro positivo de R$ 81,0 milhões (R$ 30,5 milhões em 2019). O incremento foi influenciado principalmente pelo reconhecimento de atualizações de créditos tributários extemporâneos (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins). Além disso, em 2019 foram reconhecidos R$ 20,7 milhões a título de complemento de provisão de atualização monetária sobre processos trabalhistas (IPCA E), determinação dada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que não se repetiu em 2020.

Destacamos também que a M. Dias Branco continua reafirmando seu compromisso com a política conservadora manifestada pela utilização de contratos de *swap*, que consiste na troca do risco cambial mais taxa prefixada por percentual do CDI, para proteção dos financiamentos de importação de insumos e capital de giro, os quais são registrados pelo valor justo e contabilizados no resultado financeiro.

	Exercício social encerrado em				
	2019	**AV%**	**2020**	**AV%**	**2020/2019 (%)**
			(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receitas financeiras sem variação cambial	151,6	2,5	182,3	2,5	**20,3**
Despesas financeiras sem variação cambial	(105,1)	(1,7)	(92,5)	(1,3)	**(12,0)**
Resultado da variação cambial	(28,6)	(0,5)	(168,6)	(2,3)	**n/a**
Perdas / Ganhos com derivativos	12,6	0,2	159,8	2,2	**n/a**
Total	**30,5**	**0,5**	**81,0**	**1,1**	**165,6**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação das receitas e despesas financeiras e o resultado da variação cambial sobre a receita líquida.

Imposto de renda e contribuição social

	Exercício social encerrado em				
	2019	AV%	2020	AV%	2020/ 2019 (%)
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)				
Imposto de renda e contribuição social	41,7	0,7	64,6	0,9	**54,9**
Incentivo fiscal federal	(29,6)	(0,5)	(32,8)	(0,5)	**10,8**
Total	**12,1**	**0,2**	**31,8**	**0,4**	**162,8**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos impostos e incentivos fiscais sobre a receita líquida.

O crescimento do imposto de renda e da contribuição social em 162,8% frente a 2019 decorreu, principalmente, do aumento do lucro antes do IRPJ e CSLL.

Os incentivos federais de imposto de renda apresentaram aumento de 10,8% em relação ao ano de 2019, em decorrência do aumento da provisão de imposto de renda.

Lucro do exercício

Diante do exposto, o lucro líquido passou de R$ 556,9 milhões no exercício de 2019 para R$ 763,8 milhões em 2020 (representando 9,1% da receita líquida em 2019 e 10,5% em 2020), registrando crescimento de 37,2%.

EBITDA

O EBITDA alcançou R$ 974,3 milhões em 2020 (13,4% da receita líquida), apresentando crescimento de 26,2% em relação a 2019. Em síntese, o resultado do ano foi impactado positivamente pelo crescimento da receita, e negativamente pela elevação dos custos, resultado da desvalorização do Real frente ao Dólar e da alta dos preços das *commodities* em Dólar. Por outro lado, os resultados do Projeto Multiplique, executado ao longo de 2020 e dirigido à captura de ganhos de produtividade e eficiência, bem como a publicação da política de hedge em julho de 2020, gradualmente implantada nos meses subsequentes, mitigaram os efeitos desfavoráveis do câmbio e da alta das *commodities*.

Análise das principais variações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2019, somava R$ 348,4 milhões, e passou para R$ 1.213,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou um crescimento de 248,2%. O crescimento foi influenciado principalmente por contratações de linhas de créditos de capital de giro e refinanciamentos ocorridos no período. Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa representava 4,3% e 12,5% do ativo total, respectivamente, tendo apresentado um aumento de 8,2 pontos percentuais no período.

Estoques

O saldo de estoques passou de R$ 799,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 1.216,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 52,2%, face ao aumento no custo dos principais insumos (trigo e óleo), além da queda no fluxo das atividades operacionais no 4T20, o que influenciou para o aumento nos estoques de matérias-primas e produtos acabados. Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o saldo de estoques representava 9,9% e 12,5% do ativo total, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R$ 162,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 398,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 145,6%. Esse aumento decorreu, principalmente, do reconhecimento de crédito de trânsito em julgado de ações judiciais, com destaque para a ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. Em 31 de dezembro de 2019, os tributos a recuperar representavam 2,0% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2020, representavam 4,1% do ativo total.

Não circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado era de R$ 3.351,6 milhões, e passou para R$ 3.419,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de 2,0%. O crescimento deve-se, principalmente, ao reconhecimento de contratos de arrendamento de empilhadeiras, imóveis e veículos no período. Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado representava 41,4% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2020, representava 35,1% do ativo total.

Passivo

Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores totalizava R$ 149,0 milhões, passando para R$ 361,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de R$ 212,7 milhões, influenciado pela ampliação no prazo de pagamento das compras. A representatividade dos fornecedores sobre o ativo total passou de 1,8% em 31 de dezembro de 2019 para 3,7% em 31 de dezembro de 2020.

Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

O saldo de financiamentos e empréstimos com instituições financeiras somava R$ 568,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e passou para R$ 743,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, apresentando aumento de 30,8%. O crescimento deve-se aos refinanciamentos e novas captações de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2019, os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras representavam 7,0% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2020, representavam 7,6% do ativo total.

Não Circulante

Exigível a longo prazo

Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

O saldo de financiamentos e empréstimos com instituições financeiras passou de R$ 161,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 618,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 282,9%. O expressivo aumento se deu, principalmente, em virtude da captação de financiamento externo de capital de giro, no valor de R$ 510,0 milhões, contratados em dez/20. Em 31 de dezembro de 2019, os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras representavam 2,0% do ativo total e em 31 de dezembro de 2020, representavam 6,4% do ativo total, tendo apresentado um acréscimo de 4,4 pontos percentuais no período.

Arrendamento mercantil

O saldo de arrendamento mercantil, em 31 de dezembro de 2019, somava R$ 86,9 milhões, e passou para R$ 153,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou um crescimento de 77,1%. O crescimento deve-se, principalmente, ao reconhecimento de contratos de arrendamento de empilhadeiras, imóveis e veículos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o saldo de arrendamento mercantil representava 1,1% e 1,6% do ativo total, respectivamente.

Patrimônio Líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O patrimônio líquido passou de R$ 6.034,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 6.645,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, apresentando um acréscimo de 10,1%, em função, principalmente, dos lucros gerados durante o período. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido representava 74,5% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2020, representava 68,3% do ativo total, apresentando uma redução de 6,2 pontos percentuais no período.

Análise das variações no fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019

O fluxo de caixa da Companhia é gerado, principalmente, pelas atividades operacionais, oriundas das receitas de vendas de produtos, e pelas atividades de financiamentos, quando há a tomada de financiamentos pela Companhia.

O fluxo de caixa da Companhia é utilizado, basicamente, pelas atividades de investimentos, decorrente de aquisição de outras empresas que atuam no mesmo negócio, expansões e modernizações de linhas de produção, assim como pelas atividades de financiamentos, quando amortizado o endividamento e remunerado os acionistas com o pagamento de dividendos.

A tabela abaixo demonstra o caixa líquido gerado pela Companhia nos exercícios sociais de 2020 e 2019.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	**2020**	**2020/2019 (%)**
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	682,1	693,2	1,6
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(361,0)	(238,3)	(34,0)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(423,7)	409,7	n/a
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(102,6)**	**864,6**	n/a

Atividades operacionais

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais passaram de R$ 682,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 693,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 1,6%, decorrente, principalmente, do aumento do lucro líquido. As atividades operacionais tiveram impacto do aumento em fornecedores, em razão do projeto de expansão do prazo de pagamento e compensação de créditos tributários, em contraponto ao aumento em estoque, face à queda no fluxo das atividades operacionais no último trimestre de 2020, bem como aumento no custo dos principais insumos (trigo e óleo).

Atividades de investimentos

As disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos passaram de R$ 361,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 238,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de 34,0%, em virtude da redução de aquisições de máquinas e equipamentos.

Atividades de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, as disponibilidades líquidas aplicadas foram de R$ 423,7 milhões. Já em 31 de dezembro de 2020, foram geradas disponibilidades líquidas pelas atividades financiamentos no valor de R$ 409,7 milhões. Tal variação foi influenciada, principalmente, pelo maior volume de financiamentos tomados no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Análise da demonstração do resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Demonstração do resultado	2018	*AV%*	2019	*AV%*	2019/ 2018 (%)
			(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Receita operacional líquida	**6.025,1**	**100,0**	**6.103,6**	**100,0**	**1,3**
Custos dos produtos vendidos	(4.007,0)	(66,5)	(4.250,5)	(69,6)	6,1
Subvenções para investimentos estaduais	276,2	4,6	308,2	5,0	11,6
Lucro bruto	**2.294,3**	**38,1**	**2.161,3**	**35,4**	**(5,8)**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	(1.186,2)	(19,7)	(1.333,9)	(21,9)	12,5
Despesas administrativas	(269,5)	(4,5)	(293,3)	(4,8)	8,8
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(86,4)	(1,4)	5,3	0,1	n/a
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**752,2**	**12,5**	**539,4**	**8,8**	**(28,3)**
Receitas financeiras	233,1	3,9	252,9	4,1	8,5
Despesas financeiras	(186,8)	(3,1)	(222,4)	(3,6)	19,1
Resultado operacional - após resultado financeiro	**798,4**	**13,3**	**569,9**	**9,3**	**(28,6)**
Resultado da equivalência patrimonial	(1,4)	0,0	(0,9)	0,0	(35,7)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**797,1**	**13,2**	**569,0**	**9,3**	**(28,6)**
Imposto de renda e contribuição social	(73,6)	(1,2)	(12,1)	(0,2)	(83,6)
Lucro líquido do exercício	**723,5**	**12,0**	**556,9**	**9,1**	**(23,0)**
Conciliação para o *EBITDA*					
Lucro líquido do exercício	**723,5**	**12,0**	**556,9**	**9,1**	**(23,0)**
Imposto de renda e contribuição social	73,6	1,2	12,1	0,2	(83,6)
Receitas financeiras	(233,1)	(3,9)	(252,9)	(4,1)	8,5
Despesas financeiras	186,8	3,1	222,4	3,6	19,1
Depreciação e amortização incluídas no CPV	141,4	2,3	165,9	2,7	17,3
Depreciação e amortização incluídas em despesas administrativas e comerciais	40,9	0,7	67,7	1,1	65,5
EBITDA (1)	**933,1**	**15,5**	**772,1**	**12,6**	**(17,3)**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre a receita líquida.

(1) Conforme a Instrução CVM nº 527/12, o LAJIDA/EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Balanço patrimonial	2018	AV%	2019	AV%	2019/2018 (%)
			(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Ativo circulante	**2.449,2**	**31,4**	**2.321,7**	**28,7**	**(5,2)**
Caixa e equivalentes de caixa	451,0	5,8	348,4	4,3	(22,7)
Contas a receber de clientes	1.043,0	13,4	957,5	11,8	(8,2)
Estoques	765,6	9,8	799,1	9,9	4,4
Tributos a recuperar	132,2	1,7	162,4	2,0	22,8
Aplicações financeiras	0,0	0,0	16,4	0,2	n/a
Instrumentos financeiros derivativos	23,9	0,3	8,0	0,1	(66,5)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros créditos	25,7	0,3	22,1	0,3	(14,0)
Despesas antecipadas	7,8	0,1	7,7	0,1	-
Ativo não circulante	**5.358,2**	**68,6**	**5.779,3**	**71,3**	**7,9**
Realizável a longo prazo	**399,5**	**5,1**	**597,2**	**7,4**	**49,5**
Aplicações financeiras	13,1	0,2	3,8	0,0	(71,0)
Depósitos judiciais	243,0	3,1	257,4	3,2	5,9
Tributos a recuperar	77,1	1,0	273,9	3,4	n/a
Contas a receber de clientes	2,7	0,0	0,3	0,0	(88,9)
Incentivos fiscais/outros créditos	5,8	0,1	4,0	0,0	(31,0)
Ativos de indenização	57,8	0,7	57,8	0,7	0,0
Investimentos	**15,8**	**0,2**	**52,9**	**0,7**	**234,8**
Propriedade para investimento	**22,3**	**0,3**	**55,2**	**0,7**	**147,5**
Imobilizado	**3.190,5**	**40,9**	**3.351,6**	**41,4**	**5,0**
Intangível	**1.730,1**	**22,2**	**1.722,4**	**21,3**	**(0,4)**
Ativo total	**7.807,4**	**100,0**	**8.101,0**	**100,0**	**3,8**
Passivo circulante	**1.280,8**	**16,4**	**1.153,6**	**14,2**	**(9,9)**
Fornecedores	152,3	2,0	149,0	1,8	(2,2)
Financiamentos e emprést. c/ instit. financ.	678,8	8,7	568,7	7,0	(16,2)
Financiamento de impostos	3,1	0,0	5,3	0,1	71,0
Financiamentos diretos	15,1	0,2	34,2	0,4	126,5
Arrendamento mercantil	0,0	0,0	15,1	0,2	n/a
Obrigações sociais e trabalhistas	166,1	2,1	167,4	2,1	0,8
Obrigações fiscais	106,9	1,4	83,8	1,0	(21,6)
Adiantamentos de clientes	8,2	0,1	10,2	0,1	24,4
Instrumentos financeiros derivativos	2,7	0,0	1,9	0,0	(29,6)
Outras contas a pagar	46,8	0,6	76,3	0,9	63,0
Dividendos	87,3	1,1	36,9	0,5	(57,7)
Subvenções governamentais	13,5	0,2	4,8	0,1	(64,4)
Passivo não circulante	**964,8**	**12,4**	**912,5**	**11,3**	**(5,4)**
Exigível a longo prazo	**964,7**	**12,4**	**912,5**	**11,3**	**(5,4)**
Financiamentos e emprést. c/ instit. financeiras	323,4	4,1	161,5	2,0	(50,1)
Financiamento de impostos	6,4	0,1	5,3	0,1	(17,2)
Financiamentos diretos	226,0	2,9	204,7	2,5	(9,4)
Arrendamento mercantil	0,0	0,0	86,9	1,1	n/a
Obrigações fiscais	1,0	0,0	1,0	0,0	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	208,7	2,7	205,2	2,5	(1,7)
Outras contas a pagar	10,9	0,1	34,4	0,4	n/a
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	188,4	2,4	213,5	2,6	13,4
Patrimônio líquido	**5.561,8**	**71,2**	**6.034,9**	**74,5**	**8,5**
Capital social	2.258,6	28,9	2.508,4	31,0	11,1
Reservas de capital	21,5	0,3	26,3	0,3	22,3
Ajustes acumulados de conversão	0,1	0,0	0,1	0,0	-
Reservas de lucros	3.229,9	41,4	3.452,0	42,6	6,9
Dividendos adicionais	51,7	0,7	48,1	0,6	(7,0)
Passivo total e patrimônio líquido	**7.807,4**	**100,0**	**8.101,0**	**100,0**	**3,8**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre o ativo total.

Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto	2018	2019	2019/

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			2018 (%)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	797,1	569	(28,6)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	182,3	233,5	28,1
Custo na venda de ativos permanentes	1,8	7,4	n/a
Equivalência patrimonial	1,4	0,9	(35,7)
Atualização dos financiamentos e das aplicações financeiras, variações cambiais ativas e passivas	89,8	79,4	(11,6)
Créditos tributários e atualizações	(47,4)	(285,0)	n/a
Atualização de depósitos judiciais	(7,5)	(8,3)	10,7
Atualização provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	8,3	23,8	n/a
Atualização de arrendamento mercantil	0	8,3	n/a
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	34,8	44,2	27,0
Ações outorgadas reconhecidas	3,5	4,8	37,1
Provisão / perda do valor recuperável de clientes	17,4	30,6	75,9
Provisão de IR sobre financiamentos	2,7	3,1	14,8
Provisão (Reversão) do valor recuperável dos estoques	(0,8)	6,5	n/a
Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos	(36,4)	(12,5)	(65,7)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(166,7)	57,3	n/a
(Aumento) nos estoques	(70,9)	(27,9)	(60,6)
(Aumento) nas aplicações financeiras	-	(16,4)	n/a
Redução nos impostos a recuperar	67,8	73	7,7
(Aumento) em outros créditos	(47,1)	(3,3)	(93,0)
(Redução) em fornecedores	(11,6)	(3,3)	(71,6)
Aumento (redução) nos impostos e contribuições	27,8	(5,9)	n/a
Aumento (redução) nas subvenções governamentais	5,9	(8,7)	n/a
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	(15,0)	13,4	n/a
Juros pagos	(31,1)	(45,3)	45,7
Variações cambiais pagas	(13,0)	(36,4)	n/a
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52,3)	(45,4)	(13,2)
Recebimentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	7,3	25,3	n/a
Liberação de incentivos para reinvestimentos	5,8	0	(100,0)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**753,9**	**682,1**	**(9,5)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(300,0)	(319,6)	6,5
Amortização de dívida da aquisição de empresas	(23,8)	(6,8)	(71,4)
Aquisição de participação societária	(1.306,4)	-	(100,0)
Aplicação financeira a longo prazo	-	(6,2)	n/a
Resgate de aplicação financeira a longo prazo	-	9,6	n/a
Aplicações em investimentos	(7,7)	(38,0)	n/a
Caixa e equivalentes de caixa adquirido	113,7	-	(100,0)
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos	**(1.524,2)**	**(361,0)**	**(76,3)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre capital próprio pagos	(132,4)	(139,0)	5,0
Financiamentos tomados	779,9	401,5	(48,5)
Pagamentos de financiamentos	(352,1)	(663,5)	88,4
Pagamentos de arrendamento mercantil	0	(22,7)	n/a
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	**295,4**	**(423,7)**	**n/a**
Demonstrações do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(474,9)**	**(102,6)**	**(78,4)**
No início do período	925,9	451,0	(51,3)
No final do período	451,0	348,4	(22,7)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(474,9)**	**(102,6)**	**(78,4)**

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Principais itens de resultados auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Receita líquida

No comparativo 2019 versus 2018, a receita líquida cresceu 1,3%, em função do aumento do preço médio de 4,2%, que compensou a retração dos volumes de 2,9%.

As receitas de biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais e outras linhas de produtos representaram 53,8%, 21,6%, 16,8%, 5,5% e 2,3%, respectivamente, da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparada com 55,2%, 21,1%, 15,8%, 5,3% e 2,6%, respectivamente, da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A contribuição de cada uma das linhas de produtos: (i) biscoitos; (ii) massas; (iii) farinha e farelo; (iv) margarinas e gorduras vegetais; e (v) outras linhas de produtos, para a formação e o crescimento da receita operacional líquida se deu conforme o quadro abaixo e comentários que se seguem.

Linhas de Produto	2018			2019			2019/2018 (%)		
	Receita líquida*	Peso*	Preço Médio*	Receita líquida *	Peso*	Preço Médio*	Receita líquida*	Peso*	Preço Médio*
Biscoitos	3.327,7	556,9	5,98	3.287,0	514,5	6,39	(1,2)	(7,6)	6,9
Massas	1.274,1	388,8	3,28	1.318,2	369,7	3,57	3,5	(4,9)	8,8
Farinha e Farelo	953,1	781,2	1,22	1.025,7	789	1,3	7,6	1,0	6,6
Margarinas e Gorduras	318,9	80	3,99	334,5	84,1	3,98	4,9	5,1	(0,3)
Outras linhas de produtos**	150,5	16,5	9,12	138,2	14,5	9,53	(8,2)	(12,1)	4,5
Diversos	0,8	0,6	1,33	-	-	-	n/a	n/a	n/a
TOTAL	**6.025,1**	**1.824,0**	**3,3**	**6.103,6**	**1.771,8**	**3,44**	**1,3**	**(2,9)**	**4,2**

* Receita líquida em R$ milhões, Peso em mil toneladas e o Preço Médio em R$/kg.
** Bolos, *Snacks*, Mistura para Bolos, Refrescos e Torradas.

Biscoito

Na linha de biscoitos, a receita líquida decresceu 1,2% em 2019 frente a 2018, resultado da redução de 7,6% dos volumes e aumento do preço médio em 6,9%.

A retração dos volumes aconteceu principalmente na região Nordeste, nas famílias de água e sal/cream cracker e recheados. Em contraponto, é importante mencionar que crescemos os volumes das famílias de doces/amanteigados, nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, e da família de wafer no exterior e nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Na linha de biscoitos funcionais, destacamos a ampliação do portfólio da linha Adria Plus Life com biscoitos e bolinhos sem glúten, produtos mais focados em consumidores que necessitam de cuidados especiais em suas dietas.

Massas

Em 2019, a receita líquida de massas aumentou 3,5% frente a 2018, com aumento do preço médio de 8,8% e diminuição dos volumes em 4,9%.

Observando as regiões, destacamos o Sudeste e Nordeste com os principais aumentos de receita, Nordeste com a categoria de massas comum para as marcas Bonsabor, Vitarella e Imperador, e no Sudeste com a categoria de massas comum para as marcas Aldente e Basilar e com ovos nas marcas Piraquê e Vitarella. Já o decréscimo dos volumes se deve principalmente às categorias de massas comum e sêmola.

Farinha e farelo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019, a receita líquida de farinha e farelo apresentou crescimento de 7,6% frente a 2018, impulsionado pelo aumento do preço médio de 6,6% e aumento dos volumes vendidos em 1,0%.

Em farinhas, o aumento do preço médio é observado tanto para a categoria doméstica quanto para a industrial, com destaque para o crescimento em volume de farinha doméstica. A região que mais se destaca é o Nordeste, principalmente com as marcas Finna para farinha doméstica e Medalha de Ouro para farinha industrial.

Destacamos a ampliação do portfólio da marca Finna com o lançamento da embalagem de 5Kg, produto de maior valor agregado.

Margarinas e gorduras

Em margarinas e gorduras, a receita líquida cresceu 4,9% no ano de 2019 em comparação com o ano anterior, com aumento nos volumes de vendas em 5,1% e leve redução de 0,3% nos preços médios.
O aumento de volume é observado, principalmente, na região Nordeste, tanto para a categoria doméstica com a marca Vitarella, quanto para a industrial com as marcas Puro Sabor e Medalha de Ouro. Vale ressaltar que também houve crescimento das vendas para o exterior, influenciado principalmente pela categoria doméstica

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos apresentou um crescimento de 6,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e um aumento de 3,1 pontos percentuais na representatividade sobre a receita operacional líquida. Isto decorreu principalmente em função dos seguintes fatores: (i) aumento de 13,5% no custo médio do trigo consumido (BRL); (ii) aumento do custo com mão de obra, em função dos reajustes salariais por acordos coletivos, em linha com a inflação; (iii) aumento de gastos gerais de fabricação, em razão da alta nas tarifas de gás e energia elétrica, além de maiores custos com manutenção; (iv) aumento do custo com depreciação e amortização, em função da depreciação da mais-valia de ativos da Piraquê e início da operação de novas linhas de produção, como o novo moinho de Bento Gonçalves (RS), entre outras; (v) redução de 8% no custo médio do óleo consumido (BRL); e (vi) redução no consumo de farinha de terceiros e aumento da verticalização nas unidades produtivas da Piraquê, Bento Gonçalves (RS), São Caetano do Sul (SP) e Lençóis Paulista (SP).

A tabela abaixo apresenta a composição do custo dos produtos vendidos nos períodos indicados:

	2018	AV%	2019	AV%	2019/2018 (%)
			(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Matérias-Primas	**2.530,4**	**42,0**	**2.688,9**	**44,1**	**6,3**
Trigo	1.541,0	25,6	1.729,2	28,3	12,2
Óleo	408,8	6,8	380,3	6,2	(7,0)
Açúcar	148,1	2,5	147,5	2,4	(0,4)
Farinha adquirida de Terceiros	143,7	2,4	139,9	2,3	(2,6)
Gordura adquirida de Terceiros	3,6	0,1	5,0	0,1	38,9
Outros insumos	285,2	4,7	287,0	4,7	0,6
Embalagens	**419,0**	**7,0**	**414,4**	**6,8**	**(1,1)**
Mão de Obra	**541,3**	**9,0**	**568,1**	**9,3**	**5,0**
Gastos Gerais de Fabricação	**374,1**	**6,2**	**412,2**	**6,8**	**10,2**
Depreciação e Amortização	**141,4**	**2,3**	**165,9**	**2,7**	**17,3**
Custo das mercadorias vendidas	**0,8**	**0,0**	**1,0**	**0,0**	**25,0**
CPV total	**4.007,0**	**66,5**	**4.250,5**	**69,6**	**6,1**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida.

Subvenções estaduais para investimentos

As subvenções para investimentos estaduais passaram de R$ 276,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 308,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 11,6%, em decorrência, principalmente, do aumento do custo de aquisição do trigo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro operacional bruto

A Companhia atingiu um lucro bruto de R$ 2.161,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, registrando redução em relação a 2018 de 5,8% em valores nominais e redução da margem bruta em 2,7 pontos percentuais, em decorrência, principalmente, do menor volume de vendas e da elevação dos custos, sobretudo do custo do trigo em grão.

Despesas operacionais

Despesas de vendas e administrativas

As despesas com vendas apresentaram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um crescimento de 11,1% e 1,9 ponto percentual na representatividade sobre a receita líquida e as despesas administrativas registraram um aumento de 8,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu, principalmente, da menor diluição das despesas fixas face a retração dos volumes vendidos, das despesas não recorrentes com a integração da Piraquê, readequação do quadro de colaboradores e outras despesas com reestruturação e implantação do novo modelo logístico.

Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

As outras despesas (receitas) operacionais passaram de uma despesa de R$ 40,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para uma receita de R$ 56,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Dentre os eventos registrados em 2019, destaca-se receita de crédito tributário extemporâneo no valor de R$ 191,0 milhões (R$ 36,8 milhões em 2018), principalmente, pela exclusão de ICMS e das bonificações da base de cálculo do PIS/Cofins, do reconhecimento de crédito de PIS/Cofins sobre frete de insumos e de crédito de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado e 1/3 de férias.

Resultado financeiro

O resultado financeiro passou de uma receita de R$ 46,3 milhões em 2018 para uma receita de R$ 30,5 milhões em 2019, redução de 34,1%. A variação foi influenciada principalmente pelos seguintes fatores: (i) complemento da atualização monetária das provisões trabalhistas pelo IPCA-E, (ii) redução dos rendimentos sobre as aplicações financeiras da Companhia, decorrente do resgate de aplicações para pagamento da aquisição da Piraquê e da redução na taxa do CDI, (iii) aumento de juros sobre financiamentos, decorrente da parcela retida da aquisição da Piraquê e da captação de recursos no 2T18, e (iv) reconhecimento dos juros de arrendamento no montante de R$ 8,3 milhões em 2019, em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.

Além disso, em 2019, foram reconhecidas atualizações de créditos tributários, no montante de R$ 95,7 milhões, fruto principalmente de processos de crédito de PIS/Cofins em função da exclusão do ICMS e das bonificações da base de cálculo, e a atualização do crédito de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado e 1/3 de férias.

	Exercício social encerrado em				
	2018	**AV%**	**2019**	**AV%**	**2019/2018 (%)**
			(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receitas financeiras sem variação cambial	120,1	2,0	151,6	2,5	**(26,2)**
Despesas financeiras sem variação cambial	(63,6)	(1,1)	(105,1)	(1,7)	**65,3**
Resultado da variação cambial	(46,6)	(0,8)	(28,6)	(0,5)	**(38,6)**
Perdas / Ganhos com *swap*	36,4	0,6	12,6	0,2	**(65,4)**
Total	**46,3**	**0,8**	**30,5**	**0,5**	**(34,1)**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação das receitas e despesas financeiras e o resultado da variação cambial sobre a receita líquida.

Destacamos também que a M. Dias Branco continua reafirmando seu compromisso com a política conservadora manifestada pela utilização de contratos de swap, que consiste na troca do risco cambial mais taxa prefixada por percentual do CDI, para proteção dos financiamentos de importação de insumos e capital de giro, os quais são registrados pelo valor justo e contabilizados no resultado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social

	Exercício social encerrado em				
	2018	AV%	2019	AV%	2019/ 2018 (%)
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)				
Imposto de renda e contribuição social	135,4	2,2	41,7	0,7	**(69,2)**
Incentivo fiscal federal	(61,8)	(1,0)	(29,6)	(0,5)	**(52,2)**
Total	**73,6**	1,2	**12,1**	0,2	**83,6**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos impostos e incentivos fiscais sobre a receita líquida.

A redução do imposto de renda e a contribuição social em 69,2% frente a 2018 decorreu, principalmente, de: (i) menor resultado em 2019 vs. 2018; (ii) maior representatividade dos incentivos fiscais estaduais que são excluídos da base de cálculo dos impostos e (iii) reconhecimento de crédito presumido/outorgado de ICMS como subvenção para investimento, em conformidade com a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, no montante de R$ 63,6 milhões, o que repercutiu na redução da parcela do lucro tributável.

Os incentivos federais de imposto de renda apresentaram decréscimo de 52,2% em relação ao ano de 2018, em decorrência da redução da provisão de imposto de renda, pelas as razões já destacadas.

Lucro do exercício

Diante do exposto, o lucro líquido passou de R$ 723,5 milhões no exercício de 2018 para R$ 556,9 milhões em 2019 (representando 12,0% da receita líquida em 2018 e 9,1% em 2019), registrando uma queda de 23,0%.

EBITDA

O Ebitda alcançou R$ 772,1 milhões em 2019 (12,6% da receita líquida), apresentando redução de 17,2% em relação a 2018.

Análise das principais variações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2018, somava R$ 451,0 milhões, e passou para R$ 348,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 22,7%. Tal redução ocorreu em virtude da menor geração de caixa das atividades operacionais, aliada à liquidação de financiamentos acima do volume captado e maiores investimentos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa representava 5,8% e 4,3% do ativo total, respectivamente.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2018, somavam R$ 1.043,0 milhões, e em 31 de dezembro de 2019, passaram para R$ 957,5 milhões, representando uma redução de 8,2%. Essa redução deve-se, principalmente, ao menor faturamento do mês de dezembro de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, as contas a receber de clientes representavam 13,4% e 11,8% do ativo total, respectivamente.

Estoques

O saldo de estoques passou de R$ 765,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 799,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um crescimento de 4,4%, dada a estratégia de aumento dos níveis de estoques visando a sua recomposição. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa representava 9,8% e 9,9% do ativo total, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R$ 132,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 162,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 22,8%. Esse aumento decorreu, principalmente, da reclassificação do longo para o curto prazo de crédito decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI sobre embalagem. Em 31 de dezembro de 2018, os tributos a recuperar representavam 1,7% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2019, representavam 2,0% do ativo total.

Não circulante

Realizável a longo prazo

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R$ 77,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 273,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando crescimento de R$ 196,8 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, de crédito decorrente de trânsito em julgado de ações judiciais, com destaque para a ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, exclusão das bonificações também na base de cálculo desses tributos, além de crédito de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado e 1/3 de férias. Em 31 de dezembro de 2018, os tributos a recuperar representavam 1,0% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2019, representavam 3,4% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 2,4 pontos percentuais no período.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, o imobilizado era de R$ 3.190,5 milhões, e passou para R$ 3.351,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 5,0%, em virtude, principalmente, dos investimentos no Moinho de Bento Gonçalves e redesenho logístico e do reconhecimento de ativo de direito de uso em cumprimento ao Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2), Arrendamentos. Em 31 de dezembro de 2018, o imobilizado representava 40,9% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2019, representava 41,4% do ativo total.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018, os investimentos totalizavam R$ 15,8 milhões, e passaram para R$ 52,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R$ 37,1 milhões, em função de aporte de capital social no Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S. A. A representatividade dos investimentos sobre o ativo total passou de 0,2% em 31 de dezembro de 2018 para 0,7% em 31 de dezembro de 2019, com acréscimo de 0,5 ponto percentual.

Propriedades para investimento

As propriedades para investimento, em 31 de dezembro de 2018, somavam R$ 22,3 milhões, e passou para R$ 55,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representou um crescimento de R$ 32,9 milhões. Este crescimento decorreu do encerramento das atividades operacionais da unidade Pilar/PE e decisão de não instalação do parque fabril em Juiz de Fora/MG. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, as propriedades para investimento representavam 0,3% e 0,7% do ativo total, respectivamente.

Passivo

Circulante

Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

O saldo de financiamentos e empréstimos com instituições financeiras somava R$ 678,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019 passou para R$ 568,7 milhões, apresentando redução de 16,2%. A redução resulta, principalmente, da liquidação de financiamento para aquisição de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2018, os financiamentos representavam 8,7% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2019, representavam 7,0% do ativo total, tendo apresentado queda de 1,7 ponto percentual no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não Circulante

Exigível a longo prazo

Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

O saldo de financiamentos e empréstimos com instituições financeiras passou de R$ 323,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 161,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 50,1%, influenciada pela liquidação antecipada de financiamentos de Finame e FNE. Em 31 de dezembro de 2018, os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras representavam 4,1% do ativo total e em 31 de dezembro de 2019, representavam 2,0% do ativo total, tendo apresentado um decréscimo de 2,1 pontos percentuais no período.

Arrendamento mercantil

No processo de análise das mudanças introduzidas pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2), Arrendamentos, conforme exposto no tópico 10.4, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento, apresentando saldo de R$ 86,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando 1,1% do ativo total.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários passou de R$ 188,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 213,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 13,4%, decorrente principalmente da atualização monetária das provisões trabalhistas pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2018, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários representavam 2,4% do ativo total e em 31 de dezembro de 2019, representavam 2,6% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,2 ponto percentual no período.

Análise das variações no fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018

O fluxo de caixa da Companhia é gerado, principalmente, pelas atividades operacionais, oriundas das receitas de vendas de produtos, e pelas atividades de financiamentos, quando há a tomada de financiamentos pela Companhia.

O fluxo de caixa da Companhia é utilizado, basicamente, pelas atividades de investimentos, decorrente de aquisição de outras empresas que atuam no mesmo negócio, expansões e modernizações de linhas de produção, assim como pelas atividades de financiamentos, quando amortizado o endividamento e remunerado os acionistas com o pagamento de dividendos.

A tabela abaixo demonstra o caixa líquido gerado pela Companhia nos exercícios sociais de 2019 e 2018.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2019/2018 (%)
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	753,9	682,1	(9,5)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.524,2)	(361,0)	(76,3)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	295,4	(423,7)	n/a
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(474,9)**	**(102,6)**	**(78,4)**

Atividades operacionais

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais passaram de R$ 753,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 682,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 9,5%, decorrente, principalmente, da redução do lucro líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades de investimentos

As disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos passaram de R$ 1.524,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 361,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 76,3%, em virtude, principalmente, da aquisição da Piraquê em 2018, em que foi investido R$ 1,3 bilhão.

Atividades de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, foram geradas disponibilidades líquidas pelas atividades financiamentos de R$ 269,4 milhões. Já em 31 de dezembro de 2019, as disponibilidades líquidas aplicadas foram de R$ 423,7 milhões. Tal variação ocorreu em função da liquidação de financiamentos, após a captação de recursos realizada em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas advêm da fabricação e comercialização das seguintes linhas de produtos: (i) biscoitos; (ii) massas; (iii) farinha e farelo de trigo; (iv) margarinas e gorduras vegetais e (v) outras linhas de produtos, com ampla presença nacional e alta proximidade com o mercado consumidor.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Linhas de Produto	**2018**	**2019**	**2020**
Biscoitos	3.327,7	3.287,0	3.702,2
Massas	1.274,1	1.318,2	1.687,9
Farinha e Farelo	953,1	1.025,7	1.297,0
Margarinas e Gorduras	318,9	334,5	420,6
Outras linhas de produtos*	151,3	138,2	144,8
TOTAL	**6.025,1**	**6.103,6**	**7.252,5**

* Bolos, snacks, mistura para bolos, refrescos e torradas.

Os principais motivos de variações nas receitas em 2018, 2019 e 2020 estão descritos e comentados na seção 10.1 item h.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram nossos resultados nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 estão descritos e comentados na seção 10.1 item h. No entanto, quanto ao ano 2020, importante ressaltar o impacto da variação do câmbio em relação à média do ano 2019 na ordem de 30,7%, bem como aumento dos preços das commodities em dólar.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações nas receitas da Companhia que possam ser atribuídas a modificações em preços, taxas de câmbio, inflação, alterações em volumes e introdução de novos produtos, estão comentadas no item 10.1.h, anterior, e no item 10.8.c, em relação aos anos de 2018, 2019 e 2020, para cada linha de produto comercializada pela Companhia.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente, em virtude das oscilações dos preços dos seus principais insumos, e flutuações na taxa de câmbio e de juros, em função das suas obrigações de empréstimos e financiamentos.

Preços dos insumos

O custo dos produtos vendidos e o lucro bruto são afetados diretamente pelo preço das principais matérias-primas da Companhia, que incluem *commodities*, tais como o trigo, o óleo vegetal e o açúcar, que representaram 40,7%, 8,9% e 3,5% do total do custo dos produtos vendidos em 2019, respectivamente. Em 2019, o custo médio do trigo apresentou um aumento de 12,2%, o custo médio do óleo vegetal uma redução de 7,0% e o custo médio do açúcar uma redução de 0,4% em relação a 2018. Em 2020, o custo médio do trigo apresentou um aumento de 14,3%, o custo médio do óleo vegetal um aumento de 48,9% e o custo médio do açúcar apresentou crescimento de 17,3% em relação a 2019.

Variação cambial

Os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela depreciação ou apreciação do Real em relação ao Dólar, pois parte relevante de seus custos – tais como o trigo em grão, o óleo vegetal de soja ou de palma, e o açúcar - é vinculada, direta ou indiretamente, ao Dólar.

Além do mais, a Companhia pode manter passivos indexados à moeda estrangeira, principalmente o dólar, decorrentes de importações das principais matérias primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma. Contudo, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap, que consiste na troca do risco cambial por variação do CDI.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía dezessete contratos vigentes de operações de swap para proteção dos financiamentos de importação de trigo (FINIMP) e de capital de giro, com diversos vencimentos, até 22 de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais 2,46% e na ponta passiva paga, em média, 176,16% do CDI. Os valores de referência (nocional) totalizaram R$ 818,7 e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2020 totalizava R$ 14,0 milhões

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	**856,1**	499,2	**856,1**	499,2
Contratos de *swap* (b)	**(856,1)**	**(499,2)**	**(856,1)**	**(499,2)**
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	-	-
Superávit apurado (a-b)	-	-	-	-

Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia implementou a política de hedge e passou a contratar operações baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de forecasts intermediários, mediante contratação de operações a termo ("Non Deliverable Forward - NDF") e opções.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cinquenta e cinco contratos de operações a termo com vencimentos até 01/07/2021 e 38 contratos de opções com vencimento até 03/05/2021, bem como valor de referência (nocional) e valor justo, conforme segue:

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência (notional)	Valor de referência (notional)	Valor justo a receber (a pagar)
NDF - US$ /R$	Moeda	US$	119.819	(3.449)
Opções - US$ /R$	Moeda	US$	49.621	(1.530)
Total			169.440	(4.979)

Taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	**1.228,1**	365,3	**1.228,2**	365,3
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI	**(856,1)**	(499,2)	**(856,1)**	(499,2)
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	**(579,9)**	(267,8)	**(579,9)**	(267,8)
Ativos – Passivos	**(207,9)**	(401,7)	**(207,8)**	(401,7)

Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI e à TJLP em R$ 207,8.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivos líquidos	(207,8)	Aumento do CDI	-	(1,0)	(2,0)

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2020 em 1,90% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (2,38% a.a.) e 50% (2,85% a.a.), respectivamente.

A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2021, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

Despesas financeiras

As despesas financeiras passaram de R$ 105,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 92,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma redução de 12,0%. A redução das despesas foi influenciada principalmente pelo reconhecimento em 2019 de R$ 20,7 milhões a título de complemento de provisão de atualização monetária sobre processos trabalhistas (IPCA E), determinação dada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que não se repetiu em 2020.

As despesas financeiras passaram de R$ 63,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 105,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 65,3%. O aumento dessas despesas deveu-se, principalmente, ao complemento da atualização monetária das provisões trabalhistas pelo IPCA-E, ao aumento de juros sobre financiamentos, decorrente da parcela retida da aquisição da Piraquê e da captação de recursos no 2T18, e ao reconhecimento dos juros de arrendamento, em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de linha de produto operacional

A Companhia não tem, no presente momento, a intenção de realizar nenhuma alteração (alienação ou introdução) relevante nas linhas de produtos operacionais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia aprovou a incorporação da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (Piraquê), sociedade brasileira que atua no ramo alimentício, através da fabricação e comercialização de massas, biscoitos, salgadinhos e refrescos, empresa que foi adquirida em 16 de maio de 2018 e que possui duas unidades de produção localizadas no Estado do Rio de Janeiro, uma em Madureira, onde funcionam uma fábrica de biscoitos, massas alimentícias e gordura vegetal e outra localizada em Queimados, onde está instalada uma fábrica de biscoitos, operando de forma integrada com unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espirito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia.

Tal reorganização societária teve por objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia, bem como ganhos de sinergias pela redução de custos operacionais, promovidos pelo compartilhamento de estruturas, sobretudo administrativas. Por se tratar de controlada integral, a incorporação não produziu qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, no resultado ou composição societária da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios de 2018, 2019 e 2020 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

No exercício de 2020, a Companhia iniciou a adoção da contabilidade de hedge, nos termos dos CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e 48 – Instrumentos Financeiros, para as transações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção do risco de variação dos preços de commodities e de câmbio em suas operações. A relação de proteção enquadra-se como hedge de fluxo de caixa, o que consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado com um ativo ou passivo reconhecido ou mesmo uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Nessa categoria de hedge, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, na rubrica "Ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa", e a parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida no resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados no resultado ou no balanço patrimonial quando o objeto de proteção é reconhecido, ajustando-se a rubrica em que foi contabilizado o referido objeto. Ressalte-se que os efeitos tributários diferidos sobre os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido são reconhecidos também em outros resultados abrangentes, na rubrica "efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa."

A contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente a partir da data em que a relação de hedge não se qualifica mais, podendo ocorrer de forma parcial ou integral. As condições para a descontinuação do hedge accounting ocorrem quando: i) nas relações de hedge de fluxo de caixa, o item protegido é reconhecido no balanço da Companhia. Neste caso, o valor registrado no patrimônio líquido é incluído no mesmo período e no mesmo componente em que o item protegido é reconhecido (balanço patrimonial ou resultado); ii) o instrumento de hedge é encerrado. Nesse contexto, o valor efetivo registrado no patrimônio líquido é reconhecido na data de competência em que o item protegido é reconhecido; iii) não existir a relação de hedge devido à alteração do objetivo da gestão de risco e iv) não existir a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item protegido ou o efeito do risco de crédito comece a predominar na relação de hedge. Caso ocorra a descontinuação do hedge accounting de acordo com os itens iii e iv, todos os ganhos e perdas acumulados das relações de hedge semelhantes, registradas no patrimônio líquido, são imediatamente transferidas para o no resultado financeiro.

No exercício de 2019, ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em virtude da entrada em vigor do Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2), Arrendamentos, norma que determinou que os arrendatários reconhecessem a partir da data de transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para os contratos de arrendamento mercantil e para as operações com contratos que possuem características de arrendamento, ou seja, aquelas que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A norma traz ainda como isenção de reconhecimento os arrendamentos de curto prazo, que são aqueles que possuem o prazo remanescente na data de adoção igual ou inferior a doze meses e os contratos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. No registro inicial foi adotada abordagem de transição retrospectiva simplificada, que consiste nos seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: i) os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos, agrupadas de forma geral por natureza de ativo e prazo contratual; e ii) ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

No exercício de 2018, ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em virtude da entrada em vigor do Pronunciamento Contábil CPC 47, Receitas de Contratos de Clientes, que começou a reconhecer as vendas de bens no momento em que o controle sobre os produtos é transferido, seguindo as condições de reconhecimento do exercício anterior, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos ao cliente. Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Também a partir de 1º de janeiro de 2018, com a entrada em vigor o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia passou a adotar um novo modelo de impairment, híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. O modelo parte da avaliação das vendas realizadas em um período de 12 meses e o montante considerado incobrável relacionado a esse período, levanta-se o perfil de pagamento dos clientes para chegar nas taxas de inadimplência. As taxas de inadimplência por faixa de recebimento são aplicadas sobre o saldo de clientes.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir de julho de 2020, a Companhia passou a adotar, com efeitos prospectivos, a contabilidade de hedge nas operações com os instrumentos financeiros derivativos a termo (NDF), opções e futuros, à medida que se qualificam na relação de proteção de hedge de fluxo de caixa. Tais instrumentos de hedge designados à contabilidade de hedge estão em perfeito alinhamento ao objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos para proteção de risco de câmbio

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência (notional)	Valor de referência (notional)	Valor justo	Ganho (Perda) acumulado do contrato
NDF - US$ /R$	Moeda	US$	119.819	(3.449)	(3.449)
Opções - US$ /R$	Moeda	US$	49.621	(1.530)	(1.530)
Total				(4.979)	(4.979)

Instrumentos financeiros derivativos para proteção de risco de preço de commodity

Descrição	Objeto de proteção	Indexador	Quantidade (em ton)	Valor justo	Ganho (Perda) acumulado do contrato
Compra Futuro + Opções Compra de Put	Preço da commodity	Óleo de Palma - Bolsa de Bursa (Malásia)	2.700	773	773

Os efeitos das relações de hedge formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado
	Hedge de fluxo de caixa
Ganhos em instrumentos derivativos	16.323
(-) Ajustes ao custo de matéria prima objeto de proteção	(16.161)
Variações no valor justo de contatos derivativos	11.053
(-) Reclassificação para resultado financeiro	(162)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**11.053**

A composição do saldo de reserva de *hedge* de fluxo de caixa registrada em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019	-
Variações no valor justo de contratos derivativos	(11.053)
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de *hedge*	3.512

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Saldo de *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020	**(7.541)**

No exercício de 2019, no processo de análise das mudanças introduzidas pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2), Arrendamentos, a Companhia reconheceu ativos e passivos decorrentes dos contratos de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris, contratos de aluguéis de imóveis, impressoras e locação de veículos.

Os efeitos patrimoniais e de resultado no reconhecimento de arrendamento são apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro	01 de janeiro	31 de dezembro	01 de janeiro
Ativo de direito de uso				
Imóveis	**72,7**	33,4	**72,7**	34,6
Veículos	**26,5**	7,1	**26,5**	36,6
Computadores e periféricos	**0,9**	2,0	**0,9**	2,8
Total	**100,1**	**42,5**	**100,1**	**74,0**
Passivos de arrendamento				
Circulante	**15,1**	8,0	**15,1**	15,7
Não circulante	**86,9**	31,8	**86,9**	55,6
Total	**102,0**	39,8	**102,0**	71,3

Detalhamento da movimentação de resultado	Controladora	Consolidado
Amortizações de direito de uso	**10,1**	**18,9**
Juros sobre passivos de arrendamento	**5,6**	**8,3**
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	**1,5**	**1,5**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**17,2**	**28,7**

No exercício de 2018, em decorrência das alterações nas práticas contábeis a Companhia verificou que algumas transações com clientes não contempladas no contrato principal de fornecimento de produtos, tais como ações comerciais de pontos extras, inauguração de lojas, dentre outras, até então reconhecidas como despesas comerciais, por não satisfazer as condições específicas da norma para serem reconhecidas como despesas, passaram a ser classificadas como itens redutores das receitas. Dessa forma, no período findo em 31 de dezembro de 2018, foi reconhecido o montante de R$ 43,5 milhões na dedução de receitas de gastos antes considerados despesas comerciais, representando uma queda na receita líquida de 0,8% e na despesa comercial de 4,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com relação aos efeitos da mudança no reconhecimento de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi realizada uma reversão no montante de R$ 1,5 milhão.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras dos anos de 2018, 2019 e 2020 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Os relatórios dos auditores independentes, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não contêm parágrafo de ênfase nem ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, nos baseamos em estimativas e premissas derivadas de nossa experiência histórica e de vários outros fatores que entendemos ser razoáveis e relevantes. As "Políticas e Estimativas Contábeis Críticas" são aquelas consideradas importantes para a determinação da posição financeira da Companhia e dos resultados de suas operações e cuja determinação é mais difícil, subjetiva e complexa de se calcular, exigindo, frequentemente, que adotemos estimativas sobre questões futuras que são inerentemente incertas. A aplicação das "Políticas e Estimativas Contábeis Críticas" geralmente requer julgamento por parte da administração com relação ao valor de determinados itens do ativo e passivo e dos resultados das operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como os resultados das suas operações, caso as estimativas não se confirmem.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: valor residual do ativo imobilizado, perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, mensuração de instrumentos financeiros, mensuração e reconhecimento de créditos tributários, plano de remuneração baeado em ações e arrendamentos.

Alocação de valores justos em combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para a Companhia. Os ativos adquiridos e passivos assumidos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- o valor justo da contraprestação transferida que inclui a contraprestação contingente do preço; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos
- ativos de indenização; menos
- o montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais a Companhia incorre em relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível e vida útil dos bens

Reconhecemos as despesas de depreciação dos ativos imobilizados e a amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida de acordo com o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revistos no final de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Devido à natureza dos negócios da companhia, a determinação do tempo de vida útil dos ativos requer um grau de julgamento considerável. Se formos requeridos a alterar materialmente as premissas utilizadas, as despesas de depreciação e amortização, as perdas por redução ao valor recuperável e o valor contábil dos ativos imobilizados e intangíveis poderão ser materialmente diferentes.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perdas de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída perda para redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando a circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Já o teste de perda por redução do valor recuperável de ativos intangíveis com vida útil indefinida é feito anualmente (em 31 de dezembro), por unidade geradora de caixa, independente se houver ou não uma indicação de desvalorização do valor contábil.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a CSLL diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O reconhecimento dos impostos diferidos é baseado em projeções elaboradas por nossa administração, que envolvem premissas e julgamento. Se formos requeridos a alterar materialmente as premissas utilizadas o valor contábil dos impostos diferidos pode ser materialmente diferente.

O valor contábil dos impostos e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal.

Mensuração de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia, a partir de 01 de janeiro de 2018, alterou a classificação de seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não mantém instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Instrumento financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamento para de insumos (trigo e óleo) e capital de giro. Além disso, iniciou operações de compra de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), opções cambiais e de commodities e contratos futuros, com o objetivo exclusivo de proteção ao risco de variação cambial nas operações de aquisição de insumos.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como hedge de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de hedge, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido. A parcela porventura considerada ineficaz na relação de proteção é transferida/ reclassificada para o resultado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos, financiamentos, fornecedores, contas a pagar e derivativos.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off - balance sheet items*):

A Companhia não possui ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (iii) Fontes de financiamento dos investimentos; (v) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia manteve seu orçamento em projetos de investimentos voltados para expansão, diversificação e modernização da capacidade de produção e correspondente aumento de sua eficiência. Tais investimentos se destinam, principalmente, à conclusão do projeto de construção da nova unidade de moagem no estado do Rio Grande do Sul, melhorias de eficiência e qualidade nos moinhos, bem como investimentos para a modernização dos equipamentos industriais, incremento de capacidade, produtividade e atendimento aos requisitos legais nas unidades fabris de biscoitos e massas.

Dentre os itens que compuseram os gastos com investimentos ao longo do ano, destacam-se: (i) aquisição de equipamentos e expansão da unidade de moagem em Bento Gonçalves (RS); (ii) construção de bolsão para caminhões de trigo em Bento Gonçalves (RS); (iii) adequação do CD da unidade do Rio de Janeiro; (iv) Adequação e nova linha de massa longa para a unidade Piraquê; (v) estação de tratamento de efluentes para a unidade de Maracanaú; e (vi) reestruturação da unidade de São Caetano do Sul (SP)

A Diretoria estima que serão investidos cerca de R$ 280,7 milhões em 2021. Os investimentos estimados estão subdivididos em categorias e incluem toda a expansão e modernização das plantas industriais:

	2021
	(Em milhões de reais)
Instalações	40,1
Máquinas e equipamentos	103,9
Obras civis	86,5
Veículos	0,6
Computadores e periféricos	3,7
Móveis e utensílios	4,1
Licença de uso de *software*	37,1
Outros	4,7
Total	**280,7**

Os investimentos elencados acima constituem projeções da Companhia e se baseiam em nossas estimativas. A Companhia não está obrigada a investir as quantias elencadas acima, e os montantes efetivamente investidos podem ser significativamente diferentes em função de fatores variados, como a evolução do mercado e os índices inflacionários, emissão de licenças, entre outros.

A Companhia obterá os recursos necessários para realização dos investimentos através da sua geração de caixa (recursos próprios) e de crédito a ser obtido junto a bancos de desenvolvimento, especialmente junto à linha de financiamento do BNDES (Finame). Não há qualquer desinvestimento relevante em andamento e nem qualquer previsão nesse sentido.

Essas projeções de investimentos não incluem eventuais valores a serem aplicados em futuras aquisições de empresas.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, visto que os investimentos destinam-se, em sua maioria, para ganho de eficiência produtiva, manutenção da capacidade e conclusão do projeto de construção do Moinho instalado no Rio Grande do Sul, que entrou em operação no segundo semestre de 2019, ampliando a capacidade de moagem.

c. Novos produtos e serviços:

As pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

No período de 2018 a 2020, a Companhia lançou 204 novos produtos no mercado, abaixo seguem os destaques para cada período:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 2018, foram lançados: (i) biscoito recheado sabor baunilha Treloso Power da marca Vitarella; (ii) biscoitos Antenados da marca Estrela; (iii) biscoito tradicional, integral e cristal Delicitá da marca Vitarella; (iv) Adorita Tropical, um creme vegetal exclusivo para exportação, com o benefício de não necessitar de conservação em geladeira; (v) biscoitos cookies, mini roladinho de goiaba e mini maizena, e torradas da marca Piraquê.

Em 2019, foram lançados: (i) farinha de trigo da marca Finna, na embalagem de 5 Kg, para pastel, pizza e Tipo 1; (ii) biscoito wafer coberto com chocolate Pirachoko da marca Piraquê; (iii) bolinho Toons da marca Isabela; (iv) massas Adria Grano Duro Integral; (v) biscoitos e bolinhos sem glúten nos sabores cacau e baunilha da marca Adria Plus Life; (vi) biscoitos Maria e Maizena Integrais da marca Vitarella; e (vii) creme Vegetal Bel Campo, criado para exportação.

Em 2020, foram lançados: (i) farinha de trigo da marca Isabela, nas embalagens de 1 e 5 Kg; (ii) cream cracker tostadinha para as marcas Vitarella e Fortaleza; (iii) biscoito de leite maltado coberto com chocolate e tortinhas da marca Piraquê; (iv) rosquinhas no sabor coco da marca Fortaleza; (v) biscoito wafer chocks coberto com chocolate da marca Isabela e wafer chocomax da marca Vitarella; (vi) massa comum espaguete da marca Bonsabor; e (vii) farinha de trigo da marca Bonsabor, na embalagem de 1kg, destinada à exportação.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, investimos R$ 10,7 milhões em pesquisa e desenvolvimento de produtos (R$ 11,6 milhões investidos em 2019 e R$ 8,7 milhões investidos em 2018). Tais valores representaram da nossa receita líquida 0,15%, 0,19% e 0,14% nos anos de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

Para 2021, a Companhia trabalhará com um portfólio de 55 projetos, com foco nas tendências de alimentos e alinhados com a estratégia de inovação estabelecida.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Não aplicável, pois conforme mencionado no tópico 11.1 a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

De acordo com seu Estatuto Social, elaborado sob as regras da Lei das Sociedades por Ações e segundo as exigências contidas no Regulamento do Novo Mercado da B3, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária. Além do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, a Companhia possui um Comitê de Auditoria para assessoramento ao Conselho de Administração, além do Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho para assessoramento à Diretoria.

A gestão da Companhia está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas (não estatutária), que são responsáveis pela gestão das diversas áreas da Companhia e pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.

a. Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável pela orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a sua estratégia de longo prazo. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela eleição de seus diretores e fiscalização da respectiva gestão. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes nas respectivas reuniões, devendo prevalecer, no caso de empate, o voto do Presidente ou de seu substituto, na forma prevista no Regimento do Conselho.

Além das atribuições previstas em lei, segundo o Estatuto Social da Companhia compete ao seu Conselho de Administração:

- Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- Fiscalizar a gestão da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia;
- Convocar as Assembleias Gerais;
- Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- Distribuir a remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os administradores da Companhia;
- Eleger e destituir os diretores, bem como fixar as suas atribuições e remunerações;
- Fixar critérios pelos quais a alienação de bens só possa ser praticada após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, bem como autorizar a prestação de garantias de qualquer natureza a obrigações de terceiros;
- Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- Autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e a alienação posterior das mesmas.
- Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
- Aprovar o plano estratégico da Companhia, bem como o respectivo plano para sua execução;
- Aprovar o orçamento anual e plurianual da Companhia;
- Aprovar programas ou planos de participação de gestores e empregados nos resultados;
- Fixar critérios de valor, tempo de duração, extensão de efeitos, natureza da operação e outros, pelos quais determinados atos, inclusive aquisição de bens e direitos e a contratação de empréstimos ou financiamentos ativos ou passivos, só possam ser praticados após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, conforme seja estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- Fixar critérios de valor, tempo de duração, extensão de efeitos, natureza da operação e outros, pelos quais a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir ou acordar só possam ser praticados após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, conforme seja estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- Fixar limites máximos para a realização de doações ou para a prática de qualquer ato gracioso, inclusive os relacionados com benefícios ou deduções fiscais, bem como aprovar a realização destes mesmos atos quando superarem os limites fixados;
- Autorizar a aquisição de empresas, a participação em outras sociedades, bem assim, a formação de consórcios, "joint ventures" e/ou alianças estratégicas, respeitada a competência da Assembleia Geral;
- Fixar diretrizes, posicionamentos e votos a serem observados e exercidos pelos representantes da Companhia em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de acionistas/quotistas ou Assembleias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Companhia participe; e
- Deliberar a criação de comitês específicos, a ele vinculados, com ou sem a participação de Conselheiros, Diretores, empregados da Companhia, ou terceiros contratados, com o fim de acompanhar e ou orientar determinados processos ou operações sociais.

Para maiores informações sobre o Conselho de Administração da Companhia veja o item *12.3 – Descrição das regras, políticas e práticas do emissor relativas ao Conselho de Administração,* deste Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária

Os diretores da Companhia são os seus representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Assembleia Geral dos seus acionistas e pelo seu Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da sua Diretoria deve ser residente e domiciliado no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, no máximo um terço dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria da Companhia.

Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato de três anos, permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, ser por ele destituídos. De acordo com o seu Estatuto Social, a Diretoria é composta de seis membros efetivos, sendo um diretor presidente, um diretor vice-presidente industrial – biscoitos, massas e margarinas, um diretor vice-presidente industrial – moinhos, um diretor vice-presidente comercial, um diretor vice-presidente de administração e desenvolvimento, um diretor vice-presidente financeiro e um diretor vice-presidente de investimentos e controladoria, podendo haver acúmulo de funções. Desde 09 de maio de 2014, a Diretoria passou a ser composta por seis

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

membros, quando o Sr. Francisco Ivens de Sá Branco Júnior passou a exercer o cargo de Diretor Presidente e de Diretor Vice-Presidente industrial-biscoitos, massas e margarinas. A Diretoria Estatutária foi reeleita na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2021.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que todos os diretores devem subscrever um termo de anuência dos administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura de tal documento. Por meio da assinatura deste termo os seus diretores assumiram expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração da companhia e a prática de todo e qualquer ato que não seja de competência privativa da Assembleia Geral, na forma do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações. Segundo o artigo 17 do seu Estatuto, compete ainda a Diretoria da Companhia:

- Zelar pela observância da lei e deste estatuto social;
- Administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais;
- Elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; e
- Praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste estatuto social e no Regimento Interno da Diretoria.

Conselho Fiscal

O Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de, por decisão da Assembleia de Acionistas, vir a ser instalado um Conselho Fiscal de caráter não-permanente, podendo ter seus membros eleitos pela Assembleia Geral a qualquer momento, desde que requerida a sua instalação na forma da legislação aplicável. O seu Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Somente poderão ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas residentes no Brasil, diplomadas em curso universitário, ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de membro de conselho fiscal. De acordo com as regras do Novo Mercado, os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, termo de anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal da Companhia as pessoas inelegíveis para cargo de administrador, e, ainda, aquelas que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de empregados da Companhia, de empresa controlada ou de empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente, até o terceiro grau, de administrador da Companhia.

Comitês

No âmbito das iniciativas de melhoria dos níveis de governança da Companhia foram criados sete comitês de caráter não estatutário:

Os comitês de Auditoria, Executivo, de Ética, de Saúde e Segurança do Trabalho, de Sustentabilidade, de Imagem e de Governança Corporativa, Remuneração e Indicação participam do processo de decisão dos órgãos da administração na qualidade de consultores.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria foi criado em 16 de março de 2007 e é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. Nesse sentido, o Comitê deverá avaliar continuamente o trabalho da auditoria interna e externa, os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como assegurar as condições de controle de gerenciamentos dos riscos que a Companhia e suas controladas estão sujeitas e deverá avaliar a qualidade e efetividade das decisões tomadas para mitigar tais riscos.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Em reunião do Conselho de Administração, em 07 de maio de 2021, foram eleitos quatro membros efetivos e independentes para compor o Comitê de Auditoria, com mandato de um ano a encerrar-se na data da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre as demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2022.

Comitê Executivo

O Comitê Executivo, criado em 12 de abril de 2010, é um órgão de assessoramento à Diretoria Estatutária, sendo de caráter permanente e tem como objetivo analisar cenários e oportunidades de crescimento, propor o direcionamento estratégico, coordenar o desdobramento das metas corporativas em metas setoriais e facilitar o processo de monitoramento de resultado. É composto pelos membros da Diretoria Não Estatutária.

Comitê de Ética

Em 2013 foi criado o Comitê de Ética que tem como objetivo assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão dos comunicados recebidos através do Canal Ético. O Comitê tem caráter permanente, com reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que necessário, e possui as seguintes competências:

- apreciar e emitir pareceres sobre os comunicados recebidos através do Canal Ético;
- monitorar o cumprimento das ações corretivas propostas pelas áreas;
- fomentar a difusão e a aplicação do Código de Ética por toda a Companhia;
- reportar aos níveis hierárquicos devidos todos os casos que julgue relevantes para a perenidade do negócio.

Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho

Em 2014 foi criado o Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho O Comitê tem caráter permanente, com reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que necessário, e possui as seguintes competências:

- Liderar o Programa de Gestão de Excelência em SSO;
- Definir e Gerenciar os objetivos e metas do programa e das unidades;
- Garantir o cumprimento dos programas estratégicos de SSO.

Comitê de Sustentabilidade

Em 2015 foi estruturado o Comitê de Sustentabilidade que tem por objetivo assessorar o Conselho Executivo na execução das práticas de Sustentabilidade da Companhia. O Comitê tem caráter permanente, com reuniões semestrais, e possui as seguintes competências:

- Estabelecer uma política de sustentabilidade para a Companhia.
- Gerenciar os resultados dos grupos de trabalhos estabelecidos para ações de sustentabilidade.
- Acompanhar a elaboração do Relatório Anual da Companhia.
- Propor projetos relacionados ao tema de sustentabilidade para apreciação do Comitê Executivo.

Comitê de Gestão de Imagem

O Comitê de Gestão de Imagem foi criado em 2017, e tem por objetivo estabelecer um relacionamento construtivo com os stakeholders por meio de comunicações direcionadas junto à imprensa, bem como minimizar impactos negativos na imagem da Companhia em decorrência de situações de crise.

Compete ao Comitê de Gestão de Imagem:

- Acompanhar as aparições das marcas M. Dias Branco, especialmente a marca institucional, na imprensa e veículos de comunicação;
- Deliberar sobre o posicionamento da Companhia nas interações com a imprensa;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- Atualizar as informações sobre a Companhia nos canais de comunicação acessíveis aos stakeholders (site, mídias sociais, etc);
- Interagir com a imprensa, respondendo as demandas de informações, bem como propondo pautas para a imprensa sobre as realizações da Companhia.

Comitê de Governança Corporativa

O Comitê de Gestão de Governança Corporativa foi criado em 2019, e é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, com o intuito de aprimorar os controles internos e mecanismos de governança corporativa da Companhia, mantendo-os compassados com a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado. O Comitê reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. O órgão é composto por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração no dia 07 de maio de 2021, com mandato de 01 (um) ano, sendo um deles escolhido dentre os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

Para maiores informações sobre os membros dos comitês, consultar o tópico *12.7/8 Composição* dos Comitês deste Formulário.

Comitê de Indicação e de Remuneração

Comitê de Remuneração e Indicação foi criado em 2019 e assessora o Conselho de Administração com recomendações para indicação dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Estatutária da Companhia, bem como para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.
Suas principais atividades são:

• Examinar os candidatos indicados aos “Cargos Elegíveis”.
• Formular recomendações relativas à remuneração dos Administradores.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Em reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 29 de abril de 2008 foi requerida e aprovada a instalação do Conselho Fiscal. Contudo, na reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 24 de abril de 2009, não foi requerida a sua continuidade. Assim, atualmente, não temos Conselho Fiscal instalado. O Comitê de Auditoria foi criado em 16 de março de 2007, o Comitê Executivo em 12 de abril de 2010, o Comitê de Ética em 2013, o Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho em 2014, o Comitê de Sustentabilidade em 2015, o Comitê de Gestão de Imagem em 2017 e Comitê de Governança Corporativa em 2019.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021 o modelo de avaliação de performance dos membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária que passou a vigorar a partir de abril de 2021. Esses membros se autoavaliam e se avaliam como colegiado em cada um dos órgãos/comitês.

Existem critérios diferentes de avaliação para cada fórum, tendo em vista que assumem papéis diferentes na governança da M.Dias Branco. Os critérios de avaliação foram propostos com base nas recomendações do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança corporativa) e atribuições de cada fórum definidas nos estatutos e/ou regimentos internos da M.Dias Branco. Essas atribuições foram transformadas em afirmativas no qual o membro deverá responder uma das seguintes alternativas de respostas: 1- Há necessidade significativa de melhoria; 2 - Em algumas vezes há espaço para melhoria; 3 - Na maioria das vezes está adequado; 4 -Sempre está adequado; N/A - Desconheço ou não se aplica.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Segundo o Estatuto da Companhia, os membros da sua Diretoria têm as seguintes atribuições individuais:

Compete ao Presidente: (a) definir, implementar e coordenar ações que objetivem a preservação da visão, missão e valores da Companhia; (b) superintender e promover ações coordenadas e integradas do processo produtivo e de desenvolvimento das atividades da companhia; (c) supervisionar e controlar os níveis de produção e de rentabilidade de cada Divisão; (d) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (e) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos; (f) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade; (g) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; Acompanhar as atividades de auditoria interna.

Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas: (a) Definir políticas e promover a gestão corporativa dos processos produtivos de biscoitos, massas e margarinas, zelando pelo seu aperfeiçoamento contínuo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Dirigir as atividades de produção, embalagem e estocagem de produtos acabados, bem como desenvolver projetos de engenharia da produção, nos segmentos de biscoitos, massas e margarinas; (c) Assegurar excelência no processo de manutenção dos parques industriais de biscoitos, massas e margarinas, mediante adoção de procedimentos preventivos e corretivos; (d) Propor e coordenar a execução de projetos de atualização tecnológica, de renovação e de expansão dos parques fabris de biscoitos, massas e margarinas; (e) Estabelecer políticas e gerir o processo de compras corporativas de insumos produtivos, nos segmentos de biscoitos, massas e margarinas, torradas, bolos e scnacks assegurando qualidade dos produtos adquiridos e competitividade nas condições negociadas com os fornecedores; (f) Comandar as atividades de gerenciamento dos sistemas da qualidade, segurança alimentar e meio ambiente, nos segmentos de biscoitos, massas e margarinas, de forma a assegurar o cumprimento da legislação vigente e intensificar as certificações por organismos especializados; (g) Impulsionar os níveis de produção e rentabilidade das unidades fabris de biscoitos, massas, margarinas, torradas, bolos e scnacks em consonância com as estratégias corporativas; (h) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades desenvolvidas e resultados gerados nas unidades fabris de biscoitos, massas e margarinas, e (i) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

Vice-Presidente Industrial - Moinhos: (a) Definir políticas e promover a gestão corporativa dos processos produtivos de derivados de trigo, de milho e de outros cereais, nas unidades moageiras da Companhia, zelando pelo seu aperfeiçoamento contínuo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Dirigir as atividades de produção, embalagem e estocagem de produtos acabados, bem como desenvolver projetos de engenharia da produção, no segmento de moinhos; (c) Assegurar excelência no processo de manutenção dos parques industriais das unidades moageiras, mediante adoção de procedimentos preventivos e corretivos; (d) Propor e coordenar a execução de projetos de atualização tecnológica, de renovação e de expansão dos parques fabris nas unidades moageiras; (e) Estabelecer políticas e gerir o processo de compras corporativas de insumos produtivos no segmento de moinhos, assegurando qualidade dos produtos adquiridos e competitividade nas condições negociadas com os fornecedores; (f) Comandar as atividades de gerenciamento dos sistemas da qualidade, segurança alimentar e meio ambiente, no segmento de moinhos, de forma a assegurar o cumprimento da legislação vigente e intensificar as certificações por organismos especializados; (g) Impulsionar os níveis de produção e rentabilidade das unidades moageiras, em consonância com as estratégias corporativas; (h) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades desenvolvidas e resultados gerados nas unidades moageiras, e (i) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

Vice-Presidente Comercial: (a) Dirigir o processo corporativo de comercialização dos produtos fabricados pela Companhia, implementando ações de desenvolvimento de mercado, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Planejar as vendas de produtos, estabelecendo estratégias, objetivos e metas, bem como monitorar a execução do Plano Comercial; (c) Assegurar excelência no processo de vendas de produtos da Companhia, mediante gestão das equipes próprias e dos operadores e distribuidores; (d) Coordenar as atividades de estudos de mercado e concorrência, de forma a subsidiar a proposição de estratégias mercadológicas corporativas; (e) Gerir as atividades corporativas de Marketing, estabelecendo os Planos de Marketing e monitorando a sua implementação, com o objetivo de incrementar os negócios da

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Companhia; (f) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades desenvolvidas e resultados gerados nas unidades comerciais, e (g) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento: (a) Dirigir e exercer a coordenação das atividades de administração e desenvolvimento, no âmbito corporativo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Promover o desenvolvimento da tecnologia da informação, a nível corporativo, buscando disponibilizar soluções compatíveis com os objetivos estratégicos da Companhia; (c) Assegurar a infra-estrutura adequada de tecnologia da informação, bem como adotar política de segurança da informação e prestar suporte de hardware e software; (d) Definir políticas corporativas e implementar ações de desenvolvimento de pessoas, incluindo recrutamento e seleção, treinamento, gestão do desempenho, cargos e salários, benefícios, cultura e clima organizacional, de forma a impulsionar o alcance dos resultados empresarias estabelecidos; (e) Instituir políticas corporativas e ações de desenvolvimento de processos, aplicando normas e procedimentos de racionalização e melhoria contínua dos fluxos de trabalho, com o objetivo de impulsionar a performance empresarial; (f) Coordenar as atividades corporativas de administração de pessoal, contemplando a gestão da folha de pagamentos, encargos trabalhistas, concessão de benefícios e segurança e medicina do trabalho, em consonância com a legislação e políticas de desenvolvimento de pessoas vigentes; (g) Prestar suporte administrativo às diversas unidades da Companhia, envolvendo serviços corporativos de portaria, recepção, manutenção predial, segurança patrimonial, controle de bens móveis, gestão de arquivos e compras administrativas; (h) Impulsionar os níveis de produtividade e eficiência das atividades administrativas e de desenvolvimento, em consonância com as estratégias corporativas; (i) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades administrativas e de desenvolvimento, (j) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

Vice-Presidente Financeiro: (a) Dirigir e exercer a coordenação das atividades financeiras, no âmbito corporativo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Definir e implementar política corporativa de concessão de crédito, incluindo a avaliação de crédito e de garantias apresentadas, de forma a minimizar riscos financeiros para a Companhia; (c) Estabelecer critérios e gerir o processo corporativo de contas a receber, adotando ações que assegurem eficiência nas atividades de faturamento, controle de recebimentos e cobrança; (d) Coordenar as atividades corporativas de contas a pagar, mediante controle de vencimentos das obrigações, preparação de pagamentos, controle de contratos e administração da posição financeira; (e) Desenvolver as atividades corporativas de tesouraria, por meio da administração do fluxo de caixa, das movimentações bancárias e do controle de numerários e cheques; (f) Planejar, organizar e coordenar as atividades de auditoria interna; (g) Impulsionar os níveis de produtividade e eficiência das atividades financeiras, em consonância com as estratégias corporativas do Grupo; (h) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades financeiras, e (i) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice− Presidentes.

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria: (a) Dirigir e exercer a coordenação das atividades de investimentos e controladoria, no âmbito corporativo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Definir e implementar a política corporativa de investimentos, captar fontes alternativas de recursos e desenvolver estudos de viabilidade econômico-financeira de empreendimentos; (c) Desenvolver as atividades de relações com investidores, no âmbito corporativo, contemplando a preparação de documentos institucionais, realização de apresentações e encaminhamento de negociações, em consonância com os dispositivos legais e estratégias da Companhia; (d) Coordenar as atividades corporativas de controladoria gerencial e societária, incluindo a elaboração de demonstrativos gerenciais e demonstrações contábeis, suporte a auditorias externas, gestão da documentação societária, controle de custos e gestão orçamentária; (e) Dirigir as atividades corporativas de controladoria fiscal, mediante planejamento tributário, assessoramento fiscal, gestão das obrigações tributárias e do contencioso fiscal, bem como suporte às auditorias fiscais; (f) Coordenar as atividades jurídicas consultiva e contenciosa; (g) Impulsionar os níveis de produtividade e eficiência das atividades de investimentos e controladoria, em consonância com as estratégias corporativas do Grupo; (h) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades de investimentos e controladoria, e (i) Cooperar com o

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Descritivo mencionado no tópico c.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

a. Prazos de convocação

A Assembleia Geral da Companhia reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembleias Gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação. As publicações da Companhia são atualmente feitas no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal "O Povo", do Estado do Ceará; a primeira convocação realizada, no mínimo, 21 dias antes da data da assembleia, e a segunda convocação realizada com oito dias de antecedência, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, determinar que a primeira convocação para assembleias gerais ordinárias de acionistas seja feita com até 30 dias de antecedência da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas. A CVM poderá ainda, a pedido de qualquer acionista, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência de convocação da assembleia geral, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral. A Companhia, quando possível, busca antecipar o prazo da primeira convocação da Assembleia Geral, de forma que os acionistas tenham acesso à informação da realização da Assembleia Geral com antecedência superior à exigida em lei.

A assembleia geral que tiver por objeto deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta ou a saída do Novo Mercado deverá ser convocada com, no mínimo, 30 dias de antecedência.

O edital de convocação da assembleia geral deverá conter o local, a data, hora e ordem do dia da assembleia geral, e, no caso de reforma do estatuto social, indicação da matéria.

b. Competências

De acordo com a Lei das Sociedades por ações e regulamentos aplicáveis, compete a assembleia geral, exclusivamente, discutir sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- reforma do seu Estatuto Social;
- eleição e destituição dos membros do seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- fixação da remuneração global dos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria, assim como da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- atribuição de bonificações em ações;
- aprovação de grupamentos ou desdobramentos de ações de sua emissão;
- aprovação de planos de opção de subscrição ou compra de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela sua administração;
- saída do Novo Mercado, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimento do Regulamento do Novo Mercado;
- cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimento da regulamentação aplicável;

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

- escolha de sociedade especializada responsável pela determinação do seu valor econômico para fins das ofertas públicas previstas no em seu Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado, dentre as sociedades indicadas, em lista tríplice, pelo seu Conselho de Administração;
- autorizar a emissão de partes beneficiárias.
- emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de sua emissão;
- suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação prevista em lei ou em seu Estatuto Social;
- nomeação de peritos ou empresa especializada para avaliação de bens com os quais um acionista pretende subscrever ações do seu capital social;
- a transformação da Companhia em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- a sua fusão, incorporação em outra sociedade ou de qualquer sociedade da Companhia ou cisão;
- sua dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas;
- autorização para que seus administradores confessem sua falência ou requeiram sua recuperação judicial ou extrajudicial; e
- outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às assembleias gerais da Companhia estarão disponíveis na sua sede, na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, Município de Eusébio, no Estado do Ceará. Eletronicamente a Companhia disponibiliza estes documentos na rede mundial de computadores no seu endereço (www.mdiasbranco.com.br/ri), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3(http://www.b3.com.br).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme disposto no artigo 32 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional, pelo BCB - Banco Central do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

O acionista que não puder comparecer às Assembleias pode ser representado por Procurador, constituído há menos de 1 (um) ano e na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei nº. 6.404/1976 (“Lei das S.A.”).

As procurações, nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia, (ii) ser advogado ou (iii) ser instituição financeira. Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário ser (i) acionista ou administrador da Companhia, (ii) advogado ou (iii) instituição financeira, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

As procurações outorgadas no Brasil devem contar com a firma do outorgante ou de seu representante devidamente reconhecida por cartório de títulos e documentos. Se emitidas no exterior, deverão ser notarizadas por Tabelião Público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por tradutor juramentado.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há, visto que até a presente data nunca foi solicitada à Companhia tal inclusão. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas às disposições legais e regulamentares, em cada caso específico.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, de acordo com previsão do Calendário Anual de Eventos Corporativos da Companhia, e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de dois de seus membros, sendo necessária, para sua realização, a presença, no mínimo, da maioria de seus membros em exercício. No exercício social de 2020 foram realizadas quatro reuniões ordinárias e dez extraordinárias do Conselho de Administração.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Até a presente data não existe na sede da Companhia nenhum acordo de acionista arquivado.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do seu Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

A Companhia dispõe de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, disponível em site:

https://ri.mdiasbranco.com.br/governanca-corporativa/politica-de-contratacao-de-partes-relacionadas/

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Conforme artigo 32 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional, pelo BCB – Banco Central do Brasil e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Rômulo Ruberti Calmon Dantas	21/07/1963	Pertence apenas à Diretoria	07/05/2021	3	2
742.287.497-04	Administrador	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	07/05/2021	Não	0%
Vice-Presidente Comercial (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos)					
Gustavo Lopes Theodozio	04/07/1975	Pertence apenas à Diretoria	07/05/2021	3 anos	1
620.569.564-20	Administrador de empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	07/05/2021	Não	0%
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria, e Diretor de Relações com Investidores (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos)					
Adil Dallago Filho	18/02/1970	Pertence apenas à Diretoria	21/12/2021	2 anos	0
368.449.503-49	Engenheiro	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	01/02/2022	Não	0%
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	23/06/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	2
220.794.163-91	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/05/2021	Não	100%
Fernando Fontes Iunes	22/09/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	4
077.518.888-30	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/05/2021	Não	100%
Membro (Efetivo) do Comitê de Governança Corporativa					
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	23/10/1934	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	5
272.898.853-68	Empresária	20 - Presidente do Conselho de Administração	07/05/2021	Não	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Guilherme Affonso Ferreira	09/05/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	2
762.604.298-00	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/05/2021	Não	100%
Membro (Efetivo) do Comitê de Auditoria					
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	30/11/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	3
231.470.753-20	Administradora de Empresa	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/05/2021	Não	100%
Diretora Executiva de Desenvolvimento Organizacional e Membro efetivo do seguintes comitês: Membro do Comitê de Ética; Membro do Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho, Membro do Comitê de Gestão de Imagem e Membro do Comitê de Governança Corporativa e Membro do Comitê de Remuneração dos Administradores					
Luciane Nunes de Carvalho Sallas	19/01/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1	0
995.411.224-34	Administradora de Empresa	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/05/2021	Não	100%
Diretora Executiva de Projetos e Membro (Efetiva) do Comitê de Hedge					
Daniel Perecim Funis	26/03/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	1
252.096.468-58	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/05/2021	Não	100%
Membro (Efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administradores					
Daniel Mota Gutierrez	07/04/1973	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	8
468.231.903-53	Advogado	37 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.	07/05/2021	Não	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance (Data da eleição 21/12/21, data de posse 03/01/22, prazo 2 anos). Membro efetivo dos seguintes comitês: Comitê de Ética; Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho; Comitê de Gestão de Imagem e Comitê de Governança Corporativa.					
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	14/01/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	9
262.329.013-04	Empresário	32 - Vice Pres. C.A. e Vice Dir. Presidente	07/05/2021	Não	100%
Vice-Presidente Industrial - Moinhos (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos), e Membro (Efetivo) do Comitê de Hedge					
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	08/09/1960	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	3 Anos	4
155.400.143-91	Empresário	36 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Presidente	07/05/2021	Não	100%
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos), e Presidente do Comitê de Remuneração dos Administradores					
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	17/07/1959	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	14
273.184.433-72	Advogada	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	07/05/2021	Não	100%
Vice-Presidente Financeira (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos)					
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	15/12/1961	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	5

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
235.899.653-04	Empresária	37 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.	07/05/2021	Não	100%
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos), Presidente do Comitê de Governança Corporativa, e Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administradores					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Rômulo Ruberti Calmon Dantas - 742.287.497-04

O Sr. Rômulo Dantas, 58 anos, Administrador de Empresas com Pós Graduação em Marketing pela ESPM e MBA em Administração de Empresas pela FGV, certificado no Programa de Gestão para Dirigentes Empresariais no Insead (França), no Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social e No Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro de Administração. O Sr. Rômulo tem larga experiência como executivo de empresas de grande porte, tais como Kibon, Souza Cruz, PepsiCo Alimentos, Hypermarcas e Ontex Brasil. Atuou como Vice- Presidente Comercial da Pepsico Alimentos e Vice Presidente Comercial e de Logística da Ontex Brasil. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Gustavo Lopes Theodozio - 620.569.564-20

O Sr. Gustavo Theodozio, 46 anos, é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial e Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Controladoria. Em mais de 25 anos de carreira, ocupou posições de liderança nas áreas Financeira e de Relações com Investidores em empresas como Biosev (Louis Dreyfus Company), Unipar Carbocloro (Solvay Indupa), JBS (JBS Couros, Vigor e Itambé) e Grupo JCPM (Bompreço Supermercados do NE e Sistema Jornal do Commercio de Comunicação). Exerceu, ainda, a função de Conselheiro na Solvay Indupa, Solalban Energy e Tecsis. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Adil Dallago Filho - 368.449.503-49

O Sr. Adil Filho, 51 anos, é graduac¸a~o em Engenharia, pela Universidade Federal do Ceara´ – UFC e MBA em Administrac¸a~o de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.?? Foi gerente da suprimentos da Souza Cruz, Allied omecq, Del Monte Fresh Produce e Nufarm. Foi Diretor de Supply Point na Danone e Diretor Executivo da Cadeia de Abastecimento da Solar Coca-Cola. Possui expertise em manufatura, cadeia de suprimentos, compras, logi´stica e comércio internacional, incluindo a integrac¸a~o de empresas frutos de M&A, revisa~o estratégica (avaliac¸a~o greenfield), abastecimento internacional e abastecimento regional para outros pai´ses latino-americanos. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 220.794.163-91

O Sr. Marcos, 57 anos, iniciou sua carreira empresarial na própria Companhia, em 1980. Destacando-se na área Comercial da Companhia, o Sr. Marcos foi nomeado diretor em 1989, sendo posteriormente empossado no cargo de Diretor Comercial Corporativo, em 2003. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou em abril de 2006. Em 2006, foi eleito Vice-Presidente Comercial da Companhia, cargo que ocupou até 25 de fevereiro de 2019. O Sr. Marcos não trabalhou em outros empresas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Fernando Fontes Iunes - 077.518.888-30

O Sr. Fernando, 59 anos, é formado em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie e obteve o título de Mestre e Doutor pela Universidade de Londres. Foi Assessor Sênior, Sócio e Diretor Executivo responsável pela área global de Investment Banking do Banco Itaú BBA S.A. de 2010 a 2015, período em que contribuiu para estabelecer uma plataforma líder de Investment Banking na América Latina, com atividades no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México. Anteriormente exerceu diversos cargos nos Bancos Itaú BBA S.A., onde foi Diretor responsável pelas áreas de Mercado de Capitais de 2003 a 2010, Itaú Banco de Investimento S.A., onde atuou como Diretor Executivo de 2001 a 2003, Banco BBA Creditantalt S.A. e Creditanstalt em Nova Iorque em 1994. Durante esse período, Fernando participou de algumas das principais transações de mercado de capitais, fusões, aquisições e reorganizações societárias realizadas na América Latina. Em 2016 e 2017 Fernando foi um fellow da Universidade de Harvard no Programa Advanced Leadership Initiative em Cambridge, Estados Unidos. O programa Advanced Leadership seleciona profissionais para ajudar a preparar líderes a enfrentar novos desafios de impacto. Durante o segundo semestre de 2017, Fernando fez parte da Equipe de Ensino de um dos cursos mais prestigiados da Harvard Kennedy School - "Exercising Leadership: The Politics of Change". O curso fornece um diagnóstico e base estratégica para a prática de liderança. Fernando trabalhou ainda, por um período breve, na área de pesquisa em Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial em Washigton. Foi professor de Finanças Internac. do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (atualmente Insper). Desde setembro de 2015, integra o quadro de Conselheiro de Administração da Gerdau S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente. Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente: (i) acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador. Ainda para os fins da verificação, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do CA.

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 272.898.853-68

A Sra. Consuelo, 87 anos, é Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Idealizou o Centro Histórico M. Dias Branco e coordena ações ligadas a questões sociais em comunidades afetadas à zona de influência da Companhia. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Consuelo não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00

O Sr. Guilherme, 71 anos, graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, cursou também Economia e Política no Macalester College em St Paul/Minn. É sócio diretor da Teorema Capital, onde participa desde sua fundação em 2003. Membro do Conselho de Administração das Companhias: Arezzo (Abril/2011 – atual), B3 (Abril/2017 – atual), Bahema (Outubro/2017 – atual), M. Dias Branco (Abril/2019 – atual), Valid (2010-2017, Abril/2019 – atual), Mitre S.A (Fevereiro/2020 – atual) e T4F (Abril/2013 – atual), todas empresas listadas na B3.
Em seu histórico profissional podemos acrescentar sua participação no Conselho da entidade beneficente Instituto de Cidadania Empresarial. Nos últimos anos, foi membro do Conselho de Administração da Petrobras (2015 – 2018), Unibanco (2007 – 2008), B2W / Submarino (2006 – 2009), Gafisa (2011 – 2018), SulAmérica (2010 – 2019), Banco Indusval (2011 – 2014), dentre outras. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.Ainda para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20

A Sra. Luiza Andréa, 56 anos, brasileira, é Mestre em Administração de Empresas e Graduada em Administração de Empresas, com formação complementar em liderança, estratégia, gestão e coaching. Experiência como executiva e consultora de empresas nas áreas de Recursos Humanos, Gestão Estratégica e Gestão de Processos. Assumiu a Diretoria de Desenvolvimento Organizacional da M. Dias Branco em 2006, tendo desde então sob sua responsabilidade as áreas corporativas de gestão de pessoas, administração de pessoal, comunicação, saúde ocupacional, sustentabilidade, estratégia e gestão. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente

---

Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34

A Sra. Luciane, 46 anos, brasileira, é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco, pós-graduada pelo IBMEC em Mercado de Capitais e com MBA em Finanças e Risco pela USP. Experiência na gestão de Finanças, Compras, TI, RH e Administrativo. Iniciou sua carreira no Grupo Pilar em Recife, depois trabalhou por 10 anos na AmBev/Ab-Inbev no headquarter em SP e na Bélgica, nesta fase liderando um projeto global de produtividades, com foco principalmente na Europa e Ásia. Retornou a Recife como CFO da Areva-Koblitz, uma empresa de atuação na América Latina no segmento de energia renovável. Em seguida, atuou por 5 anos no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do grupo João Carlos Paes Mendonça à frente de toda a operação administrativo-financeira e tecnologia, também conduzindo os negócios digitais, como executiva do Portal NE10. Nos últimos 3,5 anos, comandava a Diretoria de planejamento financeiro da Solar Coca-Cola.

Daniel Perecim Funis - 252.096.468-58

O Sr. Daniel Funis, 46 anos, é graduado em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP e MBA pela Universidade de Cambridge, UK. Possui pós-graduação em marketing pela UF-PR e realizou cursos em diversas instituições internacionais, tais como Harvard Business School, Stanford e Universidad Austral. Com larga experiência em e-commerce, lidera a empresa de e-commerce de moda de luxo Fafetch no Brasil desde 2011 e na América Latina desde 2017. Também fez parte da equipe que introduziu as operações do Groupon no Brasil. Antes dessas experiências com comércio eletrônico, o Sr. Daniel Funis trabalhou para o Grupo Fiat, ocupou cargos nas áreas de engenharia, produção, vendas, marketing e desenvolvimento de negócios na Itália, França, Brasil e Argentina entre 2000 e 2009. Iniciou sua carreira na Unilever, onde foi estagiário e trainee na área de vendas e marketing. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargo de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.Ainda para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

O Sr. Daniel, 48 anos, é Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais, Sub-área Processo Civil, pela PUC/SP. Professor Licenciado do Mestrado em Direito do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Atualmente, é Diretor Executivo Jurídico da empresa M. Dias Branco. Ingressou na Companhia em julho de 2006. É diretor estatutário do Terminal de Trigo do Rio de Janeiro Logística S.A. e da Latinex, subsidiária da M. Dias Branco S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da M. Dias Branco e membro efetivo do Comitê de ESG e Comitê de Gente e Gestão. É Presidente do Sindicato das Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado Do Ceará – SINDMASSAS e Membro Titular do Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC. Foi Gestor da Assessoria Jurídica Corporativa da Cia. de Seguros Aliança do Brasil, membro do Conselho de Administração da Aquiraz Investimentos Turísticos S.A. e diretor estatutário da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (então subsidiária da M. Dias Branco). Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 262.329.013-04

O Sr. Cláudio, 54 anos, é Vice-Presidente Industrial – Moinhos da Companhia, da qual é acionista desde 1998. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, assumindo, em 1992, a função de Diretor Industrial do Moinho Dias Branco, a primeira unidade de moagem de trigo da Companhia. Em 2003, assumiu o cargo de Diretor Industrial Corporativo – Divisão Moinhos da Companhia e em 2013 tornou-se membro do comitê de auditoria da Companhia. À frente da implantação de todas as unidades moageiras da Companhia, o Sr. Cláudio graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Fortaleza, em 1990, e iniciou longa trajetória de especialização em moagem de trigo, participando de inúmeros cursos em diversos países, podendo-se destacar o Curso em Tecnologia de Moagem, promovido pela Swiss Milling School, St. Gallen, em 1991. O Sr. Cláudio obteve, em 1992, junto ao Centro de Treinamento da Buhler, em Uzwil, Suiça, o certificado de Tecnologia de Moagem de Trigo. Também em 1992, o Sr. Cláudio estagiou no Weston Research, Maidenhead, Inglaterra. Em 1999, participou do Programa da Abitrigo de Panificação e Moagem. Foi Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, entre 1999 e 2002, e Diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo – ABITRIGO, entre 2002 e 2004. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. O Sr. Cláudio não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91

O Sr. Ivens Jr., 61 anos, atualmente é Diretor Presidente da Companhia e exerce também o cargo de Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks. Iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribuiu fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), unidade industrial produtora de margarinas e gorduras vegetais da Companhia. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembleia Legislativa do Ceará. Em 2006, assumiu a Vice- Presidência Industrial da Companhia. O Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA - 273.184.433-72

A Sra. Graça, 62 anos, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, figurando dentre seus acionistas desde 1998. A Sra. Graça iniciou suas atividades no meio empresarial em 1985, na administração de empresa do ramo de hotelaria, da qual tornou-se Diretora Vice-Presidente anos depois, em 1987. Em 2001, a Sra. Graça assumiu a Diretoria de Relações Institucionais da Companhia, tornando-se, mais tarde, Diretora Corporativa de Relações Institucionais, em 2003, função que exerceu até abril de 2006, quando foi nomeada para seu atual cargo na Companhia, Vice-Presidente Financeira. A Sra. Graça graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, no ano de 1985 e MBA em Gestão Empresarial no ano de 2008. Foi membro do Comitê de Auditoria da Companhia de maio de 2010 a maio de 2013. A Sra. Graça não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco - 235.899.653-04

A Sra. Regina, 59 anos, atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia, da qual é acionista desde 1998. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989 assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduou-se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Em 2008 conclui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Participa anualmente de evento direcionado para dirigentes de grandes organizações sobre liderança, estratégia e gestão. Paralelamente é Diretora Administrativa da Idibra Participações S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Companhia, atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Regina não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Rômulo Ruberti Calmon Dantas - 742.287.497-04	
N/A	
Gustavo Lopes Theodozio - 620.569.564-20	
N/A	
Adil Dallago Filho - 368.449.503-49	
N/A	
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 220.794.163-91	
N/A	
Fernando Fontes Iunes - 077.518.888-30	
N/A	
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 272.898.853-68	
N/A	
Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00	
N/A	
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20	
N/A	
Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34	
N/A	
Daniel Perecim Funis - 252.096.468-58	
N/A	

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

N/A

FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 262.329.013-04

N/A

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91

N/A

MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA - 273.184.433-72

N/A

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco - 235.899.653-04

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Júlio Borges de Carvalho	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/1977	11/10/2021	1 ano
033.604.546-85		Administrador de Empresa		08/10/2021	0	0%
Não exerce outro cargo na Companhia.						
Adrian Lima da Hora	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	02/02/1964	07/05/2021	1 ano
372.365.394-49		Administrador de Empresas		07/05/2021	0	100%
Não exerce outro cargo na Companhia.						
Elionor Jreige Weffort	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/07/1969	07/05/2021	1 ano
147.735.128-06		Advogada e Contadora		07/05/2021	3	100%
Não exerce outro cargo na Companhia.						
Guilherme Affonso Ferreira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/1951	07/05/2021	1 ano
762.604.298-00		Empresário		07/05/2021	1	100%
Membro Independente Efetivo do Conselho de Administração						
Daniel Mota Gutierrez	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	07/05/2021	1
468.231.903-53		Advogado		07/05/2021	1	100%
Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), e Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (suplente) do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Escutivo, Membro (efetivo) do Comitê de Segurança do Trabalho, e Membro (efetivo) do Comitê de Imagem.						
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Comitê de Remuneração		Presidente do Comitê	08/09/1960	07/05/2021	1
155.400.143-91		Empresário		07/05/2021	1	100%
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas, Margarinas, Bolos e Snacks e Membro (suplente) do Conselho de Administração.						
Ricardo Marinho Magalhães Alcântara	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		10/07/2020	Indeterminado
000.000.000-00	Comitê de Hedge	Engenheiro Químico		10/07/2020	0	100%
Gerente Corporativo de Suprimentos						
Daniel Mota Gutierrez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	05/05/2010	Indeterminado
468.231.903-53	Comitê Executivo	Advogado		12/04/2010	0	100%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comite de Ética, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Daniel Mota Gutierrez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	01/10/2014	Indeterminado
468.231.903-53	Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho	Advogado		01/10/2014	0	100%
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comite de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Daniel Mota Gutierrez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	08/12/2017	Indeterminado
468.231.903-53	Comitê de Gestão de Imagem	Advogado		08/12/2017	0	100%
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comite de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, e Membro (efetivo) do Comitê de Saúde.						
Daniel Mota Gutierrez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	07/05/2021	1 ano
468.231.903-53	Comitê de Governança Corporativa	Advogado		07/05/2021	1	100%
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comite de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Denis Henrique Pacheco Almeida	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/09/1972	06/01/2020	Indeterminado
938.653.176-34	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		06/01/2020	0	100%
Diretor Executivo de Suprimentos						
Ezequiel Leite do Nascimento	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/03/1965	01/10/2014	Indeterminado
773.227.897-68	Comitê de saúde e segurança do trabalho	Químico Industrial		01/10/2014	0	100%
Gerente Corporativo de Qualidade de Segurança e Meio Ambiente.						
Fabio Cefaly de Campos Machado	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/07/1976	27/10/2016	Indeterminado
273.203.558-09	Comitê de Sustentabilidade	Administrador de Empresa		27/10/2016	0	100%
Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, e Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Fabio Cefaly de Campos Machado	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/07/1976	27/10/2016	Indeterminado
273.203.558-09	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		27/10/2016	0	100%
Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores, Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade, e Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Fabio Cefaly de Campos Machado	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/07/1976	08/12/2017	Indeterminado

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
273.203.558-09	Comitê de Gestão de Imagem	Administrador de Empresa		08/12/2017	0	100%
Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores e Membro (efetivo) do Comitê Executivo e Comitê de Sustentabilidade						
Fernando Fontes Iunes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/09/1962	07/05/2021	1 ano
077.518.888-30	Comitê de Governança Corporativa	Engenheiro		07/05/2021	1	100%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Fernando Bocchi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/10/1966	01/02/2013	Indeterminado
101.789.668-27	Comitê Executivo	Engenheiro de Alimentos		01/02/2013	0	100%
Diretor de Pequisa e Desenvolvimento e Membro (efetivo) do Comitê de Imagem.						
Fernando Bocchi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/10/1966	08/12/2017	Indeterminado
101.789.668-27	Comitê de Gestão de Imagem	Engenheiro de Alimentos		08/12/2017	0	100%
Diretor de Pequisa e Desenvolvimento e Membro (efetivo) do Comitê de Executivo.						
Luciane Nunes de Carvalho Sallas	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/01/1975	13/01/2020	Indeterminado
995.411.224-34	Comitê Executivo	Administradora de Empresa		13/01/2020	0	100%
Diretora Executiva de Projetos e Membro (Suplente) do Conselho de Administração, e Membro (Efetiva) do Comitê de Hedge.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	07/05/2021	1 ano
231.470.753-20	Comitê de Governança Corporativa	Administradora de Empresa		07/05/2021	1	100%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comite de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem, e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	25/11/2015	Indeterminado
231.470.753-20	Comitê de Sustentabilidade	Administradora de Empresa		02/01/2015	0	100%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comite de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, e Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	02/01/2013	Indeterminado
231.470.753-20	Comitê de Ética	Administradora de Empresa		02/01/2013	0	100%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem, e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabildiade.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	05/05/2010	Indeterminado
231.470.753-20	Comitê Executivo	Administradora de Empresa		12/04/2010	0	100%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comite de Ética, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem, e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabildiade.						
Mark Stanley Luyt	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/08/1961	05/05/2010	Indeterminado
617.051.793-04	Comitê Executivo	Técnico em Moagem		12/04/2010	0	100%
Diretor Industrial de Moinhos.						
Maurício Freitas de Araújo	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/11/1955	05/05/2010	Indeterminado
198.446.384-53	Comitê Executivo	Engenheiro Mecânico		12/04/2010	0	100%
Diretor Industrial						
Paulo Sergio da Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/08/1968	15/07/2019	Indeterminado
108.187.258-69	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		15/07/2019	0	100%
Diretor Executivo Comercial - Regiões Sul/ Sudeste/ Centro-Oeste.						
Tiago Cid Timbó	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/10/1980	08/12/2017	Indeterminado
856.928.833-68	Comitê de Gestão de Imagem	Comunicador Social - habilitado em Publicidade e Propaganda		08/12/2017	0	100%
Gerente de Comunicação						
Gustavo Lopes Theodozio	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/07/1975	10/07/2020	Indeterminado
620.569.564-20	Comitê de Hedge	Administrador de empresas		10/07/2020	0	100%
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria, e Diretor de Relações com Investidores.						
Luciane Nunes de Carvalho Sallas	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/01/1975	10/07/2020	Independente
995.411.224-34	Comitê de Hedge	Administradora de Empresa		10/07/2020	0	100%
Diretora Executiva de Projetos, Membro (Suplente) do Conselho de Administração, e Membro (Efetiva) do Comitê Executivo.						
Denis Henrique Pacheco Almeida	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/09/1972	10/07/2020	Indeterminado
938.653.176-34	Comitê de Hedge	Administrador de Empresa		10/07/2020	0	100%
Diretor Executivo de Suprimentos, Membro (Efetivo) do Comitê de Sustentabilidade, e Membro (Efetivo) do Comitê Executivo.						
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Outros Comitês		Presidente do Comitê	08/09/1960	10/07/2020	Indeterminado
155.400.143-91	Comitê de Hedge	Empresário		10/07/2020	0	100%
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas, Margarinas, Bolos e Snacks, Membro (Suplente) do Conselho de Administração; e Presidente do Comitê de Remuneração.						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/1967	10/07/2020	Indeterminado
262.329.013-04	Comitê de Hedge	Empresário		10/07/2020	0	100%
Vice-Presidente Industrial - Moinhos e Membro Efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração.						
Francisca Delane Martins Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/07/1965	10/07/2020	Indeterminado
243.640.103-91	Comitê de Hedge	Contadora		10/07/2020	0	100%
Gerente de Investimentos						
Aled Parry	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	13/01/1965	25/11/2015	Indeterminado
257.107.372-91	Comitê de Sustentabilidade	Publicitário		02/01/2015	0	100%
Gerente de Sustentabilidade						
Antônio Rynaldo S. Guimarães	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/06/1942	04/08/2014	Indeterminado
002.361.103-06	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		04/08/2014	0	100%
Diretor Comercial						
Aristófanes Martins de Alexandre	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/05/1965	01/10/2010	Indeterminado
600.487.004-87	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		01/10/2010	0	100%
Diretor Executivo Comercial - Regiões Norte/Nordeste						
César Martins Rosa Vasconcelos Reis	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/10/1978	02/05/2016	Indeterminado
012.720.516-09	Comitê Executivo	Internacionalista		02/05/2016	0	100%
Diretor Executivo de Exportação						
Daniel Mota Gutierrez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	02/01/2013	Indeterminado
468.231.903-53	Comitê de Ética	Advogado		02/01/2013	0	100%
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde e Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Júlio Borges de Carvalho - 033.604.546-85						

O Sr. Júlio Borges de Carvalho, 43 anos, formado em Administração pela FACED, com MBA em Gerência de Projetos pela FGV, possui as certificações CIA – Certified Internal Auditor, CCSA – Certification in Control Self-Assessment, CRMA – Certification in Risk Management Assurance, emitidas pelo IIA – Institute of Internal Auditors, e também a certificação CFE – Certified Fraud Examiner, emitida pela ACFE – Association of Certified Fraud Examiners. Com sólida experiência nas áreas de governança, auditoria, riscos e compliance, atuou como auditor externo nas empresas de serviços profissionais Arthur Andersen e Deloitte. Ocupou ainda a posição de Gerente de Auditoria Interna na empresa de cimento, concreto e agregados Holcim S.A. Atualmente é Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance da M. Dias Branco S.A., participando de diversos comitês da Companhia. Possui ainda os cursos de Conselheiro de Administração e de Comitê de Auditoria pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49

O Sr. Lima da Hora, 57 anos, é membro do Conselho Consultivo da Nutrimental S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A., do Conselho Fiscal da Unipar Carbocloro, do Conselho de Administração da International School, do Conselho Fiscal da JBS, Excelsior Alimentos, do Eldorado Brasil, nos quais atua como Presidente do Conselho e Coordenador do Comitê de Auditoria da Biosev.. Possui forte vivência na indústria de proteína animal (JBS, Rodopa e Seara), com background relevante no varejo (Bompreço) e em auditoria externa (Ernst & Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multi-localizadas, sendo os últimos trabalhos de 2011 a 2015 como CAO da Rodopa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda e de 2015 a 2016, como CFO da Seara Alimentos Ltda. Atuou como membro do Conselho de Administração da Inalca JBS e outras empresas na Itália e em Mônaco. Possui conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. É fluente em inglês, italiano e espanhol. É formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, com MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell (Estados Unidos) e na Provar - USP (Brasil). Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Elionor Jreige Weffort - 147.735.128-06

A Sra. Elionor, 51 anos, brasileira, doutora em Controladoria e Contabilidade (FEA/USP), graduada em Direito (FD/USP) e Contabilidade (FECAP). É professora e pesquisadora do programa de mestrado em Ciências Contábeis da FECAP em temas relacionados à contabilidade financeira, governança corporativa e forensic accounting. Atua, ainda, como assessora junto a empresas e escritórios de advocacia nas frentes de compliance, forensic accounting e contabilidade financeira. Atualmente também é membro independente do Comitê de Auditoria Estatutário da BR Distribuidora, membro independente do Conselho de Administração e coordenadora do Comitê de Auditoria da CPTM. Foi consultora da ONU/UNCTAD/ISAR no projeto "Capacity-building framework for high-quality corporate reporting". Não possui condenação criminal ou administrativa que a impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00

O Sr. Guilherme, 71 anos, graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, cursou também Economia e Política no Macalester College em St Paul/Minn. É sócio diretor da Teorema Capital, onde participa desde sua fundação em 2003. Membro do Conselho de Administração das Companhias: Arezzo (Abril/2011 – atual), B3 (Abril/2017 – atual), Bahema (Outubro/2017 – atual), M. Dias Branco (Abril/2019 – atual), Valid (2010-2017, Abril/2019 – atual), Mitre S.A (Fevereiro/2020 – atual) e T4F (Abril/2013 – atual), todas empresas listadas na B3.
Em seu histórico profissional podemos acrescentar sua participação no Conselho da entidade beneficente Instituto de Cidadania Empresarial. Nos últimos anos, foi membro do Conselho de Administração da Petrobras (2015 – 2018), Unibanco (2007 – 2008), B2W / Submarino (2006 – 2009), Gafisa (2011 – 2018), SulAmérica (2010 – 2019), Banco Indusval (2011 – 2014), dentre outras. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.Ainda para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

O Sr. Daniel, 48 anos, é Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais, Sub-área Processo Civil, pela PUC/SP. Professor Licenciado do Mestrado em Direito do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Atualmente, é Diretor Executivo Jurídico da empresa M. Dias Branco. Ingressou na Companhia em julho de 2006. É diretor estatutário do Terminal de Trigo do Rio de Janeiro Logística S.A. e da Latinex, subsidiária da M. Dias Branco S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da M. Dias Branco e membro efetivo do Comitê de ESG e Comitê de Gente e Gestão. É Presidente do Sindicato das Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado Do Ceará – SINDMASSAS e Membro Titular do Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC. Foi Gestor da Assessoria Jurídica Corporativa da Cia. de Seguros Aliança do Brasil, membro do Conselho de Administração da Aquiraz Investimentos Turísticos S.A. e diretor estatutário da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (então subsidiária da M. Dias Branco). Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91

O Sr. Ivens Jr., 61 anos, atualmente é Diretor Presidente da Companhia e exerce também o cargo de Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks. Iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribuiu fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), unidade industrial produtora de margarinas e gorduras vegetais da Companhia. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembleia Legislativa do Ceará. Em 2006, assumiu a Vice- Presidência Industrial da Companhia. O Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Ricardo Marinho Magalhães Alcântara - 000.000.000-00

Ricardo Marinho Magalhães Alcântara, 42 anos, atualmente é Gerente de Suprimentos. Iniciou suas atividades empresariais na Companhia em 2007. Graduou-se em Engenharia Química, pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. MBA em Logística e Supply Chain pela Fundação Getúlio Vargas. MBA em Agronegócio pela USP/ESALQ. Concluindo Mestrado em Agronegócio na Escola de Economia de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas.

Denis Henrique Pacheco Almeida - 938.653.176-34

Denis Henrique Pacheco Almeida - 938.653.176-34

Dênis Almeida, brasileiro, 48 anos, é Diretor Executivo de Suprimentos da M. Dias Branco S/A, tendo ingressado na Companhia em janeiro de 2020. Graduado em Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem larga experiência envolvendo gerenciamento estratégico de categorias de compras como commodities, embalagens, serviços, MRO, operações logísticas, transporte, marketing etc. Seus principais projetos são relacionados a alavancas estratégicas de suprimento, verticalização, desenvolvimento de fornecedores e estudo de modelos de mercado. Atuou como Diretor de Suprimentos na Heineken como também desenvolveu sua carreira na Arcor do Brasil, Danone e Unilever. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Ezequiel Leite do Nascimento - 773.227.897-68

O Sr. Ezequiel, 56 anos, é formado em Química Industrial com Pós Graduação em Engenharia Ambiental - UNICAMP, MBA em Gestão Empresarial - UNIFOR - Fortaleza. Trabalhou durante 8 anos na empresa Coca Cola - NORSA, como Gerente Corporativo de Qualidade de Segurança e Meio Ambiente. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09

Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09

Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09

O Sr. Fabio Cefaly, brasileiro,44 anos, é Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores da M. Dias Branco S/A, tendo ingressado na Companhia em outubro de 2016. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-graduado em Programas Executivos em Finanças, Gestão e Marketing na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na University of Cambridge, na Universidad de Los Andes e no Insper. Teve passagem pela Natura Cosméticos, tendo ocupado o cargo de gerente de novos negócios e relações com investidores, além de posições nas áreas de auditoria interna e finanças no Brasil e na América Latina. Teve experiências anteriores também nas áreas de auditoria interna e finanças na General Motors e na Telefónica. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Fernando Fontes Iunes - 077.518.888-30

O Sr. Fernando, 59 anos, é formado em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie e obteve o título de Mestre e Doutor pela Universidade de Londres. Foi Assessor Sênior, Sócio e Diretor Executivo responsável pela área global de Investment Banking do Banco Itaú BBA S.A. de 2010 a 2015, período em que contribuiu para estabelecer uma plataforma líder de Investment Banking na América Latina, com atividades no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México. Anteriormente exerceu diversos cargos nos Bancos Itaú BBA S.A., onde foi Diretor responsável pelas áreas de Mercado de Capitais de 2003 a 2010, Itaú Banco de Investimento S.A., onde atuou como Diretor Executivo de 2001 a 2003, Banco BBA Creditantalt S.A. e Creditanstalt em Nova Iorque em 1994. Durante esse período, Fernando participou de algumas das principais transações de mercado de capitais, fusões, aquisições e reorganizações societárias realizadas na América Latina. Em 2016 e 2017 Fernando foi um fellow da Universidade de Harvard no Programa Advanced Leadership Initiative em Cambridge, Estados Unidos. O programa Advanced Leadership seleciona profissionais para ajudar a preparar líderes a enfrentar novos desafios de impacto. Durante o segundo semestre de 2017, Fernando fez parte da Equipe de Ensino de um dos cursos mais prestigiados da Harvard Kennedy School - "Exercising Leadership: The Politics of Change". O curso fornece um diagnóstico e base estratégica para a prática de liderança. Fernando trabalhou ainda, por um período breve, na área de pesquisa em Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial em Washigton. Foi professor de Finanças Internac. do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (atualmente Insper). Desde setembro de 2015, integra o quadro de Conselheiro de Administração da Gerdau S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente. Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente: (i) acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador. Ainda para os fins da verificação, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do CA.

Fernando Bocchi - 101.789.668-27

Fernando Bocchi - 101.789.668-27

O Sr. Fernando Bocchi, 54 anos, brasileiro, engenheiro de alimentos formado pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e com Pós Graduação em Administração Industrial, pela Fundação Vanzolini – USP. Foi Engenheiro de Desenvolvimento de Novos Produtos e Supervisor de Produção na Nabisco – atual Mondelez, de 1992 a 1996, Gerente de Projetos na Nestlé (Nestec Biscuit Development Group, de 1996 a 2003). Atualmente é Diretor de P&D da M.Dias Banco S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34

Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34

A Sra. Luciane, 46 anos, brasileira, é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco, pós-graduada pelo IBMEC em Mercado de Capitais e com MBA em Finanças e Risco pela USP. Experiência na gestão de Finanças, Compras, TI, RH e Administrativo. Iniciou sua carreira no Grupo Pilar em Recife, depois trabalhou por 10 anos na AmBev/Ab-Inbev no headquarter em SP e na Bélgica, nesta fase liderando um projeto global de produtividades, com foco principalmente na Europa e Ásia. Retornou a Recife como CFO da Areva-Koblitz, uma empresa de atuação na América Latina no segmento de energia renovável. Em seguida, atuou por 5 anos no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do grupo João Carlos Paes Mendonça à frente de toda a operação administrativo-financeira e tecnologia, também conduzindo os negócios digitais, como executiva do Portal NE10. Nos últimos 3,5 anos, comandava a Diretoria de planejamento financeiro da Solar Coca-Cola.

Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20

Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20

Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20

Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20

A Sra. Luiza Andréa, 56 anos, brasileira, é Mestre em Administração de Empresas e Graduada em Administração de Empresas, com formação complementar em liderança, estratégia, gestão e coaching. Experiência como executiva e consultora de empresas nas áreas de Recursos Humanos, Gestão Estratégica e Gestão de Processos. Assumiu a Diretoria de Desenvolvimento Organizacional da M. Dias Branco em 2006, tendo desde então sob sua responsabilidade as áreas corporativas de gestão de pessoas, administração de pessoal, comunicação, saúde ocupacional, sustentabilidade, estratégia e gestão. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente

Mark Stanley Luyt - 617.051.793-04

O Sr. Mark, brasileiro, 60 anos, não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Maurício Freitas de Araújo - 198.446.384-53

O Sr. Maurício, 65 anos brasileiro, é graduado em Engenharia Mecânica, foi Gerente Geral, Diretor Administrativo, Industrial e Fabril na empresa Acumuladores Moura de 1985 a 2002; Entre 2002 E 2008 foi Gerente e Diretor Industrial, na Indústria de Alimen Bomgosto Ltda. Atualmente é Diretor Industrial da M.Dias Branco S.A. na Unidade de Jaboatão. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Paulo Sergio da Silva - 108.187.258-69

O Sr. Paulo Sergio da Silva, brasileiro, 53 anos, é Diretor Executivo Comercial da M. Dias Branco S/A, tendo ingressado na Companhia em julho de 2019. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade São Marcos e pós-graduado em Gestão e Marketing pela Business School (Unimarco). Ex-funcionário da BRF, tendo ocupado o cargo de Diretor Executivo Comercial com experiência em todos os canais de vendas em todo Brasil. Teve experiências anteriores na área comercial, treinamento e Inteligência Comercial na Pepsico do Brasil e na Fini Guloseimas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Tiago Cid Timbó - 856.928.833-68

O Sr. Tiago, 40 anos, é funcionário da M. Dias Branco desde outubro de 2006, foi responsável pela implantação da área de Comunicação Interna, que posteriormente expandiu suas atividades atuando na assessoria de comunicação e mídias digitais da marca institucional. É formado em publicidade e propaganda e especialista em Assessoria de Comunicação pela Unifor. Possui MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e está cursando especialização em gestão de Pessoas pela Uni7. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Gustavo Lopes Theodozio - 620.569.564-20

O Sr. Gustavo Theodozio, 46 anos, é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial e Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Controladoria. Em mais de 25 anos de carreira, ocupou posições de liderança nas áreas Financeira e de Relações com Investidores em empresas como Biosev (Louis Dreyfus Company), Unipar Carbocloro (Solvay Indupa), JBS (JBS Couros, Vigor e Itambé) e Grupo JCPM (Bompreço Supermercados do NE e Sistema Jornal do Commercio de Comunicação). Exerceu, ainda, a função de Conselheiro na Solvay Indupa, Solalban Energy e Tecsis. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 262.329.013-04

O Sr. Cláudio, 54 anos, é Vice-Presidente Industrial – Moinhos da Companhia, da qual é acionista desde 1998. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, assumindo, em 1992, a função de Diretor Industrial do Moinho Dias Branco, a primeira unidade de moagem de trigo da Companhia. Em 2003, assumiu o cargo de Diretor Industrial Corporativo – Divisão Moinhos da Companhia e em 2013 tornou-se membro do comitê de auditoria da Companhia. À frente da implantação de todas as unidades moageiras da Companhia, o Sr. Cláudio graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Fortaleza, em 1990, e iniciou longa trajetória de especialização em moagem de trigo, participando de inúmeros cursos em diversos países, podendo-se destacar o Curso em Tecnologia de Moagem, promovido pela Swiss Milling School, St. Gallen, em 1991. O Sr. Cláudio obteve, em 1992, junto ao Centro de Treinamento da Buhler, em Uzwil, Suiça, o certificado de Tecnologia de Moagem de Trigo. Também em 1992, o Sr. Cláudio estagiou no Weston Research, Maidenhead, Inglaterra. Em 1999, participou do Programa da Abitrigo de Panificação e Moagem. Foi Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, entre 1999 e 2002, e Diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo – ABITRIGO, entre 2002 e 2004. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. O Sr. Cláudio não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Francisca Delane Martins Carvalho - 243.640.103-91

Francisca Delane Martins Carvalho, é Gerente de Investimentos da empresa M. Dias Branco. Ingressou na Companhia em agosto de 1999, no cargo de Assistente Financeiro. É graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza e Pós Graduada pela COPPEAD/UFRJ em MBA BANKING; realizou curso de Extensão em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Ceará. Iniciou suas atividades na Corretora Banfort de Câmbio e Valores, logo sendo convidada para trabalhar no Banco Popular de Fortaleza - BANFORT, chegando a ocupar o cargo de Assessor Especial; Em 1995 participou da implantação do Banco Equatorial, exercendo a função de Analista na Mesa de Operações, até 1999;

Aled Parry - 257.107.372-91

O Sr, Aled Parry, 56 anos, formado em Propaganda e Publicidade, com Pós Graduação na Fundação Álvares Penteado-SP, e cursando Jornalismo na FANOR, MBA em Qualidade e Produtividade na FGV com extensão no Japão e vivência nos Estados Unidos da América.Atualmente cursando o curso de especialização em Sustentabilidade na Unicristhus .Trabalhou na área de Marketing na Lundgren Tecidos, Glasslite , Grupo Jereissati, Unimed Fortaleza , nesse caso em Responsabilidade Socio ambiental e marketing, além do Café Três Corações. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Antônio Rynaldo S. Guimarães - 002.361.103-06

O Sr. Antônio Rynaldo, 79 anos, brasileiro, Graduado em Administração de Empresa, trabalhou 21 anos no Grupo J. Macêdo como Gerente Comercial Regional entre 1983 à 2004. Iniciou na M.Dias Branco em 2004 atuando como Gerente Comercial Regional e atualmente é Diretor Comercial. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Aristófanes Martins de Alexandre - 600.487.004-87

O Sr. Aristófanes, 56 anos, brasileiro, Graduado em Administração de Empresa, experiência comercial adquirida em empresas de grande porte, nacionais e multinacionais dos segmentos varejo, alimentos e bebidas - 9 anos de experiência em grandes empresas do ramo de varejo (Lojas Americanas e Carrefour) e 12 anos de experiência em empresas dos ramos de alimentos e bebidas, estando há 8 anos na M. Dias Branco. Ao longo da carreira realizou diversas atividades com foco em vendas, planejamento estratégico, reestruturação comercial, projetos de melhoria e liderança de equipes, dentre outras. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

César Martins Rosa Vasconcelos Reis - 012.720.516-09

O Sr. César, brasileiro, 42 anos, é Diretor de Exportação da M. Dias Branco S/A, tendo ingressado na Companhia em maio de 2016. Graduado em Relações Internacionais e possui pós graduação em Gestão de Empresas e Comércio Exterior, bem como especialização em Negociações Econômicas Internacionais. Sua experiência profissional anterior foi na Marilan Alimentos S.A., onde trabalhou desde 2009 liderando a área de exportação, atuando em mais de sessenta países, principalmente na América Latina e EUA. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Júlio Borges de Carvalho - 033.604.546-85	
N/A	

Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49

Elionor Jreige Weffort - 147.735.128-06
Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00
Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53
Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53
Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53
Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53
Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53
Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91
Ricardo Marinho Magalhães Alcântara - 000.000.000-00
Denis Henrique Pacheco Almeida - 938.653.176-34
Denis Henrique Pacheco Almeida - 938.653.176-34
Ezequiel Leite do Nascimento - 773.227.897-68
Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09
Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09
Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09
Fernando Fontes Iunes - 077.518.888-30
Fernando Bocchi - 101.789.668-27
Fernando Bocchi - 101.789.668-27
Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34
Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20
Mark Stanley Luyt - 617.051.793-04
Maurício Freitas de Araújo - 198.446.384-53
Paulo Sergio da Silva - 108.187.258-69
Tiago Cid Timbó - 856.928.833-68
Gustavo Lopes Theodozio - 620.569.564-20
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 262.329.013-04
Francisca Delane Martins Carvalho - 243.640.103-91
Aled Parry - 257.107.372-91

Antônio Rynaldo S. Guimarães - 002.361.103-06
Aristófanes Martins de Alexandre - 600.487.004-87
César Martins Rosa Vasconcelos Reis - 012.720.516-09

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	
Membro Suplente Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira				
Observação				
Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos da Sra.Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
Observação				
Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos do Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial – Moinhos				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	

Membro suplente do Conselho de Administração e Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	

Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas

Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85
Participação Societária	

Observação

Administrador do Emissor

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54
Participação Societária	

Observação

Serviços de Hotelaria

Administrador do Emissor

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Devedor
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04
Participação Societária	

Observação

Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços

Administrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicado em obras civis			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Devedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de Serviço na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais Aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
LDB Transportes de Cargas Ltda	09.411.448/0001-72		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Participação Societária			
Observação			
Serviços de transporte de cargas			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
LDB Logistica e Transporte Ltda	16.906.199/0001-51		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de transporte de cargas			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Devedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais Aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	12.304.942/0001-42		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Devedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em construção Civil			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestador de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Devedor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
LDB Transportes de Cargas Ltda	09.411.448/0001-72		
Participação Societária			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Serviços de transporte de carga			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
LDB Logistica e Transporte Ltda	16.906.199/0001-51		
Participação Societária			
Observação			
Serviço de Transporte de Carga			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Devedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de Serviço na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestador de serviços em construção Civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicado em construção Civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	12.304.942/0001-42		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de Serviços de manutenção e instalação de equipamentos			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Devedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Devedor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestador de Serviços em Construção Civil			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Serviço de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Devedor
Presidente do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviço na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviço de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Devedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviço em construção civil			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			
LDB Transportes de Cargas Ltda	09.411.448/0001-72		
Participação Societária			
Observação			
Serviço de transporte de carga			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
LDB Logistica e Transporte Ltda	16.906.199/0001-51		
Participação Societária			
Observação			
Serviço de Transporte de Carga			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviço de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Devedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicado em obras civis			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Prestador de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
Pessoa Relacionada			
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	12.304.942/0001-42		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Devedor
Vice-Presidente Financeira			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária			
Observação			
-			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária			
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária			
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária			
Observação			
Presador de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR	144.388.523-15	Controle	Fornecedor
Diretor de Relações com Investidores e Vice-Presidente de Investimentos e controladoria			
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária			
Observação			
Prestador de serviços em construção civil			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

Conforme artigo 9 do Estatuto Social, a Companhia poderá contratar, às suas expensas, seguro para proteção do patrimônio da Companhia e dos Conselheiros e Diretores contra eventuais perdas motivadas por conflitos ou demandas derivadas de atos de gestão no âmbito do mercado de capitais ou fora dele. A Companhia poderá, ainda, contratar, também às suas expensas, advogados e outros profissionais que sejam necessários à defesa dos Conselheiros e Diretores em demandas motivadas por atos praticados na gestão da Companhia, ainda que tais conflitos surjam após o término de mandato dos administradores.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Nossa Companhia está listada no segmento Novo Mercado da B3 desde 2006, contando apenas com ações ordinárias e com direito de 100% de *tag along*. O Conselho de Administração efetivo é formado por seis membros, sendo que 50% são membros independentes. Adicionalmente, desde 2014, os cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração são ocupados por pessoas distintas.

Possuímos um Comitê de Auditoria não estatutário que conta exclusivamente com membros independentes, sendo um deles, também membro independente do Conselho de Administração, o que reforça nosso compromisso com a transparência das informações divulgadas. A Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* reporta-se administrativamente ao CEO e funcionalmente ao Comitê de Auditoria, garantindo independência à sua atuação.

Em busca de evolução contínua, criamos um indicador interno que denominamos de iMDB – Índice M. Dias Branco de Governança Corporativa – que abrange os requerimentos dos seguintes referenciais de mercado:

• Regulamento do Novo Mercado (obrigatório);

• Código Brasileiro de Governança Corporativa (aplique ou explique);

• Índice Dow Jones de Sustentabilidade (inspiracional);

• Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE (inspiracional).

Assim, podemos direcionar esforços de melhoria e mensurar nossos avanços frente às demandas já consolidadas no mercado e na sociedade, com objetividade e pragmatismo.

Fóruns de Governança

Como reforço à estrutura de governança, além do Comitê de Auditoria, mantemos outros fóruns e comitês (não estatutários) para tratar temas específicos, estimulando um ambiente de transparência, compartilhamento e prestação de contas.

Os comitês são órgãos colegiados e compostos por membros que possuem, coletivamente, o conhecimento, as habilidades e competências necessárias ao desempenho das responsabilidades atribuídas a eles.

Os comitês têm por objetivo:

• Comitê Executivo: Implementa, examina, discute e fórmula recomendações à Diretoria Estatuária quanto aos planos, estudos e projetos estratégicos. É órgão de assessoramento.

• Comitê de Ética: Visa a assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão da aplicação do nosso Código de Ética, bem como acompanhar as ocorrências relatadas no Canal Ético.

• Comitê de Segurança do Trabalho: Operacionaliza o sistema de governança de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO), propondo um modelo de estrutura de gestão no qual a liderança participe e estimule a participação dos diversos níveis da organização.

• Comitê de Gestão de Imagem: Estabelece um relacionamento construtivo com os stakeholders por meio de comunicações direcionadas junto à imprensa, bem como busca minimizar impactos negativos na imagem da Companhia em decorrência de situações de crise.

• Comitê de Sustentabilidade: Acompanha a implantação e disseminação da cultura de sustentabilidade e as iniciativas dos Grupos de Trabalho (GTs) relacionados aos temas estratégicos de sustentabilidade.

• Comitê de Remuneração e Indicação: Assessora o Conselho de Administração com recomendações para indicação dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Estatutária da Companhia, bem como para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

• Comitê de Governança: em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 11/03/2019, decidiu-se a constituição de um Comitê de Governança Corporativa composto por, no mínimo, 2 (dois) membros da administração estatutária ou não estatutária da Companhia e por 1 (um) membro independente do Conselho de Administração. As reuniões do Comitê de Governança Corporativa terão periodicidade bimestral, a aprovação do regimento interno do Comitê de Governança Corporativa e a eleição de seus membros ocorrerão em reunião do Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração:

A prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do seu Conselho de Administração, objetiva corresponder à contraprestação devida pelo relevante papel exercido pelo Conselho na gestão, obedecido o limite fixado pela Assembleia de Acionistas. A remuneração atualmente estabelecida é somente o pró-labore e é destinada apenas aos membros independentes do Conselho.

Diretoria Estatutária:

A prática de remuneração da Diretoria visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A remuneração da diretoria estatutária, que obedece o limite fixado pela Assembleia de acionistas, é composta de salário ou pró-labore, reajustado nas mesmas bases dos reajustes concedidos aos empregados, e remuneração variável. A título de remuneração variável, a Companhia oferece um plano de participação nos resultados, segundo indicadores de desempenho e resultados, alinhada com os interesses da Companhia e de seus integrantes e, para os diretores empregados (celetistas), um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, não havendo qualquer outro benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração da Companhia, no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária, é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros segue a legislação trabalhista vigente, pois todos são contratados em regime CLT. A esses diretores, a Companhia oferece um plano de participação nos resultados, segundo indicadores de desempenho e resultados com base em acompanhamento de mercado e um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance. A política de remuneração deve estar alinhada com os interesses do emissor e de seus integrantes, não havendo qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem atualmente Conselho Fiscal instalado. Quando o mesmo existiu, até abril de 2009, não existia qualquer remuneração para os seus membros.

Comitês:

Comitê de Auditoria, Comitê de Governança Corporativa e Comitê de Indicação e Remuneração
A remuneração dos membros do comitê de assessoramento ao Conselho de Administração é baseada em pró-labore, de acordo com pesquisas de mercado e sondagens em empresas de porte ou características similares às da Companhia, e objetiva proporcionar a remuneração adequada para a responsabilidade desempenhada no Comitê. Somente membros independentes dos comitês recebem remuneração.

Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem

Não existe qualquer remuneração para os membros do Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Conselho de Administração

- Pró-labore - corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades do cargo.

Diretoria Estatutária

- Salários e pró-labore - correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.

- Benefícios - correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, assistência médica e etc., e tem como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

- Remuneração variável - i) participação nos resultados: tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, para os diretores empregados (celetistas): tem por objetivo criar senso de propriedade, estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

- Outros – correspondem a valores relativos à previdência social.

Diretoria não Estatutária

- Salários - correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.

- Benefícios - correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, incentivo à educação, assistência médica e etc., e tem como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

- Remuneração variável - i) participação nos resultados: tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas: tem por objetivo criar senso de propriedade, estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

- Outros - correspondem a valores relativos à previdência social.

Comitê de Auditoria, Comitê de Governança Corporativa e Comitê de Indicação e Remuneração

- Pró-labore - corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades dos membros independentes do Comitê.

- Outros – correspondem a valores relativos à previdência social.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho, Comitê de Gestão de Imagem e Comitê de Hedge

- Esse comitê é formado por profissionais da empresa que não recebem qualquer remuneração adicional por participação no Comitê.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,6%	0,9%	16,5%	-	100,0%
Diretoria Estatutária	53,4%	3,5%	11,1%	32,0%	100,0%
Diretoria não Estatutária	58,1%	9,1%	5,1%	27,7%	100,0%
Comitê de Auditoria	91,5%	-	8,5%	-	100,0%

**Informação referente aos valores pagos em 2020.*

iii. *Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:*

Para a remuneração dos membros do conselho de administração e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração é fixada em condições de Mercado e passa por reajuste anual, seguindo o mesmo parâmetro de reajuste definido nos acordos coletivos celebrados com os sindicatos para os colaboradores da Companhia.

O reajuste da remuneração fixa da diretoria estatutária e da diretoria não estatutária é feito anualmente, seguindo o mesmo parâmetro de reajuste definido nos acordos coletivos celebrados com os sindicatos para os colaboradores da Companhia, enquanto que a variável é definida com base em metas e performances a serem atingidas.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Conselho de Administração: a Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração; • Diretoria Estatutária: no caso do salário ou pró-labore, e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicável quando do alcance de tais metas, respeitando o limite de múltiplos salariais aprovado pelo Conselho de Administração;

Diretoria não Estatutária: no caso do salário e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicável quando do alcance de tais metas, nos termos negociados e definidos periodicamente junto aos sindicatos de cada categoria/estado. Sobre o programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, a quantidade de ações a ser efetivamente convertida para posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia, nos termos do Plano de Remuneração Baseado em Ações que estiver vigente.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração dos comitês de assessoramento.

Comitê Estratégico e de Desempenho Empresarial: não existe qualquer remuneração para os membros do comitê estratégico da Companhia

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A parcela da remuneração estruturada para refletir a evolução de indicadores de desempenho é a remuneração variável conferida à diretoria estatutária e não estatutária, a qual é proporcional ao alcance de indicadores de desempenho e metas definidos anualmente, conforme já mencionado.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	0,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.771.480,18	12.796.349,03	0,00	14.567.829,21
Benefícios direto e indireto	20.112,38	846.040,79	0,00	866.153,17
Participações em comitês	112.022,91	0,00	0,00	112.022,91
Outros	376.700,59	2.651.848,97	0,00	3.028.549,56
Descrição de outras remunerações fixas	Outros (INSS)	Outros (INSS)		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	6.698.215,31	0,00	6.698.215,31
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	978.854,52	0,00	978.854,52
Observação			Não houve instalação do Conselho Fiscal para 2020.	
Total da remuneração	2.280.316,06	23.514.870,00	0,00	26.251.624,68

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	0,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.056.436,29	12.370.747,89	0,00	13.427.184,18
Benefícios direto e indireto	16.919,92	639.247,09	0,00	656.167,01
Participações em comitês	72.878,06	0,00	0,00	72.878,06
Outros	225.862,83	2.157.289,02	0,00	2.383.151,85
Descrição de outras remunerações fixas	Outros (INSS)	Outros (INSS)		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.540.808,91	0,00	5.540.808,91
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	12.854.992,96	0,00	12.854.992,96
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação			Não houve instalação do Conselho Fiscal para 2019.	
Total da remuneração	1.372.097,10	33.563.085,77	0,00	34.935.182,87

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.256.031,00	11.738.818,17	0,00	12.994.849,17
Benefícios direto e indireto	332.073,00	571.355,27	0,00	903.428,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	397.026,00	2.351.947,32	0,00	2.748.973,32
Descrição de outras remunerações fixas	Outros (INSS)	Outros (INSS)		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	6.149.928,02	0,00	6.149.928,02
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação			Não houve instalação do Conselho Fiscal para 2018.	
Total da remuneração	1.985.130,00	20.812.048,78	0,00	22.186.486,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Previsto para o Exercício Social – 2020

Nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 foi concedida remuneração variável (participação nos resultados) apenas à diretoria estatutária. Para o exercício de 2021 também está previsto participação nos resultados somente para a diretoria estatutária.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	-	6	-	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	5.570.039,10	NA	5.570.039,10
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	6.962.548,88	NA	6.962.548,88
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	6.962.548,88	NA	6.962.548,88
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	-	NA	-

____

Nota: para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 80% de atingimento das metas.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	-	6	-	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	6.241.251,02	NA	6.241.251,02
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	7.801.563,78	NA	7.801.563,78
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	7.801.588,95	NA	7.801.588,95
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	-	NA	-

____

Nota: para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 80% de atingimento das metas.

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	-	6	-	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados				

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	5.790.871,16	NA	5.790.871,16
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	7.238.588,95	NA	7.238.588,95
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	7.238.588,95	NA	7.238.588,95
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	5.540.808,91	NA	5.540.808,91

Nota: para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 80% de atingimento das metas.

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	-	6	-	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	6.373.533,65	NA	6.373.533,65
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	7.966.917,07	NA	7.966.917,07
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	7.966.917,07	NA	7.966.917,07
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	-	NA	-

Nota: para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 80% de atingimento das metas.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A prática de remuneração da Diretoria visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A remuneração da diretoria estatutária, que obedece ao limite fixado pela Assembleia de acionistas, é composta de salário ou pró-labore, reajustado nas mesmas bases dos reajustes concedidos aos empregados, e remuneração variável. A título de remuneração variável, a Companhia oferece um plano de participação nos resultados, segundo indicadores de desempenho e resultados, alinhada com os interesses da Companhia e de seus integrantes e, para os diretores empregados (celetistas), um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, não havendo qualquer outro benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

No exercício de 2020, a Companhia reconheceu o valor de R$ 978.854,52 relativo à provisão de concessão proporcional de ações restritas para os diretores estatutários celetistas (empregados). Considerando que os diretores beneficiários foram contratados em 2019, e que o período de aquisição para a concessão é de 03 (três) anos a partir de cada outorga, embora a Companhia tenha provisionado os valores proporcionais relativos aos anos 2020 e 2019, as ações somente serão entregues aos diretores beneficiários no final do prazo de aquisição, oportunidade em que serão avaliadas as condições efetivas de desempenho firmadas no Plano de Remuneração em Ações aprovado pela Assembleia de 27 de dezembro de 2019.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Em 31 de dezembro de 2020 não havia nenhuma opção em aberto de membro do conselho da administração e da Diretoria Estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Exercício de 2020

Órgão	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	-
Em relação às opções exercidas informar:		
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de exercício	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	NA
Em relação às ações entregues informar:	NA	NA
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

Exercício de 2019

Órgão	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	-
Em relação às opções exercidas informar:		
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de exercício	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	NA
Em relação às ações entregues informar:	NA	NA
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

Exercício de 2018

Órgão	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	-
Em relação às opções exercidas informar:		
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de exercício	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	NA
Em relação às ações entregues informar:	NA	NA
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

a. Modelo de precificação
Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.
Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada
Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo
Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

	Nº de ações ordinárias	%
Acionista controlador	214.650.000	63,32%
Administradores	39.648.582	11,70%
Ações em Tesouraria	997.696	0,29%
Outros	83.703.722	24,69%
Total	339.000.000	100,0%

Posição acionária de 31/12/20, a composição acionária das quotas do Dibra Fundo de Investimentos em Ações está listada no tópico 15.1/2 Posição Acionária.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários pela Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6.00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00
Valor da maior remuneração	4.868.891,02	16.346.509,52	4.465.480,33	814.107,67	463.935,39	460.509,65
Valor da menor remuneração	3.480.470,76	2.830.001,03	3.151.175,81	527.699,10	207.592,40	302.034,77
Valor médio da remuneração	3.995.218,10	5.593.085,77	3.468.674,90	570.079,02	343.024,28	343.609,31

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária; (ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 11 meses do exercício de 2020; (iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados;
31/12/2019	Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária; (ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 11 meses do exercício de 2019; (iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados, inclusive benefícios decorrentes de cessação do exercício de cargo, em função da mudança da Vice-Presidência de Investimentos e Controladoria;
31/12/2018	Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária; (ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 12 meses do exercício de 2018; (iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados.

Conselho de Administração	
31/12/2020	Nota: Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por quatro, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.
31/12/2019	Nota: Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por quatro, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.
31/12/2018	Nota: Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por 4, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados; dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período e um membro exerceu sua função por menos de 12 meses.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não há apólices de seguro contratadas para instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Exercício de 2020

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	35,7	64,0

Exercício de 2019

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	33,8	72,3

Exercício de 2018

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	33,5%	82,9%

Não havia conselho fiscal instalado nos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Nenhum membro do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração por quaisquer serviços que não estejam relacionados à função que ocupam, seja por prestação de serviço de consultoria, assessoria ou comissões nos últimos três exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Os controladores, diretos ou indiretos, as sociedades sob controle comum e as controladas da Companhia não remuneraram membros do conselho de administração nem a diretoria estatutária e nenhum outro órgão da administração nos últimos três exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Não se aplica, pois todas as informações relevantes já foram apresentadas nos tópicos anteriores.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

A política de recursos humanos da Companhia está pautada em três premissas fundamentais: alinhamento com a estratégia do negócio, profissionalização e orientação para resultados. Assim, todos os projetos de desenvolvimento dos colaboradores têm forte vinculação com o alcance dos objetivos estratégicos, buscando consolidar práticas corporativas de gestão de pessoas que impulsionem o alto desempenho e favoreçam o clima de trabalho.

Os processos de recrutamento e seleção são realizados com base em requisitos técnicos e comportamentais, direcionados para a captação de talentos com o perfil requerido pelo negócio e com potencial para desenvolvimento de novas competências, contribuindo para a ampliação da diversidade de pessoas atuantes na organização Os programas de desenvolvimento são realizados com base nas competências essenciais que pautam a cultura da organização, com oferta de treinamentos internos e externos que desenvolvem conhecimentos requeridos para os colaboradores. (Aquisição de Talentos)

Em 2020, nossa Universidade Corporativa (UC) acelerou a implementação de novas soluções de educação a distância para conectar e desenvolver os colaboradores de todas as unidades. Garantir o desenvolvimento da liderança foi uma prioridade, pois acreditamos no papel fundamental dos nossos gestores em conduzir nossos times na execução da estratégia, especialmente em um ano tão desafiador. Assim, realizamos encontros mensais de capacitação com foco nas habilidades comportamentais e no entendimento do negócio. Mais de 12 mil horas de treinamento foram geradas pelo PDL, realizado totalmente on-line por meio do Microsoft Teams.

Para os demais colaboradores, disponibilizamos diversos conteúdos transversais relacionados às competências organizacionais, especialmente as competências dos profissionais do futuro, mencionadas no Fórum Econômico Mundial. Tais conteúdos foram liberados em ondas, e, ao final de cada uma, foram realizados webinars para discutir com os colaboradores as competências abordadas. Foram geradas mais de 7 mil horas entre os cursos transversais, competências do futuro e webséries.

Além disso realizamos seis edições da Jornada do Conhecimento on-line. Essa iniciativa potencializa o desenvolvimento do público de analistas da empresa, por meio de ferramentas e de boas práticas que podem ser incorporadas no dia a dia. Foram geradas mais de 2.500 horas de treinamento nas seis edições que contaram com temas como: sustentabilidade, metodologias ágeis, transformação digital, educação financeira, indústria 4.0, carreira e intraempreendedorismo.

Visando automatizar nossos processos, novas funcionalidades no sistema de gestão de pessoas foram liberadas e todos os gestores envolvidos foram capacitados a utilizá-la. Foram mais de 1.500 colaboradores treinados gerando mais de 7.500 horas de treinamento on-line.

Para manter uma boa comunicação com o colaborador, temos uma equipe de Comunicação dedicada à divulgação de informações e desenvolvimento de campanhas de engajamento. Para isso, dispomos de veículos de comunicação como Workplace (Rede Social Corporativa), Jornal Mural, Redes Sociais Externas (LinkedIn, Instagram e Facebook), Site Corporativo e e-mail. Todos possuem uma linha editorial específica e são atualizados constantemente, conforme o perfil dos diversos públicos.

Além disso, o setor de Comunicação, em parceria com as equipes de Estratégia e Gestão e de Recursos Humanos, mantém programas que incentivam encontros presenciais entre colaboradores de diversos níveis, promovendo a comunicação face a face e o engajamento, com impacto positivo no clima organizacional.

Com o intuito de desenvolver a carreira dos colaboradores, realizamos o programa Gestão de Desempenho que propicia o alinhamento dos objetivos individuais aos estratégicos, fornece subsídios para promoções, seleções, treinamentos, melhorias de processos de trabalho, consolidação da cultura de meritocracia, fortalecimento da liderança e aprimoramento do clima organizacional.

Em 2020, foram contemplados no Programa de Gestão de Desempenho mais de 1.700 colaboradores, sendo 1.240 especialistas, 291 líderes operacionais e 185 gerentes. Por meio desse programa, estimulamos uma cultura de feedback e desenvolvemos os colaboradores de uma forma estruturada, envolvendo a elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI).

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Na área de Saúde no ano de 2020 , destacamos a realização de 40 ações preventivas de saúde nas unidades industriais com diversas abordagens, tais como Combate à Dengue/Zica/ Chicungunya, Prevenção de doenças infectocontagiosas, Saúde da Mulher, Prevenção e Combate a Surdez, Prevenção e cuidados contra o coronavírus, Saúde Mental, Setembro Amarelo, lives sobre Outubro Rosa e Novembro Azul, dentre outros temas de relevância para nossos colaboradores. Foram publicados mensalmente, informativos sobre os temas relatados acima, bem como, orientações sobre a política interna de saúde da companhia através do canal Saúde em Foco, com objetivo de manter nossos colaboradores atualizados e comprometidos com os cuidados com sua saúde.

Foi realizada a Campanha de Vacinação contra H1N1 com total de 10.304 doses administradas em nossos colaboradores de todas as unidades do Grupo M Dias Branco. Realizamos a identificação e acompanhamento dos colaboradores mapeados como Grupo de Risco para o COVID-19 com o monitoramento de sua saúde rotineiramente.

Foi implantado o Canal de Teleatendimento 24 horas, acompanhando e prestando o serviço de monitoramento dos colaboradores que apresentavam sintomas gripais ou que relatassem ter tido contato com alguém diagnosticado com Covid19, com uma média de 4.885 atendimentos realizados entre profissionais médicos e de enfermagem.

A M Dias Branco adota uma Agenda Estratégica de Sustentabilidade, cuja governança envolve a atuação de grupos de trabalho (GTs) voltados para o fortalecimento de práticas sustentáveis nas dimensões do negócio. Ao todo são oito grupos de trabalho com atuação nacional, com focos de atuação distintos, tais como: cultura, comunidade, energia, meio ambiente, suprimentos, nutrição e saudabilidade, saúde/segurança e embalagens. Os grupos reportam-se a um Comitê de Sustentabilidade que apoia e impulsiona as iniciativas.

Em 2020, realizamos uma profunda análise das conexões do negócio com os ODS, identificando de que forma impactamos positiva e negativamente cada um dos 17 ODS, sendo que em 14 deles atuamos com ações direcionadas. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o compromisso de alinhar cada vez mais nossas estratégias e operações aos dez princípios universais que contribuem para o enfrentamento dos desafios da sociedade. Ao longo do relatório realizamos a nossa comunicação de progresso sobre os princípios do Pacto Global.

As ações sociais da Companhia incentivam projetos voltados para cultura, o esporte, a educação e a capacitação profissional, priorizando como público-alvo crianças, adolescentes e pessoas portadoras de necessidades especiais. Em 2020, foram alocados R$ 2 milhões em projetos enquadrados na Lei Rouanet, Lei de Esporte e Lei do Idoso, PRONON, PRONAS e Lei da Criança e do adolescente. Além disso, doamos R$ 17.386.839,95 em produtos para 159 Instituições.

Já com o objetivo de promover ações sustentáveis em relação ao meio ambiente, a Companhia desenvolveu um conjunto de atividades voltadas para a gestão ambiental, buscando minimizar impactos ambientais de suas unidades fabris, através do monitoramento da qualidade dos efluentes líquidos e gasosos, a correta destinação de resíduos e ao atendimento à legislação vigente. A Empresa investe em ações básicas de Educação Ambiental destinadas ao público interno.

O desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade é impulsionado por ações de educação e de comunicação, estimulando que todos os colaboradores tenham uma atitude sustentável no seu dia a dia no trabalho. As iniciativas alcançaram o público operacional, especialistas e gestores da Companhia em 2019. Dentre essas ações, podemos destacar: divulgação de relatório anual de sustentabilidade, encontro de sustentabilidade, programa de voluntariado, encontro de embaixadores da sustentabilidade e Jornada do Conhecimento.

A dimensão socioambiental é cada dia mais reconhecida pela M Dias Branco, mobilizando gestores e colaboradores com o objetivo de considerar a sustentabilidade um vetor importante para o exercício da cidadania corporativa. A cada ano procura-se aprimorar as ações e fortalecer os valores da Companhia, principalmente no relacionamento com os seus stakeholders: investidores/acionistas, clientes, colaboradores, meio ambiente, governo, comunidade/sociedade e fornecedores.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Em 31 de dezembro		
	2018	2019	2020
Área			
Produção	**10.304**	**9.535**	**9.815**
Comercial	**4.715**	**4.188**	**3.744**
Logística	**3.124**	**1.844**	**1.739**
Administrativa/Financeira	**2.254**	**2.097**	**1.802**
Total Geral	**20.397**	**17.661**	**17.100**

** O total de colaboradores exclui os estagiários e aposentados por invalidez.*

	Em 31 de dezembro		
ESTADO	**2018**	**2019**	**2020**
Alagoas	**84**	**81**	**79**
Amazonas	**37**	**34**	**30**
Bahia	**2.073**	**1.712**	**1.668**
Ceará	**6.822**	**6.024**	**5.936**
Distrito Federal	**103**	**102**	**63**
Espírito Santo	**163**	**113**	**94**
Maranhão	**273**	**222**	**212**
Minas Gerais	**205**	**171**	**132**
Pará	**41**	**40**	**39**
Paraíba	**434**	**380**	**396**
Paraná	**192**	**172**	**155**
Pernambuco	**3.006**	**2.509**	**2.375**
Piauí	**254**	**239**	**217**
Rio de Janeiro	**3.301**	**2.870**	**2.881**
Rio Grande do Norte	**458**	**435**	**430**
Rio Grande do Sul	**1.082**	**997**	**991**
São Paulo	**1.832**	**1.526**	**1.363**
Sergipe	**37**	**34**	**39**
Total	**20.397**	**17.661**	**17.100**

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Em 31 de dezembro		
	2018	2019	2020
Produção	1.251	1.811	1.697
Comercial	689	862	1.225
Logística	684	2.222	4.178
Administrativa/Financeira	569	728	1.347
Total Geral	**3.193**	**5.624**	**8.447**

c. Índice de rotatividade

	Ano		
	2018	2019	2020
Índice de Rotatividade	**8,04%**	**7,92%**	**7,86%**
Índice de Rotatividade (Média Mensal)	**0,67%**	**0,66%**	**0,66%**

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Os passivos e contingências trabalhistas da Companhia estão descritos nos itens 4.3 a 4.7 deste documento.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

No exercício social findo em 2020, a Companhia apresentou uma redução de 3,21% no número de colaboradores. Ao longo do ano, desenvolvemos um conjunto de iniciativas voltadas para aumento de produtividade e consequente redimensionamento do quadro de colaboradores. A área que apresentou a maior redução de vagas foi a Comercial, em função da restruturação da equipe comercial com a integração da Piraquê.

	Variação da Quantidade de Colaboradores				
	Em 31 de dezembro de				
	2018	2019	2019/2018 (%)	2020	2020/2019 (%)
Nº de Colaboradores	20.397	17.661	-13,41%	17.100	-3,21 %

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia adota uma estratégia de remuneração baseada em três pilares: alinhamento com as prioridades estratégicas do negócio, fortalecimento da cultura de resultados e equilíbrio salarial interno/externo (práticas de mercado), de forma a assegurar atratividade na captação e retenção de talentos. Os salários fixos são reajustados, anualmente, conforme acordos ou convenções coletivas das categorias de empregados e a legislação trabalhista.

A Companhia concede, ainda, reajustes salariais, mediante promoção/mérito de colaboradores que se destacam em seu desempenho e contribuem de uma maneira diferenciada para o atendimento das demandas do negócio, em alinhamento com o modelo de Gestão do Desempenho e com a Política de Cargos, Carreiras e Remuneração.

A remuneração variável mensal é concedida para a equipe comercial, como forma de impulsionar o alcance dos resultados estabelecidos na Gestão Estratégica e Orçamentária da Companhia. Além disso, adota-se de forma corporativa o programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), que contempla todos os colaboradores, vinculado ao alcance de metas setoriais e corporativas, com múltiplos de salários alinhados às práticas de mercado em organizações de porte semelhante, definidos conforme a natureza do cargo. Em 2017 realizamos a implementação do Incentivo de Longo Prazo (ILP) para o nível de diretoria não estatutária e em 2019 realizamos a implementação desse incentivo também para a diretoria estatutária celetista eleita em 2019, potencializando o comprometimento de todos com a sustentabilidade do negócio e o seu desempenho no longo prazo.

b. Política de benefícios

O pacote de benefícios concedidos aos empregados da Companhia inclui seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, custeio de treinamentos técnicos e comportamentais, transporte coletivo ou vale-transporte, refeição ou vale-refeição, cesta básica, auxílio-creche, subsidio de parte do custo em plano mensal que permite acesso a academias e assessorias esportivas por todo o Brasil e licença não remunerada para colaboradores que se ausentam para desenvolvimento de sua carreira, como um curso no exterior.

c. Planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não aplicável, pois a Companhia não possui planos de remuneração baseado em ações para empregados não-administradores.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

A Companhia possui um relacionamento de diálogo permanente com as entidades sindicais nas unidades onde atua no Brasil, mediante realização de reuniões periódicas em que são tratadas as demandas que requerem algum ajuste nas práticas de gestão de pessoas.

As negociações são conduzidas pelas áreas de Recursos Humanos e Jurídico, sempre buscando parâmetros com o mercado para subsidiar as decisões da Diretoria Executiva.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
1.147.696	0,339	0	0,000	1.147.696	0,339
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.					
07.973.152/0001-10	Brasileira-CE	Não	Sim	17/03/2011	
214.650.000	63,319	0	0,000	214.650.000	63,319
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
123.202.304	36,342	0	0,000	123.202.304	36,342
TOTAL					
339.000.000	100,000	0	0,000	339.000.000	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.	**07.973.152/0001-10**	

FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO

262.329.013-04	Brasileiro-CE	Não	Não	19/03/2018	
54	10,000	0	0,000	54	10,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

155.400.143-91	Brasileiro-CE	Não	Não	19/03/2018	
54	10,000	0	0,000	54	10,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO

220.794.163-91	Brasileiro-CE	Não	Não	19/03/2018	
54	10,000	0	0,000	54	10,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.	**07.973.152/0001-10**	

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO

272.898.853-68	Brasileira-CE	Não	Não	19/03/2018	
271	50,000	0	0,000	271	50,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA

273.184.433-72	Brasileira-CE	Não	Não	19/03/2018	
54	10,000	0	0,000	54	10,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco

235.899.653-04	Brasileira-CE	Não	Não	19/03/2018	
54	10,000	0	0,000	54	10,000

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.				07.973.152/0001-10	
TOTAL					
541	100,000	0	0,000	541	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

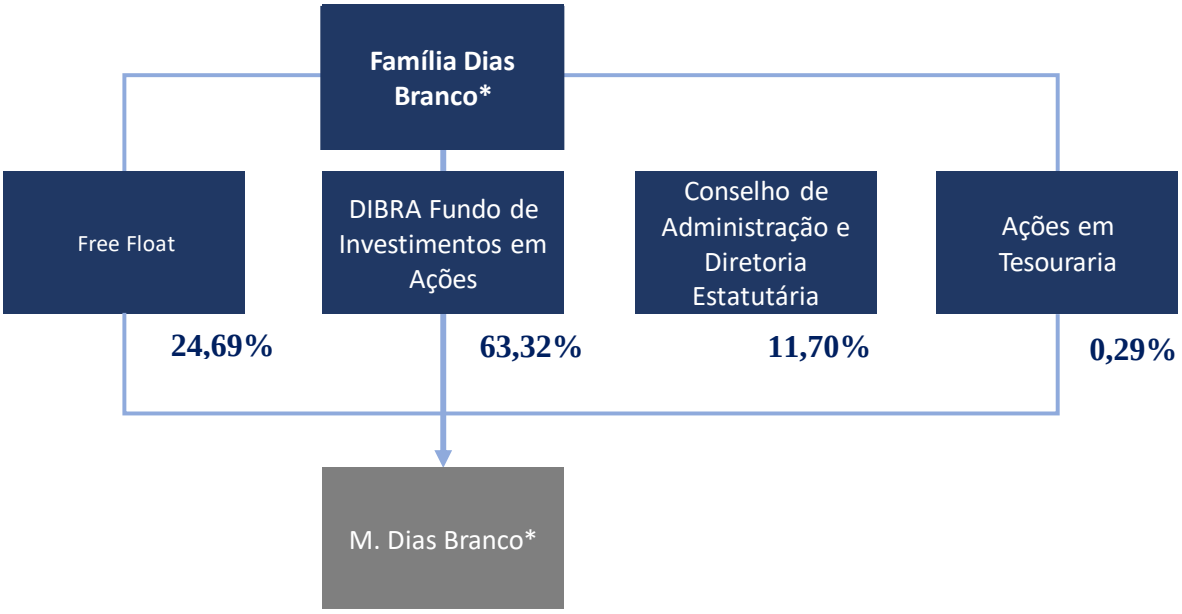
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física	101.893
Quantidade acionistas pessoa jurídica	286
Quantidade investidores institucionais	447

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	83.169.222	24,534%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	83.169.222	24,534%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



* A composição acionária do Dibra Fundo de Investimentos em Ações é formada pela Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco e seus filhos (Maria das Graças Dias da Escóssia, Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco). Os detalhes da composição acionária do fundo são listados no tópico *15.1/2 Posição Acionária*, neste Formulário.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Como mencionado no item 15.1 acima a Companhia não possui acordos de acionistas.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreram alterações relevantes no grupo de controle da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários detinham, direta ou indiretamente, em conjunto, 254.298.582 ações ordinárias, o que representa 75,02% do capital social da Companhia. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações da Companhia, pelos membros do Conselho de Administração da Companhia e pelo Acionista Vendedor, assim como as ações em tesouraria na data deste documento.

Acionista	**Ações**	**(%)**
Dibra Fundo de Investimento em Ações	214.650.000	63,32%
Administradores	39.648.582	11,70%
Outros	83.703.722	24,69%
Ações em Tesouraria	997.696	0,29%
Total	**339.000.000**	**100%**

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Não houve operações societárias.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Em 20 de janeiro de 2020, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral o programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia (o “Programa de Recompra”), cujo objetivo é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas a: (a) atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2017; e, (b) maximizar a geração de valor para os acionistas.

A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 8.472.614 (oito milhões, quatrocentas e setenta e duas mil, seiscentas e catorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 10% (dez por cento) do total de Ações em Circulação no mercado em 13/01/2020, sendo que a efetiva recompra do número total de ações aprovada dependerá, dentre outros aspectos, do número de ações em tesouraria mantidas pela Companhia no momento da negociação e o saldo das reservas disponíveis, de modo a atender aos limites previstos no artigo 8º da ICVM 567/15 e demais normas aplicáveis, em especial o limite mínimo de ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

O Prazo para a realização da operação é de no máximo de 18 (dezoito) meses, iniciando-se em 21 de janeiro de 2020, inclusive, e encerrando-se, desse modo, em 21 de julho de 2021, inclusive.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

A Política de Contratação de Partes relacionadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2013 e revisada em 09 de Agosto de 2019, visando assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, com estrita observância das regras legais contidas na lei nº 6.404/76 e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A referida política se aplica a todas as unidades e está baseada no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas Normas da Comissão de Valores Mobiliários que dispõem sobre o assunto, no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC 05, nas regras do Novo Mercado e nas melhores Práticas de Governança Corporativa.

Conforme a referida política, a realização de transação com parte relacionada somente deve ser realizada quando atendidos alguns requisitos mínimos, como a comprovação de que a parte relacionada efetivamente dispõe de condições para comercializar ou prestar o serviço pretendido nas condições de qualidade exigida, quando existir comprovação documental que a parte relacionada cobra preços compatíveis com o mercado e que a operação não gerará prejuízos para a Companhia, dentre outros requisitos.

Quando envolver montante relevante, a transação deverá ser pré-analisada pelo Comitê de Auditoria, que deverá verificar as vantagens da transação para a Companhia. Posteriormente, a análise deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração, que se manifestará expressamente sobre sua aprovação.

Em regra, a M.Dias Branco não realiza operações de natureza financeira com sociedades sob o mesmo controle. Contudo, no que tange à prestação de garantias, a Presidente do Conselho de Administração da Companhia figura em parte dos contratos financeiros na posição de avalista.

As empresas das quais os Membros Próximos da Família detêm o controle, têm participação societária relevante ou têm influência significativa que apresentaram movimentação com o emissor, são as seguintes: Dias Branco Administração e Participação Ltda., Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda., Terminal Portuário Cotegipe S.A., Companhia Industrial de Cimento Apodi e Idibra Participações Ltda., todas sociedades que apresentam ou apresentaram transações com o emissor.

A Política de Contratação de Partes Relacionadas está disponível na íntegra no site de RI, no tópico Governança Corporativa\ Outras Políticas\Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse.

As operações contratadas estão resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Buhler & Scherler S.A	21/12/2020	782.972,65	Saldo em 31/12/2020: R $ 64.640,62	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Parte relacionada
Objeto contrato	Prestação de serviços de assessoria ou consultoria
Garantia e seguros	Não se aplica
Rescisão ou extinção	Não se aplica
Natureza e razão para a operação	Não se aplica
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

LDB Logistica e Transporte Ltda	02/01/2020	14.030.638,70	Saldo em 31/12/2020: R $ 213.719,83	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Parte Relacionada
Objeto contrato	Serviços de Transporte e Cargas
Garantia e seguros	Não se aplica
Rescisão ou extinção	Não se aplica
Natureza e razão para a operação	Não se aplica
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

LDB Transportes de Cargas Ltda	02/01/2020	13.814.775,49	Saldo em 31/12/2020: R $ 280.280,5	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Parte Relacionada
Objeto contrato	Serviços de Transporte e Cargas
Garantia e seguros	Não se aplica

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	30/01/2020	7.246.666,93	Saldo em 31/12/2020: R $ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Prestação de Serviço na Descarga de Trigo e Outros Serviços						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
COEMDIBRA - COOPERATIVA DE EMPREGADOS DO M DIAS BRANCO	02/01/2020	141.936,52	Saldo em 31/12/2020: R $ 2.598,58	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Compra de Ativo Imobilizado e Material para uso e consumo						
Garantia e seguros	não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	31/12/2020	43.703.611,01	Saldo em 31/12/2020: R $ 43.703.611,01	Não se aplica	Até 15/01/2024	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Presidente do Conselho de Administração						
Objeto contrato	Prestação de garantias em partes dos contratos financeiros da Companhia						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Afiançado						
COEMDIBRA - COOPERATIVA DE EMPREGADOS DO M DIAS BRANCO	06/01/2020	506.506,15	Saldo em 31/12/2020: R $ 34.077,8	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	17/01/2020	6.039.105,32	Saldo em 31/12/2020: R $ 20.854,6	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						
Objeto contrato	Serviço de Descarga de Trigo						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
IDIBRA Participações Ltda.	21/01/2020	1.784,51	Saldo em 31/12/2020: R $ 1.448,15	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	06/01/2020	6.035,95	Saldo em 31/12/2020: R $ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Venda de Produtos Fabricados pela Companhia						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
IDIBRA Participações Ltda.	13/01/2020	1.839.633,93	Saldo em 31/12/2020: R $ 1.500,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de Serviços em Construção Civil						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	02/01/2020	432.444,17	Saldo em 31/12/2019: R $ 0,0	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Compra de Ativo Imobilizado e Material para uso e consumo						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	21/01/2020	2.049.112,52	Saldo em 31/12/2020: R $ 82.375,90	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Prestação de Serviço de Manutenção e Instalação de Equipamentos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
IDIBRA Participações S.A	24/01/2020	13.000,00	Saldo em 31/12/2020: R $ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Não se aplica						
Objeto contrato	Venda de Imobilizado e Remessa em bonificação, doação ou brinde						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Industrial de Cimento Apodi	24/07/2020	384.029,06	Saldo em 31/12/2020: R $ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Compra de Ativo Imobilizado						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
LDB Logistica e Transporte Ltda	13/01/2020	30.354,98	Saldo em 31/12/2020: 8.691,47	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	06/01/2020	638.732,52	Saldo em 31/12/2020: R $ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Serviços de hotelaria						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	07/01/2020	3.983,25	Saldo em 31/12/2020: R $ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
COEMDIBRA- COOPERATIVA DE EMPREGADOS DO M. DIAS BRANCO	14/02/2020	3.995,92	Saldo em 31/12/2020: R $ 0,0	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Parte Relacionada
Objeto contrato	Venda de Imobilizado e Remessa em bonificação, doação ou brinde
Garantia e seguros	Não se aplica
Rescisão ou extinção	Não se aplica
Natureza e razão para a operação	Não se aplica
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

LDB TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.	13/01/2020	19.027,37	Saldo em 31/12/2020: R $ 433,60	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Parte Relacionada
Objeto contrato	Venda de Produtos Fabricados pela controladora
Garantia e seguros	Não se aplica
Rescisão ou extinção	Não se aplica
Natureza e razão para a operação	Não se aplica
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

THB CE CONSULTORIA, GERENCIA DE RISCOS E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA	21/12/2020	316.069,40	Saldo em 31/12/2020: R $ 131.903,75	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Partes relacionadas
Objeto contrato	Prestação de serviços de assessoria ou consultoria
Garantia e seguros	Não se aplica

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Não se aplica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas à Administração a que estavam subordinadas, em linha com as práticas existentes atualmente na Companhia.

Conforme mencionado no item 16.1, a Companhia realiza, por meio de sua Diretoria, análises prévias das condições das transações com partes relacionadas. Adicionalmente, adota práticas de governança corporativa, do Regulamento do Novo Mercado, e atua em conformidade à Lei das Sociedades por Ações, a qual prevê, dentre outras, que qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Para o tratamento de conflito de interesses a companhia dispõe de política específica com o propósito estabelecer regras, diretrizes e métodos a serem observados para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com Partes Relacionadas, assim como outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas. Dessa forma, adotamos as seguintes medidas: (i) instalação de um Comitê de Ética, que é o órgão responsável por assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão dos comunicados recebidos através do Canal Ético, o qual deve ser consultado em todos os casos de possíveis conflitos de interesses; (ii) monitoramento de conflitos de interesse em potencial e à observância do Código de Ética da Companhia pelo Comitê de Auditoria, órgão formado apenas por membros independentes; (iii) supervisão pelo Conselho de Administração do relacionamento entre os executivos entre si e com as demais partes interessadas, mediando e solucionando impasses e conflitos; e (iv) solução de conflito de interesses por meio de arbitragem, conforme o capítulo X do Estatuto Social.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre as partes relacionadas estão em linha com as praticadas pelo mercado e são realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em consideração análises feitas pela Administração para cada operação. A escolha da empresa a ser contratada também leva em consideração as condições comerciais e/ou qualificações técnicas aplicáveis.

Nos contratos mencionados no item 16.2 não há taxas de juros tendo em vista a natureza de tais contratos. Para mais informações, consultar o item 16.2 acima.

Os negócios e as operações entre a Companhia e as partes relacionadas, atualmente em vigor até a data de publicação deste documento, estão brevemente resumidos abaixo.

Comodato de bens móveis

A Companhia é comodatária em alguns contratos de comodato de bens móveis com a Idibra Participações S.A e com a Companhia Industrial Cimento Apodi, empresas não controladas e nem coligadas à Companhia, mas das quais Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

Comodato de bens imóveis

A Companhia celebrou dois contratos de comodato de bens imóveis, com Dias Branco Administração e Participações Ltda., empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

Contratos de locação

A Companhia é locatária de um bem imóvel de propriedade da Dias Branco Administração e Participações Ltda, empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta. As condições e preços fixados no contrato são satisfatórios à Companhia.

Com relação aos montantes envolvidos em 2020 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020, ver item 16.2.

Fornecimento de matéria-prima e de produtos

A Companhia fornece farinha de trigo para sua controlada Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., a mesma fornece gorduras para a controladora, e entre si produtos para comercialização com preços e condições adequados aos de mercado.

A Companhia fornece produtos para a Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco, praticando preços e condições adequados aos de mercado.

Com relação aos montantes envolvidos em 2020 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020, ver item 16.2.

Prestação de serviço de descarga de trigo

A Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., empresa com controle compartilhado, presta serviço de descarga de trigo para a Companhia com preços e condições de mercado. Nessas mesmas condições, também ocorre operações de descarga de trigo contratadas entre a Companhia e o Terminal Portuário Cotegipe S.A., empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta

Com relação aos montantes envolvidos em 2020 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020, ver item 16.2.

Fornecimento de combustível

A Companhia compra combustível para o abastecimento de alguns de seus veículos de distribuição da empresa Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., a qual a partir de 01 de fevereiro de 2018 os sócios considerados partes relacionadas da Companhia se retiraram da sociedade.

Com relação aos montantes envolvidos em 2020 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020, ver item 16.2.

Transporte de cargas

A Companhia contrata serviço de transporte de cargas da LDB Transporte de Cargas Ltda. e da LDB Logística e Transporte Ltda., empresas não controladas e nem coligadas à Companhia, mas da qual o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Junior é sócio. Como usual neste tipo de contratação, a Companhia não celebra contratos formais para realizar essas operações, mas as contratam por demanda, formalizada por meio de conhecimentos de frete. O valor das operações é determinado mediante negociação específica com a empresa supracitada e também comparado com preços de transporte do mercado, por meio do Índice Nacional do Custo de Transportes de Lotações – INCTL, que é aceito como uma referência de mercado para este tipo de serviço.

Com relação aos montantes envolvidos em 2020 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020, ver item 16.2.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Contratação de serviços de hotelaria

A Companhia contrata serviços de hotelaria para seus colaboradores e prestadores de serviços com a empresa Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda., empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta. A contratação do serviço é feita por agência de turismo independente.

Com relação aos montantes envolvidos em 2020 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020, ver item 16.2.

Prestação de serviço de manutenção e instalação de equipamentos

A Companhia contrata serviços de manutenção e instalação de equipamentos da AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda., empresa que presta serviço de manutenção e instalações de equipamentos, a qual não é controlada e nem coligada à Companhia, mas o Sr. Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco é sócio.

Com relação aos montantes envolvidos em 2020 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020, ver item 16.2.

Fornecimento de materiais e prestação de serviços para construção civil

A Companhia compra materiais para obras civis da Companhia Industrial de Cimento Apodi e contrata serviços de construção civil da Idibra Participações Ltda., empresas que não são controladas e nem coligadas à Companhia, mas das quais Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

Com relação aos montantes envolvidos em 2020 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020, ver item 16.2.

Prestação de garantias

A Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora da maioria de tais contratos. Em parte desses instrumentos, figuram também como garantidores, em conjunto com a Sra. Maria Consuelo, alguns dos diretores estatutários.

Com relação aos montantes envolvidos em 2020 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020, ver item 16.2.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
26/03/2021	2.597.656.478,44		339.000.000	0	339.000.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
06/03/2020	2.567.941.479,94		339.000.000	0	339.000.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
05/03/2018	Conselho de Administração	05/03/2018	493,534,906.11	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
11/03/2019	Conselho de Administração	11/03/2019	249,767,191.68	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
06/03/2020	Conselho de Administração	06/03/2020	59,540,915.21	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
26/03/2021	Conselho de Administração	26/03/2021	29,714,998.50	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramento nos últmos 3 anos.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de Capital Social.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Em 05 de março de 2018, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital social em R$ 493.354.906,11, sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais de ICMS, constituídas no período de 2014 a 2016. A partir desta data o capital social passou a ser de R$ 2.258.633.373,05, dividido em 339.000.000 ações ordinárias, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento.

Em 11 de março de 2019, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, nos termos do § 4º do artigo 5º do Estatuto Social, o aumento do capital social em R$ 249.767.191,68, sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas para reinvestimentos e reserva de isenção de IRPJ. A partir desta data o capital social passou a ser de R$ 2.508.400.564,73, dividido em 339.000.000 ações ordinárias, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento.

Em 06 de março de 2020, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital social em R$ 59.540.915,21, sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais de redução de impostos de renda do ano-calendário 2018. A partir desta data o capital social passou a ser de R$ 2.567.941.479,94, dividido em 339.000.000 ações ordinárias, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento.

Em 30 de abril de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, proposta para alteração dos seguintes dispositivos do Estatuto Social, conforme justificativas constantes da proposta da administração divulgada ao mercado e aos acionistas em geral: (a) nos termos do §2º, do artigo 9º que dispõe sobre normas gerais da administração; (b) Alteração da redação do caput e do §4º, do artigo 10, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração; (c) Alteração da redação da alínea “XIV”, do artigo 14, que dispõe sobre as atribuições do Conselho de Administração e (d) Atualização do valor do capital social previsto no caput do artigo 5º, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.597.656.478,44, dividido em 339.000.000.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações ordinárias da Companhia conferem direito ao recebimento de dividendos, na proporção das participações dos seus titulares no capital social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, é conferido aos titulares das ações de sua emissão o direito ao reembolso do capital, na proporção das participações por eles detidas no seu capital social, após o cumprimento de todas as obrigações sociais.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia e o Regulamento do Novo Mercado, conforme o caso, as deliberações aprovadas em assembleia geral não podem privar os acionistas da Companhia dos direitos previstos em lei, podendo, contudo, suspender direitos do acionista remisso.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes foram citadas anteriormente.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Conforme disposto no Estatuto Social, a Companhia estará obrigada a realizar oferta pública de ações nas seguintes situações:

a) Alienação do controle acionário:

A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações ordinárias aos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

b) Saída do Novo Mercado:

A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser submetida à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), que somente a deferirá se precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta. A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer em decorrência:

(i) da decisão do acionista controlador ou da Companhia;
(ii) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e,
(iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

Na realização de OPA para saída do Novo Mercado, devem ser observados os seguintes requisitos:

(i) O preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na legislação societária; e,
(ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização da OPA mencionada no artigo 27, na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral. A assembleia geral referida no caput deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação.

A aplicação de sanção à Companhia de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Não se aplica, tendo em vista que o Estatuto Social da Companhia atualmente não prevê nenhuma situação que implique na suspensão de direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.928.900	44,32	26,38	R$ por Unidade	37,87
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.642.366	40,84	27,10	R$ por Unidade	34,45
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.569.833	40,61	33,44	R$ por Unidade	37,54
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.240.803	36,48	31,96	R$ por Unidade	33,81

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
29/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.369.711.785	48,78	40,81	R$ por Unidade	45,76
28/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.427.542.769	43,72	36,72	R$ por Unidade	39,67
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.554.523.268	41,97	32,64	R$ por Unidade	37,16
30/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.834.035.177	38,22	31,95	R$ por Unidade	34,90

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.757.460.649	60,75	48,87	R$ por Unidade	54,37
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.769.456.466	50,80	37,39	R$ por Unidade	42,93
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.225.819.553	43,89	36,74	R$ por Unidade	39,90
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.409.948.113	52,10	39,00	R$ por Unidade	43,32

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária - 1º sér
Data de emissão	15/03/2021
Data de vencimento	13/03/2028
Quantidade	288.620
Valor total	288.620.000,00
Saldo Devedor em Aberto	288.620.000,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer momento, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, de forma conjunta ou individual, total ou parcial, com o consequente cancelamento das mesmas, que será endereçada à Debenturista, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão (“Oferta de Resgate Antecipado”). a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação direcionada à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA nos endereços constantes da Cláusula Nona abaixo (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures”), na qual estarão descritos os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) o valor proposto para o resgate antecipado das Debêntures, o qual obrigatoriamente será equivalente à totalidade do Valor do Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, conforme o caso, até a data do resgate antecipado; (b) o percentual do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido, se houver, que não poderá ser negativo; (c) a forma e o prazo de manifestação da Debenturista à Emissora sobre a quantidade de Debêntures que aderirá à Oferta de Resgate Antecipado, prazo esse que deverá ser de, no mínimo, 15 (quinze) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (“Prazo de Adesão”); (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures, que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 40 (quarenta) Dias Úteis contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; (e) se o efetivo resgate antecipado das Debêntures pela Emissora está condicionado à adesão da totalidade ou de um número mínimo das Debêntures à Oferta de Resgate Antecipado; (f) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à parte ou totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série; (g) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa às Debêntures de todas as séries ou apenas de uma ou duas Séries; e (h) demais informações necessárias à tomada de decisão pela Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura do Boletim de Subscrição, conforme modelo constante no Anexo III a esta Escritura de Emissão (“Boletim de Subscrição”), a ser firmado pela Debenturista. As Debêntures são representativas de direitos creditórios do agronegócio uma vez que: (i) os recursos do Cronograma de Destinação dos Recursos serão integral e exclusivamente destinados à aquisição de Insumos, caracterizados como “produtos agropecuários” para fins do parágrafo primeiro do artigo 23, da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”), pois sua origem é essencialmente o cultivo e a produção agrícola; e (ii) os Insumos serão adquiridos pela Emissora diretamente de pessoas que desenvolvam a atividade de cultivo e produção, ou seja, que se caracterizam como “produtores rurais” nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 971, de 13 de novembro de 2009 (“IN RFB 971”), conforme verificado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos CRA e listados no Anexo I da Escritura de Emissão, com base em contratos de fornecimento em vigor.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	-
Outras características relevantes	-

Identificação do valor mobiliário	Terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária - 2º sér
Data de emissão	15/03/2021
Data de vencimento	13/03/2031
Quantidade	523.024
Valor total	523.024.000,00
Saldo Devedor em Aberto	523.024.000,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer momento, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, de forma conjunta ou individual, total ou parcial, com o consequente cancelamento das mesmas, que será endereçada à Debenturista, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação direcionada à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA nos endereços constantes da Cláusula Nona abaixo ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures"), na qual estarão descritos os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) o valor proposto para o resgate antecipado das Debêntures, o qual obrigatoriamente será equivalente à totalidade do Valor do Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, conforme o caso, até a data do resgate antecipado; (b) o percentual do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido, se houver, que não poderá ser negativo; (c) a forma e o prazo de manifestação da Debenturista à Emissora sobre a quantidade de Debêntures que aderirá à Oferta de Resgate Antecipado, prazo esse que deverá ser de, no mínimo, 15 (quinze) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures ("Prazo de Adesão"); (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures, que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 40 (quarenta) Dias Úteis contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; (e) se o efetivo resgate antecipado das Debêntures pela Emissora está condicionado à adesão da totalidade ou de um número mínimo das Debêntures à Oferta de Resgate Antecipado; (f) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à parte ou totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série; (g) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa às Debêntures de todas as séries ou apenas de uma ou duas Séries; e (h) demais informações necessárias à tomada de decisão pela Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura do Boletim de Subscrição, conforme modelo constante no Anexo III a esta Escritura de Emissão ("Boletim de Subscrição"), a ser firmado pela Debenturista. As Debêntures são representativas de direitos creditórios do agronegócio uma vez que: (i) os recursos do Cronograma de Destinação dos Recursos serão integral e exclusivamente destinados à aquisição de Insumos, caracterizados como "produtos agropecuários" para fins do parágrafo primeiro do artigo 23, da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076"), pois sua origem é essencialmente o cultivo e a produção agrícola; e (ii) os Insumos serão adquiridos pela Emissora diretamente de pessoas que desenvolvam a atividade de cultivo e produção, ou seja, que se caracterizam como "produtores rurais" nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 971, de 13 de novembro de 2009 ("IN RFB 971"), conforme verificado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos CRA e listados no Anexo I da Escritura de Emissão, com base em contratos de fornecimento em vigor.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	-
Outras características relevantes	-

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1
Nota Comercial	0	0	1

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código “MDIA3” desde outubro de 2006.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui ações negociadas em mercados estrangeiros. Todas as suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possuia valores mobiliários emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

A Companhia, suas controladas e o acionista controlador não realizaram oferta pública de distribuição nos três últimos exercícios sociais.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não se aplica, visto que a Companhia, suas controladas e o acionista controlador não realizaram nenhuma oferta pública nos três últimos exercícios sociais.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

A Companhia, suas controladas e o acionista controlador não realizaram nenhuma oferta pública de aquisição de ações de terceiros nos três últimos exercícios sociais.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Todas as informações relevantes relativas a este item foram citadas anteriormente.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
20/01/2020	21/01/2020 à 21/07/2021	2.009.917.000,00	Ordinária		8.472.614	10,000000	1.105.000	0,00	R$ por Unidade	1,304201
Objetivo: adquirir ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas a: (a) atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2017; e, (b) maximizar a geração de valor para os acionistas. Data base das reservas/lucros para recompra: 31/03/2021.										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2020

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	1.105.000	39,42
Quantidade alienada	107.304	36,65
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	997.696	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2018

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes relativas a este item foram citadas anteriormente.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	**11/03/2019**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Administradores ou controladores da Companhia ou do Acionista Vendedor; Administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional Outras pessoas vinculadas a oferta Cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens anteriores

Principais características

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia tem como propósito estabelecer as regras de negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia e suas Sociedades Controladas, de modo a coibir a prática de insider trading (uso indevido de Informação Privilegiada em benefício próprio ou de terceiros) e tipping (fornecimento de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), assim como preservar a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia. As regras estabelecidas na presente Política aplicam-se à Companhia e às Pessoas Relacionadas, conforme o caso.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia está disponível no site http://www.mdiasbranco.com.br/ri/ na seção “Governança Corporativa |Política de Divulgação e Negociação”.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Nas hipóteses descritas a seguir, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pela Companhia e pelas Pessoas Relacionadas(“Período de Bloqueio”):
(i) sempre que ocorrer qualquer Ato ou Fato Relevante nos negócios da Companhia de que tenham conhecimento as Pessoas Relacionadas;
(ii) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da M. DIAS BRANCO pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas, suas Sociedades Coligadas ou outra sociedade sob controle comum;
(iii) sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
(iv) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar, agrupar ou emitir outros valores mobiliários e a publicação dos respectivos editais ou anúncios;
(v) no período de 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) e das demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP); e
(vi) em todos os períodos em que, por força de comunicação escrita do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, haja determinação de vedação à negociação dos Valores Mobiliários da Companhia.

As vedações previstas nos itens (i), (iii) e (iv) acima deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue Ato ou Fato Relevante ao mercado, exceto se a negociação, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos negócios da M. DIAS BRANCO, de maneira a resultar prejuízo à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo essa restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.

A vedação prevista no item (ii) acima somente existirá na data em que a própria Companhia negocie ou informe às Pessoas Relacionadas que negociará com Valores Mobiliários de sua própria emissão.

A Companhia adotará os procedimentos e medidas abaixo, sem prejuízo de outros que entender necessários, a fim de evitar e fiscalizar eventuais infrações à Política:
(i) exigência de celebração de Termo de Adesão pelas Pessoas Relacionadas, nos termos do Anexo A;
(ii) comunicados divulgados às Pessoas Relacionadas, pelo Diretor de Relações com Investidores, alertando sobre abertura e fechamento das janelas de negociação durante os Períodos de Bloqueio;
(iii) monitoramento dos Programas Individuais de Investimento;
(iv) realização de treinamentos, cuja periodicidade e conteúdo serão definidos pela Diretoria de Relações com Investidores.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações relevantes relativas a este item foram citadas anteriormente.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Companhia possui Política de Divulgação de Uso de Informações e de Negociação de Valores, contida no documento intitulado Manual de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, em linha com o que dispõe a Instrução CVM 358, que foi aprovada e atualizada em reunião do Conselho de Administração em 11 de março de 2019.

Esta Política tem como propósito: (i) estabelecer regras e diretrizes para a divulgação e uso de Informações Relevantes no âmbito da Companhia e de suas Sociedades Controladas e Sociedades Coligadas, bem como para a manutenção do sigilo de tais informações, enquanto não divulgadas; (ii) estabelecer as normas gerais e de conduta que serão utilizadas pela Companhia para classificar informações como Atos ou Fatos Relevantes, e para divulgar tais informações, conferindo, em benefício dos investidores e do mercado em geral, previsibilidade às condutas que serão adotadas pela Companhia; e (iii) evitar e coibir a disseminação seletiva de informações sobre Ato ou Fato Relevante.

Essas pessoas devem firmar o respectivo "Termo de Adesão" à presente Política. A Companhia manterá em sua sede, relação das pessoas que firmarem o Termo de Adesão, a qual será atualizada continuamente à medida que for necessária a adesão de novas pessoas. Cópia dos Termos assinados será entregue ao Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores. Sempre que houver alteração desta Política, os subscritores dos Termos de Adesão deverão assinar novos Termos e entregá-los prontamente à Companhia. Tais documentos serão mantidos à disposição dos órgãos reguladores. Os Termos de Adesão deverão permanecer arquivados na sede da Companhia enquanto seus signatários mantiverem vínculo com a Companhia, e por, no mínimo, cinco anos após o seu desligamento.

Princípios da comunicação corporativa

Ética – Todas as pessoas sujeitas a esta Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores de boa-fé, lealdade e veracidade.

Acesso à Informação – É essencial que a Companhia garanta a disponibilidade de Informações Relevantes com regularidade e qualidade. É ainda, obrigação das pessoas sujeitas às disposições previstas nesta Política assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa, contínua e desenvolvida por meio dos administradores incumbidos dessa função, devendo, também, abranger dados sobre a evolução das suas respectivas posições acionárias no capital social da Companhia, na forma prevista nesta Política e na legislação em vigor.

Igualdade de Tratamento – A informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas e investidores da M. DIAS BRANCO, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo. O relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se-á de modo uniforme e transparente. O fluxo de informações será contínuo, mesmo em situações de crise.

Transparência – As informações disponibilizadas ao público investidor devem pautar-se pela transparência, ou seja, devem refletir fielmente as operações e a situação econômico-financeira da Companhia. Toda divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou qualquer outra divulgação de informação, deverá observar o disposto nesta Política e na legislação em vigor.

Liberdade de Decisão – As decisões de investimento (venda, compra ou permanência) são atos exclusivos de cada investidor, assim como a busca pelos melhores retornos que deve se pautar pela análise e pela interpretação da informação divulgada ao mercado e jamais pelo acesso privilegiado a informações.

Relatórios Obrigatórios

Os relatórios obrigatórios (DFP, ITR, Demonstrações Financeiras e Formulário de Referência) deverão ser entregues pela Companhia dentro da forma e do prazo estipulados em lei e na regulação aplicável. Referidos documentos devem ser entregues simultaneamente na CVM (em português e, eventualmente, em inglês), nas Bolsas de Valores e no Website de RI (em versões em português e inglês).

Relatórios Gerenciais de Resultado (Earnings Releases)

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Os relatórios trimestrais informarão o público alvo sobre os desempenhos operacional e econômico-financeiro da Companhia no trimestre e acumulado no ano em curso (comparativamente ao período do ano anterior e/ou imediatamente anterior ao reportado), por meio de uma análise objetiva dos resultados obtidos e posição de balanço.

Projeções e Estimativas de Resultados

A Companhia não divulgará projeções e nem estimativas (guidance) de seus resultados ou performance futura.

Feedback à Administração

É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores manter a administração da Companhia informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Companhia.

Período de Silêncio

Conforme a legislação e a regulamentação vigentes, a Companhia se absterá de divulgar interna ou publicamente informações sobre seus resultados àqueles que não sejam os profissionais envolvidos no preparo, análise e aprovação de tais demonstrações contábeis no período que antecede a entrega dessas informações à CVM e às Bolsas de Valores ("Período de Silêncio").

A Companhia observará o Período de Silêncio no período de 15 (quinze) dias anteriores à data de divulgação pública de seus resultados trimestrais ou anuais.

Práticas de divulgação de resultados da companhia

O sistema utilizado pela Companhia para comunicação com o público investidor é composto pelos instrumentos descritos nos itens abaixo:

- **Divulgação Seletiva**

A divulgação seletiva – que se caracteriza pela divulgação de Informação Relevante para qualquer indivíduo antes da publicação de tal informação para o público investidor – contraria esta Política, exceto se tal indivíduo esteja obrigado a observar dever de confidencialidade e de não divulgação. Caso a Informação Relevante seja involuntariamente divulgada, a Companhia providenciará imediatamente sua divulgação nos termos da presente Política.

- **Porta-Voz designado pela Companhia**

O Diretor de Relações com Investidores está autorizado a pronunciar-se em nome da Companhia nos assuntos que sejam relacionados ou que possam vir a impactar a percepção de risco, credibilidade e dos resultados consolidados da M. DIAS BRANCO, seja perante analistas, investidores ou imprensa. Os Empregados e Terceiros Contratados, exceto aqueles formalmente autorizados pela administração da Companhia a se pronunciarem em nome da Companhia, serão instruídos a não responder, em qualquer circunstância, a questionamentos de investidores, analistas ou profissionais da mídia. Todos Empregados e Terceiros Contratados que receberem, direta ou indiretamente, questionamentos de investidores, analistas ou profissionais da mídia, deverão imediatamente informar o Diretor de Relações com Investidores sobre tais questionamentos.

- **Reuniões com Analistas e Investidores**

As reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no Brasil ou no exterior, relativa a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, deverão contar com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele indicada para esse fim, ou ter o seu conteúdo, no que possa representar Informação Relevante, reportado ao Diretor de Relações com Investidores.

Anteriormente à realização dessas reuniões (ou simultaneamente), o Diretor de Relações com Investidores veiculará o material a ser apresentado conforme procedimento pertinente, de modo a evitar a caracterização de divulgação seletiva.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Sempre que julgar conveniente, a Companhia fará a transmissão do áudio dessas reuniões pela internet (webcast), de modo a assegurar a ampla disseminação dos assuntos apresentados e discutidos.

- **Considerações acerca dos Analistas**

A Companhia poderá rever, mediante requisição de analista, os modelos de relatórios gerenciais de resultado ("Earnings Releases") ou relatórios de cobertura (pesquisa e projeção) somente para verificação da precisão das informações sob domínio público.

A Companhia permitirá aos analistas e às autoridades o acesso às suas informações dentro de seus limites de tempo e recursos. Todos os analistas e investidores terão acesso ao Diretor de Relações com Investidores. As requisições de encontros com os administradores serão marcadas de acordo com a disponibilidade em agenda.

A Companhia não negará aos analistas ou investidores, em qualquer circunstância, acesso às suas informações públicas por conta da existência de recomendações negativas sobre os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, observados os limites.

A Companhia poderá disponibilizar no Website de RI os nomes dos analistas e/ou empresas que estiverem cobrindo a Companhia, sem favorecer quaisquer deles. Eventualmente, mediante a autorização formal de cada analista ou empresa, a Companhia poderá disponibilizar as recomendações, os preços alvos e os relatórios elaborados pelos referidos analistas e/ou empresas.

- **Publicação de Relatório Anual da Companhia**

A Companhia deverá publicar anualmente um relatório apresentando o desempenho operacional e financeiro do ano anterior, bem como eventuais projetos, estratégias, benefícios e ações socioambientais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e ao mercado em geral (e.g. balanço socioambiental e relatório sustentabilidade).

- **Informativos e Mapas e Votação**

Constituem informativos da Companhia as notas de Atos ou Fatos Relevantes e atos societários que dizem respeito a editais, avisos, mapas de votação e atas de assembleia e reuniões de Conselho de Administração publicados em jornais de grande circulação no local da sede da Companhia, no local onde a Companhia tem suas ações negociadas e na imprensa oficial no Brasil.
Quaisquer informativos devem ser verdadeiros, completos, consistentes e que não induzam o investidor a erro, escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa, realizando-se a comunicação de forma abrangente, equitativa e simultânea para todo o mercado, zelando-se para que as informações divulgadas sejam úteis à avaliação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

- **Rumores**

A Companhia não se manifestará sobre rumores ou especulações existentes no mercado a seu respeito, exceto em situações em que tais rumores ou especulações se refiram a Ato ou Fato Relevante que tenha escapado ao controle da Companhia ou estejam acarretando oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, quando serão imediatamente divulgados

- **Website de RI**

O Website de RI é um importante veículo de comunicação da Companhia com o público investidor e o mercado em geral, de modo que as informações por ele divulgadas deverão sempre manter os mais altos padrões de regularidade, qualidade e equidade. O Website de RI deve ser mantido continuamente atualizado e conter, pelo menos: (i) a totalidade das informações da Companhia enviadas à CVM e às Bolsas de Valores; (ii) apresentações realizadas ao público investidor e transcrição de teleconferências; (iii) ferramenta básica que possibilite o acompanhamento das cotações dos Valores Mobiliários de emissão

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

da Companhia; (iv) calendário de eventos, práticas de governança corporativa, política corporativas e estimativas de analistas; (v) Relatório Anual; e (vi) informação de contato da equipe de Relações com Investidores da Companhia.

As divulgações do Website de RI deverão ser efetuadas em português e em inglês. Colaboração da Companhia nas Relações com Investidores.

Todas as áreas da Companhia deverão fornecer prontamente amplas informações (de caráter estratégico, operacional, técnico ou financeiro) ao Diretor de Relações com Investidores para que este, por sua vez, julgue, com o auxílio do Comitê de Divulgação, se o assunto deverá ou não ser tornado público.

- **Divulgações Específicas – Regulamento do Novo Mercado da B3**

Nos termos do Art. 20, § único, do Regulamento do Novo Mercado da B3, na hipótese da acumulação de cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia decorrente de vacância, a Companhia deverá divulgar comunicado ao mercado ou Ato ou Fato Relevante: (i) informando sobre a referida a acumulação até o dia útil seguinte ao da ocorrência; e (ii) no prazo de 60 (sessenta) dias contados da permanência da situação de vacância, informando as providências tomadas para cessar a referida acumulação de cargos.

Nos termos do Art. 26 do Regulamento do Novo Mercado da B3, a Companhia deverá divulgar, por meio de comunicado ao mercado ou Ato ou Fato Relevante, a renúncia ou destituição dos Administradores da Companhia até o dia útil seguinte em que a M. DIAS BRANCO for comunicada da renúncia ou em que for aprovada a destituição.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Conforme a Política de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, informação relevante – Considerar-se-á qualquer decisão dos Acionistas Controladores, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado a seus negócios que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários emitidos pela Companhia; e (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados. Adicionalmente, deverá ser considerado como ato ou fato relevante todas as hipóteses elencadas no Art. 2º da Instrução CVM nº 358/2002.

É de responsabilidade do Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, inclusive por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação. Em circunstâncias especiais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os administradores entenderem que a divulgação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Todas as pessoas vinculadas (os acionistas controladores da Companhia, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários da Companhia que tenham acesso frequente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente) deverão assinar termo de adesão à Política de Divulgação de Informações do Mercado, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Procedimentos internos para informar e divulgar ato ou fato relevante da companhia

Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão levadas por quem a ele teve acesso ao conhecimento do Diretor de Relações com Investidores, que poderá submeter o ato ou fato e as informações a ele pertinentes à apreciação do Comitê de Divulgação (o "Documento de Divulgação"), o qual poderá solicitar a participação das Diretorias envolvidas no ato ou fato que deu origem ao Ato ou Fato Relevante.

Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e, ainda, os membros de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia deverão prontamente comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores que, nos termos desta Política, tomará as devidas providências junto à área de Relações com Investidores no tocante à preparação de um documento de divulgação para o mercado.

Uma vez elaborado o referido documento, é de responsabilidade do Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores sua publicidade no mercado de valores mobiliários, contando com o apoio de sua assessoria de relações com investidores.

Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, deve-se entrar em contato com o Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Colaboradores e Executivos com acesso à Informação Relevante ou qualquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia observarão as regulamentações que versam sobre a disponibilização de Informações Privilegiadas, bem como o seu uso na negociação dos Valores Mobiliários.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o responsável pelo acompanhamento do processo de divulgação de informações, atos e fatos relevantes da Companhia, assegurando a ampla disseminação e a qualidade das informações colocadas à disposição do Mercado, assim como a prática dos processos e controles de divulgação, observando aspectos técnicos, legais, contábeis e institucionais. Quando necessário, também revisa e atualiza a Política de divulgação da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações relevantes relativas a este item foram citadas anteriormente.